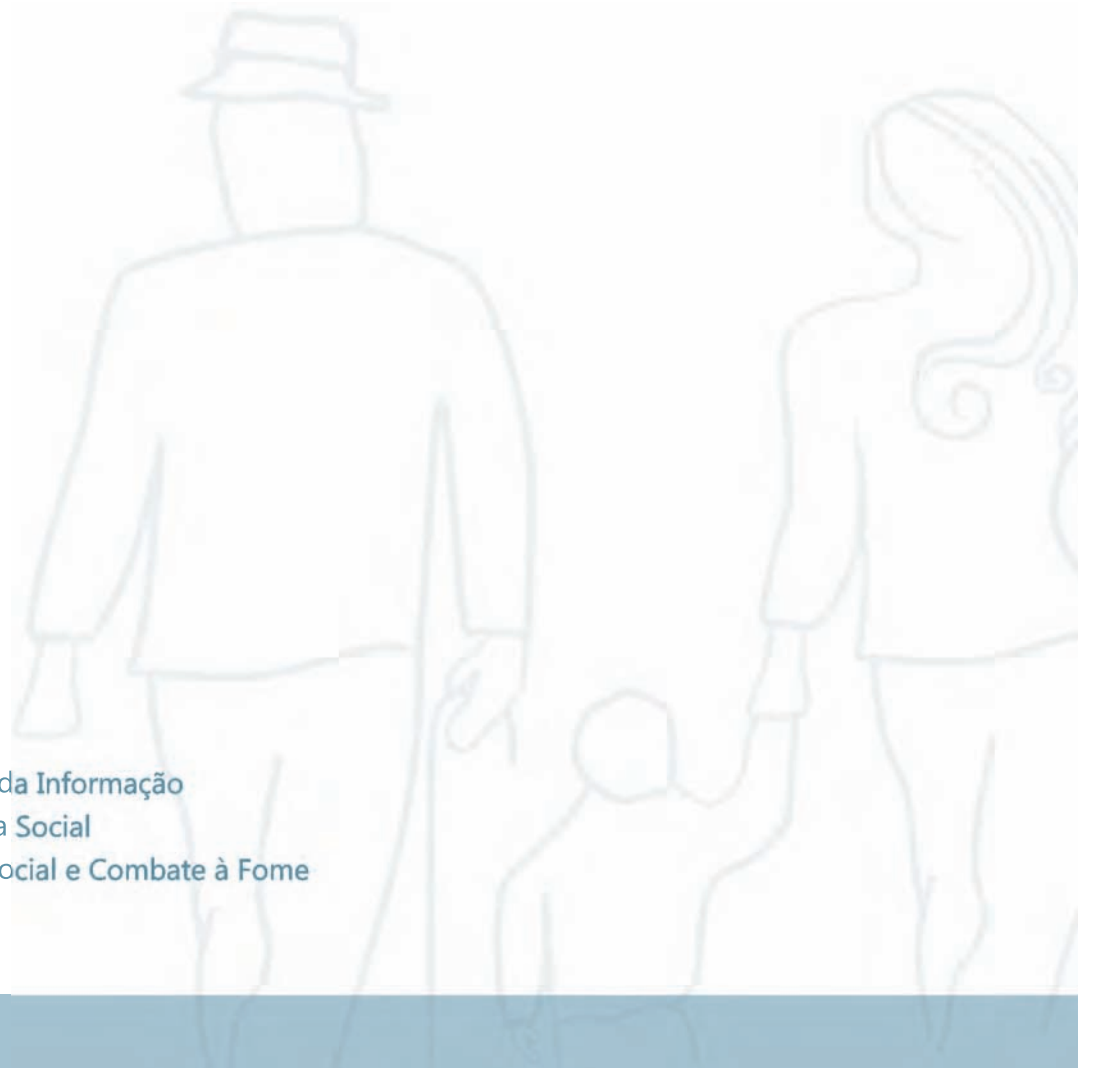


MONITORAMENTO SUAS: CENSO CRAS 2008

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Secretaria Nacional de Assistência Social
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



Expediente

Presidente da República Federativa do Brasil | **Luiz Inácio Lula da Silva**
Vice Presidente da República Federativa do Brasil | **José Alencar Gomes da Silva**
Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | **Márcia Lopes**
Secretário Executivo | **Rômulo Paes de Sousa**
Chefe de Gabinete do Ministro | **Valdomiro Luis de Souza**
Secretária de Avaliação e Gestão da Informação | **Luziele Tapajós**
Secretária Nacional de Assistência Social | **Rosilene Rocha**
Secretária Nacional de Renda de Cidadania | **Lúcia Modesto**
Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional | **Crispim Moreira**
Secretário de Articulação Institucional e Parcerias | **Ronaldo Coutinho Garcia**

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Diretora de Avaliação e Monitoramento | **Júnia Quiroga**
Diretora de Formação e Disseminação | **Monica Rodrigues**
Diretor de Gestão da Informação | **Caio Nakashima**
Assessora | **Gláucia Alves Macedo**
Coordenador Geral de Informações Estratégicas | **Marcelo Gadelha**
Equipe do Departamento | **Carlos Eduardo de Andrade Brasileiro, Jansen Lira Rojas, Monique Ribeiro de Meneses, Rafael Rodrigo Moreno, Ricardo de Carvalho Feitosa, Tiago Hackbarth, Uiran Couto de Mendonça, Valter Luis Arlindo de Camargo, Sérgio Andrade, Johnny Ahrens, Talita Barcellos, Carlos Henrique, Vanderley Lima**
Equipe de Coordenação Geral de Estatística | **Gilmar Trindade dos Santos, Giovanna Quaglia, Marcelo Sales de Oliveira, Sabrina Medeiros Borges, Daniel Vianna**

Secretaria Nacional de Assistência Social

Diretora de Gestão do SUAS | **Simone Albuquerque**

Diretora de Benefícios Assistenciais | **Maria José de Freitas**

Diretor do Fundo Nacional de Assistência Social | **Fernando Antônio Brandão**

Diretora de Proteção Social Especial | **Margarete Cutrim Vieira**

Diretora de Proteção Social Básica | **Aidê Cançado Almeida**

Coordenação Geral de Acompanhamento das Ações | **Cristiana Gonçalves de Oliveira, Priscilla Maia de Andrade, Renata de Araújo Rios**

Assessoria de Informação | **Bianca Ferreira Santos, Joyce Camargo Rodrigues, Lídia Cristina S. Barbosa**

Consultores | **Edgar Pontes de Magalhães e Flávio José Rodrigues de Castro**

Concepção do Censo CRAS e desenvolvimento do processo e das ferramentas

Aidê Cançado Almeida, Caio Nakashima, Carlos Eduardo de Andrade Brasileiro, Gláucia Alves Macedo, Helena Ferreira de Lima, Luis Otavio Pires Farias, Marcelo Gomes Gadelha, Márcio Andrade Monteiro, Maria Cristina de Oliveira Marques, Roberto Wagner da Silva Rodrigues, Tiago Hackbarth

Elaboração dos textos

Adriana Mara Guedes Barbosa, Aidê Cançado Almeida, Gláucia Alves Macedo, Helena Ferreira de Lima, Luis Otavio Pires Farias, Marcel Frederico de Lima Taga, Márcio Andrade Monteiro

Colaboração

Gilmar Trindade dos Santos, Marcelo Sales de Oliveira, Maria Cristina de Oliveira Marques, Priscilla Maia de Andrade

Coordenação Editorial | **Marcelo Rocha**

Colaboração | **Tatiane de Oliveira Dias, Kátia Belisário Couto, Tomás Nascimento, Carolina Freire, Clara Farias, Thaise dos Santos**

Projeto Gráfico e Diagramação | **Renata Pereira Amado**

Revisão | **Kátia Belisário Couto**

Impressão | **Gráfica Brasil**

Março de 2010

Esta é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social.

A reprodução é autorizada desde que citada a fonte.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Monitoramento SUAS: censo CRAS 2008.-- Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

237 p.; 27 cm.

ISBN: 978-85-60700-30-1

1. Assistência social, Brasil. 2. Política social, análise de dados, Brasil. I. Centro de Referência da Assistência Social.

CDU 364(81)

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO | MDS

Esplanada dos Ministérios - Bloco A - 4º andar - Sala 409

CEP: 70054-906 | Brasília - DF

Fone: 61 3433 1501 | Fax: 61 3433 1598

www.mds.gov.br | sagi.dfd@mds.gov.br

Fome Zero - 0800 707 2003

Apresentação

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem priorizado as ações de avaliação e monitoramento de seus programas, o que constitui uma inovação na gestão das políticas públicas no contexto brasileiro. Essa iniciativa é protagonizada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) em parceria com as demais secretarias finalísticas.

Na prática, a política de avaliação e monitoramento se faz presente de diversas formas. Merece ser ressaltado o trabalho desenvolvido em conjunto com Secretaria Nacional de Assistência (SNAS) para monitoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), centrado atualmente no acompanhamento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). Esses Centros são unidades públicas estatais responsáveis pela oferta de serviços de proteção social básica e especial de assistência social às famílias, aos grupos e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Considerando a relevância das informações produzidas pelo monitoramento dos CRAS, é com imensa satisfação que apresentamos a segunda edição do relatório "Monitoramento SUAS: Censo CRAS 2008". Trata-se de um esforço que aponta para a necessidade de monitoramento contínuo nas unidades que prestam serviços de assistência social. Em uma ação articulada com entes federais, estaduais e municipais, foram acompanhados um total de 5.142 CRAS, cadastrados em 3.151 municípios em todo o Brasil. Dados sobre a infraestrutura, os recursos humanos, o atendimento prestado, bem como os serviços de assistência social ofertados às famílias foram coletados em 2008 e são sistematizados na publicação.

Nesse mesmo sentido, está sendo elaborada no âmbito do MDS para posterior debate nas instâncias de pactuação da assistência social, uma proposta de decreto que regulamenta o censo anual das unidades públicas ou privadas de serviços sociassistenciais do SUAS. A perspectiva é que União, estados e municípios pactuem formas de cooperação e partilha de atribuições e responsabilidades no processo de implementação do censo.

Os avanços até aqui obtidos e os novos desafios que se apresentam demonstram, cada vez mais, a função essencial do monitoramento contínuo das políticas públicas. Dessa forma, amplia-se o debate, permite-se um aprofundamento das discussões técnicas, busca-se novas alternativas para a tomada de decisões, de forma a aperfeiçoar a qualidade dos serviços socioassistenciais prestados às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social no País.

Luziele Tapajós

Secretária de Avaliação e
Gestão da Informação

Rosilene Rocha

Secretária Nacional de
Assistência Social

Sumário

1. INTRODUÇÃO	19
2. CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS	25
3. ANÁLISE DE DADOS.....	31
3.1. Identificação do CRAS	32
3.2. Estrutura física do CRAS	45
3.3. Horário de funcionamento, serviços e atendimento do CRAS	78
3.4. Informação, registro e documentação	105
3.5. Articulação	119
3.6. Recursos humanos	123
4. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS	137
4.1. Indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão: estrutura física	140
4.2. Indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão: atividades realizadas	145
4.3. Indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão: horário de funcionamento	149
4.4. Indicadores de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão: recursos humanos	153
4.5. Indicador de desenvolvimento dos CRAS	158
4.6. Análise da composição das dimensões do Indicador de Desenvolvimento do CRAS	167
4.6.1 Análise de conglomerados para o indicador dimensional de recursos humanos	169
4.6.2 Modelo de regressão logística com o indicador dimensional de recursos humanos ..	171
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
<u>ANEXO 1</u> - Dados Detalhados	181
<u>ANEXO 2</u> - Questionário de Monitoramento do CRAS	227
<u>ANEXO 3</u> - Resolução CIT 01/2007 da Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 18 de abril de 2007.....	237

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número e percentual de CRAS, por fontes de financiamento, segundo Grandes Regiões - 2008	37
Tabela 2 - Número e percentual de CRAS, por fontes de financiamento, segundo porte populacional - 2008	38
Tabela 3 - Número e percentual de CRAS, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) e Grandes Regiões - 2008	41
Tabela 4 - Número e percentual de CRAS, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) e porte populacional - 2008	42
Tabela 5 - Número e percentual de CRAS, por ano de implantação, segundo Grandes Regiões - 2008	44
Tabela 6 - Número e percentual de CRAS, por ano de implantação, segundo porte populacional - 2008	44
Tabela 7 - Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza o CRAS, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento, informado pelo Município/DF) - 2008	47
Tabela 8 - Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza o CRAS, segundo existência ou não de financiamento Federal (Piso básico fixo) - 2008	48
Tabela 9 - Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza o CRAS, segundo Grandes Regiões - 2008	49
Tabela 10 - Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza o CRAS, segundo porte populacional do município - 2008	50
Tabela 11 - Número e percentual de CRAS, por total de salas, segundo Grandes Regiões - 2008	53
Tabela 12 - Número e percentual de CRAS, por total de salas, segundo porte populacional do município - 2008	54
Tabela 13 - Número e percentual de CRAS, por total de salas, segundo situação do imóvel - 2008	54
Tabela 14 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas com capacidade de 15 a 30 pessoas, segundo Grandes Regiões - 2008	55
Tabela 15 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas com capacidade de 15 a 30 pessoas, segundo porte populacional do município - 2008	56
Tabela 16 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas com capacidade de 15 a 30 pessoas, segundo situação do imóvel - 2008	57
Tabela 17 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas com capacidade inferior a 15 pessoas, segundo Grandes Regiões - 2008	58
Tabela 18 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas com capacidade inferior a 15 pessoas, segundo porte populacional do município - 2008	58
Tabela 19 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas com capacidade inferior a 15 pessoas, segundo situação do imóvel - 2008	59
Tabela 20 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salões com capacidade superior a 30 pessoas, segundo Grandes Regiões - 2008	60

Tabela 21 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salões com capacidade superior a 30 pessoas, segundo porte populacional do município - 2008	60
Tabela 22 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salões com capacidade superior a 30 pessoas, segundo situação do imóvel - 2008	61
Tabela 23 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração, segundo Grandes Regiões - 2008	62
Tabela 24 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração, segundo porte populacional do município - 2008	62
Tabela 25 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração, segundo situação do imóvel - 2008	63
Tabela 26 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de banheiros, segundo Grandes Regiões - 2008	64
Tabela 27 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de banheiros, segundo porte populacional do município - 2008	64
Tabela 28 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de banheiros, segundo situação do imóvel - 2008	65
Tabela 29 - Número e percentual de CRAS, por existência de ambientes, segundo situação do imóvel - 2008	66
Tabela 30 - Número e percentual de CRAS, por existência de ambientes, segundo Grandes Regiões - 2008	66
Tabela 31 - Número e percentual de CRAS, por existência de ambientes, segundo porte populacional do município - 2008	67
Tabela 32 - Indicador* de equipamentos existentes nos CRAS, segundo Grandes Regiões - 2008	70
Tabela 33 - Indicador* de equipamentos existentes nos CRAS, segundo porte populacional do município - 2008	71
Tabela 34 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de computadores, segundo Grandes Regiões - 2008	72
Tabela 35 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de computadores, segundo porte populacional do município - 2008	73
Tabela 36 - Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) - 2008	74
Tabela 37 - Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo existência ou não de financiamento Federal (Piso básico fixo) - 2008	75
Tabela 38 - Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo situação do imóvel - 2008	76
Tabela 39 - Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo Grandes Regiões - 2008	76
Tabela 40 - Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo porte populacional do município - 2008	77
Tabela 41 - Número e percentual de CRAS, por faixas de horas de funcionamento semanal, segundo Grandes Regiões e localização - 2008	81

Tabela 42 - Número e percentual de CRAS, por faixas de horas de funcionamento semanal, segundo porte populacional e localização - 2008	82
Tabela 43 - Número e percentual de CRAS, segundo faixas de horas de funcionamento diário e quantidade de dias na semana de funcionamento - 2008	83
Tabela 44 - Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido, segundo localização - 2008	86
Tabela 45 - Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento)- 2008	87
Tabela 46 - Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido, segundo fonte de financiamento (Federal - Piso básico fixo) - 2008	89
Tabela 47 - Número e percentual de CRAS, por tipo de projeto desenvolvido, segundo Grandes Regiões - 2008	90
Tabela 48 - Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido, segundo porte populacional - 2008	92
Tabela 49 - Número e percentual de CRAS, por tipo de situações de maior incidência no território de abrangência do CRAS, segundo Grandes Regiões - 2008	99
Tabela 50 - Número e percentual de CRAS, por tipo de situações de maior incidência no território de abrangência do CRAS, segundo porte populacional - 2008	100
Tabela 51 - Número e percentual de CRAS, por existência de povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS, segundo Grandes Regiões e localização - 2008	102
Tabela 52 - Número e percentual de CRAS, por existência ou não de povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS, segundo porte populacional e localização - 2008	103
Tabela 53 - Número e percentual de CRAS, que possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência e que atendem a pelo menos uma destas comunidades, segundo Grandes Regiões - 2008	104
Tabela 54 - Número e percentual de CRAS, que possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência e que atendem a pelo menos uma destas comunidades, segundo porte populacional - 2008	105
Tabela 55 - Número e percentual de CRAS, por existência de diagnóstico do território de abrangência, segundo Grandes Regiões - 2008	106
Tabela 56 - Número e percentual de CRAS, por existência de diagnóstico do território de abrangência, segundo porte populacional - 2008	107
Tabela 57 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem em seu território de abrangência, segundo Grandes Regiões - 2008	109
Tabela 58 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem em seu território de abrangência, segundo porte populacional do município - 2008	109
Tabela 59 - Número e percentual de CRAS, por existência de relatório mensal do quantitativo de atendimento, segundo Grandes Regiões - 2008	110
Tabela 60 - Número e percentual de CRAS, por existência de relatório mensal do quantitativo de atendimento, segundo porte populacional - 2008	111

Tabela 61 - Número e percentual de CRAS, por existência de arquivo de prontuário, segundo Grandes Regiões - 2008	112
Tabela 62 - Número e percentual de CRAS, por existência de arquivo de prontuário, segundo porte populacional - 2008	112
Tabela 63 - Número e percentual de CRAS, por existência de algum modelo padronizado de prontuário, segundo Grandes Regiões - 2008	113
Tabela 64 - Número e percentual de CRAS, por existência de algum modelo padronizado de prontuário, segundo porte populacional - 2008	113
Tabela 65 - Número e percentual de CRAS*, por existência de sistema informatizado para registro de informações, segundo Grandes Regiões - 2008	115
Tabela 66 - Número e percentual de CRAS*, por existência de sistema informatizado para registro de informações, segundo porte populacional - 2008	115
Tabela 67 - Número e percentual de CRAS*, por existência de sistema informatizado para registro de informações, segundo fontes de financiamento - 2008	115
Tabela 68 - Número e percentual de CRAS, segundo tipo e grau de articulação efetiva - 2008	121
Tabela 69 - Área de formação dos funcionários do CRAS, segundo Grandes Regiões - 2008	125
Tabela 70 - Área de formação dos funcionários do CRAS, segundo porte populacional - 2008	126
Tabela 71 - Tipo de vínculo dos funcionários do CRAS, segundo Grandes Regiões - 2008	130
Tabela 72 - Tipo de vínculo dos funcionários do CRAS, segundo porte populacional dos municípios e DF - 2008	130
Tabela 73 - Função dos funcionários do CRAS, segundo Grandes Regiões - 2008	131
Tabela 74 - Função dos funcionários do CRAS, segundo porte populacional - 2008	132
Tabela 75 - Funcionário do CRAS, segundo formação e função - 2008	133
Tabela 76 - Número e percentual de coordenadores, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões - 2008	135
Tabela 77 - Número e percentual de coordenadores, por vínculo empregatício, segundo porte populacional do município - 2008	136
Tabela 78 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto à estrutura física, segundo Grandes Regiões - 2008	143
Tabela 79 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto à estrutura física, segundo porte populacional - 2008	144
Tabela 80 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto às atividades realizadas, segundo Grandes Regiões - 2008	147
Tabela 81 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto às atividades realizadas, segundo porte populacional - 2008	148
Tabela 82 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto ao horário de funcionamento, segundo Grandes Regiões - 2008	151
Tabela 83 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto ao horário de funcionamento, segundo porte populacional - 2008	151
Tabela 84 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto aos recursos humanos, segundo Grandes Regiões - 2008	156
Tabela 85 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto aos recursos humanos, segundo porte populacional - 2008	156
Tabela 86 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, segundo Grandes Regiões - 2008	161

Tabela 87 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, segundo porte populacional - 2008	161
Tabela 88 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, segundo Grandes Regiões - Grupos de estágios - 2008	162
Tabela 89 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, segundo portes populacionais - Grupos de estágios - 2008	162
Tabela 90 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS - 10 Estágios - Brasil - 2007 e 2008	166
Tabela 91 - Distribuição das dimensões do Indicador de desenvolvimento dos CRAS Brasil - 2008	168
Tabela 92 - Modelo de regressão logística	172

ANEXO 1

Tabela A1 - Número e percentual de CRAS, por localização, segundo Unidades da Federação - 2008	182
Tabela A2 - Número e percentual de CRAS, por fontes de financiamento, segundo Unidades da Federação - 2008	183
Tabela A3 - Número e percentual de CRAS, por fontes de financiamento (cofinanciamento), segundo Unidades da Federação - 2008	184
Tabela A4 - Número e percentual de CRAS, por ano de implantação, segundo Unidades da Federação - 2008	185
Tabela A5 - Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza o CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008	186
Tabela A6 - Número e percentual de CRAS, por compartilhamento do imóvel, segundo Unidades da Federação - 2008	187
Tabela A7 - Número e percentual de CRAS, por tipo de compartilhamento do imóvel, segundo Unidades da Federação - 2008	188
Tabela A8 - Número e percentual de CRAS, por total de salas, segundo Unidades da Federação - 2008	189
Tabela A9 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas com capacidade de 15 a 30 pessoas, segundo Unidades da Federação - 2008	190
Tabela A10 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas com capacidade inferior a 15 pessoas, segundo Unidades da Federação - 2008	191
Tabela A11 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salões com capacidade superior a 30 pessoas, segundo Unidades da Federação - 2008	192
Tabela A12 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração, segundo Unidades da Federação - 2008	193
Tabela A13 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de banheiros, segundo Unidades da Federação - 2008	194
Tabela A14 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de computadores, segundo Unidades da Federação - 2008	195
Tabela A15 - Número e percentual de CRAS, por existência de ambientes, segundo Unidades da Federação - 2008	196
Tabela A16 - Indicador* de equipamentos existentes nos CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008	197

Tabela A17 - Médiana de computadores existentes nos CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008	198
Tabela A18 - Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo Unidades da Federação - 2008	199
Tabela A19 - Número e percentual de CRAS, por faixas de horas de funcionamento diário, segundo Unidades da Federação - 2008	200
Tabela A20 - Número e percentual de CRAS, por faixas de horas de funcionamento semanal, segundo Unidades da Federação - 2008	201
Tabela A21 - Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido, segundo Unidades da Federação - 2008	202
Tabela A22 - Número e percentual de CRAS, por tipo de situações de maior incidência no território de abrangência do CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008	203
Tabela A23 - Número e percentual de CRAS, por existência ou não de povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008	204
Tabela A24 - Número e percentual de CRAS, que possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência e que atendem a pelo menos uma destas comunidades, segundo Unidades da Federação - 2008	205
Tabela A25 - Número e percentual de CRAS, por existência de diagnóstico do território de abrangência, segundo Unidades da Federação - 2008	206
Tabela A26 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem em seu território de abrangência, segundo Unidades da Federação - 2008	207
Tabela A27 - Número e percentual de CRAS, por existência de relatório mensal do quantitativo de atendimento, segundo Unidades da Federação - 2008	208
Tabela A28 - Número e percentual de CRAS, por existência de arquivo de prontuário, segundo Unidades da Federação - 2008	209
Tabela A29 - Número e percentual de CRAS, por existência de algum modelo padronizado de prontuário, segundo Unidades da Federação - 2008	210
Tabela A30 - Percentual de CRAS*, que registra informações no prontuário do usuário, por tipo de informação, segundo Unidades da Federação - 2008	211
Tabela A31 - Número e percentual de CRAS*, por existência de sistema informatizado para registro de informações, segundo Unidades da Federação - 2008	212
Tabela A32 - Área de formação dos funcionários do CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008	213
Tabela A33 - Tipo de vínculo dos funcionários do CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008	214
Tabela A34 - Função dos funcionários do CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008	215
Tabela A35 - Número e percentual de coordenadores, por vínculo empregatício, segundo Unidades da Federação - 2008	216
Tabela A36 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto à estrutura física, segundo Unidades da Federação - 2008	217
Tabela A37 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto às atividades realizadas segundo Unidades da Federação - 2008	218

Tabela A38 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto ao horário de funcionamento, segundo Unidades da Federação - 2008	219
Tabela A39 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto aos recursos humanos, segundo Unidades da Federação - 2008	220
Tabela A40 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008	221
Tabela A41 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, segundo Unidades da Federação - Grupos de estágios - 2008	222
Tabela A42 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto às atividades realizadas - Brasil - 2007 e 2008	223
Tabela A43 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto à estrutura física - Brasil - 2007 e 2008	223
Tabela A44 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto ao horário funcionamento - Brasil - 2007 e 2008	223
Tabela A45 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto aos recursos humanos - Brasil - 2007 e 2008	223
Tabela A46 - Percentual de profissionais do CRAS, por conglomerado, segundo porte do município e função desempenhada no CRAS - Brasil - 2008	224
Tabela A47 - Percentual de CRAS, por conglomerado, segundo porte, fonte de financiamento e nível de gestão do Município - Brasil - 2008	225
Tabela A48 - Percentual de CRAS, por conglomerado, segundo porte do município, localização e região - Brasil - 2008	225
Tabela A49 - Distribuição do Indicador de Recursos humanos, por conglomerado, segundo porte do município - Brasil - 2008	226
Tabela A50 - Medidas-resumo do IDHM 2000 e do percentual de famílias pobres (IPEA 2004), segundo o porte do município e o conglomerado - Brasil - 2008	226

Obs: Fonte das Tabelas: Censo CRAS 2008 / MDS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Equipes de referência dos CRAS segundo a NOB-RH/SUAS	30
Quadro 2 - Composição do Indicador de Desenvolvimento dos CRAS - Dimensão estrutura física	142
Quadro 3 - Composição do indicador desenvolvimento dos CRAS - Dimensão atividades realizadas	146
Quadro 4 - Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão horário de funcionamento	150
Quadro 5 - Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão recursos humanos	154
Quadro 6 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS	158

Obs: Fonte dos Quadros: Censo CRAS 2008 / MDS

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de CRAS por localização - Brasil - 2008	33
Gráfico 2 - Percentual de CRAS, segundo fontes de financiamento - Brasil - 2008	35
Gráfico 3 - Percentual de CRAS, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) - 2008	40
Gráfico 4 - Percentual de CRAS, segundo ano de implantação - Brasil - 2008	43
Gráfico 5 - Percentual de CRAS, segundo situação do imóvel onde se localiza o CRAS - Brasil - 2008	46
Gráfico 6 - Percentual de CRAS, segundo compartilhamento ou não do imóvel - Brasil - 2008	51
Gráfico 7 - Percentual de CRAS, segundo tipo de compartilhamento do imóvel - Brasil - 2008	51
Gráfico 8 - Percentual de CRAS segundo total de salas - Brasil - 2008	53
Gráfico 9 - Percentual de CRAS, segundo quantidade de salas com capacidade de 15 a 30 pessoas - Brasil - 2008	55
Gráfico 10 - Percentual de CRAS segundo quantidade de salas com capacidade inferior a 15 pessoas - Brasil - 2008	57
Gráfico 11 - Percentual de CRAS, segundo quantidade de salões com capacidade superior a 30 pessoas - Brasil - 2008	59
Gráfico 12 - Percentual de CRAS segundo quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração - Brasil - 2008	61
Gráfico 13 - Percentual de CRAS segundo quantidade de banheiros - Brasil - 2008	63
Gráfico 14 - Percentual de CRAS, segundo existência de ambientes - Brasil - 2008	65
Gráfico 15 - Percentual de CRAS, segundo existência de condições de acessibilidade para pessoas idosas ou com deficiência - 2008	68
Gráfico 16 - Percentual de CRAS, segundo itens existentes - Brasil - 2008	69
Gráfico 17 - Percentual de CRAS, segundo quantidade de computadores - Brasil - 2008	72
Gráfico 18 - Percentual de CRAS, segundo existência de placa de identificação - Brasil - 2008	74
Gráfico 19 - Distribuição dos CRAS, segundo quantidade de dias de funcionamento por semana - Brasil - 2008	79
Gráfico 20 - Distribuição dos CRAS, segundo faixas de horas de funcionamento diário - Brasil - 2008	79
Gráfico 21 - Distribuição dos CRAS, segundo faixas de horas de funcionamento semanal - Brasil - 2008	80
Gráfico 22 - Percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido - Brasil - 2008	84
Gráfico 23 - Percentual de CRAS, por tipo de ações e atividades realizadas - Brasil - 2008	94

Gráfico 24 - Percentual de CRAS, por tipo de situações de maior incidência no território de abrangência - Brasil - 2008	96
Gráfico 25 - Percentual de CRAS, segundo existência de povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS - Brasil - 2008	101
Gráfico 26 - Percentual de CRAS, que possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência e que atendem a pelo menos uma destas comunidades - Brasil - 2008	103
Gráfico 27 - Percentual de CRAS, com diagnóstico do seu território de abrangência - Brasil - 2008	106
Gráfico 28 - Percentual de CRAS, segundo quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem em seu território de abrangência - Brasil - 2008	108
Gráfico 29 - Percentual de CRAS, com relatório mensal do quantitativo de atendimento - Brasil - 2008	110
Gráfico 30 - Percentual de CRAS, segundo existência de arquivo de prontuário - Brasil - 2008	111
Gráfico 31 - Percentual de CRAS, que possui algum modelo padronizado de prontuário - Brasil - 2008	113
Gráfico 32 - Percentual de CRAS*, segundo existência de sistema informatizado para registro de informações - Brasil - 2008	114
Gráfico 33 - Percentual de CRAS*, por acesso a listagem de famílias inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais do seu território de atuação - Brasil - 2008	116
Gráfico 34 - Percentual de CRAS, segundo frequência com que utiliza as listagens para as finalidades específicas - Brasil - 2008	118
Gráfico 35 - Percentual de CRAS, segundo tipo e grau de articulação efetiva - Brasil - 2008	120
Gráfico 36 - Formação dos funcionários do CRAS - Brasil - 2008	125
Gráfico 37 - Área de formação dos funcionários de nível superior do CRAS e grau de escolaridade dos demais funcionários - Brasil - 2008	128
Gráfico 38 - Vínculo dos funcionários do CRAS - Brasil - 2008	129
Gráfico 39 - Função dos funcionários do CRAS - Brasil - 2008	132
Gráfico 40 - Percentual de coordenadores, segundo vínculo empregatício - Brasil - 2008	135
Gráfico 41 - Percentual de CRAS distribuídos, segundo o Indicador de Desenvolvimento dos CRAS, quanto à estrutura física - Brasil - 2007 e 2008	145
Gráfico 42 - Percentual de CRAS distribuídos, segundo o Indicador de Desenvolvimento dos CRAS, quanto às atividades realizadas - Brasil - 2007 e 2008	149
Gráfico 43 - Percentual de CRAS distribuídos, segundo o Indicador de Desenvolvimento dos CRAS, quanto ao horário de funcionamento - Brasil - 2007 e 2008	152

Gráfico 44 - Percentual de CRAS distribuídos, segundo o Indicador de Desenvolvimento dos CRAS, quanto aos recursos humanos - Brasil - 2007 e 2008	157
Gráfico 45 - Percentual de CRAS distribuídos, segundo o Indicador de Desenvolvimento dos CRAS - 10 Estágios - Grandes Regiões - 2008	163
Gráfico 46 - Percentual de CRAS distribuídos, segundo o Indicador de Desenvolvimento dos CRAS - 10 Estágios - Portes Populacionais - 2008	164
Gráfico 47 - Percentual de CRAS distribuídos, segundo o Indicador de Desenvolvimento dos CRAS - 10 Estágios - Unidades da Federação - 2008	165
Gráfico 48 - Percentual de CRAS distribuídos, segundo o Indicador de Desenvolvimento dos CRAS - 10 Estágios - Brasil - 2007 e 2008	167

Obs: Fonte dos Gráficos: Censo CRAS 2008 / MDS

Introdução

1. Introdução

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), estados e municípios tem empenhado esforços para promover o fortalecimento da função de monitoramento no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A estratégia desenvolvida e implementada prioriza a definição de um processo sistemático de monitoramento das unidades de prestação e organização dos serviços socioassistenciais: os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Na perspectiva adotada pelo MDS, a função de monitoramento consiste no processo contínuo e sistemático de produção de informações e análise de dados que identifiquem “situações de alerta” e “janelas de oportunidade” relativas aos insumos, processos e resultados de uma determinada ação/programa/serviço, permitindo uma intervenção planejada sobre a realidade. O monitoramento deve, ainda, ser capaz de acompanhar a evolução temporal destas situações, apoiar o processo de superação, detectar sua superação, manutenção ou agravamento.

O diálogo entre MDS, estados e municípios resultou na aprovação da Resolução nº 01/2007 da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), publicada em de 18 de abril de 2007, que marcou o início das ações de monitoramento organizadas nacionalmente, de forma planejada, coordenada e pactuada. A implementação desse processo contou, em 2007, com o Censo CRAS, à época chamado de “Ficha de Monitoramento”. Aquele foi o primeiro diagnóstico detalhado referente ao conjunto dos CRAS implantados no país, abrangendo inclusive os municípios que ainda não possuíam o co-financiamento federal do Piso Básico Fixo, mas que já haviam implantado CRAS com recursos próprios dos governos municipais ou estaduais.

O conteúdo do questionário foi previamente discutido entre os gestores da assistência social em seminário organizado pelo MDS, seguindo a orientação de um processo articulado e pactuado. O Censo CRAS 2007 identificou mais de 4 mil unidades implantadas no país e coletou um leque de informações relativas à identificação, estrutura física, recursos humanos, as atividades realizadas, entre outras.

Para facilitar o processo de monitoramento, o MDS desenvolveu um questionário eletrônico que permitia às próprias secretarias municipais e/ou estaduais a inserção direta dos dados coletados junto às unidades. Coube a cada estado definir a estratégia mais adequada à sua realidade, optando pela inserção de dados pelos municípios ou estados e, em alguns casos, planejando visitas às unidades para coleta dos dados.

O processo tradicional de coleta de informações com questionários em meio físico foi substituído pelo uso intenso de tecnologia, o que determinou o caráter dinâmico e ágil de todo o processo. Com o questionário eletrônico, além da flexibilidade na alteração de perguntas, itens e regras, o tempo de coleta das informações ficou bastante reduzido. Por sua dinamicidade, o acompanhamento em tempo real do preenchimento permitiu a identificação de problemas, bem como a efetivação das correções necessárias à máscara de entrada de dados.

Nesse contexto de soluções tecnológicas desenvolvidas pelo MDS procuraram não só dinamizar o processo de coleta de dados, mas também viabilizar o acesso e a utilização direta desses dados pelo próprio MDS e pelos estados. Para esse segundo objetivo, foi desenvolvida uma ferramenta que oferece diferentes formas de apresentação da informação (gráficos, tabelas, mapas, relatórios, etc), dispensando, para análises mais diretas, a necessidade de uma equipe técnica especializada na manipulação de bancos de dados.

É importante registrar que os resultados obtidos com o Censo de 2007 têm sido utilizados em diferentes ações e atividades, começando por subsidiar os debates da VI Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida naquele mesmo ano. Em maio de 2008, o MDS organizou novo Seminário Nacional, com participação de técnicos e gestores da Assistência Social, no qual apresentou e discutiu os resultados do censo, assim como as perspectivas e demandas relacionadas ao censo que seria realizado em 2008. Um dos pontos mais importantes do Seminário, que contou com aproximadamente 120 participantes, foi a discussão sobre indicadores que possibilitassem acompanhar ao longo do tempo a trajetória de desenvolvimento dos CRAS. A proposta então apresentada pelo MDS foi objeto de intenso debate, e as contribuições dos participantes foram fundamentais para o aprimoramento dos indicadores.

Na sequência do Seminário, a CIT debateu os dados coletados e pactuou, por meio das Resoluções nº 06 e 07/2008, situações identificadas como insatisfatórias, estabelecendo prazos para sua superação e definindo as atribuições do MDS e dos estados no monitoramento e acompanhamento das mesmas. De acordo com a pactuação, 473 CRAS, distribuídos em 399 municípios e no DF, deveriam receber visita "in loco" de acompanhamento técnico do órgão gestor estadual (e do MDS, no caso do DF). Com o apoio dos estados, os municípios deveriam promover a superação imediata de algumas situações e elaborar um plano de providências para superação das situações mais complexas, apresentando o plano nas respectivas Comissões Intergestores Bipartites (CIB's). No caso do Distrito Federal, o plano de providências foi apresentado à Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

Também é importante mencionar que o conjunto de dados e informações produzidas pelos censos CRAS tem auxiliado, de forma geral, o planejamento de ações governo federal e de diversos estados. Exemplo disso foi a utilização dos dados do censo pelo MDS para balizar o processo de partilha de vagas do ProJovem Adolescente. Neste caso, foram selecionados os CRAS implantados e

cadastrados no Censo CRAS 2007, com pelo menos um profissional de nível superior e com sala de atividades. Essa foi uma das condições de elegibilidade do município ao serviço socioeducativo (Resolução CNAS nº 3/2008). Os dados do censo permitiram que mesmo os municípios que ainda não recebiam o Piso Básico Fixo, mas que já haviam implantado CRAS com recursos próprios ou estaduais, participassem da partilha do Projovem Adolescente.

A experiência do censo também contribuiu de forma decisiva para o aprimoramento do processo de expansão do co-financiamento federal para o PAIF. Em 2008 o MDS colocou em prática, uma vez mais com apoio dos estados, aquilo que denominou “Expansão Qualificada do CoFinanciamento do Programa de Atenção Integrada à Família (PAIF) nos CRAS”. A partir de então, a expansão do co-financiamento federal passou a ser monitorada e acompanhada por visitas de apoio técnico dos estados aos municípios e do MDS ao DF.

A expansão qualificada se dá em três etapas: 1) cada município ou DF faz o aceite ao co-financiamento, mediante conhecimento dos compromissos que assume; 2) o município ou DF preenche um instrumento eletrônico em que demonstra capacidade e comprova as condições para implantação de cada unidade (identificação, planejamento da implantação, estrutura física, recursos humanos, atividades e funcionamento) e informa a data prevista para início das atividades; 3) o estado faz um planejamento de visitas técnicas, tendo como referência as datas indicadas pelos municípios para início das atividades. Após visita técnica, o estado ratifica, no instrumento eletrônico, as informações prestadas pelos municípios, sobre cada unidade e emite parecer, que subsidia a ação de gestão do Departamento de Proteção Social Básica/MDS. Esta sistemática visa assegurar que a partir de 2008, as unidades co-financiadas por meio do Piso Básico Fixo, comecem a apresentar patamares mínimos de qualidade, necessários à efetiva implantação do CRAS e à oferta do PAIF. Vale destacar que esse processo também acontece no âmbito da parceria entre a SAGI e a SNAS.

O Censo CRAS 2008, cujos resultados são apresentados neste relatório, dá continuidade à estratégia de monitoramento inaugurada no ano anterior, introduzindo algumas modificações decorrentes do aprimoramento do processo. O conteúdo do questionário foi alterado, permitindo uma melhor mensuração de alguns aspectos já abordados no ano anterior e a introdução de alguns novos temas. Considerando que o censo é uma estratégia permanente, com regularidade no mínimo anual, caminha-se em direção ao desenvolvimento de um questionário formado por:

- blocos de perguntas permanentes (que se repitam todos os anos) que permitam acompanhar ao longo do tempo a evolução de aspectos estruturais dos CRAS;
- blocos de perguntas “não permanentes” que se modifiquem a cada ano para aprofundar temas/aspectos específicos para os quais haja uma demanda conjuntural de informações.

Em 2008, o censo também contou com mudanças na organização dos procedimentos de inserção dos dados. Diferentemente do ocorrido no ano anterior todos os dados foram inseridos no questionário eletrônico diretamente pelos municípios e o DF. Ao gestor municipal (e do DF) de assistência social, coube, a responsabilidade sobre a autenticidade das informações declaradas. Sobre este aspecto, ressalta-se que as informações declaradas pelo agente municipal e do DF possuem Fé Pública, e constituem registros administrativos dos sistemas de informação do SUAS. O preenchimento doloso de informação inverídica nos registros administrativos sujeita os agentes individuais, públicos ou privados, às penalidades previstas no Código Penal brasileiro (TÍTULO X - Dos crimes contra a Fé Pública) e os servidores públicos, também, às penalidades administrativas previstas na lei 8.112.

A participação responsabilizada e motivada dos municípios e do DF tem possibilitado que os gestores federais e estaduais realizem ações de apoio técnico, com base nas informações prestadas, viabilizando a formulação de projetos e programas que fortaleçam o SUAS, bem como o aprimoramento dos serviços prestados e a sua gestão dos mesmos.

Compondo todo o processo de monitoramento, esta publicação apresenta os resultados do censo realizado em 2008, que contou com o cadastramento de 5.142 CRAS, em 3.831 municípios, o que representa um aumento de 18% de cadastramentos em relação a 2007. Está estruturada de forma a apresentar e analisar os dados gerais dos CRAS cadastrados, com abordagem semelhante a do questionário eletrônico, contando com a perspectiva nacional, regional, de porte populacional, e, sempre que possível, temporal, comparando com os resultados de 2007. O relatório é composto, além da introdução, do capítulo 2 que descreve o CRAS em todos os seus aspectos, do capítulo 3 que contém gráficos, tabelas e análises dos itens do questionário, do capítulo 4 que apresenta a metodologia e os resultados dos Indicadores de Desenvolvimento dos CRAS e das considerações finais.

CRAS

2. Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

O **Centro** de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social. É uma referência para as famílias no território de abrangência, sendo responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e do DF.

Dada à sua capilaridade, o CRAS propicia o acesso das famílias à rede de proteção social de assistência social, caracterizando-se como a principal porta de entrada do SUAS. O CRAS efetiva a referência e a contrarreferência do usuário na rede socioassistencial do SUAS, processando e encaminhando para os serviços locais as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território ou inserindo em serviços de proteção básica as famílias encaminhadas pela proteção social especial, sempre na perspectiva de garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, projetos e programas, conforme a complexidade da demanda.

Seguindo recomendações da Norma Operacional Básica do SUAS – NOB-SUAS, os CRAS devem ser instalados em territórios que concentram situações de vulnerabilidade e risco social. O conceito de vulnerabilidade social adotado pela assistência social é multidimensional e engloba também a pobreza. Reconhece-se que a pobreza é um dos indicadores de vulnerabilidade e que, de um modo geral, os territórios em que vivem as famílias em situação de pobreza são carentes de serviços básicos. A população desses locais está exposta a diversas situações que colocam em risco, entre outros fatores, a segurança pessoal, o gozo dos direitos e o convívio social, familiar e comunitário e que, portanto, demandam uma ação mais específica por parte do Estado.

Destaca-se que o conceito de território abrange, além da delimitação espacial, relações de conhecimento, afetividade e identidade entre os indivíduos que compartilham a vida em determinada localidade, diretamente influenciados pelo contexto social, cultural e econômico vivenciado. Ao voltar sua atenção para o território, o SUAS aproxima-se das suas potencialidades e contradições e garante a oferta de serviços socioassistenciais mais próximos da população. Assim, o CRAS materializa a presença do Estado nos territórios, possibilitando a democratização do acesso aos direitos socioassistenciais e contribuindo para o fortalecimento da cidadania.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é:

- Uma unidade pública estatal descentralizada de assistência social localizada em áreas de maior vulnerabilidade social;
- Uma unidade onde é necessariamente ofertado o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e onde podem ser prestados serviços de convivência, projetos, programas e benefícios de proteção social básica relativos às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou
- vivência familiar e comunitária e de sobrevivência a riscos circunstanciais;
- Unidade que faz a gestão territorial da rede de proteção social básica do seu território;
- Unidade efetivadora da referência e contra-referência do usuário na rede socioassistencial do SUAS e unidade de referência para os serviços das demais políticas públicas;
- A "porta de entrada" dos usuários para a rede de proteção social básica do SUAS;
- Uma unidade pública que concretiza o direito socioassistencial quanto à garantia de acesso a serviços socioassistenciais, benefícios de transferência de renda e projetos, tendo como fatores identitários dois eixos estruturantes do SUAS: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização.

O CRAS se diferencia das demais unidades de assistência social porque possui duas funções exclusivas e obrigatórias: gestão territorial da rede socioassistencial de proteção básica do seu território e oferta do Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - PAIF.

A gestão territorial da rede socioassistencial responde ao princípio de descentralização do SUAS e compreende a articulação da rede de proteção social básica referenciada ao CRAS; a promoção da articulação intersetorial; e a busca ativa no território de abrangência do CRAS. É função do CRAS estabelecer contatos, trocar saberes, definir fluxos de informações e conexões entre o CRAS e as demais unidades e entidades socioassistenciais sem fins lucrativos existentes no seu território, de modo a coordenar interesses distintos e fortalecer os comuns.

Todo CRAS deve necessariamente ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, independente da fonte de financiamento. A oferta do PAIF constitui condição indispensável para o funcionamento do CRAS. Ele é o principal serviço da proteção social básica e destina-se a fortalecer os vínculos familiares e comunitários e a prevenir situações de risco social.

Atividades do PAIF que devem ser ofertadas pelo CRAS:

- Recepção e acolhida de famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- Acompanhamento às famílias;
- Proteção próativa por meio de visitas domiciliares às famílias que estejam em situações de maior vulnerabilidade (como, por exemplo, as famílias que não estão cumprindo as condicionalidades do PBF);
- Orientação e encaminhamento para avaliação e inserção dos potenciais beneficiários no Benefício de prestação Continuada - BPC;
- Orientação e encaminhamento para inserção de famílias Cadastro Único (CadÚnico), assim como para a aquisição dos documentos civis fundamentais para o exercício da cidadania;

- Encaminhamento (com acompanhamento) da população referenciada no território do CRAS para serviços de proteção básica e de proteção social especial quando for o caso; orientações técnicas ou produção e divulgação de informações - de modo a
- Oferecer referências para as famílias e indivíduos sobre os programas, projetos e serviços socioassistenciais do SUAS; sobre o PBF e o BPC; sobre os órgãos de defesa de direitos e demais serviços públicos de âmbito local, municipal, do Distrito Federal, regional, da área metropolitana e ou da microrregião do estado.

O CRAS garante a matricialidade sociofamiliar ao conferir primazia da ação do poder público na garantia do direito a convivência familiar. Reconhece a família como espaço de proteção e desenvolvimento das pessoas, garantindo a territorialização ao descentralizar a política de assistência social e implantando as unidades em locais próximos aos seus usuários.

A NOB-SUAS prevê que o número de famílias referenciadas a cada CRAS deve guardar relação com o porte do município. Contudo, a organização intraurbana de cada município pode revelar contextos diferenciados, em função de fatores geográficos, sociais, entre outros, que justifiquem o referenciamento de um número de famílias diferente do padrão estipulado para aquele porte. Por este motivo, adota-se como principal parâmetro para dimensionar a capacidade de atendimento de um CRAS, o número de famílias que vivem no território identificado como um território de vulnerabilidade e risco social. Assim, quanto mais famílias viverem naquele território, maior deve ser a capacidade de atendimento do CRAS.

Nesta lógica, estima-se a seguinte capacidade de atendimento do CRAS, por famílias referenciadas:

Famílias Referenciadas *	Capacidade de Atendimento Anual **
Até 2.500	500 famílias
3.500	700 famílias
5.000	1.000 famílias

* São aquelas que vivem no território de abrangência do CRAS.

** A capacidade de atendimento é estimada. Consiste em uma proporção do número de famílias referenciadas. O Censo CRAS 2008 solicita informações sobre o volume real de atendimentos realizados pelos CRAS.

É imprescindível que a estrutura física do CRAS seja compatível com sua capacidade de atendimento e responda a requisitos mínimos para a adequada oferta dos serviços de Proteção Social Básica. Por este motivo, é obrigatório que todo CRAS disponha de espaço para oferta do PAIF e para o desenvolvimento da função de gestão territorial da rede socioassistencial.

Assim, ele deve ser composto por, no mínimo, quatro ambientes com funções bem definidas: uma recepção, uma sala ou mais para entrevistas, um salão para reuniões com grupos de famílias e banheiro(s). Complementarmente, sugere-se uma sala administrativa além de outros espaços convencionais de serviços, como almoxarifado e cozinha. Esta é a estrutura mínima para oferta do PAIF. No caso de oferta de outros serviços, o CRAS deve dispor de espaços adicionais, compatíveis com as exigências específicas de cada serviço.

O ambiente do CRAS deve ser acolhedor para facilitar a expressão de necessidades e opiniões, com espaço para atendimento individual que garanta privacidade e preserve a integridade e a dignidade das famílias, seus membros e indivíduos, além de, obrigatoriamente, dispor de meios de acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência.

É recomendável a instalação de linha telefônica e computador conectado à Internet, permitindo agilidade no desempenho das atividades e o registro de

dados. A estruturação e a manutenção do espaço físico do CRAS são de responsabilidade do governo local e constituem compromissos assumidos no momento de habilitação ao nível básico ou pleno de gestão do SUAS.

No que se refere aos recursos humanos, o CRAS deve obrigatoriamente dispor de uma equipe de referência. Esta equipe de referência do CRAS deve ser composta seguindo as determinações da NOB-RH/SUAS. O tamanho das equipes varia de acordo com a capacidade de atendimento da unidade. As equipes sempre deverão contar com assistentes sociais e, no caso dos municípios que referenciam até 5.000 famílias, com psicólogos.

Quadro I - Equipes de referência dos CRAS segundo a NOB-RH/SUAS

Pequeno Porte I Até 2.500 famílias referenciadas	Pequeno Porte II Até 3.500 famílias referenciadas	Médio, Grande e Metrópole Até 5.000 famílias referenciadas
Dois técnicos de nível superior, sendo um assistente social e outro, preferencialmente psicólogo	Três técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais e outro, preferencialmente psicólogo	Quatro técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
Dois técnicos de nível médio	Três técnicos de nível médio	Quatro técnicos de nível médio

Ressalta-se que a equipe de referência do CRAS é interdisciplinar e os perfis devem atender ao desenvolvimento das funções precípuas do CRAS, de gestão territorial da rede de proteção social básica do seu território e de oferta do PAIF.

Análise de Dados

3. Análise de Dados

As informações contidas no Censo CRAS são obtidas por meio da declaração de um agente municipal ou do DF. Apesar da objetividade do questionário e de haver um manual bem detalhado para orientar o preenchimento, há informações que dependem do entendimento do significado do item perguntado e do conhecimento que o responsável pelo preenchimento tem sobre os serviços, atendimentos realizados e sobre a articulação das ações intersetoriais nos territórios dos CRAS. Desta forma, mensurar o nível de consistência interna das respostas para assegurar a confiabilidade das informações para as análises e conclusões é uma etapa importante do trabalho.

A análise foi baseada nas medidas usadas tradicionalmente em testes subjetivos aplicados em levantamentos político-sociais. Essas medidas buscam mensurar uma faculdade perceptiva onde as perguntas são estímulos que vão produzir respostas manifestadas pelo indivíduo respondente.

Medir a confiabilidade do questionário é medir a consistência dos dados coletados quando obtidos por repetição e mantidas imutáveis as condições sob as quais são gerados. No caso específico do censo CRAS, a questão central é: se vários indivíduos capacitados a fornecer informações sobre um dado CRAS preenchessem o questionário ao mesmo tempo, as respostas seriam as mesmas?

A confiabilidade do instrumento está relacionada à sua precisão, ou seja, o quanto as respostas refletem o entendimento correto do que foi arguido. Assim, quanto menor a variabilidade de respostas em relação ao mesmo CRAS, dada por pessoas diferentes, maior a confiabilidade ou precisão.

Três dimensões foram consideradas válidas para se mensurar a confiabilidade do questionário:

Dimensão 1: Oferta de serviços, quantidade de atendimentos e incidência de problemas.

Dimensão 2: Informação, Registro e Documentação.

Dimensão 3: Articulação.

As medidas usadas variam de 0 a 1, onde maior confiabilidade, mais próxima a medida de 1. As dimensões 1 e 2 apresentaram medidas entre 0,7 e 0,8 e a dimensão 3 alcançou medidas entre 0,8 e 0,9. Assim, as informações são altamente confiáveis, o que nos dá condições de realizar a análise com mais segurança.

3.1. Identificação do CRAS

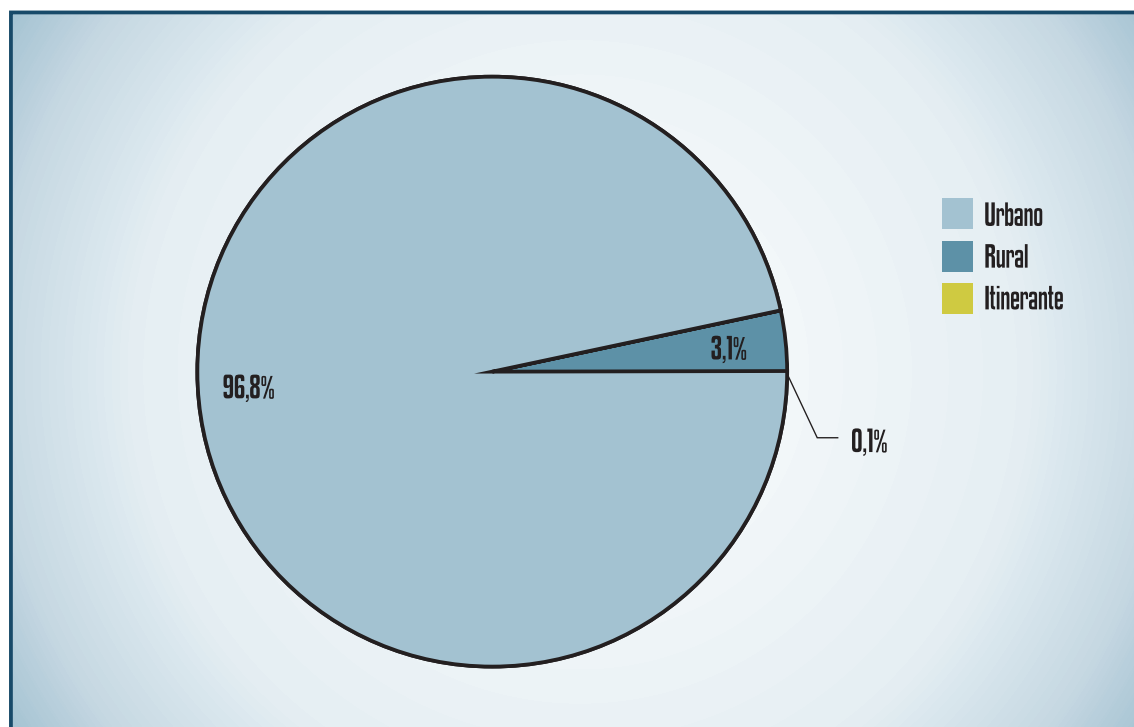
O CRAS, como descrito anteriormente, deve ser implantado em território(s) de maior vulnerabilidade social, cabendo a cada município identificar esse(s) território(s) com o objetivo de ofertar serviços em local de mais fácil acesso para a população. Essa concepção de serviços territorializados requer uma gestão cooperada e compartilhada entre os três entes federados.

Além disso, a implantação desses serviços depende também da disposição da adesão dos níveis subnacionais e de recursos financeiros, políticos e administrativos que funcionem como mecanismos de indução.

Essa seção visa identificar o CRAS considerando sua caracterização quanto à localização urbana ou rural, as fontes de financiamento por região, a identificação da implementação desses serviços por ano de implantação e por porte do município.*

*As tabelas que apresentam os resultados por unidades da federação constam nos anexos (tabelas A1 a A4).

Gráfico 1 - Percentual de CRAS por localização - Brasil - 2008



O Gráfico 1 mostra que 96,8% dos CRAS estão localizados em áreas urbanas, o que era esperado em função do alto nível de urbanização do Brasil, com 87% dos domicílios brasileiros urbanos, segundo a contagem da população 2007 do IBGE. No caso de municípios pequenos, admite-se que a unidade seja implantada no centro da cidade desde que isso represente facilidade de acesso da maior parte da população referenciada ao CRAS. Espera-se que, nos municípios de pequeno porte I (e alguns de pequeno porte II), os CRAS localizados em áreas urbanas atendam à população que reside em áreas rurais.

As fontes dos recursos utilizados pelos municípios para implantar e viabilizar o funcionamento dos CRAS, especialmente a oferta de serviços, é uma questão importante para o mapeamento não só das origens dos recursos como também para o mapeamento de fragilidades e oportunidades pertinentes a esse equipamento.

Segundo as informações administrativas do Departamento de Proteção Social Básica da SNAS, em setembro de 2008, mês de referência do Censo CRAS, o número de CRAS com cofinanciamento federal para os serviços do PAIF, por meio do Piso Básico Fixo, era de 3.772.

No sentido de aprofundar essas informações, foi solicitado no questionário que os CRAS indicassem todas as fontes de financiamento que asseguram seu funcionamento e sustentação. Os resultados apresentados na sequência são de duas perspectivas: a primeira com um mapeamento e descrição das fontes de recursos citados e a segunda, na identificação de cofinanciamentos.

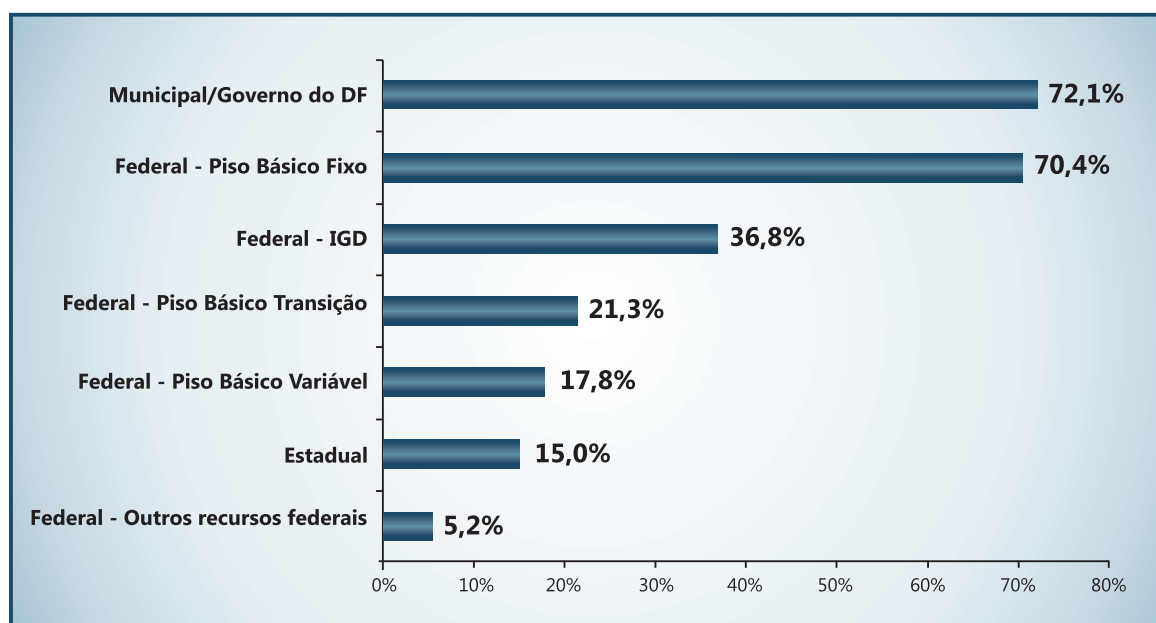
As fontes de recursos mais citadas para o financiamento dos serviços desenvolvidos nos CRAS são os recursos próprios do município(72,1%) e o Piso Básico Fixo do Governo Federal (70,4%). Tal constatação corrobora o compromisso do MDS em organizar e consolidar a proteção social básica do SUAS a partir da oferta do PAIF nos CRAS, especialmente de forma cofinanciada com os governos municipais. Vale destacar que a utilização dos recursos disponibilizados pelo MDS para o desenvolvimento dos serviços socioassistenciais, por meio do Piso Básico Fixo, é regulamentada pela Portaria nº 442, de 26/08/05. Esses recursos são destinados exclusivamente ao custeio do atendimento à família e seus membros, por meio dos serviços do PAIF.

Já os recursos estaduais aparecem como uma das fontes de financiamento menos citada, correspondendo a aproximadamente 1/5 do percentual da fonte municipal ou federal (considerado apenas o Piso Básico Fixo), 15%. Esse percentual ainda é menor do que o percentual de CRAS que citam os recursos do IGD (Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família), Piso Básico de Transição e Piso Básico Variável (todos recursos do Governo Federal) entre as suas fontes de financiamento: 37%, 21% e 18%, respectivamente.

² O financiamento do governo do DF foi agregado ao dos municípios. Em todas as tabelas, o Distrito Federal será tratado como município e uma metrópole.

Outros recursos do Governo Federal foram citados apenas por 5,2% dos CRAS, contabilizando 265 unidades, para as quais talvez seja necessária uma investigação específica.

Gráfico 2 - Percentual de CRAS, segundo fontes de financiamento para funcionamento dos CRAS - Brasil - 2008



Na Tabela 1, temos as informações sobre as fontes de financiamento identificadas pelos CRAS segundo Grandes Regiões e algumas diferenças podem ser destacadas:

- a) Dos CRAS da região Sudeste, 27,5% identificaram a fonte estadual entre as suas fontes de financiamento, enquanto nas demais regiões os percentuais foram bem inferiores, principalmente, na Norte (9,2%) e Nordeste (6,4%). Comparando essas estatísticas com as despesas per capita dos estados com assistência social, constatamos que os dez menores valores foram exatamente de estados das regiões Norte e Nordeste.
- b) os recursos do IGD foram identificados em uma proporção bem maior de CRAS nas regiões Sul (48%) e Centro-Oeste (50%), em comparação

com as outras três regiões, as quais apresentaram proporções próximas, em torno de 33%, formando dois grupos bem diferenciados.

- c) a “cobertura” percentual de CRAS que identificaram os recursos do Piso Básico Fixo é bastante diferenciada segundo as grandes regiões, variando em 35 pontos percentuais. Sendo que o maior percentual foi identificado no Nordeste (87,6%) e o mais baixo na região Sul (53,4%).
- d) o percentual de CRAS que citou os recursos municipais entre suas fontes de financiamento foi alto e variou entre 85% na região Sul e 60% na região Nordeste.

Os resultados apresentados no item “c”, refletem a metodologia utilizada para a partilha de recursos federais para cofinanciamento do PAIF, o Piso Básico Fixo. Desde 2005 foi instituído o índice SUAS, calculado por meio de critérios técnicos definidos na NOB SUAS/2005. Esses critérios priorizam os municípios habilitados em gestão plena ou básica do SUAS com: maior população vulnerável (indicado pela taxa de pobreza), menor capacidade de investimento (receita corrente líquida municipal per capita) e menor investimento do Governo Federal na Proteção Social Básica (recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para a Proteção Social Básica per capita). A aplicação desses critérios para a partilha dos recursos e o rigor no cumprimento dos mesmos visa ampliar a cobertura dos CRAS nos territórios mais vulneráveis. Em 2008, além do índice SUAS, adotou-se como critérios de partilha, a priorização dos municípios em gestão plena que ainda não eram cofinanciados pelo Governo Federal e aqueles que integram as Agendas Sociais do Governo Federal, em especial as Agendas Territórios da Cidadania e Pronasci.

Outro dado que se destaca é a utilização do IGD como fonte de recursos de financiamento das atividades desenvolvidas nos CRAS, tendo sido citada por 36% das unidades. A utilização dos recursos do IGD nos CRAS aponta para uma importante alternativa municipal de “potencialização” do PAIF no atendimento às famílias beneficiárias do programa Bolsa Família, um dos públicos identificados como prioritários para atendimento nos CRAS.

Adicionalmente, a menção para a aplicação dos recursos do Piso Básico Variável (17,8%) e do Piso de Transição (21,3%) nos CRAS pode sugerir a oferta de serviços de convivência ou ações complementares ao trabalho com famílias, ou mesmo realização de projetos de inclusão produtiva nas unidades descentralizadas de assistência social na unidade.

Tabela 1 - Número e percentual de CRAS, por fontes de financiamento para funcionamento dos CRAS, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Total de CRAS	Fontes de financiamento							
		Estadual	Federal - IGD	Federal - Outros recursos federais	Federal - Piso básico fixo	Federal - Piso básico transição	Federal - Piso básico variável	Governo do DF	Municipal
Norte	N.Abs % 403	37 9,2%	139 34,5%	20 5,0%	342 84,9%	92 22,8%	82 20,3%	0 0,0%	265 65,8%
Nordeste	N.Abs % 1.837	117 6,4%	603 32,8%	58 3,2%	1.610 87,6%	346 18,8%	313 17,0%	0 0,0%	1.101 59,9%
Sudeste	N.Abs % 1.730	470 27,2%	592 34,2%	85 4,9%	978 56,5%	245 14,2%	251 14,5%	0 0,0%	1.377 79,6%
Sul	N.Abs % 682	68 10,0%	323 47,4%	61 8,9%	364 53,4%	228 33,4%	124 18,2%	0 0,0%	580 85,0%
Centro-Oeste	N.Abs % 422	71 16,8%	211 50,0%	41 9,7%	277 65,6%	171 40,5%	132 31,3%	19 4,5%	315 74,6%
Total	N.Abs % 5.074	763 15,0%	1.868 36,8%	265 5,2%	3.571 70,4%	1.082 21,3%	902 17,8%	19 4,5%	3.638 71,7%

Analisando as fontes de recursos identificadas nos CRAS por porte populacional, pode-se dizer que as variações apresentadas foram, em geral, menores que as observadas entre as regiões. Destacam-se:

- o percentual de CRAS que identificou os recursos estaduais nas metrópoles foi bem inferior à proporção verificada em outros portes populacionais. Entretanto, nesse mesmo porte há uma proporção bem superior, se comparada com os demais portes: utilização dos recursos do IGD, Piso Básico Variável e Piso Básico de Transição.
- a distribuição percentual de CRAS que identificou os recursos municipais entre as suas fontes de financiamento mostra dois grupos bem diferenciados: as metrópoles e os municípios de grande porte que

constituem um grupo que utiliza recursos municipais para mais de 80% dos CRAS; e por outro lado, os municípios de menor porte onde cerca de 70% de CRAS citaram a utilização dos recursos de fonte municipal.

Tabela 2 - Número e percentual de CRAS, por fontes de financiamento para o funcionamento dos CRAS, segundo porte populacional - 2008

Porte populacional do município	Total de CRAS	Fontes de financiamento							
		Estadual	Federal - IGD	Federal - Outros recursos federais	Federal - Piso básico fixo	Federal - Piso básico transição	Federal - Piso básico variável	Governo do Df	Municipal
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs % 2.455	351 14,3%	978 39,8%	116 4,7%	1.750 71,3%	569 23,2%	417 17,0%	0 0,0%	1.668 67,9%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs % 928	155 16,7%	285 30,7%	31 3,3%	699 75,3%	160 17,2%	134 14,4%	0 0,0%	619 66,7%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs % 468	86 18,4%	135 28,8%	12 2,6%	316 67,5%	77 16,5%	61 13,0%	0 0,0%	329 70,3%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs % 954	146 15,3%	315 33,0%	39 4,1%	609 63,8%	168 17,6%	176 18,4%	0 0,0%	785 82,3%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs % 269	25 9,3%	155 57,6%	67 24,9%	197 73,2%	108 40,1%	114 42,4%	19 7,1%	237 88,1%
Total	N.Abs % 5.074	763 15,0%	1.868 36,8%	265 5,2%	3.571 70,4%	1.082 21,3%	902 17,8%	19 0,4%	3.638 71,7%

Na perspectiva de analisar as estratégias de cofinanciamento e financiamento por uma única fonte dos CRAS, cabe destacar que a Política Nacional de Assistência Social, de 2004, define como pressuposto do cofinanciamento, “a previsão de recursos das três esferas de governo, em razão da corresponsabilidade que perpassa a proteção social brasileira”.

O Gráfico 3 apresenta as combinações possíveis com as fontes de financiamento federal, estadual e municipal. Como federal, estão agrupados os recursos do Piso Básico Fixo, Piso Básico de Transição, Piso Básico de Variável, IGD e outros recursos sem identificação específica. A classificação estadual não necessitou nenhuma

agregação, pois os dados do Distrito Federal foram agrupados com os recursos municipais.

Quase a metade dos CRAS do país (46,6%) funciona com cofinanciamento federal e municipal. O esforço de cofinanciamento estadual, aparece, em geral, em apenas 13% dos CRAS, principalmente, quando associado aos recursos municipais e federais conjuntamente (9,5%).

Nos casos de financiamento por uma única fonte de recursos, que representam 40,1% dos CRAS cadastrados, os recursos federais representam a maior parte, ¼ de todos os CRAS do país depende apenas de recursos federais para a sua manutenção, num montante de 1.272 unidades. Complementarmente, 12,9% dos CRAS vêm sendo mantidos exclusivamente por fonte municipal, demonstrando um esforço e compromisso adicional dos municípios com a consolidação do SUAS. Nesse caso, o financiamento apenas pelos recursos estaduais, representa apenas 2,1% dos CRAS, pouco mais de 100 unidades em todo o país.

É interessante, sempre que possível, compararmos os resultados dos censos 2007 e 2008. Cabe lembrar que o censo CRAS 2008 coletou dados de um número maior de unidades. O censo 2008 teve 29% de CRAS a mais que 2007.

A comparação entre os censos, no aspecto de fontes de recursos, mostra que o percentual de CRAS que indicaram possuir recursos federais para manutenção dos serviços ofertados nos CRAS teve uma variação mais acentuada na região Sul. Em 2007, eram apenas 59% de CRAS que identificavam os recursos federais entre suas fontes nessa região, já em 2008 esse percentual aumentou para 74%. No Norte e Nordeste, o percentual diminuiu um pouco de 2007 para 2008 e, no Centro-Oeste, o que se percebeu foi um discreto aumento.

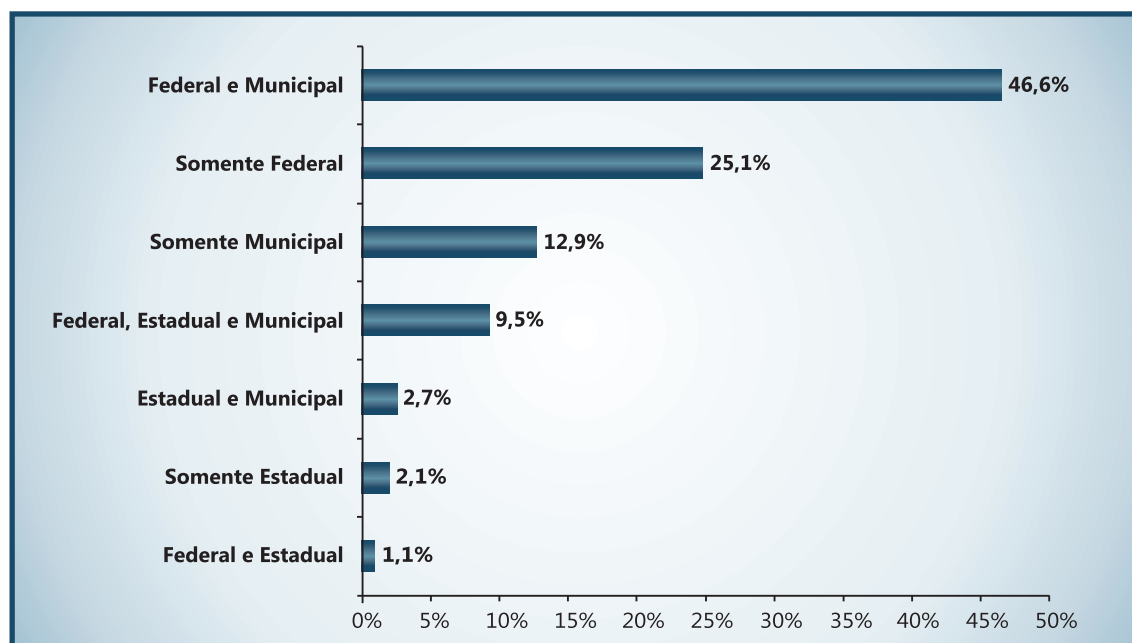
Essa variação nos percentuais de CRAS que identificaram possuir recursos federais para manutenção dos serviços ofertados entre os censos 2007 e 2008 pode ser compreendida devido às alterações realizadas na coleta desta informação nos

questionários de 2007 e 2008. Em 2007, o município era questionado sobre quais eram as fontes de financiamento da unidade, com as seguintes opções de resposta: Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal. No questionário aplicado em 2008, a questão correspondente teve suas opções de resposta mais detalhada: federal - Piso Básico Fixo, federal - Piso Básico de Transição, federal - Piso Básico Variável, federal - IGD, federal – outros recursos federais, financiamento estadual, financiamento do Distrito Federal e financiamento municipal.

Em relação ao financiamento estadual, houve um pequeno aumento no Brasil. Contando uma redução no Sudeste de 32% em 2007 para 27% em 2008, e aumentos menores para as outras quatro regiões.

No caso da presença de recursos municipais ou do Distrito Federal nos CRAS, o que se percebe no período é uma expressiva queda do percentual destes CRAS, de 86% para 72%. Destaque para as maiores reduções que aconteceram nas regiões Norte e Nordeste.

Gráfico 3 - Percentual de CRAS, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) - 2008



A análise das informações sobre as fontes de financiamento, combinadas ou exclusivas dos CRAS, evidencia uma desigualdade regional. As regiões Norte e Nordeste têm 33,5% e 38,4% dos CRAS, respectivamente, dependentes apenas de recursos federais, enquanto as demais regiões têm menos de 20% dos CRAS nessa situação. A região Sul destaca-se na proporção de CRAS que utilizam apenas recursos municipais, 23,3%, seguida das regiões Sudeste (17,9%) e o Centro-Oeste (13,7%). Esses resultados podem indicar que as regiões mais desenvolvidas dependeriam menos dos recursos federais para a manutenção de CRAS. Outro aspecto interessante é a porcentagem superior das regiões Sudeste e Centro-Oeste no financiamento dos CRAS com recursos dos três níveis federativos.

Tabela 3 - Número e percentual de CRAS, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) e Grandes Regiões - 2008

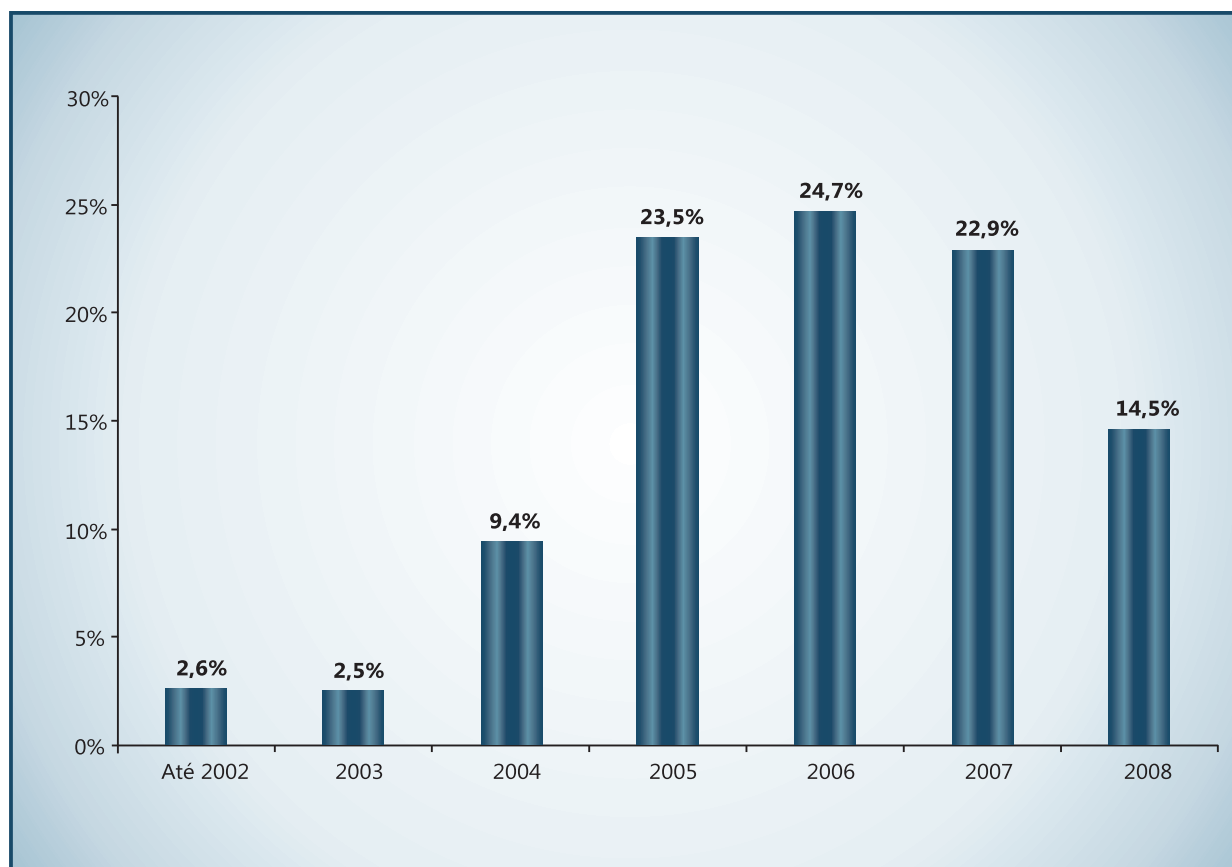
Grandes Regiões		Fontes de financiamento (co-financiamento)							Total
		Somente Federal	Somente Estadual	Somente Municipal	Federal e Estadual	Federal e Municipal	Estadual e Municipal	Federal, Estadual e Municipal	
Norte	N.Abs	135	2	29	1	202	0	34	403
	%	33,5%	0,5%	7,2%	0,2%	50,1%	0,0%	8,4%	100,0%
Nordeste	N.Abs	705	17	98	14	917	18	68	1.837
	%	38,4%	0,9%	5,3%	0,8%	49,9%	1,0%	3,7%	100,0%
Sudeste	N.Abs	257	81	310	15	693	105	269	1.730
	%	14,9%	4,7%	17,9%	0,9%	40,1%	6,1%	15,5%	100,0%
Sul	N.Abs	92	6	159	4	363	9	49	682
	%	13,5%	0,9%	23,3%	0,6%	53,2%	1,3%	7,2%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	83	1	58	23	191	3	63	422
	%	19,7%	0,2%	13,7%	5,5%	45,3%	0,7%	14,9%	100,0%
Total	N.Abs	1.272	107	654	57	2.366	135	483	5.074
	%	25,1%	2,1%	12,9%	1,1%	46,6%	2,7%	9,5%	100,0%

A análise dos cofinanciamentos ou financiamentos por uma única fonte de recursos dos CRAS por porte populacional sugere, em geral, a dependência maior de recursos federais, para manutenção de CRAS dos municípios de pequeno e de médio portes. À medida que aumenta o porte, diminui o percentual de CRAS que são mantidos apenas com recursos federais e aumenta o percentual de CRAS com recursos federais e municipais. Para o grupo de CRAS que é financiado somente por recursos federais, o porte Pequeno I tem o percentual seis vezes superior ao percentual apresentado pelas Metrôpoles. Já quando se trata do cofinanciamento federal e municipal, o porte Metrôpole tem percentual aproximadamente 50% maior que o porte Pequeno I.

Tabela 4 - Número e percentual de CRAS, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) e porte populacional - 2008

Porte populacional do município		Fontes de financiamento (cofinanciamento)							Total
		Somente Federal	Somente Estadual	Somente Municipal	Federal e Estadual	Federal e Municipal	Estadual e Municipal	Federal, Estadual e Municipal	
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs %	727 29,6%	36 1,5%	302 12,3%	24 1,0%	1.075 43,8%	54 2,2%	237 9,7%	2.455 100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs %	272 29,3%	27 2,9%	89 9,6%	10 1,1%	412 44,4%	43 4,6%	75 8,1%	928 100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs %	113 24,1%	22 4,7%	63 13,5%	4 0,9%	206 44,0%	11 2,4%	49 10,5%	468 100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs %	148 15,5%	20 2,1%	163 17,1%	1 0,1%	497 52,1%	27 2,8%	98 10,3%	954 100,0%
Metrôpole (mais de 900.000 hab)	N.Abs %	12 4,5%	2 0,7%	37 13,8%	18 6,7%	176 65,4%	0 0,0%	24 8,9%	269 100,0%
Total	N.Abs %	1.272 25,1%	107 2,1%	654 12,9%	57 1,1%	2.366 46,6%	135 2,7%	483 9,5%	5.074 100,0%

Gráfico 4 - Percentual de CRAS, segundo ano de implantação - Brasil - 2008



O Gráfico 4 mostra a evolução histórica do número de CRAS implantados, independentemente de fonte de financiamento. Cabe observar que a informação relativa ao ano 2008 considerou unidades implantadas até setembro. Mais de 85% dos CRAS foram implantados a partir de 2005, apresentando o ápice em 2006. Essa concentração da implantação está relacionada à formulação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS em 2004, à aprovação da NOB-SUAS em 2005 e à centralidade do CRAS, que se constitui como unidade descentralizada de referência para a organização da proteção social básica do SUAS e seu caráter universalizante.

Tabela 5 - Número e percentual de CRAS, por ano de implantação, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		Período de implantação			Total
		Até 2002	De 2003 a 2006	2007 e 2008	
Norte	N.Abs	5	214	184	403
	%	1,2%	53,1%	45,7%	100,0%
Nordeste	N.Abs	7	1.189	641	1.837
	%	0,4%	64,7%	34,9%	100,0%
Sudeste	N.Abs	97	1.037	596	1.730
	%	5,6%	59,9%	34,5%	100,0%
Sul	N.Abs	16	370	296	682
	%	2,3%	54,3%	43,4%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	5	236	181	422
	%	1,2%	55,9%	42,9%	100,0%
Total	N.Abs	130	3.046	1.898	5.074
	%	2,6%	60,0%	37,4%	100,0%

A análise da distribuição por período de implantação mostra que os CRAS mais antigos (até 2002) estão concentrados na região Sudeste. Dos 130 implantados naquele período, 97 estavam no Sudeste. Durante o primeiro governo da atual gestão, observa-se a diferença entre o percentual de CRAS implantados no Nordeste em relação às demais regiões: 64,7% dos CRAS do Nordeste foram implantados de 2003 a 2006, enquanto nas demais regiões as porcentagens estão entre 50% e 60%.

Tabela 6 - Número e percentual de CRAS, por ano de implantação, segundo porte populacional - 2008

Porte populacional do município		Período de implantação			Total
		Até 2002	De 2003 a 2006	2007 e 2008	
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	29	1.298	1.128	2.455
	%	1,2%	52,9%	45,9%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	14	588	326	928
	%	1,5%	63,4%	35,1%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	14	281	173	468
	%	3,0%	60,0%	37,0%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	53	659	242	954
	%	5,6%	69,1%	25,4%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	20	220	29	269
	%	7,4%	81,8%	10,8%	100,0%
Total	N.Abs	130	3.046	1.898	5.074
	%	2,6%	60,0%	37,4%	100,0%

A análise por porte apresenta diferenças relevantes. As metrópoles tiveram concentração grande de CRAS implantados de 2003 a 2006, com percentual bem superior ao dos outros portes. Por outro lado, no extremo oposto, os CRAS em municípios com até 20 mil habitantes foram implantados quase igualmente de 2003 a 2006 e de 2007 a 2008. As metrópoles, com maior capacidade de financiamento, talvez tenham respondido mais rápido à política de assistência social do que os pequenos municípios, que dependem, em grande parte, de recursos federais e estaduais.

3.2. Estrutura Física do CRAS

O município e o Distrito Federal comprometem-se com a estruturação e a manutenção do espaço físico do CRAS, como cumprimento do requisito de habilitação ao nível básico ou pleno de gestão do SUAS.

O espaço físico do CRAS deve dispor de uma estrutura compatível com os serviços nele ofertados. Por isso, recomenda-se que o CRAS possua no mínimo, três ambientes com funções bem definidas: uma recepção, uma sala ou mais para entrevistas e um salão para reunião com grupos de famílias, além das áreas convencionais de serviços.

Nos casos de ofertar serviços de convívio e socioeducativos (grupos de crianças, adolescentes, jovens e idosos) ou projetos de capacitação e inserção produtiva, o CRAS deve ser maior, assim como contar com mobiliário compatível com as atividades a serem ofertadas.

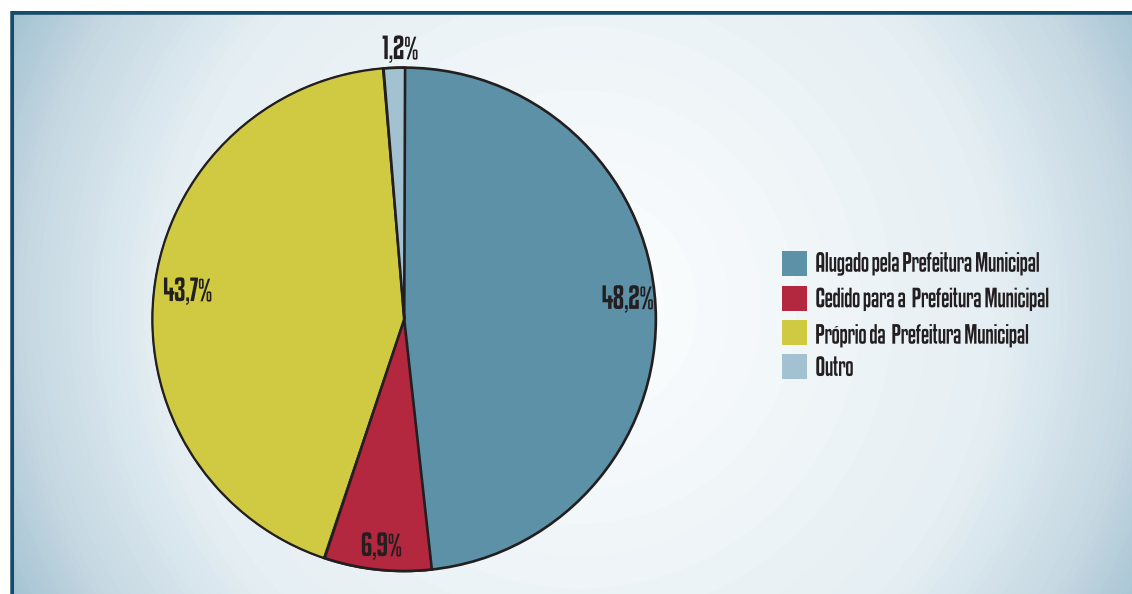
Recomenda-se ainda que os ambientes do CRAS sejam acolhedores para facilitar a expressão de necessidades e opiniões, bem como garantam privacidade e preservem a integridade e a dignidade das famílias, seus membros e indivíduos.

Ademais, o CRAS requer a previsão de meios de acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência, além de meios e instrumentos de informação, comunicação e acolhida do (a) usuário(a) e seus familiares, inclusive crianças e adolescentes.

É recomendável a disponibilização de linha telefônica e de computador conectado à rede Internet, permitindo agilidade de procedimentos e de registro de dados. Os CRAS cofinanciados pela União deverão ter placa padrão na frente da unidade (do lado da porta), seguindo modelo que é disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

As informações coletadas junto aos gestores locais dos CRAS abordaram também aspectos relativos à situação de localização do imóvel, se havia compartilhamento do local com outras unidades da prefeitura, associações comunitárias, conselhos ou outros locais de prestação de serviços público, como será visto nos itens analisados a seguir.*

Gráfico 5 - Percentual de CRAS segundo situação do imóvel onde se localiza o CRAS - Brasil - 2008



*As tabelas que apresentam os resultados por unidades da federação constam nos anexos (tabelas A5 a A18).

Quase a metade dos CRAS funciona em edificações alugadas. Isso representa um risco de necessidade de mudança de localização da unidade, devido a problemas de manutenção dos contratos de aluguel. Por outro lado, a dificuldade em encontrar imóveis próprios e compatíveis com as atividades do CRAS e do PAIF em territórios de vulnerabilidade social pode ser explicada, em parte, pelo fato das áreas prioritárias de localização dos CRAS serem, em geral, não regularizadas do ponto de vista de ordenamento territorial.

Para incrementar a análise, podemos considerar dois grupos de CRAS: os alugados e os próprios. Se compararmos a distribuição estatística das despesas com assistência social per capita dos municípios por situação do imóvel, observamos que os CRAS localizados em imóveis próprios, em média, estão em municípios que mais aplicam recursos próprios em assistência social.

Tabela 7 - Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza o CRAS, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) - 2008

Fontes de financiamento (cofinanciamento)		Situação do Imóvel				Total
		Alugado pela Prefeitura Municipal	Cedido para a Prefeitura Municipal	Próprio da Prefeitura Municipal	Outro	
Somente Federal	N.Abs %	681 53,5%	105 8,3%	472 37,1%	14 1,1%	1.272 100,0%
Somente Estadual	N.Abs %	57 53,3%	4 3,7%	45 42,1%	1 0,9%	107 100,0%
Somente Municipal	N.Abs %	251 38,4%	44 6,7%	352 53,8%	7 1,1%	654 100,0%
Somente Federal e Estadual	N.Abs %	23 40,4%	4 7,0%	27 47,4%	3 5,3%	57 100,0%
Somente Federal e Municipal	N.Abs %	1.170 49,5%	156 6,6%	1.011 42,7%	29 1,2%	2.366 100,0%
Somente Estadual e Municipal	N.Abs %	69 51,1%	7 5,2%	57 42,2%	2 1,5%	135 100,0%
Federal, Estadual e Municipal	N.Abs %	197 40,8%	29 6,0%	254 52,6%	3 0,6%	483 100,0%
Total	N.Abs %	2.448 48,2%	349 6,9%	2.218 43,7%	59 1,2%	5.074 100,0%

Comparando a situação do imóvel com as fontes de financiamento, observamos que o menor número de edificações alugadas refere-se a CRAS financiados exclusivamente por fonte municipal, 38,4%, enquanto o maior número de imóveis alugados, aproximadamente 53%, refere-se a CRAS financiados exclusivamente por fonte federal ou exclusivamente por fonte estadual. Já para as edificações próprias da prefeitura, os maiores percentuais referem-se aos CRAS financiados exclusivamente por fonte municipal ou cofinanciados pelos três níveis de governo, com aproximadamente 53% de CRAS nessa situação.

Para mensurar o grau de dependência entre duas variáveis, ou seja, a intensidade com que a variação de uma das variáveis afeta a outra variável, pode-se usar medidas de associação estatística. Calculando medidas de associação entre fontes de financiamento e situação do imóvel, encontra-se uma associação entre essas variáveis, mas de fraca intensidade. Isso era esperado, já que, como vimos a situação do imóvel não depende apenas dos recursos disponíveis, mas também de outras variáveis, como disponibilidade de imóvel em terreno público em áreas de vulnerabilidade social.

Os dados sugerem ainda que o município, ao tomar a decisão de implantar o CRAS e financiá-lo, o faça de forma planejada e com vistas a garantir a continuidade dos serviços prestados, buscando, portanto, instalar a unidade em espaços definitivos.

Tabela 8 - Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza o CRAS, segundo existência ou não de financiamento Federal (Piso básico fixo) - 2008

Situação do imóvel	Financiamento federal - Piso básico fixo			
		Sim	Não	Total
Alugado pela Prefeitura Municipal	N.Abs %	1.827 51,2%	621 41,3%	2.448 48,2%
Cedido para a Prefeitura Municipal	N.Abs %	254 7,1%	95 6,3%	349 6,9%
Próprio da Prefeitura Municipal	N.Abs %	1.454 40,7%	764 50,8%	2.218 43,7%
Outro	N.Abs %	36 1,0%	23 1,5%	59 1,2%
Total	N.Abs %	3.571 100,0%	1.503 100,0%	5.074 100,0%

Se analisarmos a situação do imóvel quando o CRAS é cofinanciado ou não por meio do Piso Básico Fixo, observamos que aqueles que são cofinanciados têm um percentual bem inferior de próprios, 41,3%, do que os que não são cofinanciados, 50,8%.

Tabela 9 - Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza o CRAS, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		Situação do imóvel				Total
		Alugado pela Prefeitura Municipal	Cedido para a Prefeitura Municipal	Próprio da Prefeitura Municipal	Outro	
Norte	N.Abs	173	30	197	3	403
	%	42,9%	7,4%	48,9%	0,7%	100,0%
Nordeste	N.Abs	1.125	97	603	12	1.837
	%	61,2%	5,3%	32,8%	0,7%	100,0%
Sudeste	N.Abs	858	126	716	30	1.730
	%	49,6%	7,3%	41,4%	1,7%	100,0%
Sul	N.Abs	180	65	427	10	682
	%	26,4%	9,5%	62,6%	1,5%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	112	31	275	4	422
	%	26,5%	7,3%	65,2%	0,9%	100,0%
Total	N.Abs	2.448	349	2.218	59	5.074
	%	48,2%	6,9%	43,7%	1,2%	100,0%

Analisando as diferenças regionais, o Nordeste destaca-se negativamente com 61,2% dos CRAS em imóveis alugados, enquanto no Sul e no Centro-Oeste essa porcentagem é de aproximadamente 26%. Conseqüentemente, as porcentagens invertem-se para os imóveis próprios: Centro-Oeste, 65,2%; Sul, 62,6% e ;Nordeste, apenas 32,8%.

Tabela 10 - Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza o CRAS, segundo porte populacional do município - 2008

Porte populacional do município		Situação do imóvel				Total
		Alugado pela Prefeitura Municipal	Cedido para a Prefeitura Municipal	Próprio da Prefeitura Municipal	Outro	
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	1.186	145	1.097	27	2.455
	%	48,3%	5,9%	44,7%	1,1%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	528	59	333	8	928
	%	56,9%	6,4%	35,9%	0,9%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	245	25	192	6	468
	%	52,4%	5,3%	41,0%	1,3%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	408	96	436	14	954
	%	42,8%	10,1%	45,7%	1,5%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	81	24	160	4	269
	%	30,1%	8,9%	59,5%	1,5%	100,0%
Total	N.Abs	2.448	349	2.218	59	5.074
	%	48,2%	6,9%	43,7%	1,2%	100,0%

A situação por porte mostra que, à medida que o porte aumenta, o percentual de alugados diminui e o de próprios aumenta. Mais da metade dos CRAS em municípios com 20.000 a 50.000 habitantes e com 50.000 a 100.000 habitantes são alugados. Nas metrópoles, observa-se que quase 60% dos CRAS localizam-se em imóveis próprios. É importante observar que os municípios de menor porte, até 20.000 habitantes, têm distribuição diferenciada, possuindo quantidades bem próximas de imóveis alugados e próprios.

A comparação entre 2007 e 2008 mostra que houve um pequeno aumento do número de CRAS próprios da prefeitura, de 41% para 44%, e consequente redução nos alugados de 50% para 48%. Esse comportamento é verificado por região e por porte populacional.

Gráfico 6 - Número de CRAS, segundo compartilhamento ou não do imóvel - Brasil - 2008

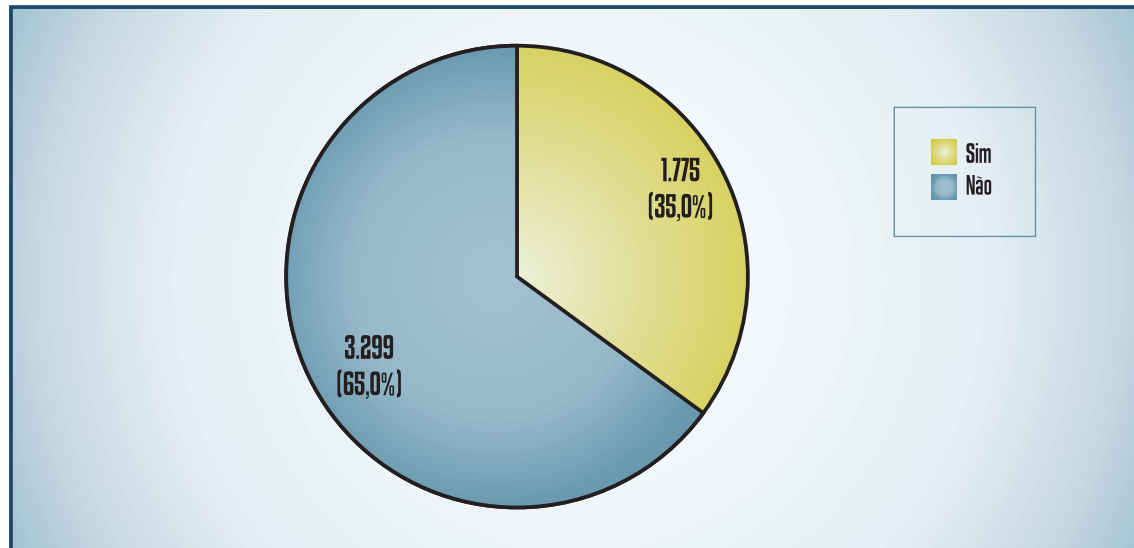
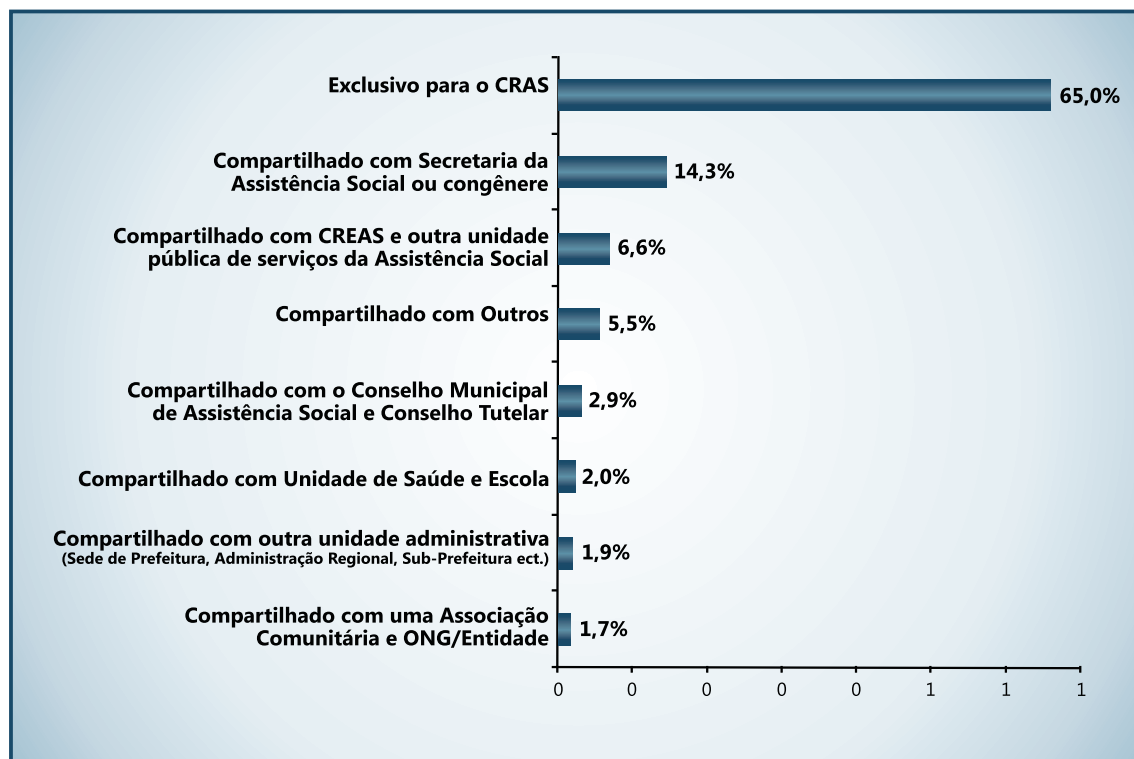


Gráfico 7 - Percentual de CRAS, segundo tipo de compartilhamento do imóvel - Brasil - 2008



Observa-se que 65,0% dos CRAS funcionam em imóveis exclusivos. Entre os que são compartilhados, essa situação ocorre com maior frequência com a própria Secretaria de Assistência Social ou órgão congênere.

Segundo Resolução CIT Nº 06 e 07/2008, o funcionamento de CRAS em imóvel compartilhado com secretarias ou estruturas administrativas, bem como, associações comunitárias e ONGs foi classificado como situação insatisfatória. Os CRAS nessa situação, identificados no processo de monitoramento dos CRAS no ano de 2007, foram notificados e comprometeram-se, por meio da pactuação de planos de providências, a regularizar a situação dos imóveis dentro do prazo previsto na Resolução CITnº 06. O impacto desta ação será medido na análise do Censo de 2009.

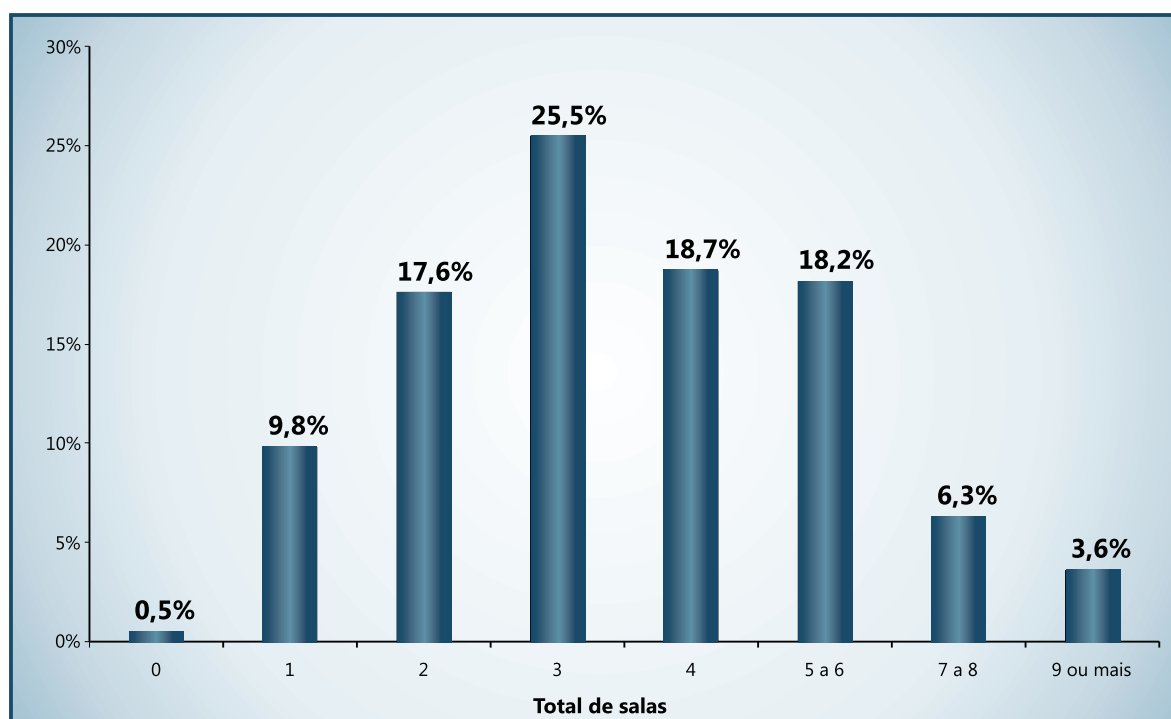
Respeitadas as exceções acima, o compartilhamento é permitido, desde que sejam tomadas providências que assegurem a identidade da unidade, tais como: entrada independente para o CRAS, identificação visível, exclusividade de banheiros para usuários e de espaços para a oferta do PAIF e da função de gestão local da rede socioassistencial.

A comparação entre 2007 e 2008 mostra aumento do número de CRAS não compartilhados de 59% para 65%. Esse aumento ocorreu por porte e por região.

Uma dimensão fundamental para o bom funcionamento do CRAS é seu espaço físico. De acordo com as orientações técnicas da Proteção Social Básica o espaço físico do CRAS deve possuir, no mínimo, uma recepção, uma sala para entrevistas (com capacidade para até 15 pessoas) e um salão para reunião com grupos de famílias (com capacidade de 15 a 30 pessoas). O CRAS deve contar, ainda, com banheiro em número suficiente para o público atendido e condições de acessibilidade para pessoas idosas e pessoas com deficiência.

A maioria dos CRAS possui de duas a seis salas, sendo que a maior frequência, com 25,5% das unidades, é de três salas. Apenas 0,5% dos CRAS não possuem nenhuma sala para atendimento.

Gráfico 8 - Percentual de CRAS segundo total de salas - Brasil - 2008



A comparação entre regiões, portes e situações do imóvel não apresenta variações significativas dos percentuais, como podemos observar nas Tabelas 11, 12 e 13.

Tabela 11 - Número e percentual de CRAS, por total de salas, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		Total de Salas de Atendimento								Total
		0	1	2	3	4	5 e 6	7 e 8	9 ou mais	
Norte	N.Abs	3	49	62	115	73	65	19	17	403
	%	0,7%	12,2%	15,4%	28,5%	18,1%	16,1%	4,7%	4,2%	100,0%
Nordeste	N.Abs	5	163	336	530	376	297	81	49	1.837
	%	0,3%	8,9%	18,3%	28,9%	20,5%	16,2%	4,4%	2,7%	100,0%
Sudeste	N.Abs	9	168	328	396	304	341	134	50	1.730
	%	0,5%	9,7%	19,0%	22,9%	17,6%	19,7%	7,7%	2,9%	100,0%
Sul	N.Abs	5	78	101	147	131	136	48	36	682
	%	0,7%	11,4%	14,8%	21,6%	19,2%	19,9%	7,0%	5,3%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	2	38	65	104	64	83	36	30	422
	%	0,5%	9,0%	15,4%	24,6%	15,2%	19,7%	8,5%	7,1%	100,0%
Total	N.Abs	24	496	892	1.292	948	922	318	182	5.074
	%	0,5%	9,8%	17,6%	25,5%	18,7%	18,2%	6,3%	3,6%	100,0%

Tabela 12 - Número e percentual de CRAS, por total de salas, segundo porte populacional do município - 2008

Porte populacional do município		Total de salas de atendimento								Total
		0	1	2	3	4	5 a 6	7 a 8	9 ou mais	
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	9	256	480	659	456	396	134	65	2.455
	%	0,4%	10,4%	19,6%	26,8%	18,6%	16,1%	5,5%	2,6%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	3	93	151	251	169	170	53	38	928
	%	0,3%	10,0%	16,3%	27,0%	18,2%	18,3%	5,7%	4,1%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	3	40	79	110	87	96	37	16	468
	%	0,6%	8,5%	16,9%	23,5%	18,6%	20,5%	7,9%	3,4%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	8	77	140	214	188	205	75	47	954
	%	0,8%	8,1%	14,7%	22,4%	19,7%	21,5%	7,9%	4,9%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	1	30	42	58	48	55	19	16	269
	%	0,4%	11,2%	15,6%	21,6%	17,8%	20,4%	7,1%	5,9%	100,0%
Total	N.Abs	24	496	892	1.292	948	922	318	182	5.074
	%	0,5%	9,8%	17,6%	25,5%	18,7%	18,2%	6,3%	3,6%	100,0%

Tabela 13 - Número e percentual de CRAS, por total de salas, segundo situação do imóvel - 2008

Situação do imóvel		Total de salas de atendimento								Total
		0	1	2	3	4	5 a 6	7 a 8	9 ou mais	
Próprio da Prefeitura Municipal	N.Abs	12	200	342	539	421	428	161	115	2.218
	%	0,5%	9,0%	15,4%	24,3%	19,0%	19,3%	7,3%	5,2%	100,0%
Alugado pela Prefeitura Municipal	N.Abs	11	250	474	652	457	425	127	52	2.448
	%	0,4%	10,2%	19,4%	26,6%	18,7%	17,4%	5,2%	2,1%	100,0%
Cedido para a Prefeitura Municipal	N.Abs	1	38	67	82	59	63	26	13	349
	%	0,3%	10,9%	19,2%	23,5%	16,9%	18,1%	7,4%	3,7%	100,0%
Outro	N.Abs	0	8	9	19	11	6	4	2	59
	%	0,0%	13,6%	15,3%	32,2%	18,6%	10,2%	6,8%	3,4%	100,0%
Total	N.Abs	24	496	892	1.292	948	922	318	182	5.074
	%	0,5%	9,8%	17,6%	25,5%	18,7%	18,2%	6,3%	3,6%	100,0%

Ao analisarmos o Gráfico 9, observamos que 27,5% dos CRAS não tem salas para 15 a 30 pessoas. O valor mais frequente é de uma sala (47,9%) e, das unidades que possuem esse espaço, a concentração está em uma ou duas salas.

A análise por região mostra que o Nordeste é a região com o menor percentual de unidades que não possuem sala para essa capacidade, 22,3%, e que o Sudeste apresenta o maior percentual de ausência de salas de 15 a 30 pessoas com 32,5%.

Gráfico 9 - Percentual de CRAS, segundo quantidade de salas com capacidade de 15 a 30 pessoas - Brasil - 2008

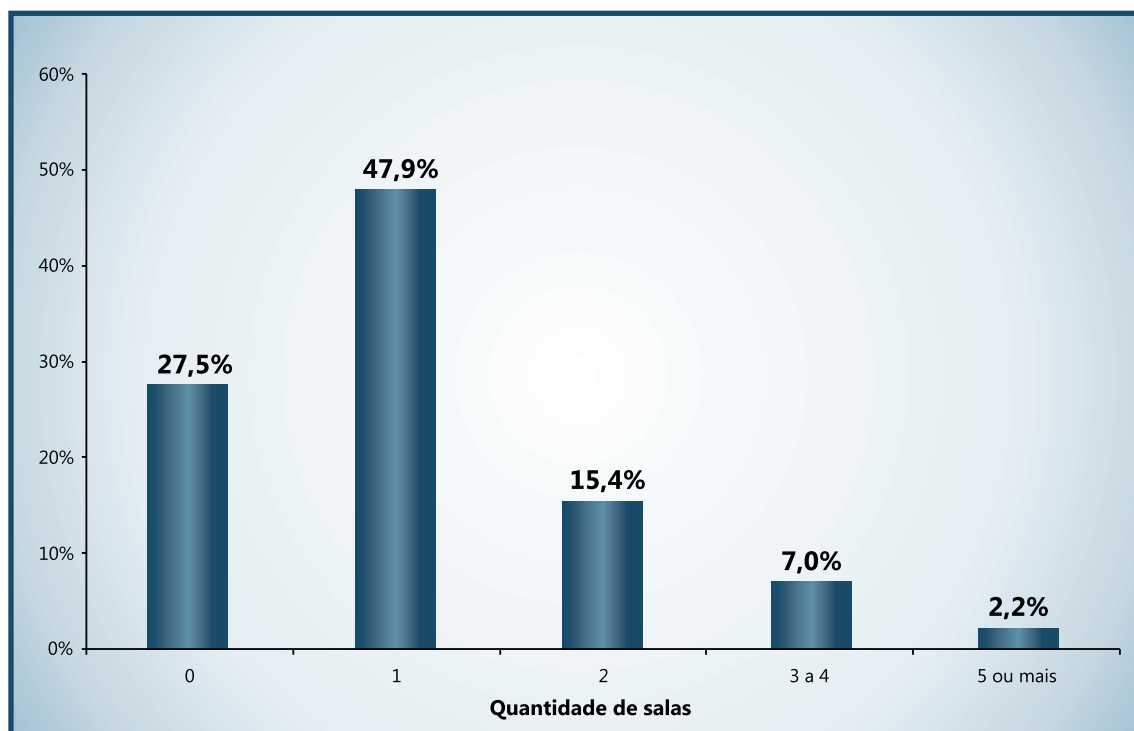


Tabela 14 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas com capacidade de 15 a 30 pessoas, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Salas com capacidade de 15 a 30 pessoas						
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	Total
Norte	N.Abs	116	187	63	28	9	403
	%	28,8%	46,4%	15,6%	6,9%	2,2%	100,0%
Nordeste	N.Abs	409	977	316	108	27	1.837
	%	22,3%	53,2%	17,2%	5,9%	1,5%	100,0%
Sudeste	N.Abs	562	750	241	138	39	1.730
	%	32,5%	43,4%	13,9%	8,0%	2,3%	100,0%
Sul	N.Abs	179	335	106	46	16	682
	%	26,2%	49,1%	15,5%	6,7%	2,3%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	130	182	56	35	19	422
	%	30,8%	43,1%	13,3%	8,3%	4,5%	100,0%
Total	N.Abs	1.396	2.431	782	355	110	5.074
	%	27,5%	47,9%	15,4%	7,0%	2,2%	100,0%

A análise por porte mostra que não há diferenças expressivas entre os portes no percentual de unidades sem sala com capacidade de 15 a 30 pessoas. O percentual de unidades com pelo menos três salas desse tipo é um pouco maior nos portes Grande e Metrôpole, provavelmente, por possuírem demanda maior pelas atividades coletivas oferecidas pelos CRAS.

Tabela 15 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas com capacidade de 15 a 30 pessoas, segundo porte populacional do município - 2008

Porte populacional do município		Salas com capacidade de 15 a 30 pessoas					Total
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	661	1.271	359	133	31	2.455
	%	26,9%	51,8%	14,6%	5,4%	1,3%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	260	448	140	63	17	928
	%	28,0%	48,3%	15,1%	6,8%	1,8%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	127	209	83	34	15	468
	%	27,1%	44,7%	17,7%	7,3%	3,2%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	268	402	150	96	38	954
	%	28,1%	42,1%	15,7%	10,1%	4,0%	100,0%
Metrôpole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	80	101	50	29	9	269
	%	29,7%	37,5%	18,6%	10,8%	3,3%	100,0%
Total	N.Abs	1.396	2.431	782	355	110	5.074
	%	27,5%	47,9%	15,4%	7,0%	2,2%	100,0%

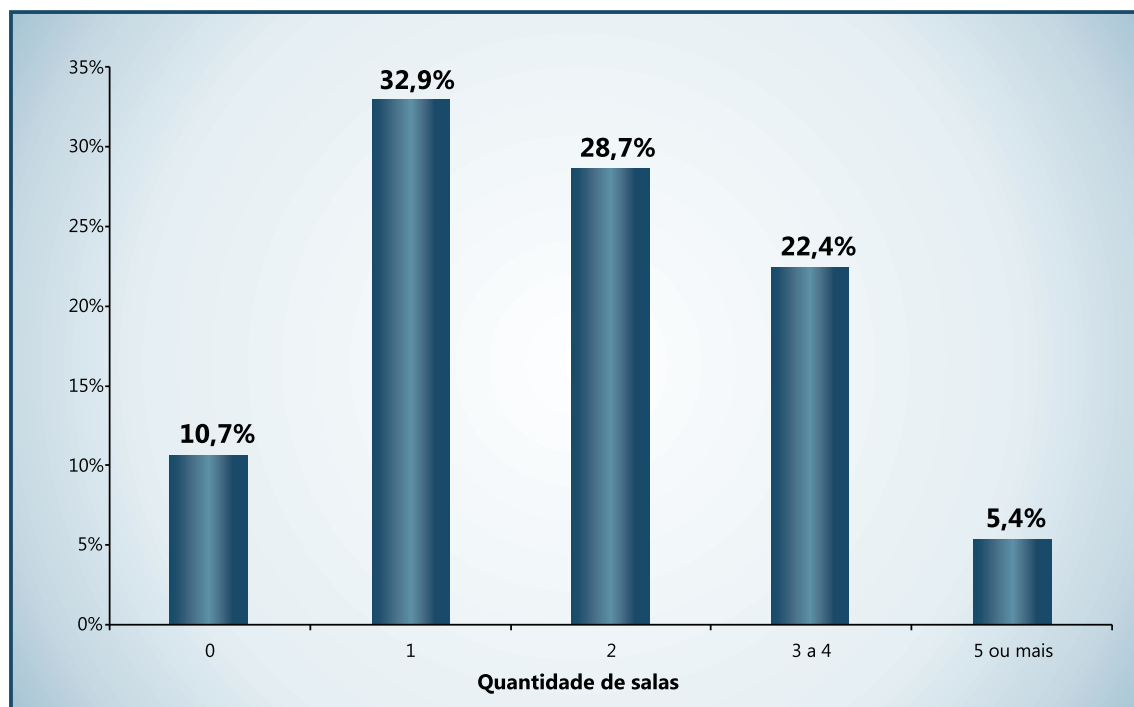
Se compararmos a quantidade de salas segundo a situação do imóvel, não há grandes diferenças. Entretanto, nas categorias 2 salas, 3 a 4 salas e 5 ou mais salas, o grupo dos CRAS próprios da prefeitura possuem percentuais maiores do que os demais grupos, o que pode sinalizar um ganho de infraestrutura de imóveis nessa situação.

Tabela 16 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas com capacidade de 15 a 30 pessoas, segundo situação do imóvel - 2008

Situação do imóvel		Salas com capacidade de 15 a 30 pessoas					Total
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	
Próprio da Prefeitura Municipal	N.Abs	594	985	358	208	73	2.218
	%	26,8%	44,4%	16,1%	9,4%	3,3%	100,0%
Alugado pela Prefeitura Municipal	N.Abs	673	1.265	367	114	29	2.448
	%	27,5%	51,7%	15,0%	4,7%	1,2%	100,0%
Cedido para a Prefeitura Municipal	N.Abs	111	154	48	29	7	349
	%	31,8%	44,1%	13,8%	8,3%	2,0%	100,0%
Outro	N.Abs	18	27	9	4	1	59
	%	30,5%	45,8%	15,3%	6,8%	1,7%	100,0%
Total	N.Abs	1.396	2.431	782	355	110	5.074
	%	27,5%	47,9%	15,4%	7,0%	2,2%	100,0%

Apenas 10,7% dos CRAS não têm salas com capacidade inferior a 15 pessoas. As unidades estão concentradas em uma sala (32,9%) ou duas salas (28,7%).

Gráfico 10 - Percentual de CRAS segundo quantidade de salas com capacidade inferior a 15 pessoas - Brasil - 2008



A análise por região mostra que Norte (14,1%) e Centro-Oeste (13,7%) são as regiões com o maior percentual de unidades que não possuem sala com capacidade inferior a 15 pessoas e que o Sudeste apresenta o menor percentual de ausência de salas nessa capacidade, com 8,7%. As regiões que se destacam com pelo menos três salas são Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Tabela 17 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas com capacidade inferior a 15 pessoas, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		Salas com capacidade inferior a 15 pessoas					Total
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	
Norte	N.Abs	57	146	114	60	26	403
	%	14,1%	36,2%	28,3%	14,9%	6,5%	100,0%
Nordeste	N.Abs	200	696	568	327	46	1.837
	%	10,9%	37,9%	30,9%	17,8%	2,5%	100,0%
Sudeste	N.Abs	150	507	511	453	109	1.730
	%	8,7%	29,3%	29,5%	26,2%	6,3%	100,0%
Sul	N.Abs	77	187	167	188	63	682
	%	11,3%	27,4%	24,5%	27,6%	9,2%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	58	131	94	110	29	422
	%	13,7%	31,0%	22,3%	26,1%	6,9%	100,0%
Total	N.Abs	542	1.667	1.454	1.138	273	5.074
	%	10,7%	32,9%	28,7%	22,4%	5,4%	100,0%

Tabela 18 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas com capacidade inferior a 15 pessoas, segundo porte populacional do município - 2008

Porte populacional do município		Salas com capacidade inferior a 15 pessoas					Total
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	254	904	664	515	118	2.455
	%	10,3%	36,8%	27,0%	21,0%	4,8%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	100	293	263	214	58	928
	%	10,8%	31,6%	28,3%	23,1%	6,3%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	57	147	141	98	25	468
	%	12,2%	31,4%	30,1%	20,9%	5,3%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	101	255	304	238	56	954
	%	10,6%	26,7%	31,9%	24,9%	5,9%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	30	68	82	73	16	269
	%	11,2%	25,3%	30,5%	27,1%	5,9%	100,0%
Total	N.Abs	542	1.667	1.454	1.138	273	5.074
	%	10,7%	32,9%	28,7%	22,4%	5,4%	100,0%

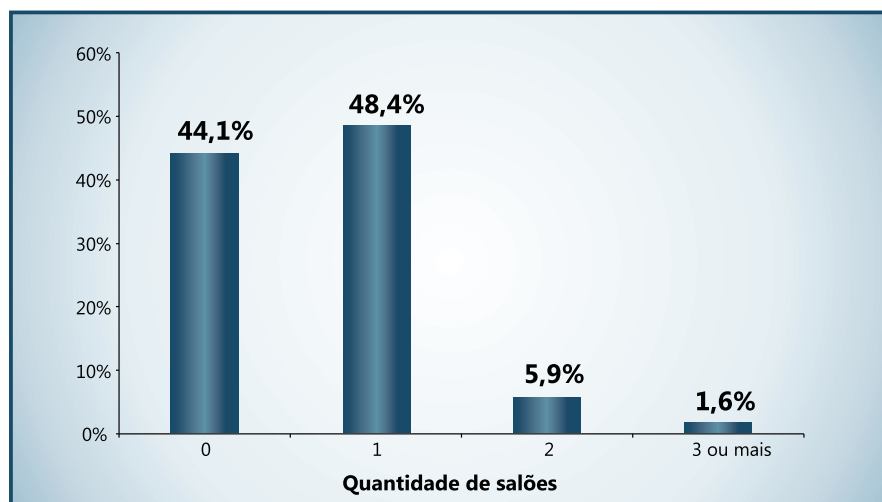
Segundo a Tabela 19, o maior percentual de grupo de CRAS sem sala com capacidade inferior a 15 pessoas é dos próprios da Prefeitura, com 13,4%.

Tabela 19 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas com capacidade inferior a 15 pessoas, segundo situação do imóvel - 2008

Situação do imóvel		Salas com capacidade inferior a 15 pessoas					Total
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	
Próprio da Prefeitura Municipal	N.Abs	298	732	579	470	139	2.218
	%	13,4%	33,0%	26,1%	21,2%	6,3%	100,0%
Alugado pela Prefeitura Municipal	N.Abs	204	776	762	596	110	2.448
	%	8,3%	31,7%	31,1%	24,3%	4,5%	100,0%
Cedido para a Prefeitura Municipal	N.Abs	33	137	98	60	21	349
	%	9,5%	39,3%	28,1%	17,2%	6,0%	100,0%
Outro	N.Abs	7	22	15	12	3	59
	%	11,9%	37,3%	25,4%	20,3%	5,1%	100,0%
Total	N.Abs	542	1.667	1.454	1.138	273	5.074
	%	10,7%	32,9%	28,7%	22,4%	5,4%	100,0%

Podemos constatar no Gráfico 11 que 44,1% dos CRAS não possuem salão (mais de 30 pessoas). O percentual de unidades com pelo menos dois salões é pequeno, com 7,5% do total.

Gráfico 11 - Percentual de CRAS segundo quantidade de salões com capacidade superior a 30 pessoas - Brasil - 2008



Na comparação regional, podemos dividir as grandes regiões em dois grupos: Sul e Sudeste, com mais da metade dos CRAS sem salões, e as demais regiões, com um percentual entre 50% e 60% de unidades que possuem um salão.

Tabela 20 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salões com capacidade superior a 30 pessoas, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		Salões com capacidade superior a 30 pessoas				Total
		0	1	2	3 ou mais	
Norte	N.Abs	144	227	25	7	403
	%	35,7%	56,3%	6,2%	1,7%	100,0%
Nordeste	N.Abs	714	972	119	32	1.837
	%	38,9%	52,9%	6,5%	1,7%	100,0%
Sudeste	N.Abs	899	718	89	24	1.730
	%	52,0%	41,5%	5,1%	1,4%	100,0%
Sul	N.Abs	345	294	35	8	682
	%	50,6%	43,1%	5,1%	1,2%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	137	243	30	12	422
	%	32,5%	57,6%	7,1%	2,8%	100,0%
Total	N.Abs	2.239	2.454	298	83	5.074
	%	44,1%	48,4%	5,9%	1,6%	100,0%

Já a análise por porte não mostra variações significativas nos percentuais, segundo a Tabela 21.

Tabela 21 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salões com capacidade superior a 30 pessoas, segundo porte populacional do município - 2008

Porte populacional do município		Salões com capacidade superior a 30 pessoas				Total
		0	1	2	3 ou mais	
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	1.073	1.238	116	28	2.455
	%	43,7%	50,4%	4,7%	1,1%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	408	443	64	13	928
	%	44,0%	47,7%	6,9%	1,4%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	191	225	40	12	468
	%	40,8%	48,1%	8,5%	2,6%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	436	430	65	23	954
	%	45,7%	45,1%	6,8%	2,4%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	131	118	13	7	269
	%	48,7%	43,9%	4,8%	2,6%	100,0%
Total	N.Abs	2.239	2.454	298	83	5.074
	%	44,1%	48,4%	5,9%	1,6%	100,0%

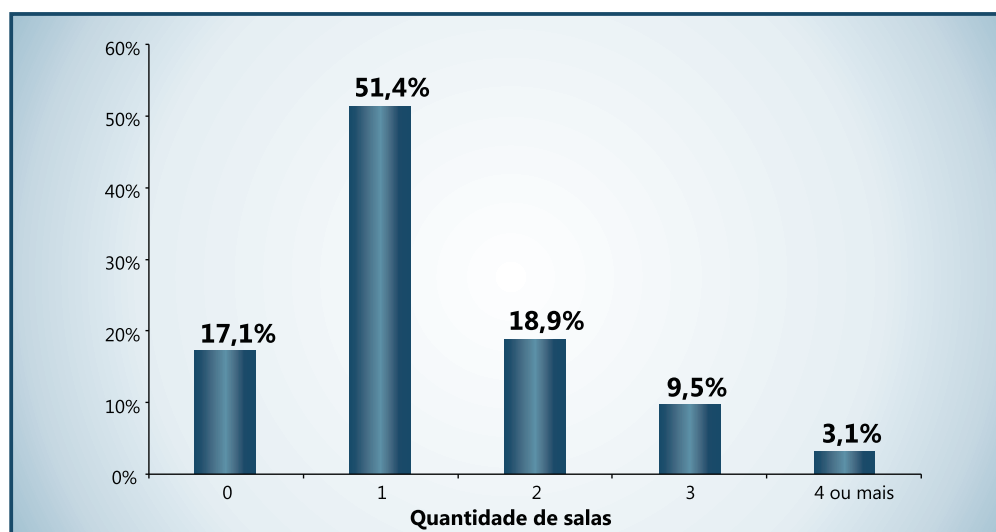
A ausência de salões é mais incidente nos imóveis alugados (53,6%). Nas demais situações, os percentuais são inferiores principalmente os próprios, onde 65% possuem pelo menos um salão.

Tabela 22 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salões com capacidade superior a 30 pessoas, segundo situação do imóvel - 2008

Situação do imóvel		Salões com capacidade superior a 30 pessoas				Total
		0	1	2	3 ou mais	
Próprio da Prefeitura Municipal	N.Abs	777	1.215	171	55	2.218
	%	35,0%	54,8%	7,7%	2,5%	100,0%
Alugado pela Prefeitura Municipal	N.Abs	1.313	1.013	107	15	2.448
	%	53,6%	41,4%	4,4%	0,6%	100,0%
Cedido para a Prefeitura Municipal	N.Abs	122	198	17	12	349
	%	35,0%	56,7%	4,9%	3,4%	100,0%
Outro	N.Abs	27	28	3	1	59
	%	45,8%	47,5%	5,1%	1,7%	100,0%
Total	N.Abs	2.239	2.454	298	83	5.074
	%	44,1%	48,4%	5,9%	1,6%	100,0%

Um pouco mais da metade dos CRAS possui uma sala exclusiva de coordenação ou administração e 17,1% das unidades ainda não possuem tal ambiente.

Gráfico 12 - Percentual de CRAS segundo quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração - Brasil - 2008



O percentual mais baixo de CRAS sem sala exclusiva de coordenação ou administração na comparação regional está na região Norte (12,9%). Já na análise por porte, esse percentual é menor no porte médio (14,1%). No geral, não há diferenças expressivas nas comparações por região, porte ou situação do imóvel.

Tabela 23 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		Salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração					Total
		0	1	2	3	4 ou mais	
Norte	N.Abs	52	189	93	55	14	403
	%	12,9%	46,9%	23,1%	13,6%	3,5%	100,0%
Nordeste	N.Abs	290	1.065	323	138	21	1.837
	%	15,8%	58,0%	17,6%	7,5%	1,1%	100,0%
Sudeste	N.Abs	333	849	326	161	61	1.730
	%	19,2%	49,1%	18,8%	9,3%	3,5%	100,0%
Sul	N.Abs	126	324	131	73	28	682
	%	18,5%	47,5%	19,2%	10,7%	4,1%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	67	183	84	56	32	422
	%	15,9%	43,4%	19,9%	13,3%	7,6%	100,0%
Total	N.Abs	868	2.610	957	483	156	5.074
	%	17,1%	51,4%	18,9%	9,5%	3,1%	100,0%

Tabela 24 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração, segundo porte populacional do município - 2008

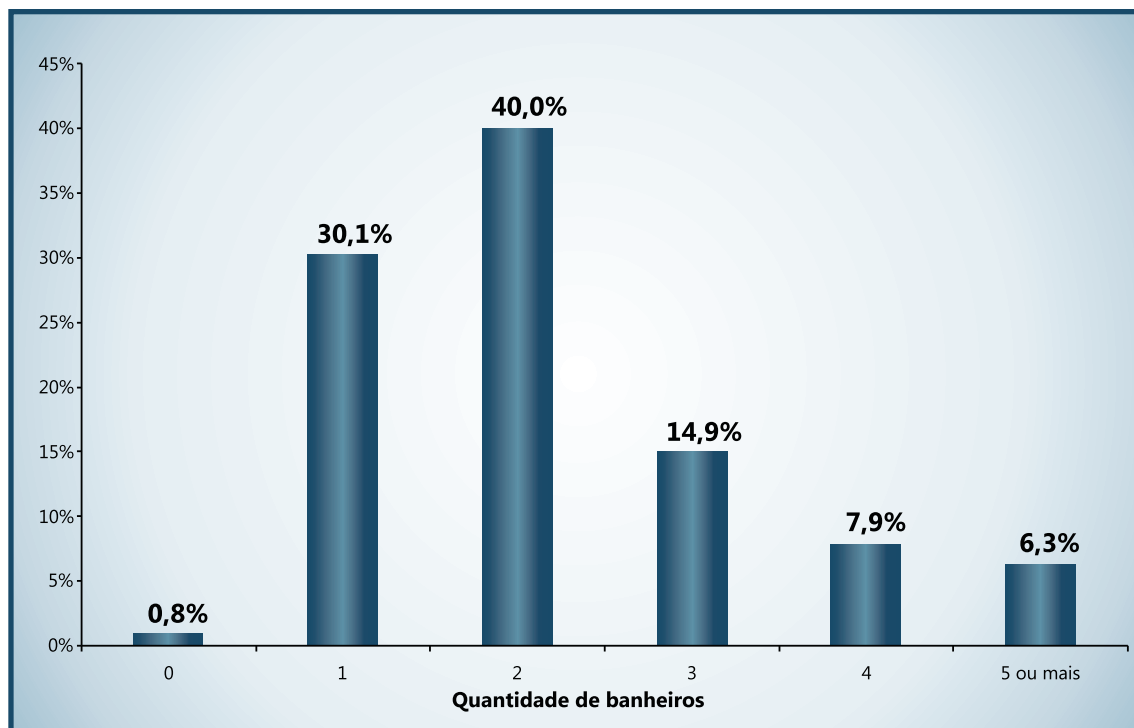
Porte populacional do município		Salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração					Total
		0	1	2	3	4 ou mais	
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	406	1.338	433	222	56	2.455
	%	16,5%	54,5%	17,6%	9,0%	2,3%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	165	487	165	84	27	928
	%	17,8%	52,5%	17,8%	9,1%	2,9%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	66	239	90	52	21	468
	%	14,1%	51,1%	19,2%	11,1%	4,5%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	183	443	208	81	39	954
	%	19,2%	46,4%	21,8%	8,5%	4,1%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	48	103	61	44	13	269
	%	17,8%	38,3%	22,7%	16,4%	4,8%	100,0%
Total	N.Abs	868	2.610	957	483	156	5.074
	%	17,1%	51,4%	18,9%	9,5%	3,1%	100,0%

Tabela 25 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração, segundo situação do imóvel - 2008

Situação do imóvel		Salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração					Total
		0	1	2	3	4 ou mais	
Próprio da Prefeitura Municipal	N.Abs	374	1.116	434	210	84	2.218
	%	16,9%	50,3%	19,6%	9,5%	3,8%	100,0%
Alugado pela Prefeitura Municipal	N.Abs	419	1.280	452	239	58	2.448
	%	17,1%	52,3%	18,5%	9,8%	2,4%	100,0%
Cedido para a Prefeitura Municipal	N.Abs	64	178	67	29	11	349
	%	18,3%	51,0%	19,2%	8,3%	3,2%	100,0%
Outro	N.Abs	11	36	4	5	3	59
	%	18,6%	61,0%	6,8%	8,5%	5,1%	100,0%
Total	N.Abs	868	2.610	957	483	156	5.074
	%	17,1%	51,4%	18,9%	9,5%	3,1%	100,0%

Um pequeno percentual de CRAS ainda não possui banheiro. A quantidade mais frequente de banheiros nas unidades são dois banheiros.

Gráfico 13 - Percentual de CRAS segundo quantidade de banheiros - Brasil - 2008



As comparações por região, porte ou situação do imóvel não mostram diferenças que se destacam, exceto o fato de que o percentual de unidades com pelo menos dois banheiros nos CRAS próprios da prefeitura é bem superior ao dos alugados.

Tabela 26 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de banheiros, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		Banheiros						Total
		0	1	2	3	4	5 ou mais	
Norte	N.Abs	6	127	173	52	18	27	403
	%	1,5%	31,5%	42,9%	12,9%	4,5%	6,7%	100,0%
Nordeste	N.Abs	6	747	720	208	99	57	1.837
	%	0,3%	40,7%	39,2%	11,3%	5,4%	3,1%	100,0%
Sudeste	N.Abs	19	436	664	310	164	137	1.730
	%	1,1%	25,2%	38,4%	17,9%	9,5%	7,9%	100,0%
Sul	N.Abs	7	153	284	117	68	53	682
	%	1,0%	22,4%	41,6%	17,2%	10,0%	7,8%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	2	66	191	69	50	44	422
	%	0,5%	15,6%	45,3%	16,4%	11,8%	10,4%	100,0%
Total	N.Abs	40	1.529	2.032	756	399	318	5.074
	%	0,8%	30,1%	40,0%	14,9%	7,9%	6,3%	100,0%

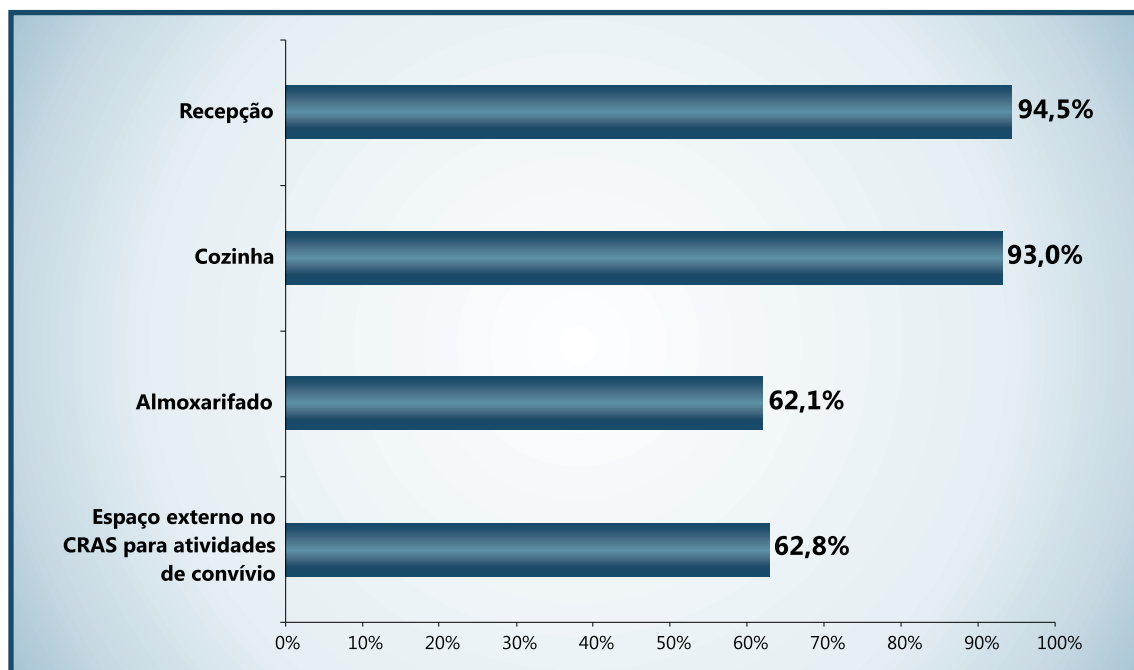
Tabela 27 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de banheiros, segundo porte populacional do município - 2008

Porte populacional do município		Banheiros						Total
		0	1	2	3	4	5 ou mais	
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	19	923	1.025	268	141	79	2.455
	%	0,8%	37,6%	41,8%	10,9%	5,7%	3,2%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	5	286	379	146	65	47	928
	%	0,5%	30,8%	40,8%	15,7%	7,0%	5,1%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	3	106	196	88	38	37	468
	%	0,6%	22,6%	41,9%	18,8%	8,1%	7,9%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	5	192	342	199	113	103	954
	%	0,5%	20,1%	35,8%	20,9%	11,8%	10,8%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	8	22	90	55	42	52	269
	%	3,0%	8,2%	33,5%	20,4%	15,6%	19,3%	100,0%
Total	N.Abs	40	1.529	2.032	756	399	318	5.074
	%	0,8%	30,1%	40,0%	14,9%	7,9%	6,3%	100,0%

Tabela 28 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de banheiros, segundo situação do imóvel - 2008

Situação do imóvel		Banheiros						Total
		0	1	2	3	4	5 ou mais	
Próprio da Prefeitura Municipal	N.Abs	25	392	925	394	267	215	2.218
	%	1,1%	17,7%	41,7%	17,8%	12,0%	9,7%	100,0%
Alugado pela Prefeitura Municipal	N.Abs	9	1.030	936	297	99	77	2.448
	%	0,4%	42,1%	38,2%	12,1%	4,0%	3,1%	100,0%
Cedido para a Prefeitura Municipal	N.Abs	5	94	145	53	27	25	349
	%	1,4%	26,9%	41,5%	15,2%	7,7%	7,2%	100,0%
Outro	N.Abs	1	13	26	12	6	1	59
	%	1,7%	22,0%	44,1%	20,3%	10,2%	1,7%	100,0%
Total	N.Abs	40	1.529	2.032	756	399	318	5.074
	%	0,8%	30,1%	40,0%	14,9%	7,9%	6,3%	100,0%

Gráfico 14 - Percentual de CRAS, segundo existência de ambientes - Brasil - 2008



Como podemos observar no Gráfico 14, a maioria dos CRAS possui os demais ambientes arguidos no Censo. O destaque é 94,5% dos CRAS com recepção, um ambiente fundamental para a acolhida do usuário. A cozinha é um ambiente presente em pouco mais de 93,0% dos CRAS.

A presença de almoçarifado em 62,1% dos CRAS deve ser ressaltada. Quanto mais o CRAS se tornar espaço de oferta de serviços de convivência para famílias e indivíduos, mais necessário se torna o almoçarifado, uma vez que é reconhecida a importância da disponibilidade de materiais de consumo para a qualidade dos serviços ofertados. Isso demonstra planejamento das atividades e a organização prévia às atividades, com aquisição antecipada de material para o trabalho em grupos, que deve existir em todo CRAS.

Tabela 29 - Número e percentual de CRAS, por existência de ambientes, segundo situação do imóvel - 2008

Situação do imóvel		Ambientes			
		Recepção	Cozinha	Almoçarifado	Espaço externo no CRAS para atividades de convivio
Alugado pela Prefeitura Municipal	N.Abs	2.395	2.337	1.422	1.524
	%	97,8%	95,5%	58,1%	62,3%
Cedido para a Prefeitura Municipal	N.Abs	321	309	211	217
	%	92,0%	88,5%	60,5%	62,2%
Próprio da Prefeitura Municipal	N.Abs	2.025	2.019	1.486	1.411
	%	91,3%	91,0%	67,0%	63,6%
Outro	N.Abs	52	56	31	35
	%	88,1%	94,9%	52,5%	59,3%
Total	N.Abs	4.793	4.721	3.150	3.187
	%	94,5%	93,0%	62,1%	62,8%

Tabela 30 - Número e percentual de CRAS, por existência de ambientes, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		Ambientes			
		Recepção	Cozinha	Almoçarifado	Espaço externo no CRAS para atividades de convivio
Norte	N.Abs	367	378	220	284
	%	91,1%	93,8%	54,6%	70,5%
Nordeste	N.Abs	1.767	1.728	1.129	1.076
	%	96,2%	94,1%	61,5%	58,6%
Sudeste	N.Abs	1.646	1.596	1.025	1.153
	%	95,1%	92,3%	59,2%	66,6%
Sul	N.Abs	643	627	491	375
	%	94,3%	91,9%	72,0%	55,0%
Centro-Oeste	N.Abs	370	392	285	299
	%	87,7%	92,9%	67,5%	70,9%
Total	N.Abs	4.793	4.721	3.150	3.187
	%	94,5%	93,0%	62,1%	62,8%

Tabela 31 - Número e percentual de CRAS, por existência de ambientes, segundo porte populacional do município - 2008

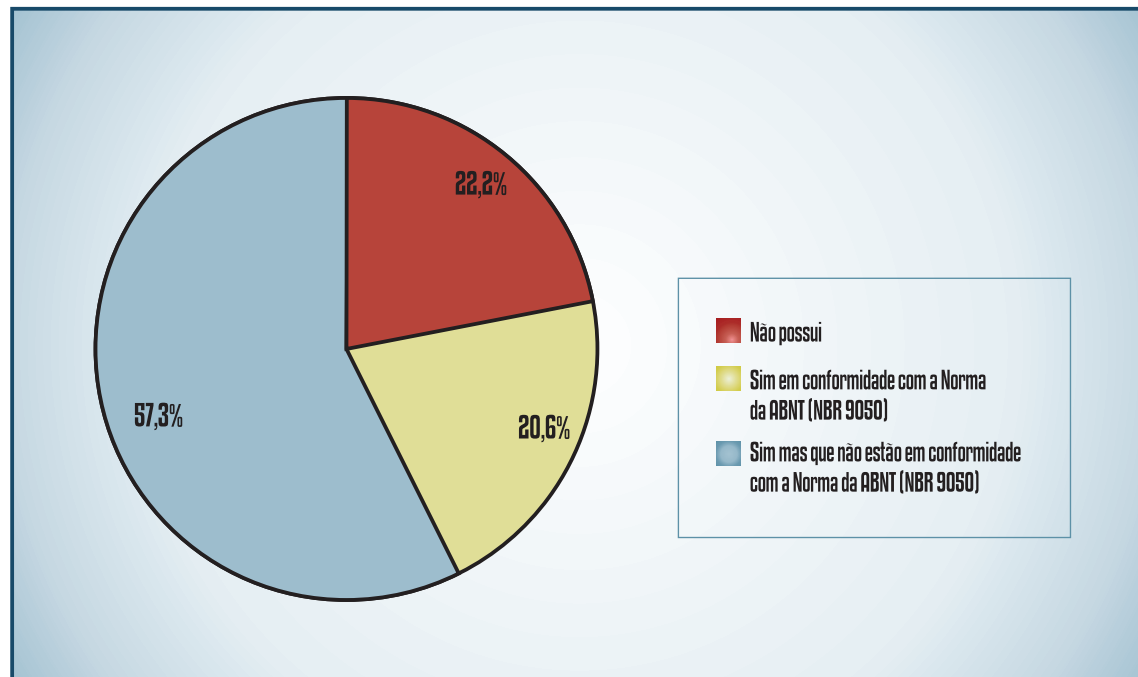
Porte populacional do município		Ambientes			
		Recepção	Cozinha	Almoxarifado	Espaço externo no CRAS para atividades de convívio
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	2.319	2.276	1.474	1.488
	%	94,5%	92,7%	60,0%	60,6%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	900	881	572	603
	%	97,0%	94,9%	61,6%	65,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	456	444	299	334
	%	97,4%	94,9%	63,9%	71,4%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	880	899	607	631
	%	92,2%	94,2%	63,6%	66,1%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	238	221	198	131
	%	88,5%	82,2%	73,6%	48,7%
Total	N.Abs	4.793	4.721	3.150	3.187
	%	94,5%	93,0%	62,1%	62,8%

Em relação a ter ou não: recepção, cozinha, almoxarifado ou espaço externo, não há diferenças expressivas entre imóveis alugados, cedidos e próprios, ser compartilhado ou não, regiões ou portes.

A comparação geral entre os espaços físicos de 2007 e 2008 não mostra muitas variações, mas podemos destacar algumas mais expressivas:

- a) O percentual de CRAS com salas de atendimento aumentou no Norte, de 89% para 97%, no Centro-Oeste, de 87% para 96% e nas metrópoles, de 86% para 98%;
- b) O percentual de CRAS com almoxarifado aumentou de 51% para 62%, sendo que houve uma pequena redução no Centro-Oeste e um aumento mais acentuado nos municípios com menos de 20 mil habitantes.

Gráfico 15 - Percentual de CRAS, segundo existência de condições de acessibilidade para pessoas idosas ou com deficiência - 2008

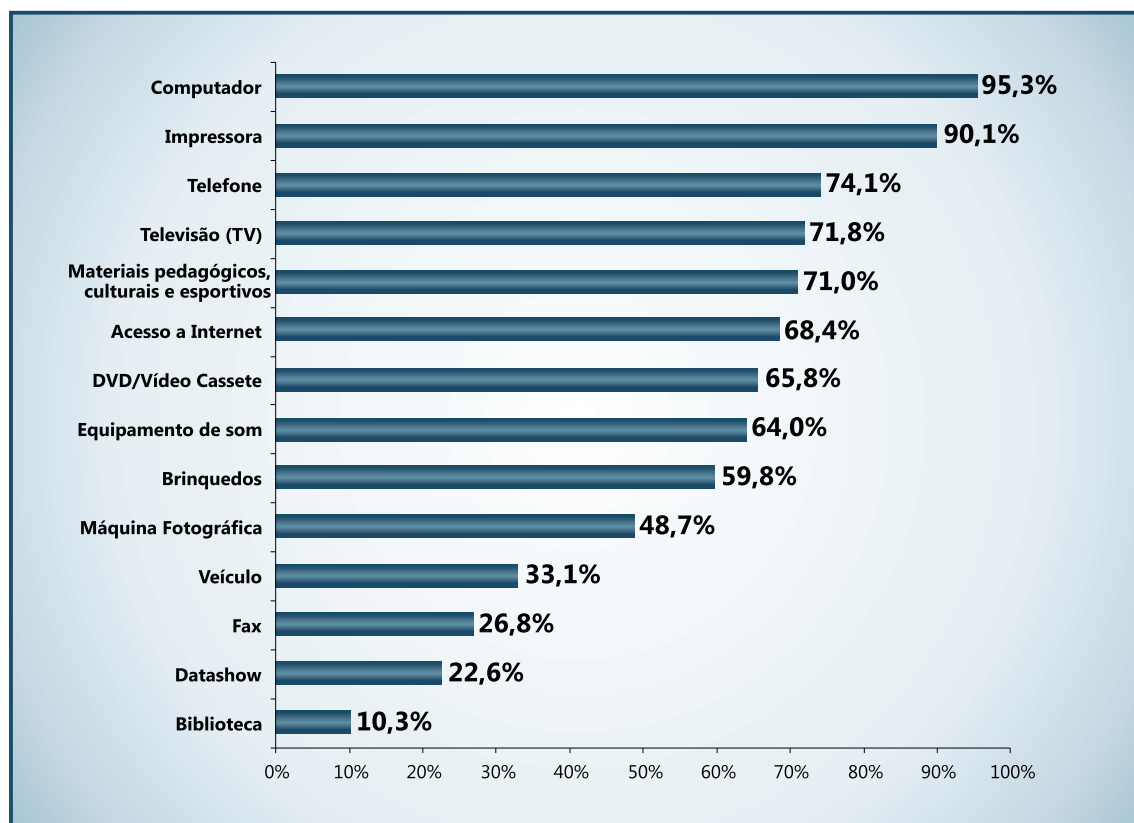


Quase 78% dos CRAS afirmam ter acessibilidade a idosos e pessoas com deficiência, percentual bastante superior ao de 2007 (60%). Desse total, aproximadamente 74% não obedecem às normas da ABNT.

De acordo com as orientações técnicas da proteção social básica todos os CRAS devem possuir, obrigatoriamente, meios de acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência. Apesar do crescimento no número de CRAS que informam dispor de alguma forma de rota acessível, a adaptação dos imóveis às normas de acessibilidade da ABNT apresenta-se como um dos principais problemas. Esta adaptação demanda disponibilidade de recursos, elaboração de projetos arquitetônicos, processos administrativos e licitatórios para a operacionalização das obras de reforma e tempo. Trata-se de um procedimento complexo, sobretudo no aspecto financeiro, que se configura como um dos mais graves desafios para o alcance do indicador desejável de desenvolvimento dos CRAS.

A ausência de acessos adaptados, além de infringir uma determinação legal, inviabiliza o atendimento de pessoas com deficiências e idosos, público prioritário aos serviços ofertados no âmbito do SUAS. A falta de acessibilidade é um problema do sistema e sua superação demanda esforços coletivos e ações conjuntas de planejamento, cofinanciamento e gestão. Embora já existam algumas iniciativas no intuito da pactuação coletiva, a garantia da acessibilidade coloca-se como um desafio de longo prazo, que deve necessariamente passar pelo reconhecimento de todas as esferas administrativas de que esta é também uma ação de consolidação do SUAS.

Gráfico 16 - Percentual de CRAS, segundo itens existentes - Brasil - 2008



Um aspecto importante nos CRAS é avaliar os equipamentos existentes. O item mais frequente é o computador, um equipamento fundamental para agilizar os procedimentos administrativos e gerenciar informações.

Um item extremamente necessário para a gestão do CRAS é o telefone, porém há ainda 25,9% dos CRAS que não o possuem.

Pouco mais de 68% dos CRAS já têm acesso à internet, sendo que 89,3% são acessos de alta velocidade. A conectividade é tão importante quanto a existência de equipamentos para gestão. Mais a frente, poderemos verificar a porcentagem de CRAS que utiliza da tecnologia para fazer a gestão da informação em seus territórios, o que é outro desafio, independente da existência de meios tecnológicos.

Tabela 32 - Indicador* de equipamentos existentes nos CRAS, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Indicador* equipamentos	
	Medida	Desvio padrão
Norte	0,57	0,19
Nordeste	0,60	0,19
Sudeste	0,65	0,19
Sul	0,72	0,16
Centro-Oeste	0,69	0,17
Total	0,64	0,19

* Média ponderada da existência ou não de equipamentos no CRAS.

Em função da existência de quinze equipamentos listados no questionário, optou-se por calcular uma medida resumo para agregar a informação, ponderando os itens em função de diferentes importâncias. Quanto mais próximo de 1, melhor equipado é o CRAS. Quanto mais próximo de 0, pior equipado. Os CRAS do Norte são, em média, os menos equipados, enquanto os do Sul, os mais equipados. Cabe destacar que o nível de variabilidade da medida não é muito acentuado dentro de cada região.

Tabela 33 - Indicador* de equipamentos existentes nos CRAS, segundo porte populacional do município - 2008

Porte populacional do município	Indicador* equipamentos	
	Média	Desvio padrão
Pequeno I (até 20.000 hab)	0,64	0,19
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	0,64	0,19
Médio (50.001 a 100.000 hab)	0,63	0,20
Grande (100.001 a 900.000 hab)	0,64	0,19
Metrópole (mais de 900.000 hab)	0,66	0,19
Total	0,64	0,19

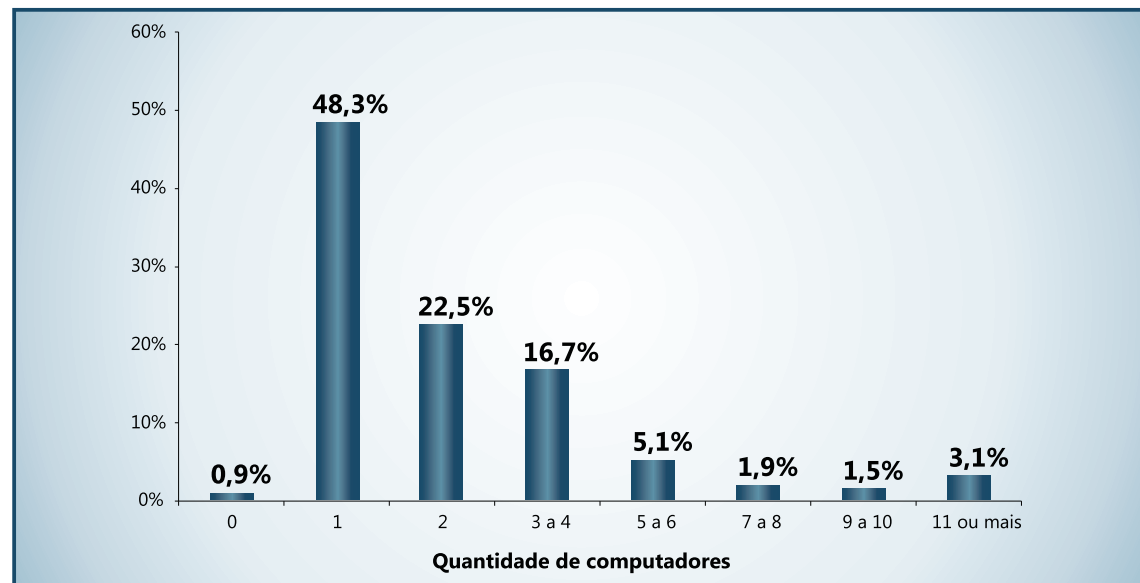
* Média ponderada da existência ou não de equipamentos no CRAS.

A análise por porte não mostra, em média, diferença na medida resumo de equipamentos disponíveis nos CRAS.

Explorando um pouco mais a medida de equipamentos disponíveis no CRAS, constatamos que, em média, os mais bem equipados são os urbanos, que recebem financiamento dos três entes federados, próprios da prefeitura e compartilhados. Ressaltamos que, no caso dos CRAS compartilhados, isso pode não representar aspecto positivo, já que a utilização dos equipamentos pode não ser exclusiva da equipe de referência do CRAS ou mesmo pode não haver equipamentos suficientes para todas as atividades ofertadas na unidade compartilhada.

Mais de 90% dos CRAS tem pelo menos um computador, sendo que quase 50% deles têm apenas um.

Gráfico 17 - Percentual de CRAS, segundo quantidade de computadores - Brasil - 2008



A comparação regional mostra que os CRAS do Norte e Nordeste possuem entre 60% e 70% das unidades com apenas um computador. Por outro lado, mais de 70% dos CRAS do Sul e do Centro-Oeste possuem pelo menos dois computadores. Ao observar a distribuição de unidades pelas faixas, comprovamos que essas duas últimas regiões estão mais bem equipadas nesse quesito.

Tabela - 34 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de computadores, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		Quantidade de computadores								Total
		0	1	2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	9 a 10	11 ou mais	
Norte	N.Abs	4	234	86	41	9	8	3	4	389
	%	1,0%	60,2%	22,1%	10,5%	2,3%	2,1%	0,8%	1,0%	100,0%
Nordeste	N.Abs	20	1.188	270	148	43	15	14	29	1.727
	%	1,2%	68,8%	15,6%	8,6%	2,5%	0,9%	0,8%	1,7%	100,0%
Sudeste	N.Abs	18	668	484	307	84	27	29	67	1.684
	%	1,1%	39,7%	28,7%	18,2%	5,0%	1,6%	1,7%	4,0%	100,0%
Sul	N.Abs	1	155	164	210	68	25	16	25	664
	%	0,2%	23,3%	24,7%	31,6%	10,2%	3,8%	2,4%	3,8%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	3	115	95	107	45	17	11	25	418
	%	0,7%	27,5%	22,7%	25,6%	10,8%	4,1%	2,6%	6,0%	100,0%
Total	N.Abs	46	2.360	1.099	813	249	92	73	150	4.882
	%	0,9%	48,3%	22,5%	16,7%	5,1%	1,9%	1,5%	3,1%	100,0%

A análise por porte mostra que os CRAS das metrópoles estão mais bem equipados de computadores, enquanto os demais portes não se mostram muito diferenciados. Observamos que quase 75% dos CRAS das metrópoles possuem pelo menos dois computadores, enquanto que, nas demais regiões, aproximadamente 50% tinham apenas um computador.

Tabela 35 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de computadores, segundo porte populacional do município - 2008

Porte populacional do município		Quantidade de computadores								Total
		0	1	2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	9 a 10	11 ou mais	
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	20	1.138	536	468	126	20	25	38	2.371
	%	0,8%	48,0%	22,6%	19,7%	5,3%	0,8%	1,1%	1,6%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	8	454	184	130	55	22	18	27	898
	%	0,9%	50,6%	20,5%	14,5%	6,1%	2,4%	2,0%	3,0%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	7	231	83	59	19	14	5	23	441
	%	1,6%	52,4%	18,8%	13,4%	4,3%	3,2%	1,1%	5,2%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	9	474	216	92	26	21	21	56	915
	%	1,0%	51,8%	23,6%	10,1%	2,8%	2,3%	2,3%	6,1%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	2	63	80	64	23	15	4	6	257
	%	0,8%	24,5%	31,1%	24,9%	8,9%	5,8%	1,6%	2,3%	100,0%
Total	N.Abs	46	2.360	1.099	813	249	92	73	150	4.882
	%	0,9%	48,3%	22,5%	16,7%	5,1%	1,9%	1,5%	3,1%	100,0%

Ainda existem 12,5% de CRAS sem nenhuma placa de identificação. Todo CRAS deverá possuir uma placa de identificação, onde conste obrigatoriamente a nomenclatura oficial dos CRAS: Centro de Referência de Assistência Social. A placa é um importante elemento de identificação visual para as famílias referenciadas e demais serviços no território, além de fortalecer a vinculação da unidade ao SUAS. Segundo a Resolução CIT nº 6/2008, todos os CRAS cofinanciados pelo MDS deverão ter placa padrão, o que poderá ser apurado pelo Censo CRAS 2009. O MDS deverá envidar esforços para aprovar um modelo padrão de placa para todos os CRAS e pactuar exigência de identificação da unidade pública e prazo para cumprimento.

Gráfico 18 - Percentual de CRAS segundo existência de placa de identificação - Brasil - 2008

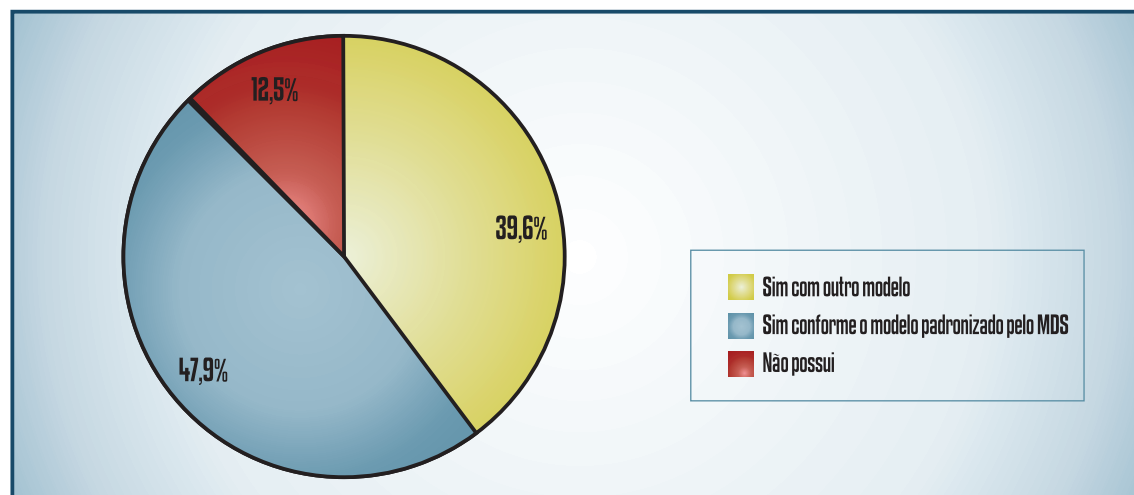


Tabela 36 - Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) - 2008

Fontes de financiamento (cofinanciamento)		Placa de identificação			Total
		Sim com outro modelo	Sim conforme o modelo padronizado pelo MDS	Não possui	
Somente Federal	N.Abs	411	728	133	1.272
	%	32,3%	57,2%	10,5%	100,0%
Somente Estadual	N.Abs	46	44	17	107
	%	43,0%	41,1%	15,9%	100,0%
Somente Municipal	N.Abs	313	181	160	654
	%	47,9%	27,7%	24,5%	100,0%
Somente Federal e Estadual	N.Abs	20	31	6	57
	%	35,1%	54,4%	10,5%	100,0%
Somente Federal e Municipal	N.Abs	948	1.180	238	2.366
	%	40,1%	49,9%	10,1%	100,0%
Somente Estadual e Municipal	N.Abs	63	49	23	135
	%	46,7%	36,3%	17,0%	100,0%
Federal, Estadual e Municipal	N.Abs	209	218	56	483
	%	43,3%	45,1%	11,6%	100,0%
Total	N.Abs	2.010	2.431	633	5.074
	%	39,6%	47,9%	12,5%	100,0%

Entre as sete combinações de fontes de financiamento, como era de se esperar, as que têm maior percentual de CRAS com placa de identificação padronizada são aquelas onde há o financiamento federal. Os CRAS que só recebem co-

financiamento federal e os que recebem cofinanciamento federal e estadual têm percentual superior a 50%. No entanto, chama atenção o fato de parte dos CRAS que não contam com financiamento federal já terem instalado a placa padrão, o que demonstra um movimento importante dos municípios e estados em fortalecer o Sistema Único de Assistência Social.

Há ainda um percentual significativo de CRAS com placas que não obedecem a um modelo padrão (39,6%). Entre os que não possuem placa, o menor nível, em torno de 10%, está exatamente nos CRAS que são cofinanciados exclusivamente por fonte federal e o maior nível, 24,5%, nos CRAS que são financiados apenas com recursos municipais.

Tabela 37 - Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo existência ou não de financiamento federal (Piso básico fixo) - 2008

Placa de identificação	Financiamento Federal - Piso básico fixo					
	Sim		Não		Total	
	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%
Sim com outro modelo	1.288	36,1%	722	48,0%	2.010	39,6%
Sim conforme o modelo padronizado pelo MDS	1.950	54,6%	481	32,0%	2.431	47,9%
Não possui	333	9,3%	300	20,0%	633	12,5%
Total	3.571	100,0%	1.503	100,0%	5.074	100,0%

Investigando mais detalhadamente, constatamos que, entre os CRAS que são cofinanciados com recursos originários do Piso Básico Fixo, apenas 54,6% seguem o modelo do MDS. Por outro lado, apenas 9,3% não possuem placa, enquanto entre os CRAS que não recebem tal recurso, 20,0% não possuem a identificação necessária. Espera-se uma mudança significativa no Censo CRAS 2009 em relação à identificação dos CRAS cofinanciados pelo MDS.

Tabela 38 - Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo situação do imóvel - 2008

Situação do imóvel		Placa de identificação			Total
		Sim conforme o modelo padronizado pelo MDS	Sim com outro modelo	Não possui	
Alugado pela Prefeitura Municipal	N.Abs	1.235	971	242	2.448
	%	50,4%	39,7%	9,9%	100,0%
Cedido para a Prefeitura Municipal	N.Abs	172	120	57	349
	%	49,3%	34,4%	16,3%	100,0%
Próprio da Prefeitura Municipal	N.Abs	1.002	891	325	2.218
	%	45,2%	40,2%	14,7%	100,0%
Outro	N.Abs	22	28	9	59
	%	37,3%	47,5%	15,3%	100,0%
Total	N.Abs	2.431	2.010	633	5.074
	%	47,9%	39,6%	12,5%	100,0%

Analisando por situação do imóvel, não há diferenças tão expressivas quanto a existência ou não de placa de identificação, conforme podemos ver na Tabela 38.

Tabela 39 - Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		Placa de identificação			Total
		Sim conforme o modelo padronizado pelo MDS	Sim com outro modelo	Não possui	
Norte	N.Abs	227	134	42	403
	%	56,3%	33,3%	10,4%	100,0%
Nordeste	N.Abs	1.009	656	172	1.837
	%	54,9%	35,7%	9,4%	100,0%
Sudeste	N.Abs	706	773	251	1.730
	%	40,8%	44,7%	14,5%	100,0%
Sul	N.Abs	264	295	123	682
	%	38,7%	43,3%	18,0%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	225	152	45	422
	%	53,3%	36,0%	10,7%	100,0%
Total	N.Abs	2.431	2.010	633	5.074
	%	47,9%	39,6%	12,5%	100,0%

A comparação regional mostra um resultado bem interessante. Os CRAS das regiões Sul e Sudeste, possuem os menores percentuais de CRAS que possuem a placa padrão do MDS e os maiores números de CRAS sem qualquer placa. Já nas outras três regiões, os percentuais são todos superiores a 50%.

Tabela 40 - Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo porte populacional do município - 2008

Porte populacional do município		Placa de identificação			Total
		Sim conforme o modelo padronizado pelo MDS	Sim com outro modelo	Não possui	
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	1.211	909	335	2.455
	%	49,3%	37,0%	13,6%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	478	348	102	928
	%	51,5%	37,5%	11,0%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	229	194	45	468
	%	48,9%	41,5%	9,6%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	450	405	99	954
	%	47,2%	42,5%	10,4%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	63	154	52	269
	%	23,4%	57,2%	19,3%	100,0%
Total	N.Abs	2.431	2.010	633	5.074
	%	47,9%	39,6%	12,5%	100,0%

Analisando por porte, temos um percentual baixíssimo de CRAS com placas padrão MDS nas metrópoles, apenas 23,4%. Nos demais portes, esse percentual se situa em torno de 50%. Além disso, o percentual de CRAS sem qualquer placa também é alto nas metrópoles. São quase 20% de CRAS sem qualquer identificação e mais de 57% que possuem identificação que não obedece ao modelo padrão

3.3. Horário de funcionamento, serviços e atendimento do CRAS

Para a análise do horário de funcionamento dos CRAS toma-se por base que a unidade deveria funcionar dentro da recomendação padrão de oito horas diárias em cinco dias na semana. Os resultados listados sobre esse item demonstrarão as variações deste grau de desenvolvimento.

É importante ressaltar que a existência do CRAS está vinculada ao funcionamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Dessa forma, nele deve ser necessariamente ofertado esse serviço, que pode, ou não, ser co-financiado pelo Governo Federal. Também podem ser ofertados outros serviços, projetos, programas e benefícios conforme disponibilidade de espaço físico e de profissionais qualificados para executá-los e que não prejudique a execução do PAIF.

Os demais serviços socioeducativos, ações complementares e projetos de proteção básica desenvolvidos nos territórios de abrangência do CRAS devem ser a ele referenciados.

Nesta seção serão encontrados também alguns aspectos dos CRAS em relação ao atendimento de famílias, tais como atividades realizadas, articulação de serviços, identificação de comunidades tradicionais e priorização de atendimento de famílias com determinadas características.*

*As tabelas que apresentam os resultados por unidades da federação constam nos anexos (tabelas A19 a A24).

Gráfico 19 - Distribuição dos CRAS, segundo quantidade de dias de funcionamento por semana - Brasil - 2008

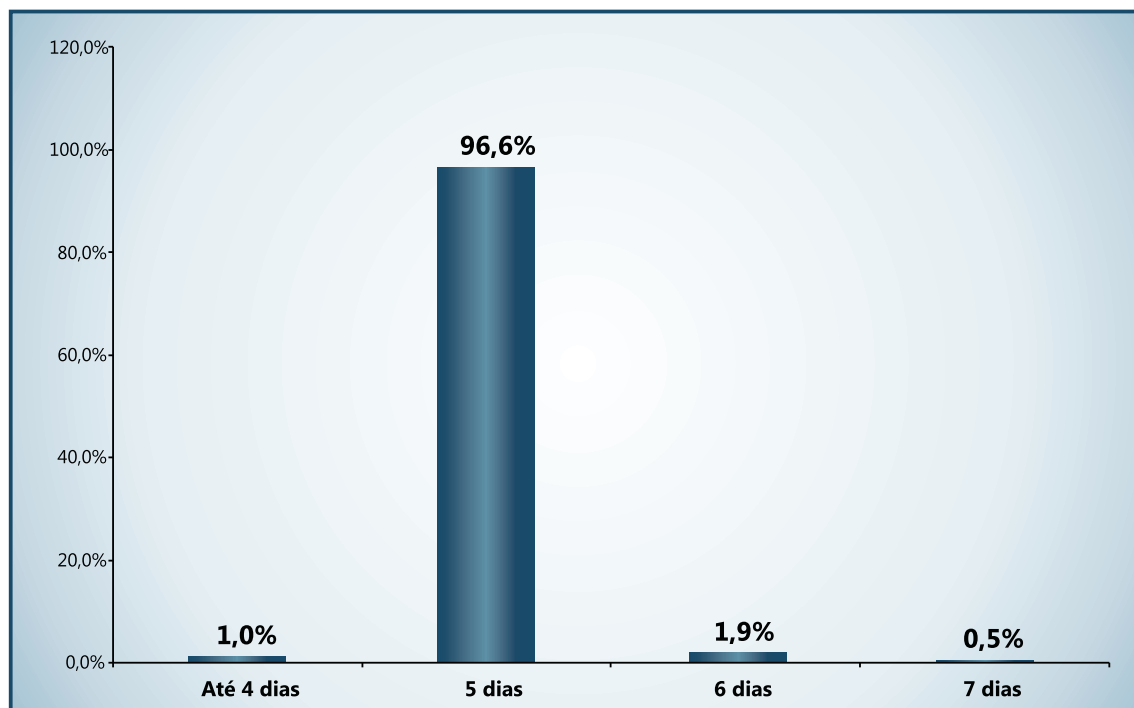


Gráfico 20 - Distribuição dos CRAS, segundo faixas de horas de funcionamento diário - Brasil - 2008

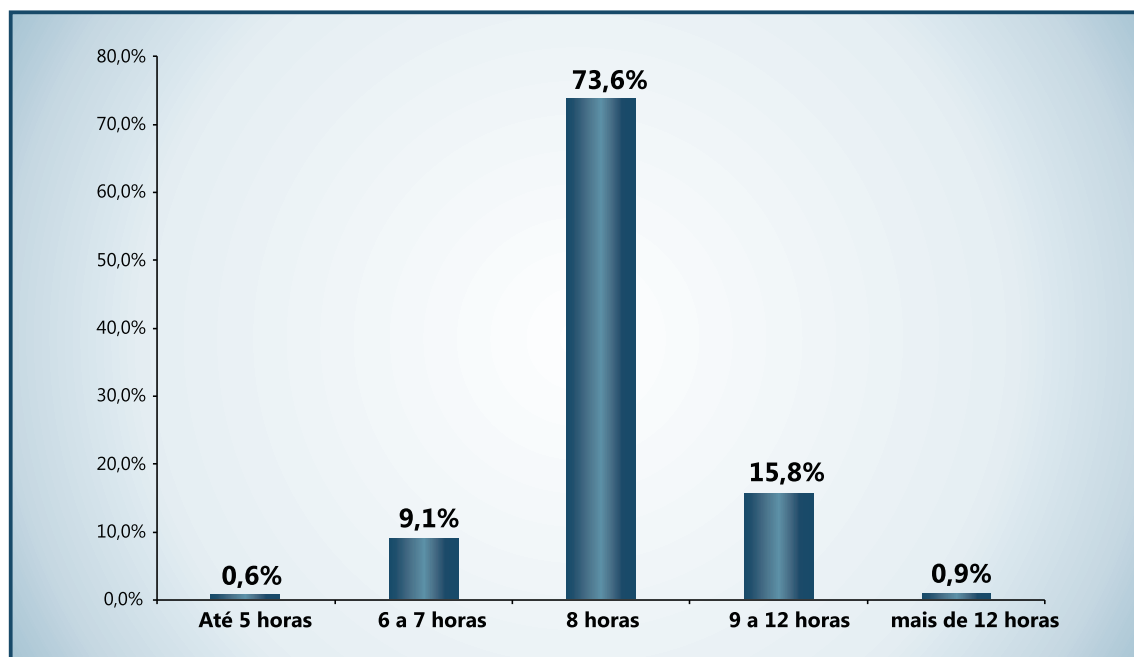
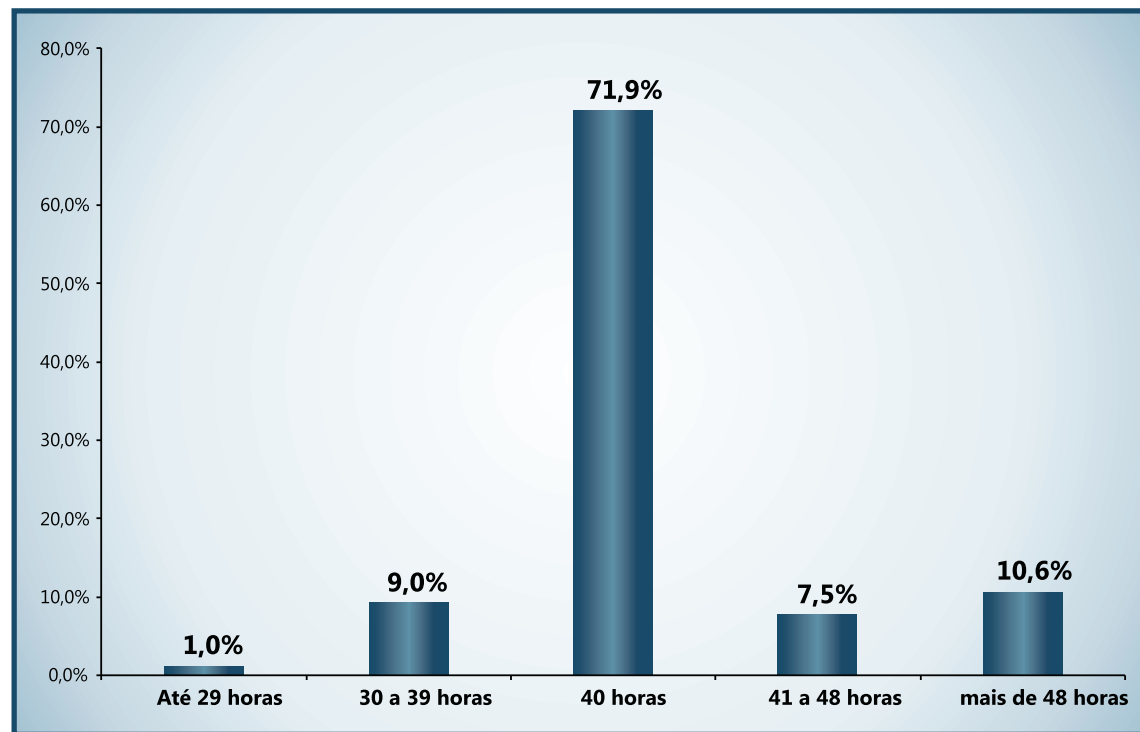


Gráfico 21 - Distribuição dos CRAS, segundo faixas de horas de funcionamento semanal - Brasil - 2008



Quase 100% dos CRAS funcionam pelo menos cinco dias na semana e pelo menos 6 horas por dia, atendendo as diretrizes operacionais do CRAS. Do total de CRAS, 90,0% funcionam pelo menos 40 horas por semana, sendo que, entre aqueles que trabalham menos do que 40 horas, 90% estão abertos ao público por pelo menos 30 horas semanais.

Tabela 41 - Número e percentual de CRAS, por faixas de horas de funcionamento semanal, segundo Grandes Regiões e localização - 2008

Grandes Regiões		Tempo semanal de atendimento em horas										Total	
		Até 29 horas		30 a 39 horas		40 horas		41 a 48 horas		mais de 48 horas		N.Abs	%
		N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%		
Norte	Urbano	2	0,5%	48	12,3%	265	67,8%	15	3,8%	61	15,6%	391	100,0%
	Rural	0	0,0%	1	9,1%	7	63,6%	2	18,2%	1	9,1%	11	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
	Total	2	0,5%	49	12,2%	273	67,7%	17	4,2%	62	15,4%	403	100,0%
Nordeste	Urbano	13	0,7%	168	9,5%	1.313	74,6%	106	6,0%	161	9,1%	1.761	100,0%
	Rural	2	2,6%	8	10,5%	58	76,3%	3	3,9%	5	6,6%	76	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Total	15	0,8%	176	9,6%	1.371	74,6%	109	5,9%	166	9,0%	1.837	100,0%
Sudeste	Urbano	15	0,9%	116	6,9%	1.133	67,5%	198	11,8%	217	12,9%	1.679	100,0%
	Rural	2	4,3%	2	4,3%	37	78,7%	4	8,5%	2	4,3%	47	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	1	25,0%	3	75,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
	Total	17	1,0%	119	6,9%	1.173	67,8%	202	11,7%	219	12,7%	1.730	100,0%
Sul	Urbano	11	1,7%	76	11,5%	497	75,0%	31	4,7%	48	7,2%	663	100,0%
	Rural	3	15,8%	3	15,8%	9	47,4%	4	21,1%	0	0,0%	19	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Total	14	2,1%	79	11,6%	506	74,2%	35	5,1%	48	7,0%	682	100,0%
Centro-Oeste	Urbano	4	1,0%	33	7,9%	319	76,7%	17	4,1%	43	10,3%	416	100,0%
	Rural	0	0,0%	0	0,0%	5	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
	Total	4	0,9%	33	7,8%	325	77,0%	17	4,0%	43	10,2%	422	100,0%
Total	Urbano	45	0,9%	441	9,0%	3.527	71,8%	367	7,5%	530	10,8%	4.910	100,0%
	Rural	7	4,4%	14	8,9%	116	73,4%	13	8,2%	8	5,1%	158	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	1	16,7%	5	83,3%	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%
	Total	52	1,0%	456	9,0%	3.648	71,9%	380	7,5%	538	10,6%	5.074	100,0%

Ao analisar o período semanal de funcionamento, observamos que os CRAS rurais da região Sul tem uma carga horária menor. Apenas 9 dos 19 funcionam 40 horas semanais e 4 dos 19, acima de 40 horas. Nas outras regiões, o menor percentual de CRAS que funcionam pelo menos 40 horas é de aproximadamente 87%. Nos CRAS urbanos, não houve diferenças regionais expressivas quanto ao período de funcionamento semanal.

Tabela 4-2 - Número e percentual de CRAS, por faixas de horas de funcionamento semanal, segundo porte populacional e localização - 2008

Porte populacional	Tempo semanal de atendimento em horas											
	Até 29 horas		30 a 39 horas		40 horas		41 a 48 horas		mais de 48		Total	
	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%
Pequeno I (até 20.000 hab)	38	1,6%	246	10,3%	1.833	76,4%	101	4,2%	182	7,6%	2.400	100,0%
Urbano	5	9,4%	6	11,3%	39	73,6%	3	5,7%	0	0,0%	53	100,0%
Rural	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Itinerante	43	1,8%	252	10,3%	1.874	76,3%	104	4,2%	182	7,4%	2.455	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	5	0,6%	100	11,4%	653	74,4%	42	4,8%	78	8,9%	878	100,0%
Urbano	1	2,0%	4	8,2%	42	85,7%	0	0,0%	2	4,1%	49	100,0%
Rural	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Itinerante	6	0,6%	105	11,3%	695	74,9%	42	4,5%	80	8,6%	928	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	1	0,2%	41	9,2%	319	71,8%	29	6,5%	54	12,2%	444	100,0%
Urbano	1	4,3%	2	8,7%	16	69,6%	3	13,0%	1	4,3%	23	100,0%
Rural	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Itinerante	2	0,4%	43	9,2%	336	71,8%	32	6,8%	55	11,8%	468	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	1	0,1%	44	4,8%	613	66,6%	123	13,4%	140	15,2%	921	100,0%
Urbano	0	0,0%	2	6,5%	19	61,3%	7	22,6%	3	9,7%	31	100,0%
Rural	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Itinerante	1	0,1%	46	4,8%	634	66,5%	130	13,6%	143	15,0%	954	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	0	0,0%	10	3,7%	109	40,8%	72	27,0%	76	28,5%	267	100,0%
Urbano	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%	2	100,0%
Rural	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Itinerante	0	0,0%	10	3,7%	109	40,5%	72	26,8%	78	29,0%	269	100,0%
Total	45	0,9%	441	9,0%	3.527	71,8%	367	7,5%	530	10,8%	4.910	100,0%
Urbano	7	4,4%	14	8,9%	116	73,4%	13	8,2%	8	5,1%	158	100,0%
Rural	0	0,0%	1	16,7%	5	83,3%	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%
Itinerante	52	1,0%	456	9,0%	3.648	71,9%	380	7,5%	538	10,6%	5.074	100,0%

A análise por porte mostra a diferença de tempo de funcionamento das metrópoles. Observa-se que 55,5% dos CRAS nesse porte funcionam por mais de 40 horas, sendo que, nos demais portes, menos de 30% dos CRAS funcionam por esse período. É interessante observar que, à medida que aumenta o porte, aumenta o número de horas semanais de funcionamento. Calculado o nível de associação entre as duas variáveis, confirma-se a sua existência. Pode-se supor que os municípios de maior porte referenciam maior número de famílias, deparam-se com situações mais complexas, além do fato de que parte das famílias referenciadas pode necessitar comparecer ao CRAS em horários não convencionais, o que pode gerar a necessidade de funcionamento por mais horas por semana.

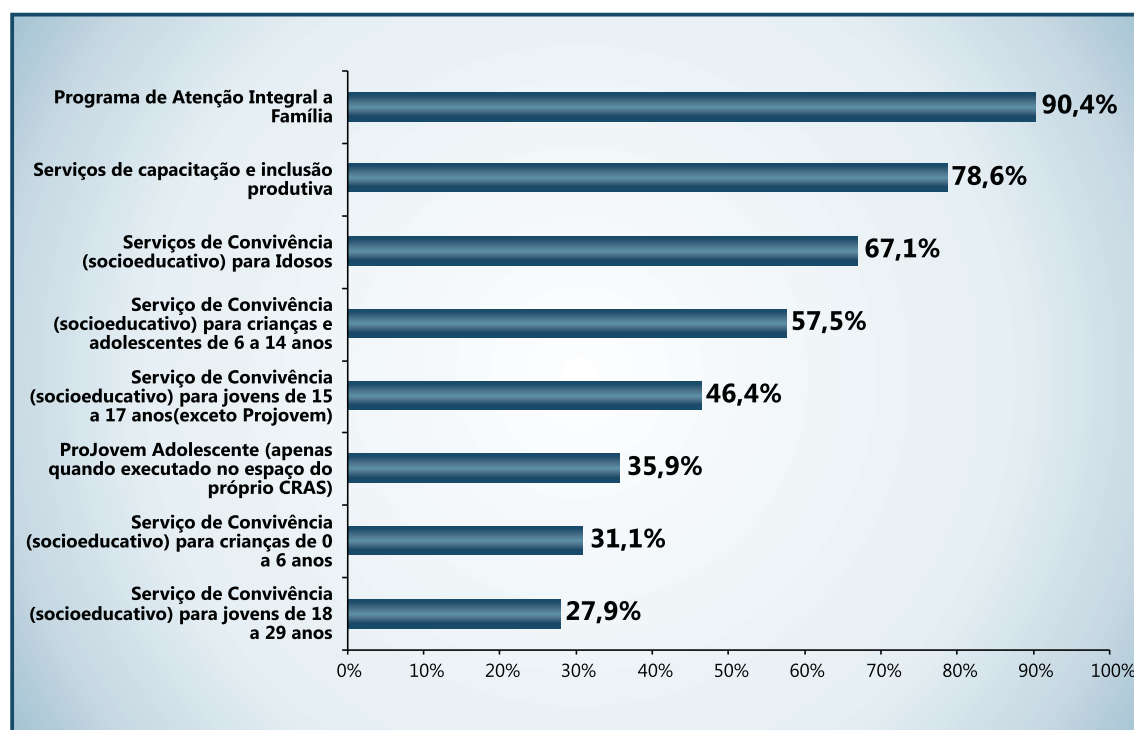
Tabela 43 - Número de CRAS, segundo faixas de horas de funcionamento diário e quantidade de dias na semana de funcionamento - 2008

Dias na semana	Faixas de horas de funcionamento diário dos CRAS				
	Até 3 horas	4 a 7 horas	8 a 11 horas	mais de 11 horas	
	N.Abs	N.Abs	N.Abs	N.Abs	
1	N.Abs	0	0	1	0
	%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
2	N.Abs	0	5	1	1
	%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
3	N.Abs	0	7	7	1
	%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%
4	N.Abs	0	12	17	1
	%	0,0%	0,2%	0,3%	0,0%
5	N.Abs	0	454	4.363	86
	%	0,0%	8,9%	86,0%	1,7%
6	N.Abs	0	8	74	13
	%	0,0%	0,2%	1,5%	0,3%
7	N.Abs	1	2	20	0
	%	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%
Total	N.Abs	1	488	4.483	102
	%	0,0%	9,6%	88,4%	2,0%

Um cruzamento interessante é examinar a frequência entre número de dias da semana e faixa de horas de funcionamento diário. Temos que 86,0% dos CRAS funcionam 5 dias e de 8 a 11 horas por dia.

Na comparação entre 2007 e 2008, não houve variação no número de dias da semana e de horas de funcionamento, com exceção dos CRAS das metrópoles. Nos maiores municípios brasileiros, 24% dos CRAS em 2007 funcionavam de 9 a 12 horas e 71% deles, 8 horas. Já em 2008, 53% dos CRAS funcionavam de 9 a 12 horas e 42% deles, 8 horas. A padronização de período de funcionamento vem sendo objeto de orientação técnica, pactuação, monitoramento e avaliação, desde 2008. O resultado do Censo 2008 é, provavelmente, reflexo do esforço conjunto dos entes federados e do apoio técnico dos Estados e MDS aos municípios e DF.

Gráfico 22 - Percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido - Brasil - 2008



O principal serviço do CRAS, o PAIF, é desenvolvido por 90,4% das unidades públicas, sendo o serviço mais frequente. Entretanto, esse percentual deveria ser 100%, pois o PAIF está estritamente vinculado ao funcionamento do CRAS. Esse percentual pode ser resultado de um entendimento equivocado de alguns órgãos gestores municipais da política de assistência social de que só desenvolvem o PAIF os CRAS que são cofinanciados por meio do Piso Básico Fixo. Portanto, é importante que a orientação de preenchimento do questionário seja detalhada e explicativa, relacionando o PAIF às ações que lhe são próprias. Se tomarmos como universo os cerca de 10% de CRAS que afirmaram não desenvolver o PAIF e cruzarmos com as informações prestadas sobre atividades que desenvolvem, observamos que a maioria desenvolve atividades do serviço. Trata-se, portanto, de uma compreensão errônea sobre o que é o PAIF, ou seja, os CRAS ofertam-no, mas não identificam que o conjunto das atividades que desenvolvem compõem esse serviço ou identificam o PAIF com o cofinanciamento federal e não com as atividades desenvolvidas.

O segundo serviço mais citado foi o de capacitação e inclusão produtiva. Quase 80% dos CRAS oferecem esse serviço. É importante explorar melhor em futuros censos esse serviço: seus objetivos, resultados, público e se são desenvolvidos em parceria com outros setores.

Chama-se ainda atenção para o fato de 27,9% dos CRAS terem afirmado desenvolver serviço de convivência para jovens de 18 a 20 anos. Esses serviços podem ser de inclusão produtiva e, portanto, pode haver redundância nesta resposta ou podem também ser serviço do PAIF. Este item deverá ser aprimorado quando da elaboração do questionário do Censo 2009.

Chama atenção ainda a quantidade de CRAS que desenvolve serviços de convivência, o que é coerente com sua função de referência e contrarreferência. A oferta deles no CRAS talvez seja reflexo da quase inexistente rede local de tais serviços, no território de abrangência do CRAS, especialmente nos municípios menores, o que obrigaria o município a ofertá-los diretamente no CRAS. No

entanto, faz-se necessário aprofundar esta análise e verificar se os CRAS que os desenvolvem contam com espaço compatível, em função inclusive do quantitativo de pessoas e regularidade de frequência aos serviços de convivência.

Entre os serviços de convivência, chama-se atenção para o fato de que 35,9% dos CRAS oferta o Projovem Adolescente, o que é um número expressivo, considerando o tempo de existência recente deste serviço. Isso demonstra também uma capacidade de resposta dos CRAS relativamente boa à oferta de serviços.

Tabela 44 - Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido, segundo localização - 2008

Serviços desenvolvidos no CRAS		Localização			
		Urbano	Rural	Itinerante	Total
Programa de Atenção Integral à Família	N.Abs	4.437	145	6	4.588
	%	90,4%	91,8%	100,0%	90,4%
Projovem Adolescente (apenas quando executado no espaço do próprio CRAS)	N.Abs	1.763	59	0	1.822
	%	35,9%	37,3%	0,0%	35,9%
Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças de 0 a 6 anos	N.Abs	1.524	49	3	1.576
	%	31,0%	31,0%	50,0%	31,1%
Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	N.Abs	2.823	88	6	2.917
	%	57,5%	55,7%	100,0%	57,5%
Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 15 a 17 anos(exceto Projovem)	N.Abs	2.275	74	3	2.352
	%	46,3%	46,8%	50,0%	46,4%
Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 18 a 29 anos	N.Abs	1.376	37	2	1.415
	%	28,0%	23,4%	33,3%	27,9%
Serviços de capacitação e inclusão produtiva	N.Abs	3.861	123	4	3.988
	%	78,6%	77,8%	66,7%	78,6%
Serviços de Convivência (socioeducativo) para Idosos	N.Abs	3.310	91	2	3.403
	%	67,4%	57,6%	33,3%	67,1%

Tabela 4-5 - Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) - 2008

Serviços desenvolvidos no CRAS	Fontes de financiamento (cofinanciamento)							Total
	Somente Federal	Somente Estadual	Somente Municipal	Somente Federal e Estadual	Somente Federal e Municipal	Somente Estadual e Municipal	Federal, Estadual e Municipal	
Programa de Atenção Integral à Família	N.Abs 1.237 97,2%	97 90,7%	456 69,7%	53 93,0%	2.205 93,2%	116 85,9%	424 87,8%	4.588 90,4%
Projovem Adolescente (apenas quando executado no espaço do próprio CRAS)	N.Abs 525 41,3%	27 25,2%	139 21,3%	20 35,1%	912 38,5%	28 20,7%	171 35,4%	1.822 35,9%
Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças de 0 a 6 anos	N.Abs 412 32,4%	33 30,8%	162 24,8%	30 52,6%	739 31,2%	40 29,6%	160 33,1%	1.576 31,1%
Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	N.Abs 723 56,8%	61 57,0%	329 50,3%	44 77,2%	1.386 58,6%	77 57,0%	297 61,5%	2.917 57,5%
Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 15 a 17 anos(exceto Projovem)	N.Abs 560 44,0%	49 45,8%	258 39,4%	30 52,6%	1.132 47,8%	68 50,4%	255 52,8%	2.352 46,4%
Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 18 a 29 anos	N.Abs 336 26,4%	35 32,7%	176 26,9%	8 14,0%	654 27,6%	47 34,8%	159 32,9%	1.415 27,9%
Serviços de capacitação e inclusão produtiva	N.Abs 1.037 81,5%	88 82,2%	427 65,3%	37 64,9%	1.908 80,6%	107 79,3%	384 79,5%	3.988 78,6%
Serviços de Convivência (socioeducativo) para Idosos	N.Abs 871 68,5%	57 53,3%	389 59,5%	47 82,5%	1.647 69,6%	78 57,8%	314 65,0%	3.403 67,1%

Comparando os percentuais de serviços por combinação de fontes de financiamento, constata-se que o PAIF é menos presente nos CRAS que funcionam apenas com recursos municipais, com 69,7% de CRAS. O maior índice ocorre nos CRAS que dependem unicamente de recursos federais. Além disso, temos que 97,2% dos CRAS mantidos com recursos do Piso Básico Fixo informam desenvolver o PAIF. Cabe destacar que ainda existem 70 CRAS em um total de 3571 que recebem Piso Básico Fixo e não oferecem PAIF. Conforme já foi referido, esse resultado pode ter sido influenciado pelo entendimento equivocado dos municípios no momento do preenchimento. Entende-se por oferta de PAIF o desenvolvimento das seguintes atividades: visitas domiciliares, acompanhamento de famílias, orientações/encaminhamento para inserção no BPC, encaminhamento para inserção de famílias no CadÚnico, grupos de convivência e atividades socio educativas com famílias. Esta constatação aponta a necessidade de fortalecer a estratégia de capacitação, apoio técnico e monitoramento, já que todo CRAS deve ofertar o PAIF, independentemente de fonte de financiamento.

Alguns aspectos chamam atenção. O ProJovem Adolescente está mais presente em CRAS mantidos com recursos de fonte federal. Os CRAS mantidos exclusivamente com recursos municipais ou com recursos de fonte federal e estadual oferecem menos o serviço de “capacitação e inclusão produtiva” (aproximadamente 65%). Os demais serviços são ofertados em cerca de 80% dos CRAS, independentemente de fonte de financiamento.

Tabela 46 - Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido, segundo fonte de financiamento (Federal - Piso básico fixo) - 2008

Serviços desenvolvidos no CRAS		Fonte de financiamento (Federal - Piso básico fixo)		
		Sim	Não	Total
Programa de Atenção Integral à Família	N.Abs	3.501	1.087	4.588
	%	98,0%	72,3%	90,4%
ProJovem Adolescente (apenas quando executado no espaço do próprio CRAS)	N.Abs	1.480	342	1.822
	%	41,4%	22,8%	35,9%
Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças de 0 a 6 anos	N.Abs	1.141	435	1.576
	%	32,0%	28,9%	31,1%
Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	N.Abs	2.089	828	2.917
	%	58,5%	55,1%	57,5%
Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 15 a 17 anos (exceto Projovem)	N.Abs	1.702	650	2.352
	%	47,7%	43,2%	46,4%
Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 18 a 29 anos	N.Abs	1.009	406	1.415
	%	28,3%	27,0%	27,9%
Serviços de capacitação e inclusão produtiva	N.Abs	2.946	1.042	3.988
	%	82,5%	69,3%	78,6%
Serviços de Convivência (socioeducativo) para Idosos	N.Abs	2.498	905	3.403
	%	70,0%	60,2%	67,1%

Focalizando a fonte federal específica, observa-se que os CRAS mantidos com recursos do Piso Básico Fixo oferecem mais cada um dos serviços.

Observamos também grande diferença entre os dois grupos de CRAS quanto à oferta do Projovem Adolescente e da Capacitação e Inclusão Produtiva. Os CRAS mantidos com recursos do Piso Básico Fixo apresentam percentuais de oferta de serviços maiores no Projovem Adolescente e na Capacitação e Inclusão Produtiva em relação aos demais não financiados com recursos do Piso Básico Fixo (82% e 19%, respectivamente).

Tabela 47 - Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		Serviços desenvolvidos no CRAS								
		Total de CRAS	Programa de Atenção Integral à Família	Projovem Adolescente (apenas quando executado no espaço do próprio CRAS)	Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças de 0 a 6 anos	Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 15 a 17 anos (exceto Projovem)	Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 18 a 29 anos	Serviços de capacitação e inclusão produtiva	Serviços de Convivência (socioeducativo) para idosos
Norte	N.Abs %	403 95,5%	385 95,5%	176 43,7%	130 32,3%	218 54,1%	185 45,9%	100 24,8%	322 79,9%	292 72,5%
Nordeste	N.Abs %	1.837 96,1%	1.765 96,1%	800 43,5%	630 34,3%	1.057 57,5%	828 45,1%	496 27,0%	1.574 85,7%	1.417 77,1%
Sudeste	N.Abs %	1.730 88,8%	1.537 88,8%	491 28,4%	490 28,3%	1.018 58,8%	922 53,3%	616 35,6%	1.248 72,1%	951 55,0%
Sul	N.Abs %	682 81,2%	554 81,2%	175 25,7%	169 24,8%	384 56,3%	250 36,7%	123 18,0%	500 73,3%	417 61,1%
Centro-Oeste	N.Abs %	422 82,2%	347 82,2%	180 42,7%	157 37,2%	240 56,9%	167 39,6%	80 19,0%	344 81,5%	326 77,3%
Total	N.Abs %	5.074 90,4%	4.588 90,4%	1.822 35,9%	1.576 31,1%	2.917 57,5%	2.352 46,4%	1.415 27,9%	3.988 78,6%	3.403 67,1%

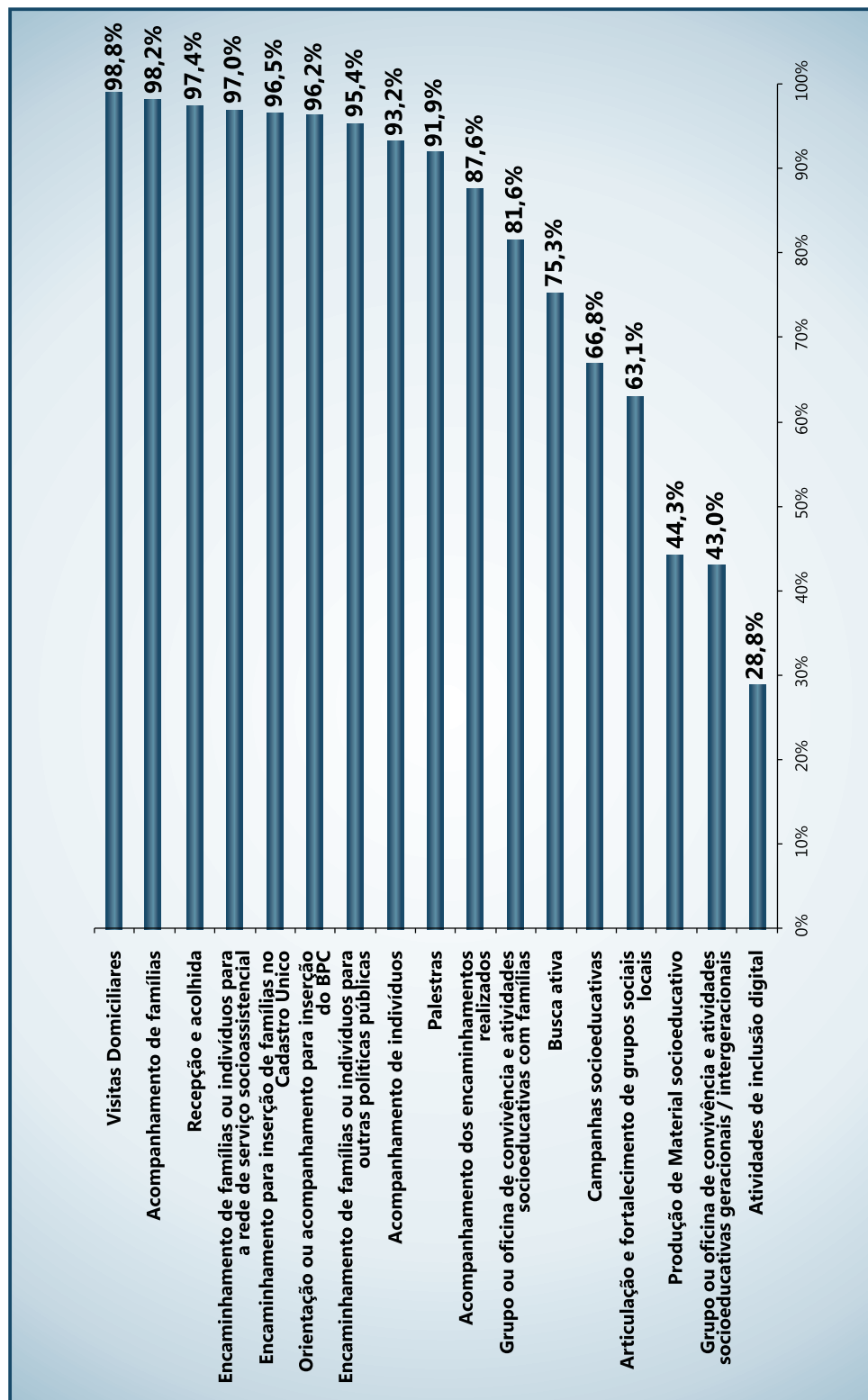
A oferta de serviços no CRAS apresenta algumas diferenças por região. As regiões Norte e Nordeste desenvolvem mais PAIF do que as demais. As regiões Sul e Sudeste oferecem menos Projovem e menos Capacitação e Inclusão Produtiva nos CRAS. O Sul oferece, em geral, menos serviços de convivência.

Tabela 4-8 - Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido, segundo porte populacional - 2008

Porte populacional	Serviços desenvolvidos no CRAS								
	Total de CRAS	Programa de Atenção Integral à Família	Projovem Adolescente (apenas quando executado no espaço do próprio CRAS)	Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças de 0 a 6 anos	Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 15 a 17 anos (exceto Projovem)	Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 18 a 29 anos	Serviços de capacitação e inclusão produtiva	Serviços de Convivência (socioeducativo) para idosos
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs 2.455	2.141 87,2%	823 33,5%	782 31,9%	1.373 55,9%	1.084 44,2%	595 24,2%	1.911 77,8%	1.750 71,3%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs 928	856 92,2%	333 35,9%	307 33,1%	511 55,1%	426 45,9%	271 29,2%	788 84,9%	598 64,4%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs 468	435 92,9%	170 36,3%	145 31,0%	286 61,1%	234 50,0%	143 30,6%	376 80,3%	272 58,1%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs 954	901 94,4%	396 41,5%	262 27,5%	528 55,3%	433 45,4%	337 35,3%	775 81,2%	568 59,5%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs 269	255 94,8%	100 37,2%	80 29,7%	219 81,4%	175 65,1%	69 25,7%	138 51,3%	215 79,9%
Total	N.Abs 5.074	4.588 90,4%	1.822 35,9%	1.576 31,1%	2.917 57,5%	2.352 46,4%	1.415 27,9%	3.988 78,6%	3.403 67,1%

Há também diferenças de oferta de serviços por porte populacional. Os municípios de pequeno porte I oferecem menos PAIF, as metrópoles oferecem mais serviços de convivência e menos serviços de capacitação e inclusão produtiva.

Gráfico 23 - Percentual de CRAS, por tipo de ações e atividades realizadas - Brasil - 2008

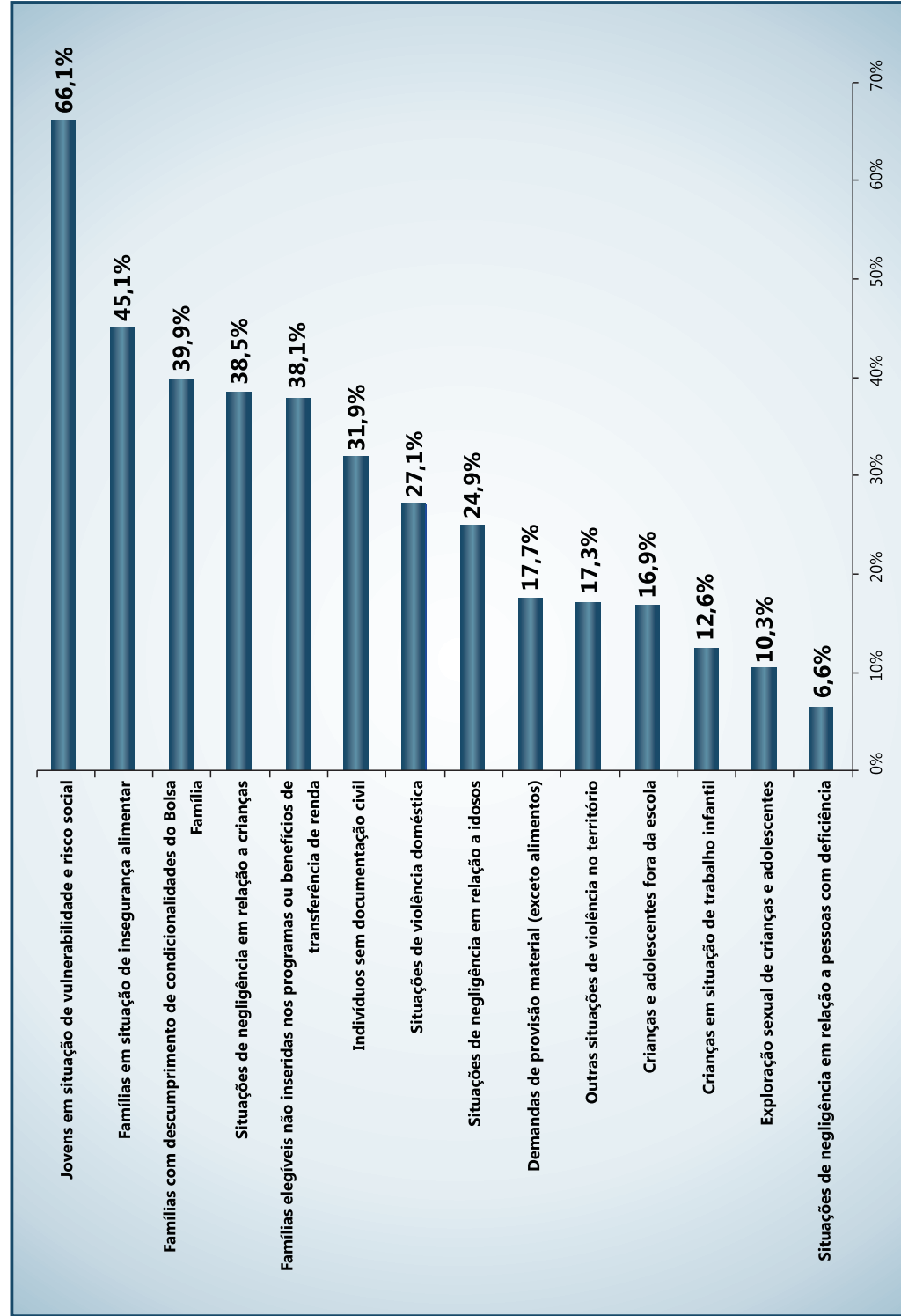


A partir das informações fornecidas sobre as ações e atividades realizadas, observamos que as porcentagens mais altas são relativas aos encaminhamentos para se ter acesso a serviços assistenciais, acompanhamentos de usuários de serviços ou benefícios e visitas domiciliares. Os percentuais de CRAS que executam tais ações e atividades são superiores a 87%. Os menos ofertados são Produção de Material Socioeducativo (44,3%), Grupo ou Oficina de Convivência e Atividades Socioeducativas Geracionais ou Intergeracionais (43,0%) e Atividades de Inclusão Digital (28,8%).

Comparando 2007 e 2008, para as atividades apresentadas em ambos os censos, no geral, houve aumento do percentual de CRAS que as realizam. Os maiores aumentos, tanto por porte, quanto por região, foram: acompanhamento de indivíduos, articulação e fortalecimento de grupos locais, busca ativa, campanhas socioeducativas, encaminhamento para inserção de famílias no Cadastro Único, grupo ou oficina de convivência e atividades socioeducativas com famílias.

É importante destacar que a atividade “grupo ou oficina de convivência e atividades socioeducativas geracionais/intergeracionais” apresentou grande queda em todas as regiões e portes populacionais.

Gráfico 24 - Percentual de CRAS, por tipo de situações de maior incidência no território de abrangência - Brasil - 2008



Os gestores dos CRAS foram arguidos a respeito das quatro situações de maior incidência no território de abrangência do equipamento. No Gráfico 24, observamos que 66,1% dos CRAS apontaram a situação de jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, como sendo de maior incidência. Esse problema é crítico, pois a situação precária dos jovens tem consequências na evasão escolar, falta de qualificação profissional, desemprego, aumento da violência e homicídio juvenil, criminalidade etc. A resposta pode ser reflexo também do Programa Nacional para Juventude e, mais especificamente, do Projovem Adolescente, uma vez que o MDS disponibilizou para os municípios elegíveis a lista dos jovens, com endereços e várias outras informações, de forma a possibilitar a busca ativa e a inserção de jovens de famílias beneficiárias do Bolsa Família no serviço. Essa iniciativa pode ter contribuído para o conhecimento do território e, portanto, para o conhecimento mais acentuado das situações de vulnerabilidade e risco que atingem a população juvenil nesses territórios.

Outra incidência bastante significativa é a de famílias em situação de insegurança alimentar e risco nutricional, o que aponta a necessidade de maior articulação dos CRAS com os equipamentos e serviços de segurança alimentar existentes nos municípios e verificação se essas famílias já são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

A terceira situação mais incidente são as famílias em descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família (quase 40% dos CRAS). Isso demonstra que os CRAS estão atentos à situação, considerada prioridade para o acompanhamento pelo PAIF. A realização do trabalho de busca ativa dessas famílias depende, no entanto, da territorialização das informações, de forma a possibilitar instrumentos de gestão para uma ação estratégica junto a estas famílias, especialmente nos municípios de maior porte e com presença de vários CRAS. Além disso, é importante que o serviço a ser prestado, nesses casos, seja coerente com a causa do descumprimento de condicionalidades o que, em muitas situações, se referem a serviços de proteção social especial. Por outro lado, aproximadamente 16% dos CRAS responderam ser bastante incidente em seus territórios a situação de

crianças e adolescentes fora da escola. Faz-se necessário depurar esta informação, relacionando-a à situação de “descumprimento de condicionalidades”, pois o questionário pode estar induzindo a respostas redundantes.

A quarta situação mais apontada foi a negligência em relação a crianças (pouco mais de 38%). Essa categoria, bastante genérica, pode estar agrupando respostas com entendimentos bastante diferenciados do que seja “negligência”. Faz-se necessário aprofundar o detalhamento dessa questão, buscando, no próximo Censo, captar situações concretas de negligência, o que pode levar ao desenvolvimento de serviços bastante distintos. Da mesma forma, faz-se necessário compreender melhor as “situações de negligência em relação a pessoas com deficiência”, citadas como mais incidentes por 6,8% dos CRAS.

De uma forma geral, as situações apontadas demonstram que os CRAS atendem a populações que vivem em territórios de vulnerabilidade e risco social. A frequência de CRAS que responderam haver indivíduos sem documentação civil demonstra um potencial de atuação importante da assistência social na Agenda social de Documentação Civil. Essas informações podem fornecer insumo ao grupo de trabalho intersetorial e direcionar orientações para os municípios.

Temos que 27,1% dos CRAS responderam ser bastante incidente em seu território a “violência doméstica”, o que reforça a necessidade de serviços de apoio familiar, da retaguarda dos serviços de proteção especial e da ação preventiva e proativa do CRAS.

Temos ainda que 17,3% dos CRAS responderam ser uma das quatro situações mais incidentes as “outras situações de violência no território”. Importante verificar se esses municípios coincidem com aqueles que estão na Agenda Social do PRONASCI e fortalecer estratégias articuladas nos mesmos.

Como era de se esperar, as situações menos listadas referem-se a situações de risco relacionadas às crianças e aos adolescentes, como o trabalho infantil e a exploração sexual.

A análise e apropriação dessas respostas pelo MDS e Estados pode qualificar as orientações técnicas aos municípios e DF. As incidências diferenciadas nos territórios dos CRAS devem ser balizadoras dos serviços ofertados, da relação a ser estabelecida com a proteção especial, com os programas de transferência de renda e com os demais setores locais, de forma a possibilitar a ação preventiva nos territórios e a oferta de serviços que visem à superação das situações de risco e a proteção de assistência social às famílias vulneráveis.

Tabela 4-9 - Número e percentual de CRAS, por tipo de situações de maior incidência no território de abrangência do CRAS, segundo Grandes Regiões - 2008

Situações	Grandes Regiões						Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste		
Crianças e adolescentes fora da escola	N.Abs	64	280	326	126	64	860
	%	15,9%	15,2%	18,8%	18,5%	15,2%	16,9%
Crianças em situação de trabalho infantil	N.Abs	61	290	160	76	52	639
	%	15,1%	15,8%	9,2%	11,1%	12,3%	12,6%
Demandas de provisão material (exceto alimentos)	N.Abs	47	241	382	155	71	896
	%	11,7%	13,1%	22,1%	22,7%	16,8%	17,7%
Exploração sexual de crianças e adolescentes	N.Abs	69	269	90	32	61	521
	%	17,1%	14,6%	5,2%	4,7%	14,5%	10,3%
Famílias com descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família	N.Abs	141	718	757	249	162	2.027
	%	35,0%	39,1%	43,8%	36,5%	38,4%	39,9%
Famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda	N.Abs	158	740	647	215	175	1.935
	%	39,2%	40,3%	37,4%	31,5%	41,5%	38,1%
Famílias em situação de insegurança alimentar	N.Abs	189	786	767	334	214	2.290
	%	46,9%	42,8%	44,3%	49,0%	50,7%	45,1%
Indivíduos sem documentação civil	N.Abs	122	533	532	252	179	1.618
	%	30,3%	29,0%	30,8%	37,0%	42,4%	31,9%
Jovens em situação de vulnerabilidade e risco social	N.Abs	256	1.245	1.197	412	246	3.356
	%	63,5%	67,8%	69,2%	60,4%	58,3%	66,1%
Outras situações de violência no território	N.Abs	62	289	347	124	57	879
	%	15,4%	15,7%	20,1%	18,2%	13,5%	17,3%
Situações de negligência em relação a crianças	N.Abs	161	676	667	305	147	1.956
	%	40,0%	36,8%	38,6%	44,7%	34,8%	38,5%
Situações de negligência em relação a idosos	N.Abs	112	540	364	165	83	1.264
	%	27,8%	29,4%	21,0%	24,2%	19,7%	24,9%
Situações de negligência em relação a pessoas com deficiência	N.Abs	30	173	64	35	35	337
	%	7,4%	9,4%	3,7%	5,1%	8,3%	6,6%
Situações de violência doméstica	N.Abs	116	452	496	204	108	1.376
	%	28,8%	24,6%	28,7%	29,9%	25,6%	27,1%

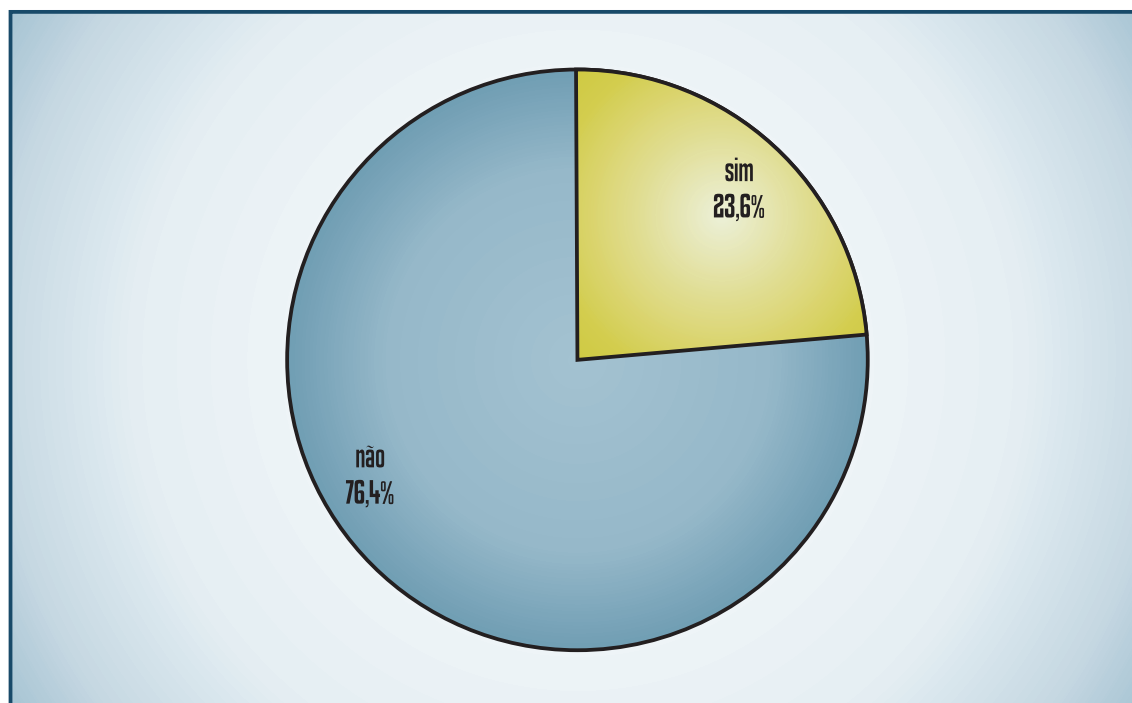
Analisando por região, observamos maior incidência de CRAS que informaram a incidência em seus territórios de exploração sexual de crianças e adolescentes no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nas demais estratificações, não são observadas diferenças expressivas. É importante que o CRAS, ao identificar essa situação, faça a referência dessas crianças e suas famílias ao CREAS ou equipe da proteção social especial existente no município.

Tabela 50 - Número e percentual de CRAS, por tipo de situações de maior incidência no território de abrangência do CRAS, segundo porte populacional - 2008

Situação	Porte populacional do município					Total
	Pequeno I (até 20.000 hab)	Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	Medio (50.001 a 100.000 hab)	Grande (100.001 a 900.000 hab)	Metrópole (mais de 900.000 hab)	
Crianças e adolescentes fora da escola	478 19,5%	147 15,8%	74 15,8%	132 13,8%	29 10,8%	860 16,9%
Crianças em situação de trabalho infantil	349 14,2%	102 11,0%	42 9,0%	96 10,1%	50 18,6%	639 12,6%
Demandas de provisão material (exceto alimentos)	446 18,2%	177 19,1%	98 20,9%	140 14,7%	35 13,0%	896 17,7%
Exploração sexual de crianças e adolescentes	309 12,6%	112 12,1%	37 7,9%	52 5,5%	11 4,1%	521 10,3%
Famílias com descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família	1.182 48,1%	312 33,6%	130 27,8%	311 32,6%	92 34,2%	2.027 39,9%
Famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda	889 36,2%	337 36,3%	175 37,4%	395 41,4%	139 51,7%	1.935 38,1%
Famílias em situação de insegurança alimentar	1.001 40,8%	471 50,8%	236 50,4%	459 48,1%	123 45,7%	2.290 45,1%
Indivíduos sem documentação civil	748 30,5%	303 32,7%	143 30,6%	341 35,7%	83 30,9%	1.618 31,9%
Jovens em situação de vulnerabilidade e risco social	1.476 60,1%	636 68,5%	360 76,9%	686 71,9%	198 73,6%	3.356 66,1%
Outras situações de violência no território	247 10,1%	137 14,8%	112 23,9%	288 30,2%	95 35,3%	879 17,3%
Situações de negligência em relação a crianças	1.009 41,1%	353 38,0%	167 35,7%	341 35,7%	86 32,0%	1.956 38,5%
Situações de negligência em relação a idosos	684 27,9%	252 27,2%	102 21,8%	184 19,3%	42 15,6%	1.264 24,9%
Situações de negligência em relação a pessoas com deficiência	210 8,6%	63 6,8%	23 4,9%	35 3,7%	6 2,2%	337 6,6%
Situações de violência doméstica	570 23,2%	252 27,2%	148 31,6%	331 34,7%	75 27,9%	1.376 27,1%

Analisando por porte, observamos maior incidência de exploração sexual de crianças e adolescentes no território de abrangência dos CRAS em municípios pequenos. Nos municípios classificados como Pequeno I, quase a metade dos CRAS assinalou alta incidência de famílias com descumprimento de condicionalidades de Saúde e Educação do Bolsa Família. Nos demais portes, a incidência da situação é bem mais baixa. Observa-se que, à medida que aumenta o porte do município, aumenta o percentual de CRAS que assinala a incidência de famílias elegíveis não inseridas em programas de transferência de renda. Já as situações de negligência, à medida que diminui o porte do município, aumenta o percentual de CRAS que indicam sua alta incidência.

Gráfico 25 - Percentual de CRAS, segundo existência ou não de povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS - Brasil - 2008



Como era esperado, segundo o Gráfico 25, a maior parte dos CRAS não possui povos e comunidades tradicionais no seu território de abrangência.

Tabela 51 - Número e percentual de CRAS, por existência de povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS, segundo Grandes Regiões e localização - 2008

Grandes Regiões		Existência de povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS			
		Urbano	Rural	Itinerante	Total
Norte	N.Abs	187	8	0	195
	%	47,8%	72,7%	0,0%	48,4%
Nordeste	N.Abs	477	28	0	505
	%	27,1%	36,8%	0,0%	27,5%
Sudeste	N.Abs	237	8	2	247
	%	14,1%	17,0%	50,0%	14,3%
Sul	N.Abs	110	5	0	115
	%	16,6%	26,3%	0,0%	16,9%
Centro-Oeste	N.Abs	131	5	0	136
	%	31,5%	100,0%	0,0%	32,2%
Total	N.Abs	1.142	54	2	1.198
	%	23,3%	34,2%	33,3%	23,6%

Essa análise por região e localização mostra que a região Norte se destaca no percentual de CRAS urbanos que possuem povos e comunidades tradicionais no seu território de abrangência. São 47,8% dos CRAS nessa situação. A seguir, temos o Centro-Oeste com 31,5% e o Nordeste com 27,5%.

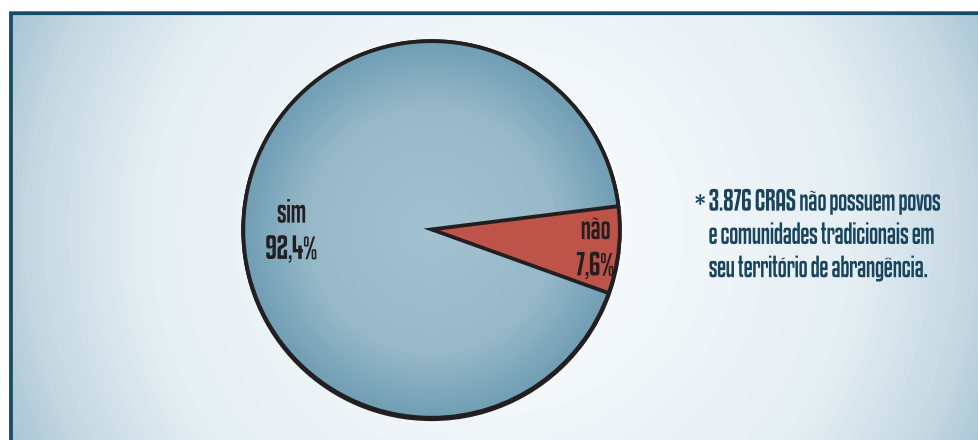
Já nos rurais, o percentual varia por região. No Centro-Oeste, 100% dos CRAS rurais possuem povos e comunidades tradicionais no seu território de abrangência, embora existam apenas cinco CRAS rurais nessa região. No Norte, o percentual é de 72,7%, mas são apenas oito CRAS rurais. As demais regiões possuem percentuais bem inferiores.

Tabela 52 - Número e percentual de CRAS, por existência de povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS, segundo porte populacional e localização - 2008

Porte populacional do município		Existência de povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS			
		Urbano	Rural	Itinerante	Total
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	618	14	0	632
	%	25,8%	26,4%	0,0%	25,7%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	267	19	1	287
	%	30,4%	38,8%	0,0%	30,9%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	85	7	0	92
	%	19,1%	30,4%	0,0%	19,7%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	143	14	1	158
	%	15,5%	45,2%	0,0%	16,6%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	29	0	0	29
	%	10,9%	0,0%	0,0%	10,8%
Total	N.Abs	1.142	54	2	1.198
	%	23,3%	34,2%	33,3%	23,6%

Na Tabela 52, constatamos que, à medida que aumenta o porte, diminui o percentual de CRAS urbanos que possuem povos e comunidades tradicionais no seu território de abrangência. Quando analisamos nas unidades rurais, vemos que os municípios grandes possuem incidência maior de tais povos, com 45,2% dos seus CRAS.

Gráfico 26 - Percentual de CRAS, que possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência e que atendem a pelo menos uma destas comunidades - Brasil - 2008



O Gráfico 26 mostra que 92% dos CRAS que possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência atendem a pelo menos uma dessas comunidades.

Tabela 53 - Número e percentual de CRAS, que possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência e que atendem a pelo menos uma destas comunidades, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Atende povos e comunidades tradicionais*			Total
		Sim	Não	
Norte	N.Abs	180	15	195
	%	92,3%	7,7%	100,0%
Nordeste	N.Abs	468	37	505
	%	92,7%	7,3%	100,0%
Sudeste	N.Abs	218	29	247
	%	88,3%	11,7%	100,0%
Sul	N.Abs	109	6	115
	%	94,8%	5,2%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	132	4	136
	%	97,1%	2,9%	100,0%
Total	N.Abs	1.107	91	1.198
	%	92,4%	7,6%	100,0%

* 3.876 CRAS não possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência.

Analisando as porcentagens por região, observamos que não há grandes variações, apresentando o Sudeste o menor percentual de atendimento, 88,3%, e o Sul com o maior nível, 94,8%.

Tabela 54 - Número e percentual de CRAS, que possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência e que atendem a pelo menos uma destas comunidades, segundo porte populacional - 2008

Porte populacional do município		Atende povos e comunidades tradicionais		
		Sim	Não	Total
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	592	40	632
	%	93,7%	6,3%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	264	23	287
	%	92,0%	8,0%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	83	9	92
	%	90,2%	9,8%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	146	12	158
	%	92,4%	7,6%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	22	7	29
	%	75,9%	24,1%	100,0%
Total	N.Abs	1.107	91	1.198
	%	92,4%	7,6%	100,0%

* 3.876 CRAS não possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência.

Já a análise por porte populacional revela que as metrópoles possuem um índice bem inferior de atendimento dessas comunidades. Cabe destacar que apenas 29 CRAS em metrópoles assinalaram possuir as referidas comunidades em seu território de abrangência.

3.4. Informação, Registro e Documentação

O registro de informações torna-se imprescindível para a organização do CRAS tanto no que se refere à organização das ações rotineiras, quanto ao acompanhamento de suas funções e mesmo seu gradual aperfeiçoamento. Nos aspectos mais gerais, o registro de informação torna-se elemento essencial para o próprio monitoramento e avaliação, e conseqüentemente, para o aperfeiçoamento das ações e serviços do CRAS.

Nesse sentido, recomenda-se que todos os serviços socioassistenciais ofertados no CRAS deverão manter registros de frequência em formulário padrão. Prontuários deverão também ser mantidos atualizados, refletindo o histórico do atendimento à família e a indivíduos. Recomenda-se também que essas informações sejam sistematizadas, compiladas e analisadas, preferencialmente via eletrônica, a fim de subsidiar o gestor municipal nas atividades de monitoramento.*

Gráfico 27 - Percentual de CRAS com diagnóstico do seu território de abrangência - Brasil - 2008

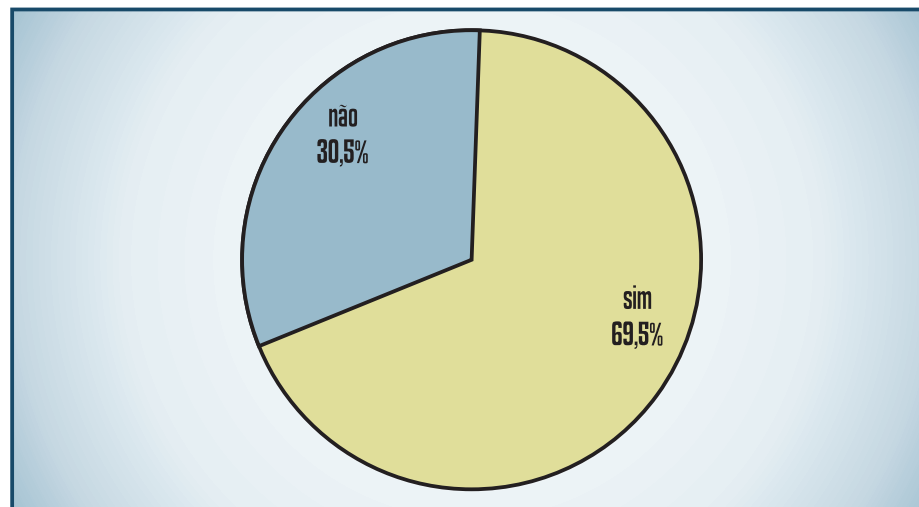


Tabela 55 - Número e percentual de CRAS, por existência de diagnóstico do território de abrangência, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		sim	não	Total
Norte	N.Abs	259	144	403
	%	64,3%	35,7%	100,0%
Nordeste	N.Abs	1.384	453	1.837
	%	75,3%	24,7%	100,0%
Sudeste	N.Abs	1.181	549	1.730
	%	68,3%	31,7%	100,0%
Sul	N.Abs	412	270	682
	%	60,4%	39,6%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	288	134	422
	%	68,2%	31,8%	100,0%
Total	N.Abs	3.524	1.550	5.074
	%	69,5%	30,5%	100,0%

* As tabelas que apresentam os resultados por unidades da federação constam nos anexos (tabelas A25 a A31).

A realização de diagnósticos do território de abrangência do CRAS, identificando suas vulnerabilidades, riscos e potencialidades, é fundamental para o planejamento da implantação do CRAS, bem como, para o cumprimento de sua função de gestão territorial da proteção social básica e para a definição dos serviços a serem ofertados, visando uma ação preventiva e eficaz. A região que se destaca é a Nordeste, com 75,3% de CRAS que fazem tal diagnóstico. Há que se ter muito cuidado com esta informação, já que pode haver entendimentos diferenciados sobre o que significa “realizar diagnóstico territorial”. A informação de municípios que não realizaram diagnósticos pode ser um elemento importante no processo de acompanhamento que os estados realizam, de forma a fortalecer estratégias de elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social e definição dos tomando como referência estudos sobre vulnerabilidades, riscos e potencialidades presentes nos territórios.

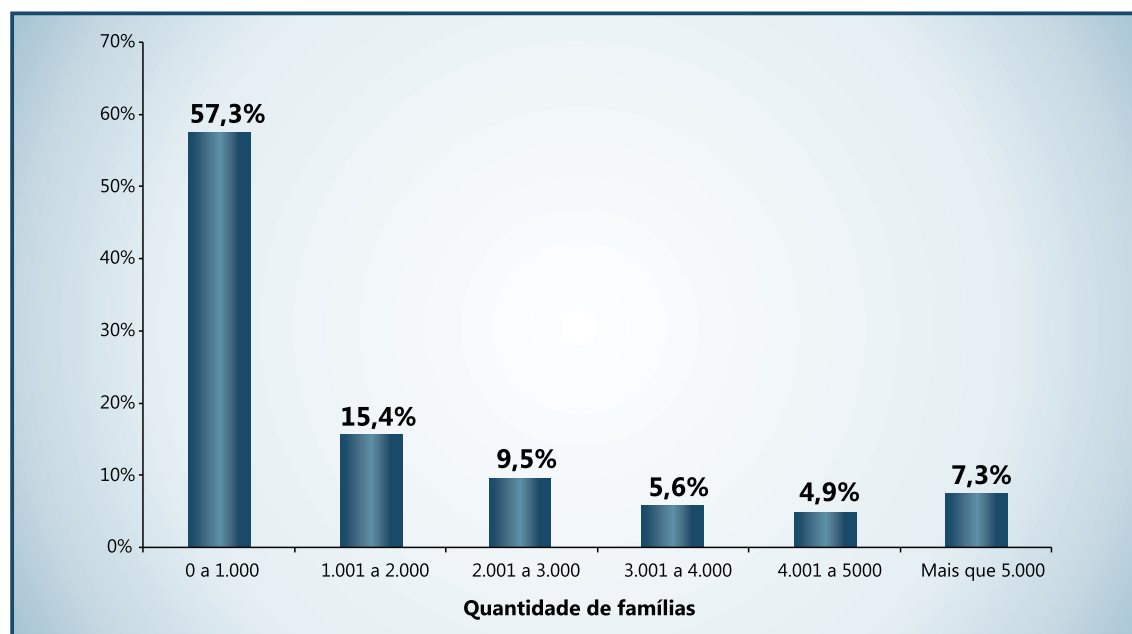
Tabela 56 - Número e percentual de CRAS, por existência de diagnóstico do território de abrangência, segundo porte populacional - 2008

Porte populacional do município		sim	não	Total
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	1.672	783	2.455
	%	68,1%	31,9%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	667	261	928
	%	71,9%	28,1%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	309	159	468
	%	66,0%	34,0%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	652	302	954
	%	68,3%	31,7%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	224	45	269
	%	83,3%	16,7%	100,0%
Total	N.Abs	3.524	1.550	5.074
	%	69,5%	30,5%	100,0%

Quando analisamos por porte, o destaque é para as metrópoles com 83,3% dos CRAS com diagnósticos territoriais. Nesse caso, é possível que a maior quantidade de recursos de tais municípios contribua para a maior condição de realização do trabalho. Por outro lado, a complexidade de gestão da assistência social, a necessidade de definir vários territórios, os serviços que serão ofertados em cada um deles, a priorização da sua implantação e a necessidade de estabelecer parâmetros comuns para os CRAS em funcionamento, entre outros, pode ser fator indutor, nos municípios de maior porte, da utilização da informação como base para o planejamento e, portanto, para o conhecimento dos seus territórios.

Podemos observar no Gráfico 28 a grande concentração de CRAS que declararam possuir até 1.000 famílias vulneráveis em seu território de abrangência. É interessante observar que essa distribuição está distanciada do número de famílias referenciadas pelo CRAS, conforme o porte populacional do município onde se encontra a unidade.

Gráfico 28 - Percentual de CRAS segundo quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem em seu território de abrangência - Brasil - 2008



As relações entre as regiões e as quantidades de famílias vulneráveis não é expressiva. Entretanto, a análise da relação entre porte e quantidade de famílias vulneráveis mostra que, com aumento de porte, há tendência de aumento na quantidade de famílias, o que era um resultado esperado.

Tabela 57 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem em seu território de abrangência, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem no território de abrangência do CRAS							Total
		0 a 1.000	1.001 a 2.000	2.001 a 3.000	3.001 a 4.000	4.001 a 5.000	Mais que 5.000	
Norte	N.Abs	117	18	15	9	7	13	179
	%	65,4%	10,1%	8,4%	5,0%	3,9%	7,3%	100,0%
Nordeste	N.Abs	575	178	128	68	51	55	1.055
	%	54,5%	16,9%	12,1%	6,4%	4,8%	5,2%	100,0%
Sudeste	N.Abs	546	145	88	59	71	108	1.017
	%	53,7%	14,3%	8,7%	5,8%	7,0%	10,6%	100,0%
Sul	N.Abs	306	64	34	16	6	20	446
	%	68,6%	14,3%	7,6%	3,6%	1,3%	4,5%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	147	49	14	14	10	18	252
	%	58,3%	19,4%	5,6%	5,6%	4,0%	7,1%	100,0%
Total	N.Abs	1.691	454	279	166	145	214	2.949
	%	57,3%	15,4%	9,5%	5,6%	4,9%	7,3%	100,0%

Tabela 58 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem em seu território de abrangência, segundo porte populacional do município - 2008

Porte populacional do município	Quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem no território de abrangência do CRAS							Total
		0 a 1.000	1.001 a 2.000	2.001 a 3.000	3.001 a 4.000	4.001 a 5.000	Mais que 5.000	
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	1.106	183	94	13	7	0	1.403
	%	78,8%	13,0%	6,7%	0,9%	0,5%	0,0%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	287	93	66	74	19	21	560
	%	51,3%	16,6%	11,8%	13,2%	3,4%	3,8%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	119	53	34	15	26	16	263
	%	45,2%	20,2%	12,9%	5,7%	9,9%	6,1%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	173	108	68	41	69	80	539
	%	32,1%	20,0%	12,6%	7,6%	12,8%	14,8%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	6	17	17	23	24	97	184
	%	3,3%	9,2%	9,2%	12,5%	13,0%	52,7%	100,0%
Total	N.Abs	1.691	454	279	166	145	214	2.949
	%	57,3%	15,4%	9,5%	5,6%	4,9%	7,3%	100,0%

Gráfico 29 - Percentual de CRAS com relatório mensal do quantitativo de atendimento - Brasil - 2008

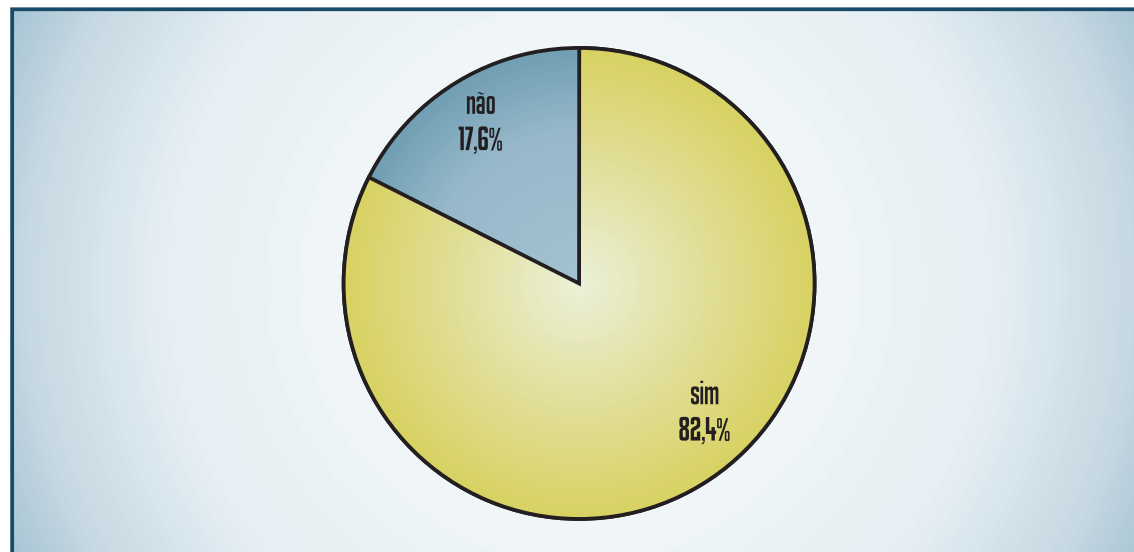


Tabela 59 - Número e percentual de CRAS, por existência de relatório mensal do quantitativo de atendimento, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		sim	não	Total
Norte	N.Abs	351	52	403
	%	87,1%	12,9%	100,0%
Nordeste	N.Abs	1.532	305	1.837
	%	83,4%	16,6%	100,0%
Sudeste	N.Abs	1.473	257	1.730
	%	85,1%	14,9%	100,0%
Sul	N.Abs	490	192	682
	%	71,8%	28,2%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	336	86	422
	%	79,6%	20,4%	100,0%
Total	N.Abs	4.182	892	5.074
	%	82,4%	17,6%	100,0%

Como podemos observar na Tabela 59, a região Sul destoa um pouco das demais regiões quanto à existência de relatório mensal do quantitativo de atendimentos, com 71,8% dos CRAS fazendo o relatório. As demais regiões possuem percentuais de 80% ou mais.

Tabela 60 - Número e percentual de CRAS, por existência de relatório mensal do quantitativo de atendimento, segundo porte populacional - 2008

Porte populacional do município		sim	não	Total
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	1.788	667	2.455
	%	72,8%	27,2%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	788	140	928
	%	84,9%	15,1%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	403	65	468
	%	86,1%	13,9%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	934	20	954
	%	97,9%	2,1%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	269	0	269
	%	100,0%	0,0%	100,0%
Total	N.Abs	4.182	892	5.074
	%	82,4%	17,6%	100,0%

À medida que o porte aumenta, constata-se um maior percentual de CRAS que faz relatório do quantitativo de atendimento. Os destaques são os grandes municípios, pois 97,9% dos CRAS fazem o relatório, e as metrópoles, com 100% dos CRAS. Ressalta-se que, apesar de haver o registro em número expressivo de CRAS, o mesmo pode estar sendo feito de forma bastante diferenciada. Por iniciativa do Departamento de Gestão do SUAS, o MDS, a partir de consultoria em curso, deverá pactuar até 2010 a padronização dos registros nas unidades de CRAS.

Gráfico 30 - Percentual de CRAS segundo existência de arquivo de prontuário - Brasil - 2008

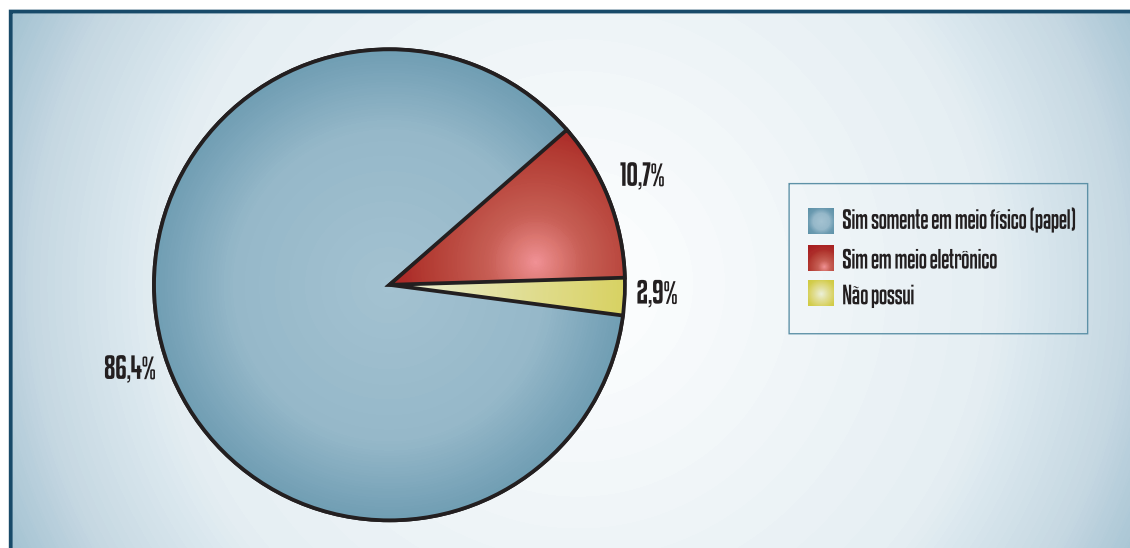


Tabela 61 - Número e percentual de CRAS, por existência de arquivo de prontuário, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		Sim somente em meio físico (papel)	Sim em meio eletrônico	Não possui	Total
Norte	N.Abs	339	46	18	403
	%	84,1%	11,4%	4,5%	100,0%
Nordeste	N.Abs	1.674	115	48	1.837
	%	91,1%	6,3%	2,6%	100,0%
Sudeste	N.Abs	1.508	197	25	1.730
	%	87,2%	11,4%	1,4%	100,0%
Sul	N.Abs	533	117	32	682
	%	78,2%	17,2%	4,7%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	331	67	24	422
	%	78,4%	15,9%	5,7%	100,0%
Total	N.Abs	4.385	542	147	5.074
	%	86,4%	10,7%	2,9%	100,0%

Tabela 62 - Número e percentual de CRAS, por existência de arquivo de prontuário, segundo porte populacional - 2008

Porte populacional do município		Sim somente em meio físico (papel)	Sim em meio eletrônico	Não possui	Total
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	2.126	214	115	2.455
	%	86,6%	8,7%	4,7%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	809	106	13	928
	%	87,2%	11,4%	1,4%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	418	43	7	468
	%	89,3%	9,2%	1,5%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	815	128	11	954
	%	85,4%	13,4%	1,2%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	217	51	1	269
	%	80,7%	19,0%	0,4%	100,0%
Total	N.Abs	4.385	542	147	5.074
	%	86,4%	10,7%	2,9%	100,0%

O número de CRAS com arquivo de prontuário é alto, mas a porcentagem de arquivos eletrônicos é muito baixa ainda, independente de região e porte. O estrato que possui maior porcentagem de CRAS com arquivo de prontuário eletrônico são as metrópoles com apenas 19,0%. O Nordeste, apesar de uma porcentagem alta de CRAS com arquivo de prontuário, possui um percentual menor do que outras regiões de arquivos eletrônicos. A média nacional de prontuários em meio eletrônico é bastante baixa se comparada à média nacional de CRAS que dispõem de computador (95%) e de acesso à internet (70%) (objetos de análise anterior deste relatório). Isso demonstra uma dificuldade de desenvolvimento de sistemas e de gestão por parte do órgão gestor municipal e/ou do DF e de formação das equipes, problema de natureza bastante distinta da capacidade tecnológica instalada (equipamentos e conectividade).

Gráfico 31 - Percentual de CRAS que possui algum modelo padronizado de prontuário - Brasil - 2008

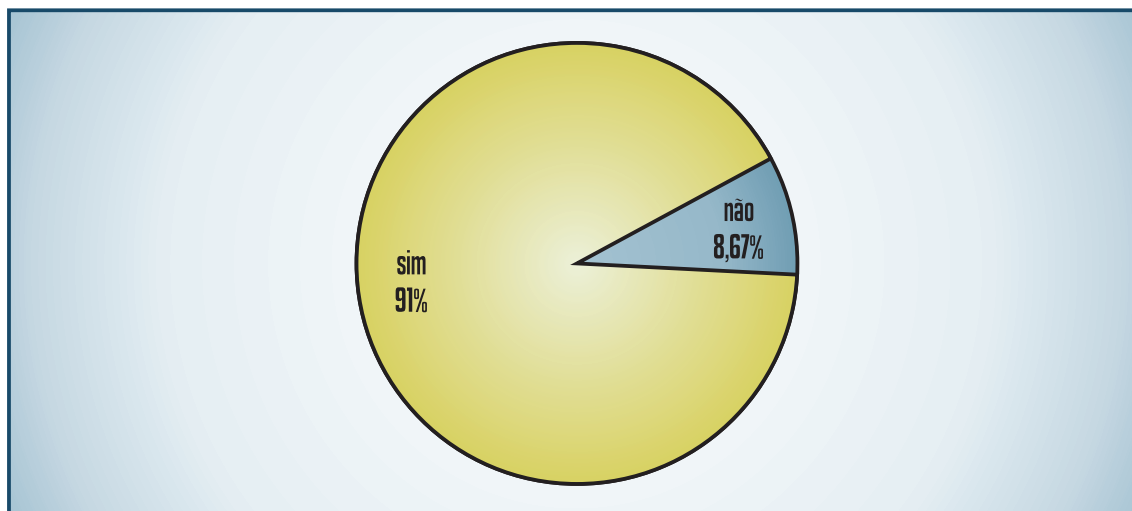


Tabela 63 - Número e percentual de CRAS, por existência de algum modelo padronizado de prontuário, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		sim	não	Total
Norte	N.Abs	361	42	403
	%	89,6%	10,4%	100,0%
Nordeste	N.Abs	1.711	126	1.837
	%	93,1%	6,9%	100,0%
Sudeste	N.Abs	1.643	87	1.730
	%	95,0%	5,0%	100,0%
Sul	N.Abs	565	117	682
	%	82,8%	17,2%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	354	68	422
	%	83,9%	16,1%	100,0%
Total	N.Abs	4.634	440	5.074
	%	91,3%	8,7%	100,0%

Tabela 64 - Número e percentual de CRAS, por existência de algum modelo padronizado de prontuário, segundo porte populacional - 2008

Porte populacional do município		sim	não	Total
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	2.117	338	2.455
	%	86,2%	13,8%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	865	63	928
	%	93,2%	6,8%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	455	13	468
	%	97,2%	2,8%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	929	25	954
	%	97,4%	2,6%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	268	1	269
	%	99,6%	0,4%	100,0%
Total	N.Abs	4.634	440	5.074
	%	91,3%	8,7%	100,0%

O percentual de CRAS com modelo padronizado de prontuário não varia expressivamente por região, conforme a Tabela 63. No geral, 91,3% dos CRAS possuem tal modelo. Já por porte a análise é mais interessante. À medida que aumenta o porte, o percentual de CRAS com modelo padronizado também aumenta, como podemos observar na Tabela 64.

O percentual de CRAS com registro informatizado de informações é baixo nos estratos considerados: região, porte e combinações de fonte de financiamento, conforme as Tabelas 65, 66 e 67. No geral, apenas 35,7% dos CRAS possuem esse tipo de registro.

Gráfico 32 - Percentual de CRAS, segundo existência de sistema informatizado para registro de informações - Brasil - 2008

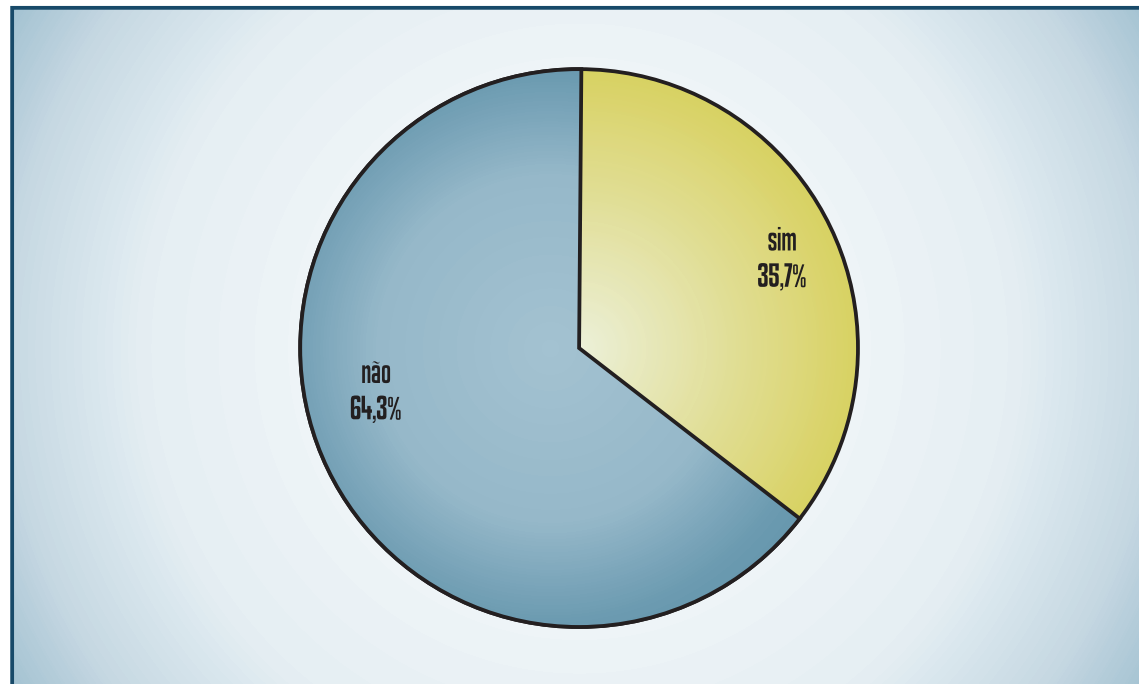


Tabela 65 - Número e percentual de CRAS, por existência de sistema informatizado para registro de informações, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		Sim	Não	Total
Norte	N.Abs	164	221	385
	%	42,6%	57,4%	100,0%
Nordeste	N.Abs	535	1.172	1.707
	%	31,3%	68,7%	100,0%
Sudeste	N.Abs	610	1.056	1.666
	%	36,6%	63,4%	100,0%
Sul	N.Abs	239	424	663
	%	36,0%	64,0%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	177	238	415
	%	42,7%	57,3%	100,0%
Total	N.Abs	1.725	3.111	4.836
	%	35,7%	64,3%	100,0%

* As respostas de 238 CRAS foram excluídas deste item por apresentarem inconsistência.

Tabela 66 - Número e percentual de CRAS, por existência de sistema informatizado para registro de informações, segundo porte populacional - 2008

Porte populacional do município		Sim	Não	Total
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	772	1.579	2.351
	%	32,8%	67,2%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	324	566	890
	%	36,4%	63,6%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	142	292	434
	%	32,7%	67,3%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	374	532	906
	%	41,3%	58,7%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	113	142	255
	%	44,3%	55,7%	100,0%
Total	N.Abs	1.725	3.111	4.836
	%	35,7%	64,3%	100,0%

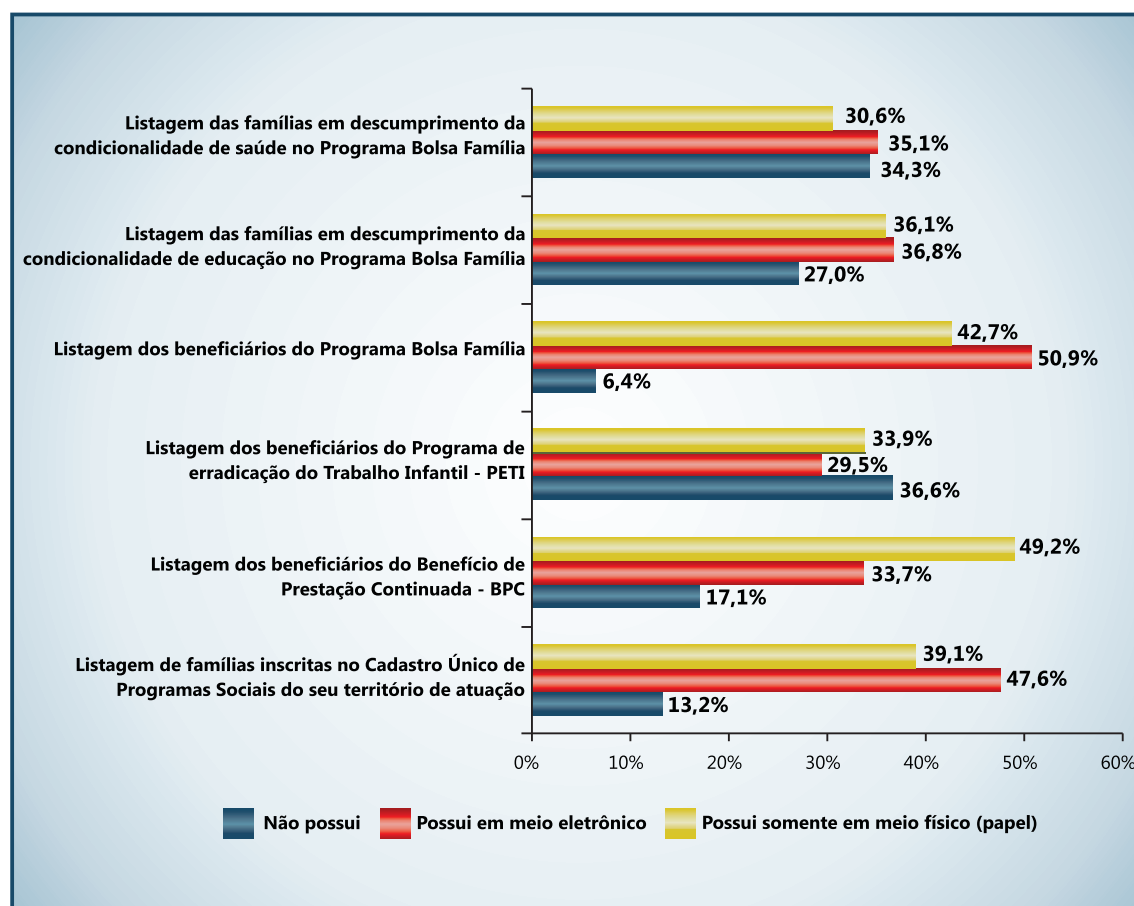
* As respostas de 238 CRAS foram excluídas deste item por apresentarem inconsistência.

Tabela 67 - Número e percentual de CRAS, por existência de sistema informatizado para registro de informações, segundo fontes de financiamento - 2008

Fontes de financiamento		Sim	Não	Total
Só Federal	N.Abs	411	795	1.206
	%	34,1%	65,9%	100,0%
Só Estadual	N.Abs	37	63	100
	%	37,0%	63,0%	100,0%
Só Municipal	N.Abs	200	413	613
	%	32,6%	67,4%	100,0%
Só Federal e Estadual	N.Abs	12	44	56
	%	21,4%	78,6%	100,0%
Só Federal e Municipal	N.Abs	833	1.429	2.262
	%	36,8%	63,2%	100,0%
Só Estadual e Municipal	N.Abs	34	91	125
	%	27,2%	72,8%	100,0%
Federal, Estadual e Municipal	N.Abs	198	276	474
	%	41,8%	58,2%	100,0%
Total	N.Abs	1.725	3.111	4.836
	%	35,7%	64,3%	100,0%

* As respostas de 238 CRAS foram excluídas deste item por apresentarem inconsistência.

Gráfico 33 - Percentual de CRAS, por listagem de famílias inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais do seu território de atuação - Brasil - 2008



O Gráfico 33 mostra listagens e os respectivos percentuais de CRAS que as possuem em meio físico, em meio eletrônico ou que não as possuem. Os maiores percentuais de listas eletrônicas disponíveis nos CRAS são as de beneficiários do Bolsa Família (cerca de 50% dos CRAS), e de famílias inscritas no CadÚnico, 47,6%. Esta informação, disponível em meio eletrônico, é essencial para a territorialização da proteção básica e para o trabalho social com famílias do PAIF, especialmente em municípios de maior porte. Verifica-se que há CRAS que não possuem as listagens de beneficiários do Bolsa Família e das famílias inscritas no CadÚnico (6,4% e 13,2%, respectivamente). Essa informação apropriada pelos estados e União pode

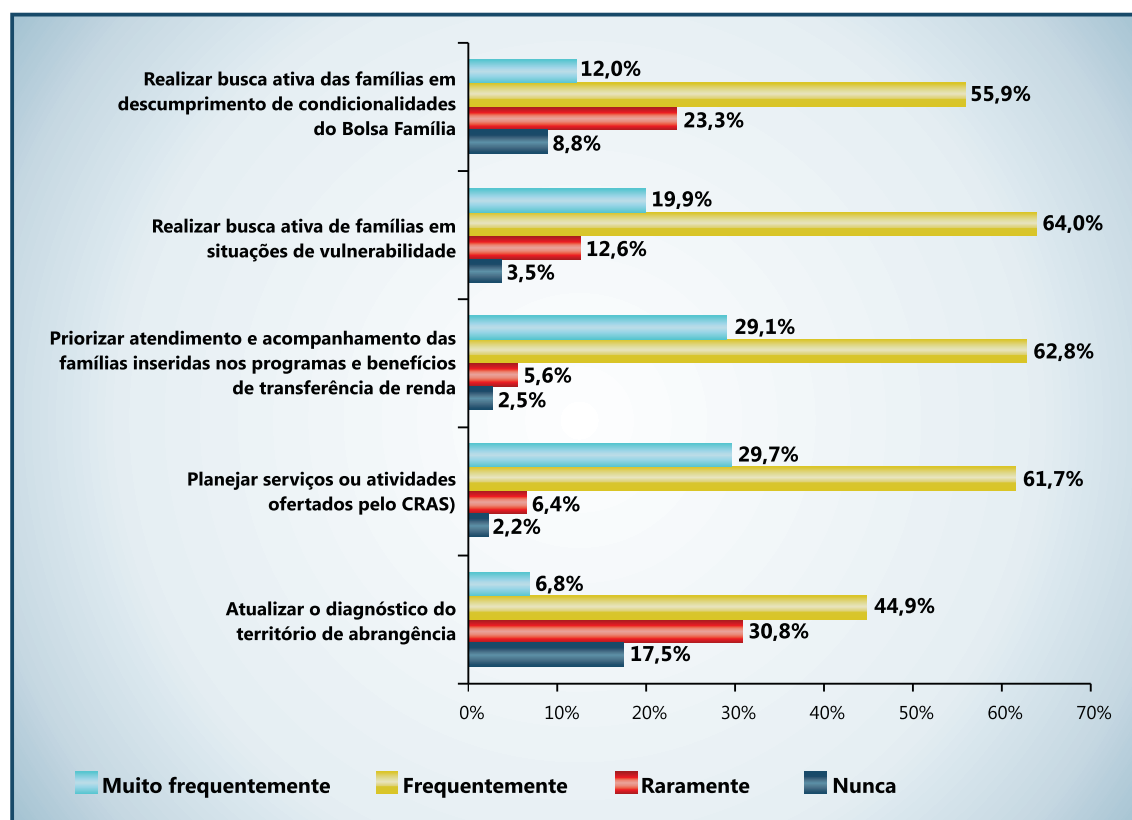
ser objeto de orientação técnica tanto para as equipes da proteção básica quanto para as equipes que operam o Cadastro e o Bolsa Família nos respectivos municípios.

Chama atenção o fato de que a listagem dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada encontra-se disponível em meio físico para cerca de 50% dos CRAS. Apenas 33,7% dos CRAS a possuem em meio eletrônico e 17,1% dos CRAS não dispõem da listagem. A apropriação pelos CRAS dessa informação é condição essencial para a oferta dos serviços e inclusão destes beneficiários na rede de proteção de assistência social.

Os maiores percentuais de listagens não disponíveis nos CRAS são as do PETI, (36,6%). As listagens de descumprimento das condicionalidades de saúde e de educação do Bolsa Família são, respectivamente, 34,3% e 27,1%. Isso mostra que, apesar de bom acesso à informação de Cadastro Único e de beneficiários do Bolsa Família, a questão do acesso municipal à informação de descumprimento de condicionalidades do Programa ainda precisa ser melhorada. O protocolo de gestão integrada de serviços, transferência de renda e benefícios, apresentado pelo MDS (SNAS e SENARC) à Comissão Intergestores Tripartite deverá ser pactuado ainda em 2009. Visa contribuir para a definição de atribuições, fluxos e procedimentos relativos à disponibilização dessas informações e à oferta de serviços para famílias beneficiárias do Bolsa Família, indivíduos beneficiários do BPC e famílias em situações de maior vulnerabilidade e risco social, entre elas as que se encontram em descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família e do PETI.

É importante ressaltar que a busca ativa e a oferta de serviços para famílias em situação de maior vulnerabilidade social dependem de uma boa gestão da informação nos CRAS. Portanto, segundo as estatísticas produzidas no censo, o desafio que se coloca é grande.

Gráfico 34 - Percentual de CRAS, segundo frequência com que utiliza as listagens para as finalidades específicas - Brasil - 2008



Quanto à frequência de uso das listagens, a maior frequência de “nunca” ou “raramente usa” são de realização de busca ativa das famílias em descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família, 32,1%, e de atualização de diagnóstico do território de abrangência, 48,3%.

As maiores frequências de uso frequente ou muito frequente das listagens são para priorização de atendimento e acompanhamento das famílias inseridas nos programas e benefícios de transferência de renda, aproximadamente 92%, e para planejamento de serviços ou atividades ofertados pelo CRAS (cerca de 90%).

Embora a questão do acesso ao equipamento e à conectividade não se constitua em problema de grande escala, visto que 95% dos CRAS possuem computadores, e

destes 70% tem acesso à internet, aproximadamente 64% dos CRAS não fazem registro de informações (prontuários) em meio eletrônico.

Ainda que as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) sejam públicos prioritários para o acompanhamento familiar do PAIF e para outros serviços desenvolvidos no CRAS, as listagens, em meio eletrônico, do BPC e dos usuários do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades ainda figuram entre as menos disponíveis nos CRAS.

Contudo, há que sinalizar que o esforço de orientação das equipes dos CRAS, empreendido pelo MDS nos últimos anos, quanto à importância do planejamento das ações e quanto ao caráter proativo da ação a ser empreendida pelas equipes do CRAS começa a mostrar resultado, ainda que modesto. Exemplo disso é a identificação de 32% dos CRAS que utilizam as listagens de beneficiários em descumprimento das condicionalidades do Bolsa Família para realizarem busca ativa; 45% afirmarem que utilizam frequentemente as listagens disponíveis para a atualização do diagnóstico do território e 61% afirmarem que as utilizam com frequência para o planejamento dos serviços e atividades.

3.5. Articulação

O CRAS deve prever em seu plano de funcionamento a articulação das unidades estatais e privadas de assistência social com vistas à formação da rede sócio assistencial. Essa articulação visa um processo de agregação das unidades de assistência social em torno de interesses comuns, previamente acordados que estabeleçam relações entre si, com o objetivo de responder a oferta de serviços e ao acesso aos direitos socioassistenciais a todas as pessoas.

Nesse sentido, este item privilegiou saber e analisar com quais serviços, programas e instituições os CRAS possuem articulação.

Gráfico 35 - Percentual de CRAS, segundo tipo e grau de articulação efetiva - Brasil - 2008

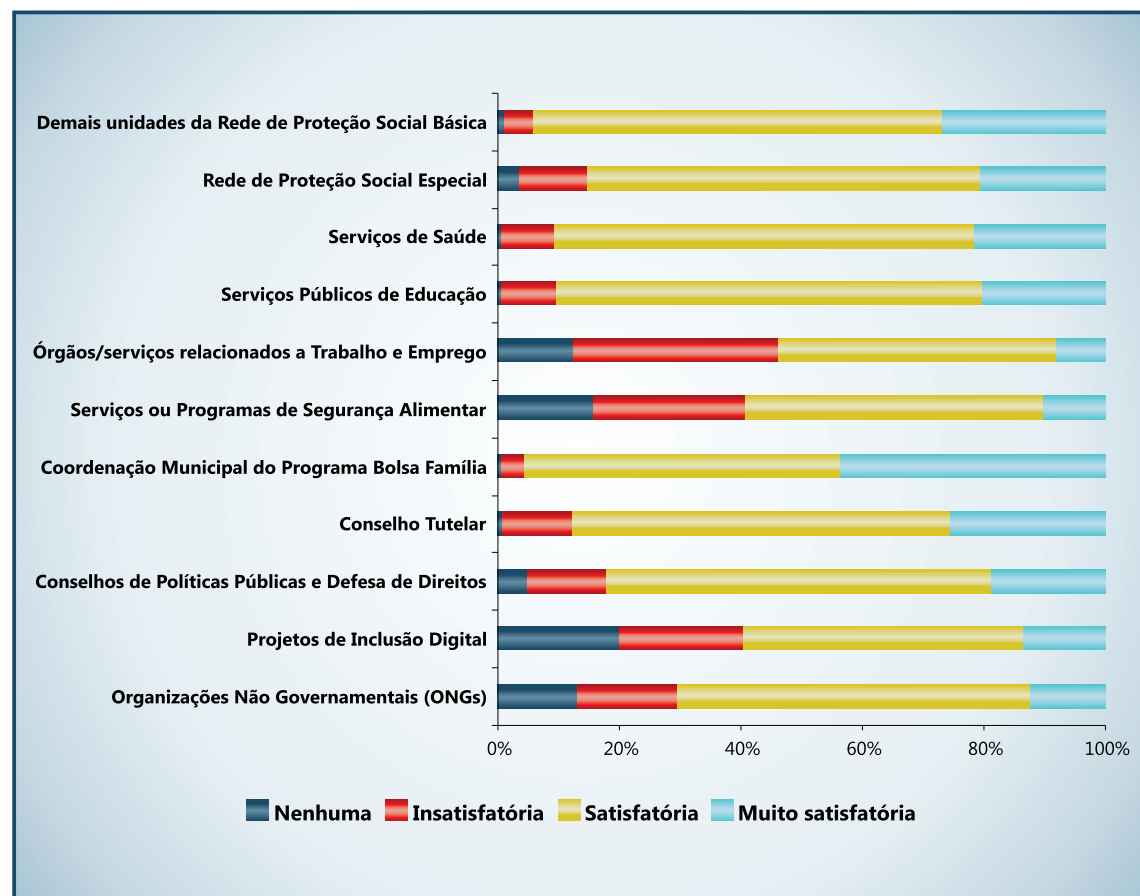


Tabela 68 - Número e percentual de CRAS, segundo tipo e grau de articulação efetiva - 2008

Tipo de articulação efetiva	Grau de articulação						Total
	Nenhuma	Insatisfatória	Satisfatória	Muito Satisfatória	Item não existente no Município	Total	
Demais unidades da Rede de Proteção Social Básica	N.Abs %	233 4,6%	3.234 63,7%	1.285 25,3%	275 5,4%	5.074 100,0%	
Rede de Proteção Social Especial	N.Abs %	468 9,2%	2.643 52,1%	840 16,6%	988 19,5%	5.074 100,0%	
Serviços de Saúde	N.Abs %	15 0,3%	3.519 69,4%	1.090 21,5%	5 0,1%	5.074 100,0%	
Serviços Públicos de Educação	N.Abs %	30 0,6%	3.541 69,8%	1.025 20,2%	17 0,3%	5.074 100,0%	
Órgãos/serviços relacionados a Trabalho e Emprego	N.Abs %	458 9,0%	1.240 24,4%	1.705 33,6%	288 5,7%	5.074 100,0%	
Serviços ou Programas de Segurança Alimentar	N.Abs %	612 12,1%	960 18,9%	1.913 37,7%	397 7,8%	5.074 100,0%	
Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família	N.Abs %	20 0,4%	197 3,9%	2.633 51,9%	218 4,3%	5.074 100,0%	
Conselho Tutelar	N.Abs %	34 0,7%	585 11,5%	3.128 61,6%	1.277 25,2%	5.074 100,0%	
Conselhos de Políticas Públicas e Defesa de Direitos	N.Abs %	214 4,2%	619 12,2%	2.992 59,0%	891 17,6%	5.074 100,0%	
Projetos de Inclusão Digital	N.Abs %	812 16,0%	847 16,7%	1.881 37,1%	562 11,1%	5.074 100,0%	
Organizações Não Governamentais (ONGs)	N.Abs %	545 10,7%	662 13,0%	2.355 46,4%	513 10,1%	5.074 100,0%	

A articulação mais frequente (satisfatória e muito satisfatória) ocorre com as demais unidades da Rede de Proteção Básica e a coordenação do Bolsa Família. Chama atenção o fato de que poucos CRAS afirmaram não ter nenhuma articulação com as demais unidades de proteção básica. Esperava-se um percentual maior de CRAS, especialmente em municípios de pequeno porte, nessa situação. A articulação com a coordenação do Bolsa Família existe em todos os CRAS, embora um percentual pequeno atribuiu grau insatisfatório a esta articulação. A SNAS e SENARC podem intensificar a ação junto a esses municípios, bem como as Secretarias de Estado de Assistência Social, com objetivo de contribuir para uma melhor articulação.

Menos de 20% dos CRAS disseram não ter ou ter uma articulação insatisfatória com a proteção especial. Este dado é importante elemento para a organização do SUAS.

Cerca de 40% dos CRAS afirmaram não ter ou ter uma articulação insatisfatória com serviços ou programas de segurança alimentar, muito embora a situação de insegurança alimentar tenha sido uma das quatro mais apontadas como incidentes nos territórios do CRAS. Os cerca de 20% dos CRAS que informaram não ter qualquer articulação, provavelmente referem-se a municípios onde não há programas de segurança alimentar, no entanto essas informações deverão ser objeto de análise da SNAS em conjunto com a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN.

A articulação do CRAS é menos frequente com os órgãos/serviços relacionados ao trabalho e emprego, serviços ou programas de segurança alimentar e projetos de inclusão digital, com percentuais de nenhuma e insatisfatória entre 30% e 40%. Dada a incidência de atividades de inclusão produtiva nos CRAS, era de se esperar uma maior articulação com órgãos/serviços relacionados ao trabalho e emprego. Foram calculadas várias associações entre o tipo de articulação e as atividades realizadas no CRAS. Uma associação bastante expressiva é entre possuir atividades de inclusão digital e a intensidade de articulação com projetos de inclusão digital, ou seja, quem possui esse tipo de atividade tende a articular-se mais com projetos municipais existentes em outras instituições de inclusão digital.

3.6. Recursos Humanos

O atual modelo socioassistencial do CRAS impõe mudanças na política de recursos humanos na área da Assistência Social e a implementação da proposta de política de gestão do trabalho. A decisão está disposta na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB/RH/SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por meio da Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006.

Tal proposta consolida os principais eixos a serem considerados para uma política de pessoal bem equacionada, quais sejam: a equipe profissional de referência para serviços e programas, natureza e número de profissionais adequados, plano de carreira, cargos e salários, condições de trabalho necessárias a uma atuação qualificada, um sistema de capacitação continuada, envolvendo, também, as organizações da sociedade civil e os conselhos gestores.

Todo CRAS possui uma equipe de referência, conforme disposto na NOB-RH/SUAS. Equipes de referência "são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários".

O número de profissionais e a composição da equipe varia de acordo com o número de famílias referenciadas ao CRAS, que por sua vez tem relação com o porte do município. A equipe de referência do CRAS é obrigatoriamente composta por profissionais de nível superior e de nível médio. Entre os profissionais de nível superior, o assistente social é obrigatório, independentemente do porte do município. O que varia é seu quantitativo mínimo. O psicólogo é exigido nos CRAS de municípios de médio e grande porte, bem como nas metrópoles, devendo, nos demais portes, ser preferencialmente incorporado à equipe. Poderão compor ainda a equipe técnica outros profissionais, tais como pedagogo, sociólogo, antropólogo, entre outros.

Os profissionais de nível médio completo podem ser substituídos por profissionais de nível superior, ou seja, o nível médio é considerado o grau de escolaridade mínimo para cerca de 50% dos profissionais da equipe de referência do CRAS. Esses devem assumir funções compatíveis com sua formação, ou seja, funções administrativas ou de técnicos de nível médio, como por exemplo, orientadores sociais de serviços de convivência ofertados no CRAS e complementares ao trabalho com famílias do PAIF.

Podem existir outros funcionários no CRAS, além da equipe de referência, como, por exemplo, serviços gerais e vigias. Importante lembrar que a inserção de estagiários constitui um complemento à equipe de referência, não podendo o estagiário atuar como técnico.

Todas as equipes de referência deverão contar com um coordenador de nível superior e concursado.

É muito importante que a função a ser exercida pelo profissional de referência seja compatível com seu grau de escolaridade e, no caso dos profissionais de nível superior, compatível também com sua formação.

Cabe observar que o total de CRAS considerados na análise de Recursos Humanos foi de 5.071 e não os 5.074 dos blocos anteriores, pois três CRAS não declararam informações de pessoas.*

Se considerarmos todos os profissionais constantes do Censo CRAS 2008, independentemente de grau de escolaridade, quase 50% dos funcionários são profissionais de nível superior, seguido de profissionais de nível médio (32,4%) e de nível fundamental (12,3%). Essa distribuição mostra um nível elevado de escolaridade dos profissionais que atuam nessas unidades de assistência social.

* As tabelas que apresentam os resultados por unidades da federação constam nos anexos (tabelas A32 a A35).

Gráfico 36 - Formação dos funcionários do CRAS - Brasil - 2008

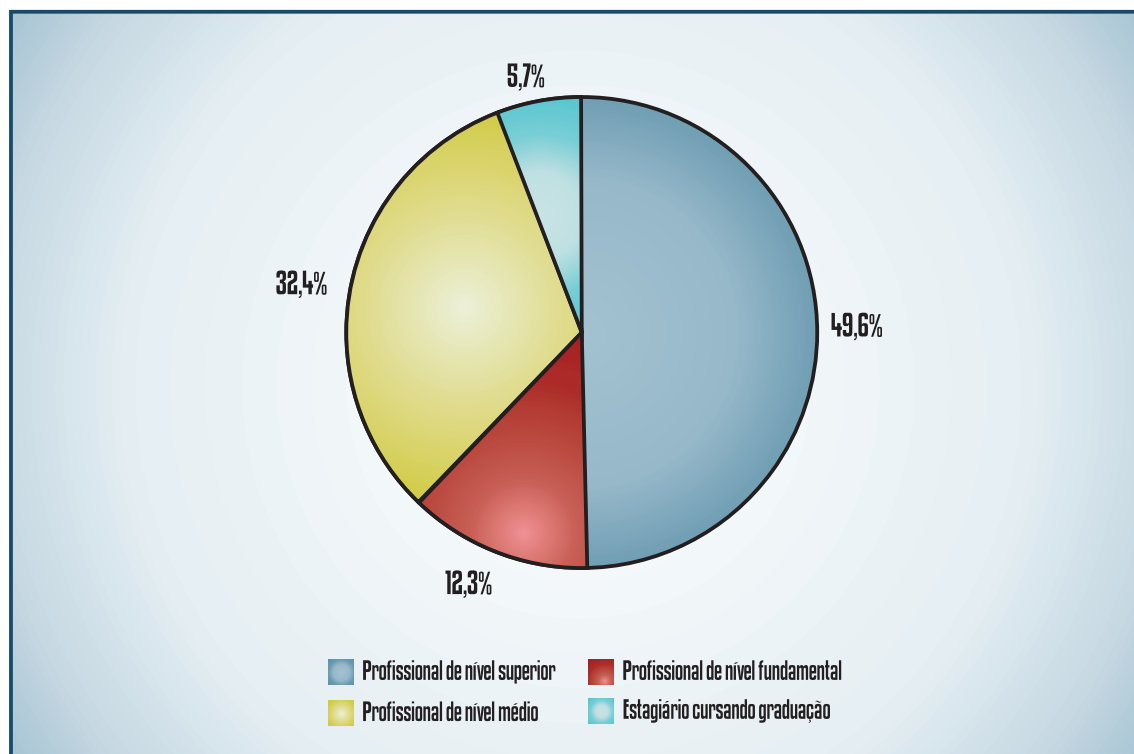


Tabela 69 - Área de formação dos funcionários do CRAS, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		Assistente Social	Psicólogo	Pedagogo	Demais nível superior	Profissional de nível médio	Profissional de nível fundamental	Estagiário cursando graduação	Total
Norte	N.Abs	535	398	198	179	1.041	525	101	2.977
	%	18,0%	13,4%	6,7%	6,0%	35,0%	17,6%	3,4%	100,0%
Nordeste	N.Abs	2.816	2.145	576	823	3.756	1.465	305	11.886
	%	23,7%	18,0%	4,8%	6,9%	31,6%	12,3%	2,6%	100,0%
Sudeste	N.Abs	3.250	1.820	427	1.003	4.043	1.541	997	13.081
	%	24,8%	13,9%	3,3%	7,7%	30,9%	11,8%	7,6%	100,0%
Sul	N.Abs	1.104	647	219	564	1.710	469	523	5.236
	%	21,1%	12,4%	4,2%	10,8%	32,7%	9,0%	10,0%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	565	416	181	329	1.319	494	175	3.479
	%	16,2%	12,0%	5,2%	9,5%	37,9%	14,2%	5,0%	100,0%
Total	N.Abs	8.270	5.426	1.601	2.898	11.869	1.194	2.101	36.659
	%	22,6%	14,8%	4,4%	7,9%	32,4%	12,3%	5,7%	100,0%

A Tabela 69 apresenta o percentual de profissionais de nível superior, por área de formação, bem como o percentual dos demais profissionais por grau de escolaridade, segundo as grandes regiões.

No total, são 36.659 profissionais, sendo 18.195 de nível superior, 11.869 de nível médio, 4.494 de nível fundamental e 2.101 estagiários.

Os assistentes sociais estão em maior número, representando quase $\frac{1}{4}$ dos profissionais que trabalham nos CRAS. O índice de assistentes sociais é um pouco maior no Sudeste e no Nordeste e um pouco inferior no Centro-Oeste. No Nordeste aparece um maior percentual de psicólogos em relação às demais regiões.

As regiões Norte e Centro-Oeste são as que apresentam os maiores percentuais de profissionais de nível fundamental, 17,6% e 14,2%, respectivamente. A região Sul apresenta o maior índice de estagiários (10%), seguido da região Sudeste (7,6%). A região Nordeste apresenta o menor percentual de estagiários no CRAS (2,6%).

Tabela 70 - Área de formação dos funcionários do CRAS, segundo porte populacional - 2008

Porte populacional do município		Assistente Social	Psicólogo	Pedagogo	Demais nível superior	Profissional de nível médio	Profissional de nível fundamental	Estagiário cursando graduação	Total
Pequeno I	N.Abs	3.064	2.366	608	1.274	4.352	1.458	472	13.594
	%	22,5%	17,4%	4,5%	9,4%	32,0%	10,7%	3,5%	100,0%
Pequeno II	N.Abs	1.384	1.014	304	451	2.223	760	255	6.391
	%	21,7%	15,9%	4,8%	7,1%	34,8%	11,9%	4,0%	100,0%
Médio	N.Abs	809	546	190	315	1.279	554	301	3.994
	%	20,3%	13,7%	4,8%	7,9%	32,0%	13,9%	7,5%	100,0%
Grande	N.Abs	1.963	1.168	329	572	2.584	1.228	782	8.626
	%	22,8%	13,5%	3,8%	6,6%	30,0%	14,2%	9,1%	100,0%
Metrópole	N.Abs	1.050	332	170	286	1.431	494	291	4.054
	%	25,9%	8,2%	4,2%	7,1%	35,3%	12,2%	7,2%	100,0%
Total	N.Abs	8.270	5.426	1.601	2.898	11.869	4.494	2.101	36.659
	%	22,6%	14,8%	4,4%	7,9%	32,4%	12,3%	5,7%	100,0%

Para verificar se o quantitativo total de profissionais é compatível com o padrão NOB-RH, somamos o número de CRAS registrados no Censo CRAS 2008, por porte de município, e multiplicamos pelo número de profissionais de nível superior e de nível médio previstos na NOB-RH (equipe de referência do CRAS). Obteve-se o resultado de 28.916 profissionais necessários.

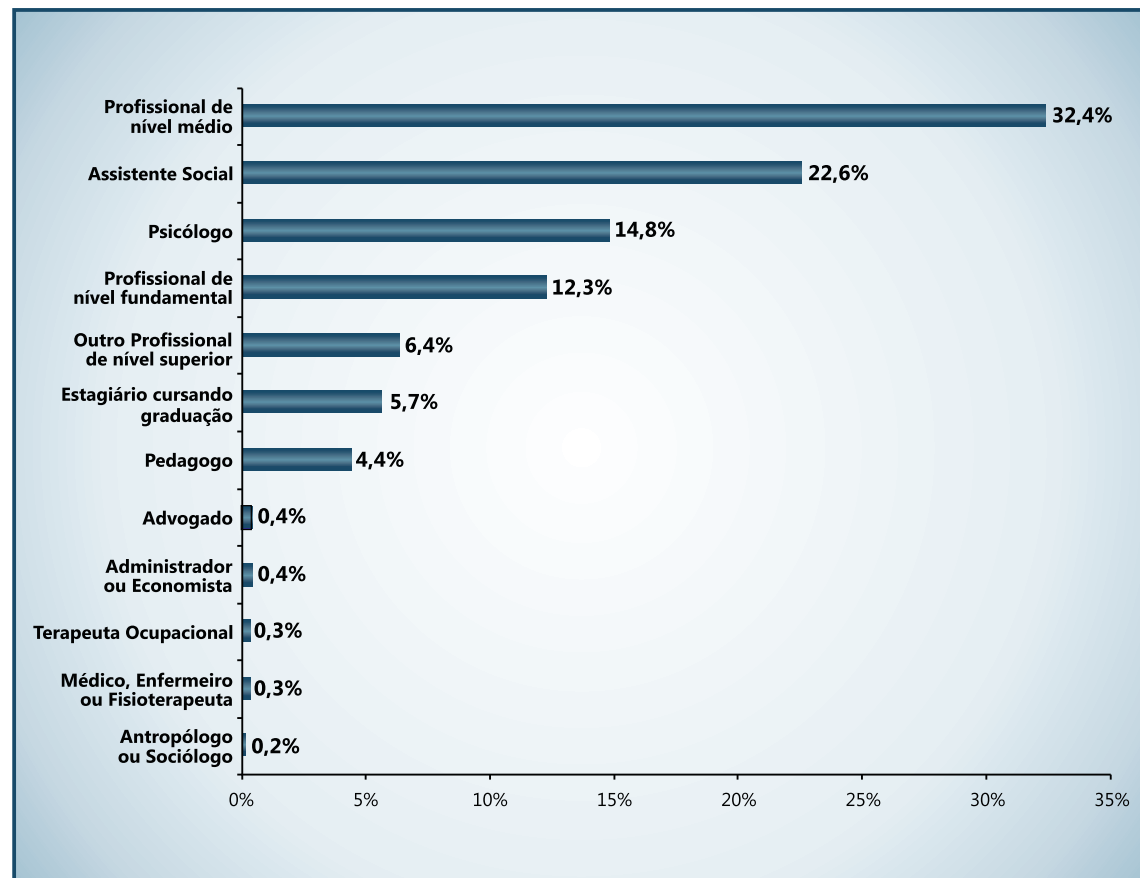
Por outro lado, se somarmos o número total de profissionais de nível superior e médio registrados no Censo CRAS 2008, constantes da Tabela 70, obtemos um total de 30.064, ou seja, superior ao exigido pela Norma. Considerando esse total (parâmetro da Norma), 60,5% dos profissionais são de nível superior, o que supera em muito o previsto na NOB-RH e pode compensar o percentual de 50% de profissionais de nível médio, previsto na Norma, e não alcançado nos resultados gerais.

Os municípios de pequeno porte I e metrópoles acompanham o total nacional, tendo um contingente de profissionais de nível médio e superior, acima do que seria necessário pela NOB-RH/SUAS. Os de pequeno porte I deveriam, pela Norma, ter 9.820 profissionais na equipe de referência e têm 11.664. As metrópoles deveriam ter 2.152 profissionais e têm 3.269. Os demais portes têm quantitativo de profissionais inferior ao previsto na NOB-RH, sendo esta defasagem de 3,5% para os de pequeno porte II, de 15% para os de grande porte e de 19% para os de médio porte. As metrópoles destacam-se por ter quantitativo superior de profissionais de nível superior e de nível médio, em relação ao padrão da Norma.

A proporção de assistentes sociais, entre os profissionais de nível superior, exigida na NOB-RH³ é compatível em todos os portes, representando 41,9% dos profissionais de nível superior nos municípios de pequeno porte I; 43,8% nos de pequeno porte II; 43,4% nos de médio porte; 48,7% nos de grande porte e 57% nas metrópoles. A proporção de psicólogos exigida na Norma é também superada nos portes médio, grande e metrópole.

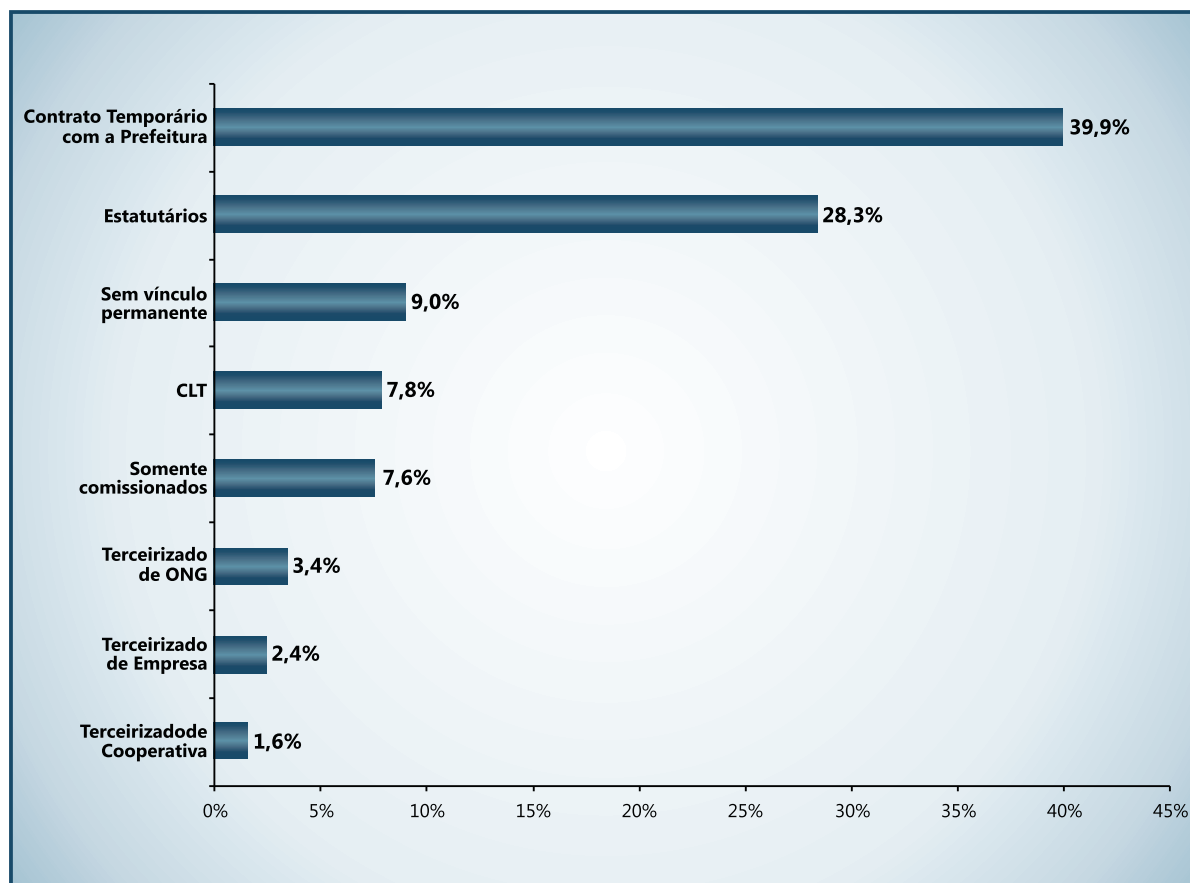
³ Segundo os parâmetros da NOB-RH, os assistentes sociais devem representar 25% do total da equipe de referência nos municípios de porte pequeno I, médio, grande e metrópole e 33% nos municípios de pequeno porte II.

Gráfico 37 - Formação dos funcionários do CRAS - Brasil - 2008



Observa-se na equipe de referência dos CRAS algumas situações que merecem acompanhamento, como a presença de profissionais como: advogados, economistas, terapeuta ocupacional, médico, enfermeiro, fisioterapeuta, com formações distintas daquelas recomendadas para a equipe de referência do CRAS e, alguns casos, estritamente vinculados à política de saúde. Nos casos em que esses profissionais constituem a equipe mínima estipulada pela NOB-RH, será necessário proceder à adequação à Norma.

Gráfico 38 - Vínculo dos funcionários do CRAS - Brasil - 2008



O Gráfico 38 mostra a precariedade de vínculo funcional dos trabalhadores do CRAS. Observamos que 39,9% deles têm contrato temporário com a prefeitura, o que pode gerar alta rotatividade de recursos humanos. O segundo maior percentual, de 28,3%, refere-se a profissionais estatutários, ou seja, são servidores estáveis e de carreira do município. As demais categorias não são individualmente expressivas, no entanto, somam 31,8%. No geral, os resultados evidenciam uma situação que merece atenção da política pública de assistência social e investimento na busca de uma solução mais definitiva para este aspecto da dimensão recursos humanos dos CRAS e do SUAS, que parece ser o ponto mais crítico. A seguir, apresentamos duas tabelas, com informações sobre vínculo dos funcionários do CRAS, segundo grandes regiões e segundo porte dos municípios.

Tabela 71 - Tipo de vínculo dos funcionários do CRAS, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		CLT	Contrato Temporário com a Prefeitura	Estatutários	Sem vínculo permanente	Somente comissionados	Terceirizado de Empresa	Terceirizado de ONG	Terceirizado de Cooperativa	Total
Norte	N.Abs	115	1.436	882	276	228	36	1	3	2.977
	%	3,9%	48,2%	29,6%	9,3%	7,7%	1,2%	0,0%	0,1%	100,0%
Nordeste	N.Abs	613	7.066	2.193	730	798	183	171	132	11.886
	%	5,2%	59,4%	18,5%	6,1%	6,7%	1,5%	1,4%	1,1%	100,0%
Sudeste	N.Abs	1.717	4.183	3.684	1.438	856	242	592	369	13.081
	%	13,1%	32,0%	28,2%	11,0%	6,5%	1,9%	4,5%	2,8%	100,0%
Sul	N.Abs	330	838	2.305	552	510	381	271	49	5.236
	%	6,3%	16,0%	44,0%	10,5%	9,7%	7,3%	5,2%	0,9%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	88	1.116	1.322	289	399	45	200	20	3.479
	%	2,5%	32,1%	38,0%	8,3%	11,5%	1,3%	5,7%	0,6%	100,0%
Total	N.Abs	2.863	14.639	10.386	3.285	2.791	887	1.235	573	36.659
	%	7,8%	39,9%	28,3%	9,0%	7,6%	2,4%	3,4%	1,6%	100,0%

Tabela 72 - Tipo de vínculo dos funcionários do CRAS, segundo porte populacional - 2008

Porte populacional do município		CLT	Contrato Temporário com a Prefeitura	Estatutários	Sem vínculo permanente	Somente comissionados	Terceirizado de Empresa	Terceirizado de ONG	Terceirizado de Cooperativa	Total
Pequeno I	N.Abs	794	6.469	3.692	1.028	1.287	180	90	54	13.594
	%	5,8%	47,6%	27,2%	7,6%	9,5%	1,3%	0,7%	0,4%	100,0%
Pequeno II	N.Abs	455	3.080	1.583	600	514	64	51	44	6.391
	%	7,1%	48,2%	24,8%	9,4%	8,0%	1,0%	0,8%	0,7%	100,0%
Médio	N.Abs	325	1.730	988	425	290	97	69	70	3.994
	%	8,1%	43,3%	24,7%	10,6%	7,3%	2,4%	1,7%	1,8%	100,0%
Grande	N.Abs	956	2.889	2.153	823	563	209	689	344	8.626
	%	11,1%	33,5%	25,0%	9,5%	6,5%	2,4%	8,0%	4,0%	100,0%
Metrópole	N.Abs	333	471	1.970	409	137	337	336	61	4.054
	%	8,2%	11,6%	48,6%	10,1%	3,4%	8,3%	8,3%	1,5%	100,0%
Total	N.Abs	2.863	14.639	10.386	3.285	2.791	887	1.235	573	36.659
	%	7,8%	39,9%	28,3%	9,0%	7,6%	2,4%	3,4%	1,6%	100,0%

Ao analisar os vínculos por porte de município ou por região, Tabelas 71 e 72, observamos diferenças importantes. Os CLTistas estão mais presentes em CRAS do Sudeste. São 13,1% dos seus funcionários, enquanto nas demais regiões esse índice é inferior a 6,5%. A região Sul tem nível menor de contratos temporários, apenas 16,0%, tem mais estatutários, 44,0%, e também mais terceirizados (maior percentual de terceirizados de empresa (7,3%) e de ONG – 5,2%).

A região Nordeste possui o menor percentual de estatutários, 18,5%, e o maior nível de temporários, com quase 60% dos seus funcionários. Os municípios pequenos possuem alto nível de contratos temporários. Quase a metade dos funcionários está nessa situação. As metrópoles possuem quase a metade de seus funcionários estatutários e o menor percentual de temporários, com apenas 11,6%.

Comparando 2007 com 2008, temos mudanças percentuais expressivas, tanto por porte, quanto por região. Houve aumento no percentual de servidores estatutários, em geral, mas houve redução no Sudeste, no Centro-Oeste e nos portes Pequeno I e Metrópole. Já nos percentuais de empregados públicos e somente comissionados, houve redução, principalmente, nesse último. Eram 12% de profissionais somente comissionados em 2007, enquanto, em 2008, eram 7,6%. Uma atenção especial deve ser dada ao aumento de profissionais sem vínculo, pois passou de 49% para 56%, com destaque para o Centro-Oeste, de 32% para 48%, Sudeste, de 41% para 52% e Sul, de 29% para 40%. É possível que essa situação tenha se acentuado pelo registro de novos CRAS no Censo de 2008, o que demonstra a necessidade de se estabelecer patamares de desenvolvimento dos CRAS, para que a implantação de novos CRAS seja acompanhada de melhoria (ou estabilidade) dos indicadores.

Tabela 73 - Função dos funcionários do CRAS, segundo Grandes Regiões - 2008

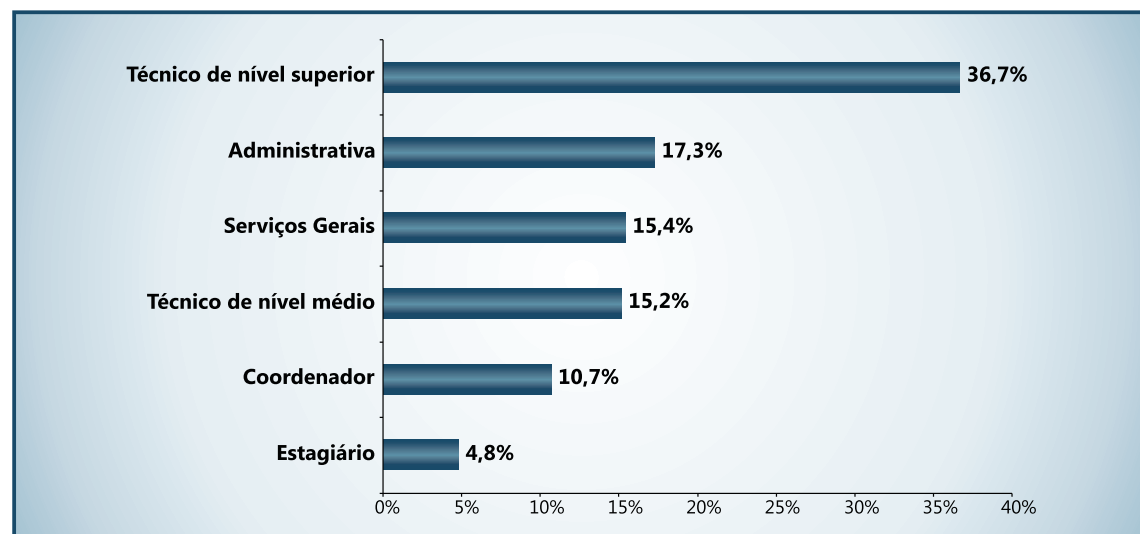
Grandes Regiões		Administrativa	Coordenador	Estagiário	Serviços Gerais	Técnico de nível médio	Técnico de nível superior	Total
Norte	N.Abs	550	325	86	630	416	970	2.977
	%	18,5%	10,9%	2,9%	21,2%	14,0%	32,6%	100,0%
Nordeste	N.Abs	2.091	1.428	244	1.884	1.475	4.764	11.886
	%	17,6%	12,0%	2,1%	15,9%	12,4%	40,1%	100,0%
Sudeste	N.Abs	2.278	1.332	867	1.758	2.019	4.827	13.081
	%	17,4%	10,2%	6,6%	13,4%	15,4%	36,9%	100,0%
Sul	N.Abs	727	505	416	708	1.043	1.837	5.236
	%	13,9%	9,6%	7,9%	13,5%	19,9%	35,1%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	685	340	141	665	604	1.044	3.479
	%	19,7%	9,8%	4,1%	19,1%	17,4%	30,0%	100,0%
Total	N.Abs	6.331	3.930	1.754	5.645	5.557	13.442	36.659
	%	17,3%	10,7%	4,8%	15,4%	15,2%	36,7%	100,0%

Tabela 74 - Função dos funcionários do CRAS, segundo porte populacional - 2008

Porte populacional do município		Administrativa	Coordenador	Estagiário	Serviços Gerais	Técnico de nível médio	Técnico de nível superior	Total
Pequeno I	N.Abs	2.530	1.854	367	1.845	1.761	5.237	13.594
	%	18,6%	13,6%	2,7%	13,6%	13,0%	38,5%	100,0%
Pequeno II	N.Abs	1.177	752	188	1.038	932	2.304	6.391
	%	18,4%	11,8%	2,9%	16,2%	14,6%	36,1%	100,0%
Médio	N.Abs	699	357	255	650	625	1.408	3.994
	%	17,5%	8,9%	6,4%	16,3%	15,6%	35,3%	100,0%
Grande	N.Abs	1.250	736	679	1.493	1.367	3.101	8.626
	%	14,5%	8,5%	7,9%	17,3%	15,8%	35,9%	100,0%
Metrópole	N.Abs	675	231	265	619	872	1.392	4.054
	%	16,7%	5,7%	6,5%	15,3%	21,5%	34,3%	100,0%
Total	N.Abs	6.331	3.930	1.754	5.645	5.557	13.442	36.659
	%	17,3%	10,7%	4,8%	15,4%	15,2%	36,7%	100,0%

Se compararmos os dados da Tabela 69 com os da Tabela 73, observa-se que em todas as regiões há estagiários exercendo atividades inadequadas à sua função. A região Sul destaca-se: apresentou percentual de 10% de estagiários e tem apenas 7,9% de profissionais ocupando a função de estagiário.

Gráfico 39 - Função dos funcionários do CRAS - Brasil - 2008



A função mais freqüente dos funcionários do CRAS, segundo o Gráfico 39, é a de técnico de nível superior, com 36,7% do total.

Se somarmos o percentual de profissionais que ocupam função de técnico de nível superior com o de coordenadores (47,4%), obtemos um percentual próximo do total de profissionais de nível superior apresentado no Gráfico 39 (apenas 2% inferior). Observa-se ainda que 32,4% de profissionais de nível médio (Gráfico 36) é compatível com a informação do Gráfico 39, relativamente às funções de "técnico de nível médio" e "administrativa" (32,5%). Finalmente, observa-se que há 15,4% de profissionais ocupando a função de "serviços gerais", contra 12,3% de profissionais de nível fundamental nos CRAS (Gráfico 36).

A comparação entre 2007 e 2008 revela redução no percentual de funções de nível superior e aumento de função de nível médio ou função de apoio administrativo, serviços gerais ou estagiários.

Tabela 75 - Funcionário do CRAS, segundo formação e função - 2008

Formação		Função						Total
		Administrativa	Coordenador	Estagiário	Serviços Gerais	Técnico de nível médio	Técnico de nível superior	
Administrador ou Economista	N.Abs	58	59	0	1	8	27	153
	%	0,9%	1,5%	0,0%	0,0%	0,1%	0,2%	0,4%
Advogado	N.Abs	23	23	0	1	2	109	158
	%	0,4%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%	0,4%
Antropólogo ou Sociólogo	N.Abs	3	26	1	0	2	33	65
	%	0,0%	0,7%	0,1%	0,0%	0,0%	0,2%	0,2%
Assistente Social	N.Abs	50	1.868	2	5	54	6.291	8.270
	%	0,8%	47,5%	0,1%	0,1%	1,0%	46,8%	22,6%
Estagiário cursando graduação	N.Abs	246	28	1.551	36	184	56	2.101
	%	3,9%	0,7%	88,4%	0,6%	3,3%	0,4%	5,7%
Médico, Enfermeiro ou Fisioterapeuta	N.Abs	5	18	0	0	7	65	95
	%	0,1%	0,5%	0,0%	0,0%	0,1%	0,5%	0,3%
Outro Profissional de nível superior	N.Abs	491	553	13	85	254	933	2.329
	%	7,8%	14,1%	0,7%	1,5%	4,6%	6,9%	6,4%
Pedagogo	N.Abs	141	529	1	12	88	830	1.601
	%	2,2%	13,5%	0,1%	0,2%	1,6%	6,2%	4,4%
Profissional de nível fundamental	N.Abs	653	20	34	3.615	162	10	4.494
	%	10,3%	0,5%	1,9%	64,0%	2,9%	0,1%	12,3%
Profissional de nível médio	N.Abs	4.633	415	151	1.875	4.753	42	11.869
	%	73,2%	10,6%	8,6%	33,2%	85,5%	0,3%	32,4%
Psicólogo	N.Abs	26	378	1	15	30	4.976	5.426
	%	0,4%	9,6%	0,1%	0,3%	0,5%	37,0%	14,8%
Terapeuta Ocupacional	N.Abs	2	13	0	0	13	70	98
	%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,2%	0,5%	0,3%
Total	N.Abs	6.331	3.930	1.754	5.645	5.557	13.442	36.662
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Podemos observar que, dos funcionários com função administrativa, mais de 85% não têm nível superior, o que é natural, pois essa é uma função de apoio não finalística; 10,3% têm nível fundamental e 73,2% nível médio .

Quase a metade dos coordenadores são assistentes sociais. A segunda formação mais freqüente dos coordenadores é a de pedagogo, mas são apenas 13,5%. Quase todos os coordenadores são profissionais de nível superior, à exceção de 10,6% que são profissionais de nível médio e 0,7% de estagiários cursando graduação. Pelo quantitativo de CRAS registrados no Censo, era de se esperar um quantitativo bem maior de coordenadores de CRAS. Aproximadamente 22% dos CRAS estão funcionando sem coordenador.

Entre os técnicos de nível superior, apenas 0,8% não tem a escolaridade exigida. As formações mais freqüentes são as desejáveis para os CRAS: 46,8% são assistentes sociais e 37,0% são psicólogos. Embora em número pouco expressivo, encontramos também profissionais de nível médio, fundamental ou estagiários ocupando funções de técnico de nível superior.

Há 1.875 profissionais de nível médio ocupando função de serviços gerais. É importante, no processo de acompanhamento aos municípios, garantir que as funções de serviços gerais não sejam exercidas em detrimento das funções técnicas, necessárias à oferta de serviços de convivência e de fortalecimento de vínculos nos CRAS.

Segundo a Tabela 75, verifica-se que há estagiários ocupando funções administrativas e de técnicos de nível médio e, em menor escala, ocupando as funções de técnico de nível superior, de coordenador ou de serviços gerais.

O vínculo empregatício do coordenador do CRAS, profissional que tem a função de garantir a gestão da principal unidade de proteção básica, merece uma análise particular. Conforme pode ser constatado no Gráfico 40, 59,0% deles são contratados temporariamente, terceirizados ou têm outro vínculo não permanente e apenas 25,2% são estatutários. Segundo a NOB-RH, todos os coordenadores devem ter nível superior e ser concursados.

Gráfico 40 - Percentual de coordenadores, segundo vínculo empregatício - Brasil - 2008

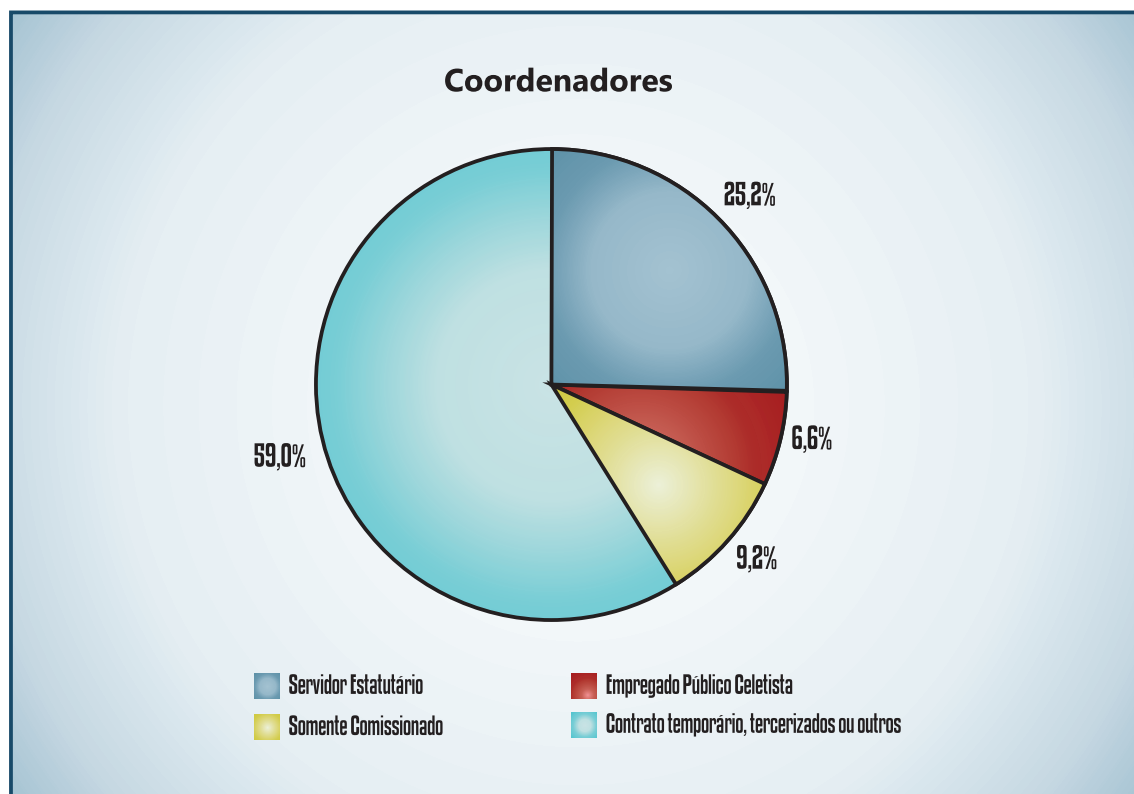


Tabela 76 - Número e percentual de coordenadores, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Coordenadores					
		Servidor/Estatutário	Empregado público celetista	Somente comissionado	Contrato temporário, terceirizados ou outros	Total
Norte	N.Abs	98	8	32	187	325
	%	30,2%	2,5%	9,8%	57,5%	100,0%
Nordeste	N.Abs	240	53	117	1.018	1.428
	%	16,8%	3,7%	8,2%	71,3%	100,0%
Sudeste	N.Abs	349	154	96	733	1.332
	%	26,2%	11,6%	7,2%	55,0%	100,0%
Sul	N.Abs	194	28	66	217	505
	%	38,4%	5,5%	13,1%	43,0%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	110	15	51	164	340
	%	32,4%	4,4%	15,0%	48,2%	100,0%
Total	N.Abs	991	258	362	2.319	3.930
	%	25,2%	6,6%	9,2%	59,0%	100,0%

A análise por região mostra que o Nordeste possui o menor percentual de coordenadores estatutários (16,8%) e altíssimo percentual (71,3%) de contratados temporariamente, terceirizados ou com outro vínculo não permanente. Já o Sul possui o maior percentual (38,4%) de coordenadores servidores e o menor de contratados temporariamente, terceirizados ou com outro vínculo não permanente (43,0%).

Tabela 77 - Número e percentual de coordenadores, por vínculo empregatício, segundo porte populacional do município - 2008

Porte populacional do município	Coordenadores					Total
	Servidor/ Estatutário	Empregado público celetista	Somente comissionado	Contrato temporário, terceirizados ou outros		
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	464	96	227	1.067	1.854
	%	25,0%	5,2%	12,2%	57,6%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	181	47	59	465	752
	%	24,1%	6,3%	7,8%	61,8%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	80	26	30	221	357
	%	22,4%	7,3%	8,4%	61,9%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	179	69	41	447	736
	%	24,3%	9,4%	5,6%	60,7%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	87	20	5	119	231
	%	37,7%	8,7%	2,2%	51,5%	100,0%
Total	N.Abs	991	258	362	2.319	3.930
	%	25,2%	6,6%	9,2%	59,0%	100,0%

A presença maior de coordenadores estatutários ocorre nas metrópoles, porém o percentual não chega a 40% e, além disso, mais da metade do total está na condição de contratados temporariamente, terceirizados ou com outro vínculo não permanente em todas as regiões.

Indicadores de desenvolvimento do CRAS

4. Indicadores de Desenvolvimento do CRAS

A diversidade das informações coletadas com os Censos CRAS realizados em 2007 e 2008 possibilitaram o diagnóstico da atual situação dos centros de referência. A primeira coleta de dados, formação da linha de base para o monitoramento, privilegiou a busca de informações gerais sobre a estrutura física, o funcionamento, as principais atividades realizadas e a composição de recursos humanos dos centros. A segunda coleta de dados seguiu a mesma abordagem contando com a melhoria na investigação de diversos itens e agregando informações sobre o número de famílias atendidas em diferentes serviços, a ocorrência de vulnerabilidades no território, dentre outras.

Com o objetivo de sistematizar as características de funcionamento do CRAS, bem como avaliar a necessidade de intervenções, foram construídos indicadores de monitoramento da situação dos CRAS, numa perspectiva de graus de desenvolvimento:

- **Indicadores Dimensionais** – contando com quatro graus de desenvolvimento para cada uma das quatro dimensões: atividades realizadas, horário de funcionamento, recursos humanos e estrutura física;
- **Indicador Sintético** - abordagem de desenvolvimento dos CRAS por estágios, em função de uma combinação dos graus de desenvolvimento do indicadores dimensionais.

A seleção e estruturação dos critérios que compuseram os indicadores dimensionais, partindo da gradação suficiente em cada uma das dimensões, fundamentaram-se em um conjunto básico de instruções e normativas (NOB/SUAS, NOB-RH/SUAS, Plano Decenal de Assistência Social, portarias e

orientações técnicas para o CRAS, entre outras), na experiência dos técnicos do MDS responsáveis pela área de proteção social básica e nas contribuições de outros agentes envolvidos com o tema.

Os referenciais adotados para a construção da gradação suficiente são:

- Estrutura física – espaço físico que garanta a execução do trabalho social com famílias do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), acessível às pessoas idosas e com deficiência.
- Atividades realizadas – Oferta do PAIF, conforme orientações técnicas da Proteção Social Básica/MDS.
- Horário de funcionamento – padrão esperado para um equipamento público: 5 dias na semana e 8 horas por dia.
- Recursos humanos – Conforme previsto na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS).

Seguindo os referenciais descritos anteriormente foram definidos critérios, basicamente sobre o atendimento/existência ou não de itens, para quatro gradações de desenvolvimento:

- **Insuficiente** – não atende os critérios necessários para a prestação dos serviços;
- **Regular** – atende os critérios mínimos para a prestação dos serviços;
- **Suficiente** – atende os critérios necessários à prestação dos serviços, conforme regulação do SUAS;
- **Superior** – atende os critérios complementares aos necessários para a prestação dos serviços.

Os critérios que compõem cada um dos graus de desenvolvimento, para cada uma das dimensões, foram selecionados de forma a garantir a coerência de abordagem entre as dimensões. Assim, por exemplo, os itens exigidos na gradação *suficiente* para a dimensão “espaço físico” estão relacionados com as ações do PAIF, que determina o grau *suficiente* da dimensão “atividades realizadas”.

Considerando que o Censo já foi realizado em 2007 e 2008, é importante destacar que diversos itens do questionário foram alterados com o propósito de aprimorar o instrumento. A aplicação do questionário em 2007 possibilitou um grande aprendizado, permitindo também o teste sobre a adequabilidade, pertinência e o formato das questões.

Em geral, ao se comparar os resultados obtidos para os CRAS cadastrados em 2007 e 2008, deve-se considerar não só a alteração de questões como mencionado anteriormente, mas principalmente o efeito do volume de novos CRAS cadastrados e o efeito do aprendizado do preenchimento do questionário.

Em 2007 foram 4.195 CRAS cadastrados (3.947 contabilizados para o cálculo dos indicadores) e em 2008, 5.142 cadastrados (5.071 contabilizados para os indicadores), representando um aumento de 28%. A perda de informação, entre o total de cadastrados e contabilizados para o cálculo dos indicadores, é fruto de cheques de consistência e inadequado preenchimento de informações e não trouxe nenhum prejuízo estatístico para as análises.

Além do aumento do volume de CRAS cadastrados, 2008 também contou com os efeitos positivos da expansão “qualificada” do cofinanciamento, com a participação de parte dos CRAS cadastrados em um processo de orientação técnica e acompanhamento das suas condições de implantação realizados pelos estados e pelo MDS. Contou ainda com a atuação dos estados junto aos municípios no apoio técnico, especificamente para o preenchimento do Censo.

No contexto geral, o que se espera, é realmente um conjunto de respostas mais aprimoradas e detalhadas para o questionário de 2008. O novo questionário conta não só com os aspectos positivos descritos anteriormente, mas também com os resultados das ações de melhoria dos CRAS implementados a partir dos dados de 2007, segundo, por exemplo, a Resolução 03 da Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

Neste capítulo apresenta-se a metodologia de construção dos indicadores dimensionais e sintético, bem como os resultados desses indicadores para 2007 e

2008, considerando as perspectivas regionais e por porte de municípios, com destaques para resultados de algumas unidades da federação. As tabelas que apresentam os resultados dos indicadores por unidade da federação constam nos anexos (Tabelas A36 a A45).

4.1. Indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão: estrutura física

Na construção desse indicador considerou-se uma padronização mínima para o espaço físico do CRAS que garantisse a prestação dos serviços de proteção social básica, contida nas orientações técnicas para os CRAS. Os itens selecionados para a classificação dos CRAS nos determinados graus de desenvolvimento nesta dimensão estão altamente correlacionados com as funções precípua do CRAS: oferta do PAIF e gestão territorial da rede de proteção social básica.

Um CRAS é classificado em um dos graus de desenvolvimento quando possui ou não, no mínimo, todos os itens listados em cada das gradações. No caso da classificação *insuficiente*, a ausência de um dos quatro itens básicos da gradação *regular*, não é compensada pela existência de outros itens.

Especificamente para esse indicador, deve-se considerar a necessidade de compatibilização dos critérios entre os Censos de 2007 e 2008, uma vez que algumas das perguntas do questionário foram alteradas de um ano para outro. Assim, no conjunto de alterações do questionário, estão detalhadas abaixo aquelas que afetaram diretamente o cálculo do indicador:

- **Existência de salas para atendimento individual ou de famílias** – Em 2007, as questões do Censo associavam espaços disponíveis no CRAS às

finalidades de utilização dos mesmos. No indicador eram contabilizadas: uma “sala para atendimento individual” e um “salão para reunião com grupos de famílias”. Já em 2008, optou-se pela desassociação da informação do número de salas do CRAS, da finalidade de sua utilização para os espaços disponíveis em função de sua capacidade de atendimento. Para a adequação do indicador adotou-se: existência do mínimo de duas salas, sendo pelo menos uma delas grande, ou seja, com capacidade superior a 15 pessoas.

- **Condições de acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência** – Em 2007, as questões do Censo mencionavam apenas se essas condições existiam ou não nos CRAS, sem referência à legislação específica. Em 2008, considerando tanto a necessidade de dispor de informação sobre o cumprimento das normas de acessibilidade - com o objetivo de desenvolver projetos de apoio aos municípios e melhorar as orientações técnicas para os CRAS - como a atual realidade das unidades para o cumprimento dessas condições, optou-se por critérios gradativos para os graus de desenvolvimento *superior* e *suficiente*:

- **Suficiente** – CRAS que possui condições de acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência, mas que não estão em conformidade com a Norma da ABNT;
- **Superior** – CRAS que possui condições de acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência em conformidade com a Norma da ABNT;

O quadro a seguir apresenta os itens que compõem cada um dos graus de desenvolvimento para o cálculo do indicador, com destaque para as compatibilizações necessárias entre o Censo de 2007 e 2008:

Quadro 2 - Composição do Indicador de Desenvolvimento dos CRAS - Dimensão estrutura física

Graus de desenvolvimento	Itens existentes no CRAS
<p>Superior (possui os itens)</p>	<p>Local para recepção Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual Salão para reunião com grupos de famílias (2008: Critério para salas de atendimento - mínimo de 2 salas sendo pelo menos uma delas com capacidade superior a 15 pessoas) Banheiro Condições de acessibilidade para pessoas idosas e pessoas com deficiência (2008: Possui condições de acessibilidade em conformidade com a Norma da ABNT - NBR 9050) Imóvel próprio</p>
<p>Suficiente (possui os itens)</p>	<p>Local para recepção Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual Salão para reunião com grupos de famílias (2008: Critério para salas de atendimento - mínimo de 2 salas sendo pelo menos uma delas com capacidade superior a 15 pessoas) Banheiro Condições de acessibilidade para pessoas idosas e pessoas com deficiência (2008: Possui condições de acessibilidade, mas que não estão em conformidade com a Norma da ABNT - NBR 9050)</p>
<p>Regular (possui os itens)</p>	<p>Local para recepção Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual Salão para reunião com grupos de famílias (2008: Critério para salas de atendimento - mínimo de 2 salas sendo pelo menos uma delas com capacidade superior a 15 pessoas) Banheiro</p>
<p>Insuficiente (não possui algum dos itens)</p>	<p>Local para recepção Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual Salão para reunião com grupos de famílias (2008: Critério para salas de atendimento - mínimo de 2 salas sendo pelo menos uma delas com capacidade superior a 15 pessoas) Banheiro</p>

Os resultados obtidos para esse indicador podem ser considerados positivos, uma vez que 63% dos CRAS possuem suficiência (classificação nos graus de desenvolvimento suficiente ou superior) em aspectos de estrutura física. Por outro lado, um número ainda significativo de CRAS, 22,8%, apresenta condições de estrutura física insuficientes.

Considerando as perspectivas regionais e por porte populacional, os resultados seguem a tendência geral, destacando-se negativamente os CRAS localizados em municípios classificados como metrópoles, onde se encontram o menor percentual de suficiência (53,3%) e o maior percentual de insuficiência (31,2%). As

Tabelas 78 e 79 destacam positivamente, pelos mais baixos percentuais de insuficiência e os mais altos percentuais de suficiência, os CRAS da região nordeste e dos municípios de médio porte.

Em geral, os resultados são bons e 18 das 27 unidades da federação possuem percentuais de suficiência acima de 60%. Destaque para os estados de Rondônia e Piauí com os mais altos percentuais, pouco mais de 80%. Segundo essa abordagem de resultados, que foge das tendências gerais, chama-se a atenção para os estados do Acre e de Roraima, que apresentam o mesmo percentual para CRAS *insuficientes* e *suficientes* ou *superiores*, (46%), retratando os piores cenários para esse indicador se comparados às demais unidades da federação.

Tabela 78 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto a estrutura física segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		Indicador de estrutura física				Total
		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	
Norte	N.Abs	107	55	200	41	403
	%	26,6%	13,6%	49,6%	10,2%	100,0%
Nordeste	N.Abs	298	274	1.097	166	1.835
	%	16,2%	14,9%	59,8%	9,0%	100,0%
Sudeste	N.Abs	456	270	860	143	1.729
	%	26,4%	15,6%	49,7%	8,3%	100,0%
Sul	N.Abs	178	99	316	89	682
	%	26,1%	14,5%	46,3%	13,0%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	119	49	191	63	422
	%	28,2%	11,6%	45,3%	14,9%	100,0%
Total	N.Abs	1.158	747	2.664	502	5.071
	%	22,8%	14,7%	52,5%	9,9%	100,0%

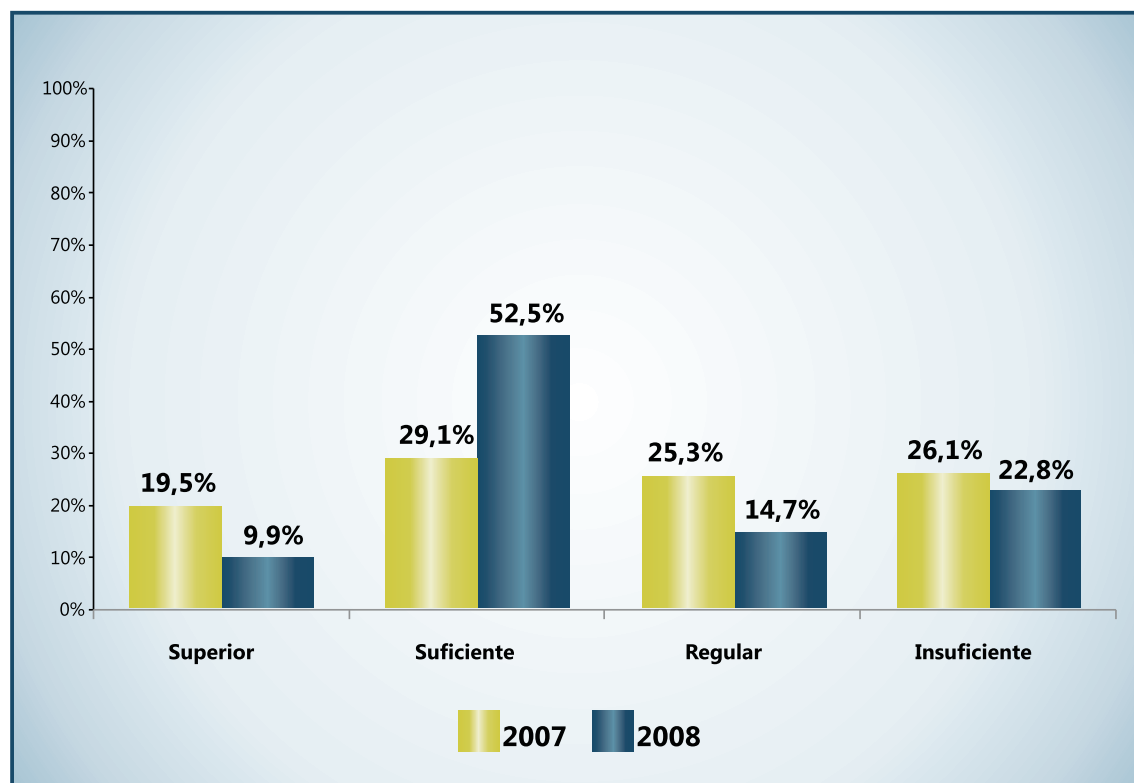
Tabela 79 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto a estrutura física segundo porte populacional - 2008

Porte populacional do município	Indicador de estrutura física					
		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	544	355	1.294	260	2.453
	%	22,2%	14,5%	52,8%	10,6%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	216	129	501	81	927
	%	23,3%	13,9%	54,0%	8,7%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	83	83	265	37	468
	%	17,7%	17,7%	56,6%	7,9%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	231	139	488	96	954
	%	24,2%	14,6%	51,2%	10,1%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	84	41	116	28	269
	%	31,2%	15,2%	43,1%	10,4%	100,0%
Total	N.Abs	1.158	747	2.664	502	5.071
	%	22,8%	14,7%	52,5%	9,9%	100,0%

Na análise de evolução do indicador de 2007 para 2008, deve-se considerar, além dos efeitos positivos, como já mencionado na introdução deste capítulo, para todo o conjunto de dados, o efeito das alterações de algumas perguntas do questionário do Censo. Eles tiveram que ser compatibilizadas para o cálculo do indicador.

Em geral, esse indicador apresentou melhoras de 2007 para 2008. O percentual de CRAS considerados *insuficientes* e *regulares* ficou reduzido em 13 pontos percentuais associados a um aumento significativo do percentual de CRAS considerados *suficientes*, de 23 pontos percentuais. Vale destacar que a redução do percentual de CRAS considerados *superiores*, de 10 pontos percentuais, pode ser diretamente associada ao enrijecimento do critério de condições de acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência em conformidade com as normas da ABNT. (Gráfico 41)

Gráfico 41 - Percentual de CRAS distribuídos, segundo o Indicador de Desenvolvimento dos CRAS, quanto à estrutura física - Brasil 2007 e 2008



4.2. Indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão: atividades realizadas

A formulação atual do indicador para essa dimensão reflete uma das funções precípua do CRAS: a oferta do PAIF, prevista na Política Nacional de Assistência Social e nas orientações técnicas da proteção básica. Posteriormente, o indicador deverá ser aprimorado para acompanhar o desenvolvimento de outra função do CRAS, como a gestão territorial da proteção social básica. O que acarretará ajustes

também para o indicador de estrutura física, de forma a tornar compatíveis estas duas dimensões.

Desta forma, os graus de desenvolvimento do CRAS nessa dimensão são definidos ou não dos quesitos mínimos descritos abaixo:

Quadro 3 - Composição do Indicador de Desenvolvimento dos CRAS - Dimensão atividades realizadas

Graus de desenvolvimento	Atividades Realizadas no CRAS
Superior (realiza todos os itens)	Visitas domiciliares Acompanhamento de famílias Orientação/acompanhamento para inserção no BPC Encaminhamento para inserção de famílias no CadÚnico Grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas com famílias ou por ciclo de vida ou intergeracional Busca ativa
Suficiente (realiza todos os itens)	Visitas domiciliares Acompanhamento de famílias Orientação/acompanhamento para inserção no B PC Encaminhamento para inserção de famílias no CadÚnico Grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas com famílias ou por ciclo de vida ou intergeracional
Regular (realiza todos os itens)	Visitas domiciliares Acompanhamento de famílias
Insuficiente (não realiza algum dos itens)	Visitas domiciliares Acompanhamento de famílias

Os resultados obtidos com o cálculo desse indicador mostram que, em geral, 80% dos CRAS do país podem ser considerados *suficientes* ou *superiores*, sendo 4/5 (quatro quintos) destes já no grau de desenvolvimento superior (64,5%). Aspecto adicionalmente positivo é o fato de que apenas 2,5% dos CRAS do país ainda são considerados *insuficientes*.

Na perspectiva regional, a região Norte (69,2%) é a única região que apresenta percentuais de CRAS com condições de suficiência (*superior* ou *suficiente*) nas atividades realizadas abaixo da escala de 80% (entre 81% e 83%), onde estão as

outras regiões (Tabela 80). Em relação ao porte populacional, os percentuais encontrados variam um pouco mais que números regionais: 77% de suficiência para os municípios de Pequeno Porte I e II, 83% naqueles de médio porte, 89% nas metrópoles e 90% nos municípios de grande porte (Tabela 81).

Como os resultados gerais desse indicador são também bastante positivos, as unidades da federação podem ser agrupadas nos seguintes padrões: 12 delas possuem percentuais acima da média brasileira (80%), 9 delas ainda apresentam percentuais altos, de 70% a 80% e apenas 5 delas possuem percentuais abaixo de 70%. Os destaques ficam para o Distrito Federal como a única unidade que possui 100% dos seus CRAS *suficientes* ou *superiores* e o Estado de Roraima que possui apenas 30% de seus CRAS na mesma condição.

Tabela 80 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto as atividades realizadas segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Indicador de atividades realizadas					
		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Norte	N.Abs	9	115	51	228	403
	%	2,2%	28,5%	12,7%	56,6%	100,0%
Nordeste	N.Abs	45	303	248	1.239	1.835
	%	2,5%	16,5%	13,5%	67,5%	100,0%
Sudeste	N.Abs	41	280	277	1.131	1.729
	%	2,4%	16,2%	16,0%	65,4%	100,0%
Sul	N.Abs	20	103	134	425	682
	%	2,9%	15,1%	19,6%	62,3%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	13	58	101	250	422
	%	3,1%	13,7%	23,9%	59,2%	100,0%
Total	N.Abs	128	859	811	3.273	5.071
	%	2,5%	16,9%	16,0%	64,5%	100,0%

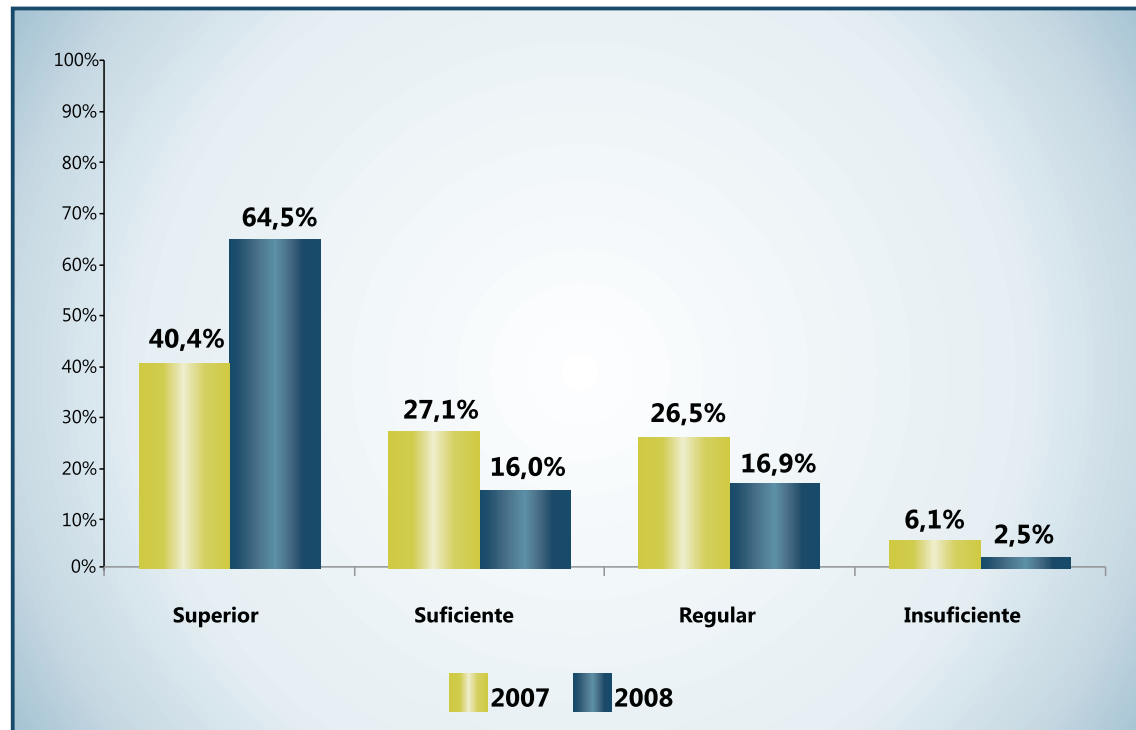
Tabela 81 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto as atividades realizadas segundo porte populacional - 2008

Porte populacional do município	Indicador de atividades realizadas					
		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	78	487	455	1.433	2.453
	%	3,2%	19,9%	18,5%	58,4%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	28	181	154	564	927
	%	3,0%	19,5%	16,6%	60,8%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	8	75	60	325	468
	%	1,7%	16,0%	12,8%	69,4%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	8	91	120	735	954
	%	0,8%	9,5%	12,6%	77,0%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	6	25	22	216	269
	%	2,2%	9,3%	8,2%	80,3%	100,0%
Total	N.Abs	128	859	811	3.273	5.071
	%	2,5%	16,9%	16,0%	64,5%	100,0%

Pelos resultados apresentados no Gráfico 42 abaixo, este é o indicador que apresentou a maior melhoria no percentual de CRAS *superiores*, 24 pontos percentuais, representando um aumento de 60%. Todos os outros graus de desenvolvimento apresentaram quedas, sendo que 13% de CRAS deixaram de ser *insuficientes* ou *regulares*. A melhoria nos resultados deste indicador está diretamente associada ao apoio técnico e à capacitação dos quadros técnicos responsáveis pela oferta do PAIF, o que vem sendo estimulado pelo MDS.

Entretanto, é importante registrar que, para as atividades sejam desenvolvidas de forma adequada nos CRAS, faz-se necessário a constituição de um ambiente articulado que conte com uma equipe técnica que trabalhe em horário e espaço físico compatíveis com as atividades a serem ofertadas pelo PAIF.

Gráfico 42 - Percentual de CRAS distribuídos, segundo o Indicador de Desenvolvimento dos CRAS, quanto às atividades realizadas - Brasil 2007 e 2008



4.3. Indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão: horário de funcionamento

Nesta dimensão, a definição da classificação "*suficiente*" tomou como referência a atuação do CRAS enquanto unidade pública de prestação de serviços à comunidade, com funcionamento de oito horas diárias em cinco dias na semana. O quadro a seguir detalha os critérios para cada grau de desenvolvimento da dimensão "horário de funcionamento":

Quadro 4 - Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão horário de funcionamento

Graus de Desenvolvimento	Horário de funcionamento dos CRAS
Superior	5 dias na semana e mais de 8 horas/dia ou mais de 5 dias na semana com 8 ou mais horas/dia
Suficiente	5 dias na semana e 8 horas/dia
Regular	5 dias na semana ou mais, com 6 ou 7 horas/dia
Insuficiente	Inferior a 5 dias na semana ou a 6 horas/dia

Esse indicador apresentou os mais altos percentuais de suficiência dos CRAS. Em todo o Brasil, 90% dos CRAS funcionam pelo menos 8 horas por dia em, no mínimo, 5 dias na semana e, portanto, são *suficientes* ou *superiores*. Os percentuais encontrados variam um pouco menos, em pontos percentuais, entre as regiões do país, (de 86% a 92%), do que entre os portes populacionais, de 87% a 96% (Tabelas 82 e 83). Como os resultados, em geral, são bastante positivos, vale destacar a existência de 73 CRAS no país que funcionam ainda com quantidade combinada de dias por semana e horas por dia *insuficientes* para a qualidade e continuidade dos serviços prestados. Estas unidades estão quantitativamente concentrados em municípios de pequeno porte I das regiões Sul, Norte e Nordeste e merecem acompanhamento e monitoramento específicos.

Em destaque positivo, somente o Acre e o Distrito Federal possuem todos os seus CRAS funcionando de acordo com os critérios definidos nos graus de desenvolvimento *suficiente* e *superior*. Apresentando resultados ainda altos de suficiência da dimensão "horário de funcionamento", mas comparativamente mais baixos que as outras unidades da federação, estão os estados de Tocantins, Rondônia, Piauí e Rio Grande do Sul, com percentuais entre 80% e 82%.

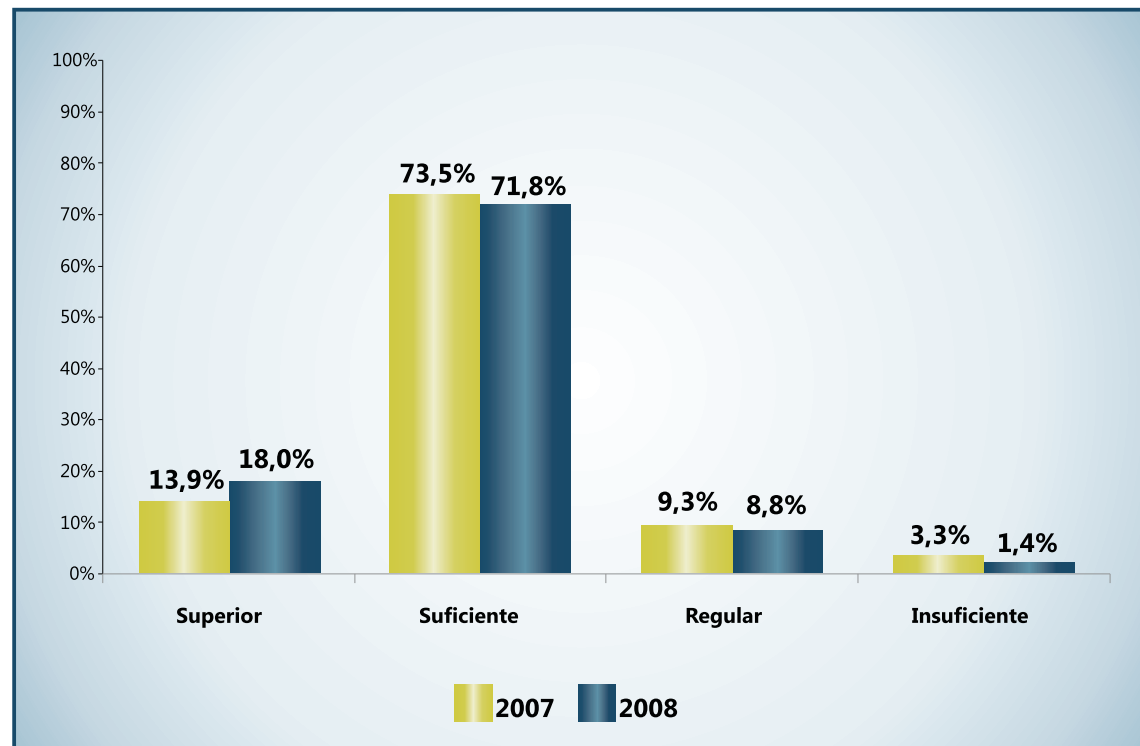
Tabela 82 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto ao horário de funcionamento segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Indicador de funcionamento					
		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Norte	N.Abs	4	48	272	79	403
	%	1,0%	11,9%	67,5%	19,6%	100,0%
Nordeste	N.Abs	24	170	1.368	273	1.835
	%	1,3%	9,3%	74,6%	14,9%	100,0%
Sudeste	N.Abs	19	121	1.172	417	1.729
	%	1,1%	7,0%	67,8%	24,1%	100,0%
Sul	N.Abs	21	73	506	82	682
	%	3,1%	10,7%	74,2%	12,0%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	5	33	325	59	422
	%	1,2%	7,8%	77,0%	14,0%	100,0%
Total	N.Abs	73	445	3.643	910	5.071
	%	1,4%	8,8%	71,8%	17,9%	100,0%

Tabela 83 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto ao horário de funcionamento segundo porte populacional - 2008

Porte populacional do município	Indicador de funcionamento					
		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	62	237	1.870	284	2.453
	%	2,5%	9,7%	76,2%	11,6%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	7	106	694	120	927
	%	0,8%	11,4%	74,9%	12,9%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	2	44	336	86	468
	%	0,4%	9,4%	71,8%	18,4%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	2	46	634	272	954
	%	0,2%	4,8%	66,5%	28,5%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	0	12	109	148	269
	%	0,0%	4,5%	40,5%	55,0%	100,0%
Total	N.Abs	73	445	3.643	910	5.071
	%	1,4%	8,8%	71,8%	17,9%	100,0%

Gráfico 43 - Percentual de CRAS distribuídos, segundo o Indicador de Desenvolvimento dos CRAS, quanto ao horário de funcionamento - Brasil 2007 e 2008



De 2007 para 2008 esse indicador, que já apresentava altos percentuais de suficiência, também apresentou melhorias. Os 4,1 pontos percentuais a mais de CRAS *superiores* correspondem à queda dos percentuais dos três outros graus de desenvolvimento. Em números absolutos, mesmo considerando o acréscimo no total de CRAS cadastrados em 2008, vale destacar que estes, em geral, foram classificados com *regulares*, *suficientes* ou *superiores*, pois o único grau que apresentou redução de CRAS foi o *insuficiente*, de 130 para 73.

4.4. Indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão: recursos humanos

A construção desse indicador foi baseada nas orientações contidas na NOB-RH/SUAS. Os graus de desenvolvimento de um CRAS, nessa dimensão, variam segundo o porte populacional do município, uma vez que a normativa dispõe sobre a composição das equipes de referência dos CRAS (numero de profissionais, grau de escolaridade e formação acadêmica), segundo este critério.

Desta forma, cada CRAS é classificado em um dos graus de desenvolvimento da dimensão, conforme os quesitos descritos no quadro a seguir. Tendo como referencial os quesitos que compõem o grau *suficiente*, de acordo com as determinações da NOB-RH/SUAS, os outros graus de desenvolvimento constituem variações. Destaca-se a opção para a determinação de um CRAS como superior quando o mesmo possuir o coordenador como um profissional adicional, tendo ele escolaridade superior e um vínculo estável de trabalho. De acordo com a NOB-RH/SUAS, o coordenador deve, independente do porte do município, ser um profissional de nível superior, do quadro efetivo municipal (ou do DF). Não há restrição legal quanto a este profissional acumular funções de coordenador e de técnico, no entanto este acúmulo pode representar uma sobrecarga de trabalho prejudicial ao desenvolvimento adequado das funções de coordenação. Nesse sentido, possuir coordenador como um profissional adicional pode ser considerado um diferencial de qualidade com reflexos positivos no gerenciamento da unidade.

O Quadro abaixo apresenta os critérios para o cálculo do indicador, considerando o porte populacional do município onde se encontra o CRAS:

Quadro 5 - Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão recursos humanos

Graus de desenvolvimento	Equipe de Referência		
	Metrópole / Grande Porte / Medio Porte CRAS para 5.000 famílias referenciadas	Pequeno Porte II CRAS para 3.500 famílias referenciadas	Pequeno Porte I CRAS para 2.500 famílias referenciadas
Superior	<p>Nove ou mais profissionais, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • cinco ou mais profissionais de nível superior • quatro ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> • dois assistentes sociais • um psicólogo • um coordenador de nível superior e estatutário 	<p>Sete ou mais profissionais, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • quatro ou mais profissionais de nível superior • três ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> • um assistente social • um coordenador de nível superior e estatutário 	<p>Cinco ou mais profissionais, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • três ou mais profissionais de nível superior • dois ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> • um assistente social • um coordenador de nível superior e estatutário
Suficiente	<p>Oito ou mais profissionais, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • quatro ou mais profissionais de nível superior • quatro ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> • dois assistentes sociais • um psicólogo 	<p>Seis ou mais profissionais, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • três ou mais profissionais de nível superior • três ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> • um assistente social 	<p>Quatro ou mais profissionais, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • dois ou mais profissionais de nível superior • dois ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> • um assistente social
Regular	<p>Seis ou mais profissionais, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • quatro ou mais profissionais de nível superior 	<p>Cinco ou mais profissionais, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • três ou mais profissionais de nível superior 	<p>Quatro ou mais profissionais, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • dois ou mais profissionais de nível superior
Insuficiente	<p>Menos de seis profissionais ou Menos de quatro profissionais de nível superior</p>	<p>Menos de cinco profissionais ou Menos de três profissionais de nível superior</p>	<p>Menos de quatro profissionais ou Menos de dois profissionais de nível superior</p>

Obs: De acordo com a NOB-SUAS, o Distrito Federal é uma metrópole.

Em relação à suficiência, ou seja, CRAS que estão no mínimo *suficientes* quanto à composição de seus recursos humanos, a situação verificada é a mais pessimista de todas as quatro dimensões analisadas: pouco mais de 30% dos CRAS do país (31,2%) estão, pelo menos, de acordo com os critérios da NOB-RH/SUAS. Esse percentual é bastante distante do observado nos outros indicadores dimensionais que são da ordem de 60% para estrutura física, de 90% para horário de funcionamento e de 80% para as atividades realizadas. Nas Tabelas 84 e 85 a seguir

estão apresentados os resultados obtidos para essa dimensão, nas perspectivas regional e de porte populacional, que demonstram realidades bastante diferenciadas.

Regionalmente, os percentuais encontrados de suficiência dos recursos humanos variam entre 25% e 45%, com destaque para a Região Sudeste (24,6%) que apresenta o percentual mais baixo e para a Região Centro-Oeste (44,8%) com o mais alto percentual, bem acima da média brasileira. Por outro lado, focalizando os problemas, destacam-se as regiões Norte (44,9%) e Sudeste (44,5%) que apresentam os maiores percentuais de CRAS *insuficientes*.

Na perspectiva de porte populacional, a variação dos percentuais de suficiência e insuficiência em recursos humanos é mais acentuada que a variação regional: a suficiência varia entre 11% e 44% e a insuficiência de 20% a 61%. Essas variações mais acentuadas estão diretamente associadas à opção de utilizar a NOB-RH como referência para a construção desse indicador, com exigências de quadro de pessoal diferenciadas por porte populacional dos municípios. Nesse contexto, destacam-se as condições apresentadas pelos CRAS que se encontram nos municípios de médio porte (de 50.001 a 100.000 habitantes) e grande porte (de 100.001 a 900.000 habitantes), que apresentam os mais baixos percentuais de CRAS suficientes e superiores (11,3% e 13,3%, respectivamente) e os mais altos percentuais de CRAS insuficientes (60,9% e 52,9%, respectivamente). Neste caso, é importante considerar que estes são os CRAS aos quais se aplicam os critérios mais rigorosos para a composição da equipe de trabalho, especialmente quando comparados aos CRAS das metrópoles, municípios que apresentam condições gerais de infraestrutura muito mais consolidada.

Contrapondo resultados que se destacam positiva e negativamente nas unidades da federação, o estado do Amapá apresenta o maior percentual de insuficiência em recursos humanos, 81,8% e o menor percentual de suficiência: 9,1% de suficientes e nenhum CRAS superior. Numa perspectiva positiva, quase a metade das unidades da federação possuem percentuais de suficiência, neste indicador, acima da média

Brasil de 31%, 13 das 27. Se o destaque for para os mais altos percentuais de CRAS superiores nessa dimensão, além do Distrito Federal, que apresenta o mais alto percentual (31,6%), destacam-se Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Paraná, com percentuais em torno de 13%.

Tabela 84 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto aos recursos humanos segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		Indicador de Recursos humanos				Total
		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	
Norte	N.Abs	181	107	103	12	403
	%	44,9%	26,6%	25,6%	3,0%	100,0%
Nordeste	N.Abs	618	600	515	102	1.835
	%	33,7%	32,7%	28,1%	5,6%	100,0%
Sudeste	N.Abs	769	534	329	97	1.729
	%	44,5%	30,9%	19,0%	5,6%	100,0%
Sul	N.Abs	274	172	158	78	682
	%	40,2%	25,2%	23,2%	11,4%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	147	86	146	43	422
	%	34,8%	20,4%	34,6%	10,2%	100,0%
Total	N.Abs	1.989	1.499	1.251	332	5.071
	%	39,2%	29,6%	24,7%	6,5%	100,0%

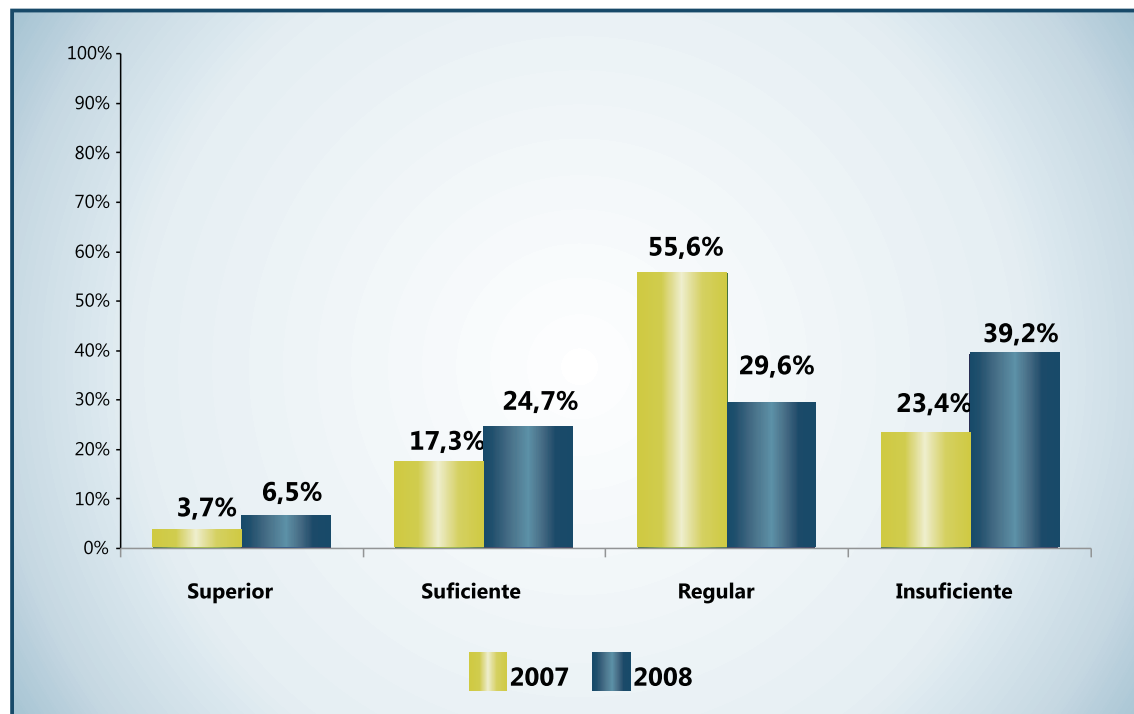
Tabela 85 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto aos recursos humanos segundo porte populacional - 2008

Porte populacional do município		Indicador de Recursos humanos				Total
		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	726	655	877	195	2.453
	%	29,6%	26,7%	35,8%	7,9%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	418	269	192	48	927
	%	45,1%	29,0%	20,7%	5,2%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	285	130	39	14	468
	%	60,9%	27,8%	8,3%	3,0%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	505	322	100	27	954
	%	52,9%	33,8%	10,5%	2,8%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	55	123	43	48	269
	%	20,4%	45,7%	16,0%	17,8%	100,0%
Total	N.Abs	1.989	1.499	1.251	332	5.071
	%	39,2%	29,6%	24,7%	6,5%	100,0%

O Gráfico 44 a seguir apresenta um aumento positivo, de 10 pontos percentuais dos CRAS suficientes e superiores de 2008 em relação a 2007 e um aumento negativo de 16 pontos percentuais para os CRAS insuficientes no mesmo período. Nessa análise temporal, o que se percebe, em pontos percentuais, é uma migração dos CRAS regulares para os outros graus de desenvolvimento, em maior volume para *insuficiente*. Em termos absolutos, vale destacar que o grau *superior* foi aquele que apresentou a maior taxa de crescimento no período (124%), seguida do grau *insuficiente* de 115% e dos *suficientes* de 84%. Essas taxas representam um acréscimo de 184 CRAS *superiores*, 1.066 *insuficientes* e 570 *suficientes*.

Esses resultados merecem especial atenção das equipes de gestão da proteção social básica, nas três esferas de governo, uma vez que, equipes insuficientes refletem diretamente na qualidade dos serviços prestados nos CRAS.

Gráfico 44 - Percentual de CRAS distribuídos, segundo o Indicador de Desenvolvimento dos CRAS, quanto aos recursos humanos - Brasil 2007 e 2008



4.5. Indicador de desenvolvimento dos CRAS

A metodologia adotada para a construção do indicador sintético está baseada em uma perspectiva de estágios de desenvolvimento dos CRAS. Os CRAS foram classificados em 10 estágios de desenvolvimento, elaborados em função da combinação dos graus de desenvolvimento apurados com o cálculo dos indicadores dimensionais.⁴

No quadro abaixo estão descritas as combinações dos graus de desenvolvimento dimensionais que definem cada um dos possíveis estágios de desenvolvimento dos CRAS:

Quadro 6 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS

Estágios	CRITÉRIOS
1	Quatro dimensões INSUFICIENTE
2	Três das quatro dimensões INSUFICIENTE
3	Duas das quatro dimensões INSUFICIENTE
4	Uma das quatro dimensões INSUFICIENTE
5	Todas as dimensões REGULAR
6	Três dimensões REGULAR e uma SUFICIENTE ou SUPERIOR
7	Duas dimensões REGULAR e duas SUFICIENTE ou SUPERIOR
8	Uma dimensão REGULAR e três SUFICIENTE ou SUPERIOR
9	Todas as dimensões no mínimo SUFICIENTE, exclusive as quatro dimensões SUPERIOR
10	Quatro dimensões SUPERIOR

⁴ A perspectiva de estágios foi uma opção diferenciada à metodologia de índices sintéticos que variam entre 0 e 1, onde associações entre o valor do índice e os percentuais de evolução do CRAS não são válidos. Por exemplo, um CRAS com índice igual a 0,5 não pode ser atribuído a um CRAS que está "metade bom". Alguns testes com essa metodologia foram realizados e, por exemplo, CRAS que possuíam uma dimensão Insuficiente, ou seja, uma dimensão com problemas, alcançavam o valor 0,75, e não estavam em 75% da distribuição.

Os objetivos da implementação desse tipo de indicador é diagnosticar a situação de desenvolvimento dos CRAS, bem como auxiliar na busca de estratégias de melhora permanente da sua qualidade. Neste sentido, os estágios poderiam ser analisados em três grupos, em função da complexidade das ações necessárias à adequação dos equipamentos:

- **Estágios de 1 a 4** - CRAS até o estágio 4 de desenvolvimento. Ainda apresentam alguma dimensão *insuficiente* e devem ser monitorados com o objetivo de superação dessa condição;
- **Estágios de 5 a 8** - CRAS entre os estágios 5 e 8. Possuem, pelo menos, uma dimensão *regular* e portanto, devem ser monitorados no sentido de alterar esta dimensão para, no mínimo, suficiente;
- **Estágios 9 e 10** - um CRAS nos estágios 9 ou 10 é aquele que é, no mínimo, *suficiente* em todas as dimensões ou *superior*, devendo ser analisado como experiência de referência.

Os resultados gerais de 2008 mostram que: pouco mais da metade dos CRAS do país ainda possui pelo menos uma das dimensões *insuficiente*; não há CRAS que se enquadrem no estágio 5 e; 30% dos CRAS possuem pelo menos uma dimensão *regular* e que 17% são *suficientes* ou *superiores*. Vale destacar que os estágios de desenvolvimento que concentram o maior volume de CRAS são o estágio 4 (40,6%) e o 8 (21,9%), o que abre uma janela de oportunidade para a melhoria geral da qualidade de mais da metade dos CRAS, com a intervenção em apenas uma dimensão. Esses estágios evidenciam a necessidade de atuar concentradamente em uma dimensão para que os CRAS mudem significativamente de estágio de desenvolvimento, de *insuficiente* para, no mínimo, *regular* (estágio 4) e de *regular* para *suficiente* ou até *superior* (estágio 8). Contudo, o processo de definição e desenho de um processo de intervenções requer ainda análises mais específicas e articuladas.

Sob a ótica de destaque dos resultados positivos, regionalmente a região Nordeste é a única que apresenta um percentual de CRAS nos estágios de 1 a 4 abaixo de

50% (44,6%) e as regiões Nordeste e Centro-Oeste aquelas que apresentam os maiores percentuais de CRAS nos estágios 9 e 10 (20,1% e 22% respectivamente). Segundo porte populacional, os municípios de pequeno porte I e as metrópoles são aqueles que apresentam os melhores resultados: menores percentuais de CRAS em estágio de 1 a 4 e maiores percentuais de CRAS em estágios 9 e 10.

Considerando os resultados desse indicador para as unidades da federação, detalhadamente descritos na Tabela A40 e A41 do Anexo, pode-se dizer que 9 das 27 unidades apresentam algum CRAS no estágio 10, com destaque para o desempenho bastante acima do geral, do estado do Paraná, com 8 CRAS nesse estágio. Por outro lado, 19 das 27 unidades possuem pelo menos a metade de seus CRAS nos estágio de 1 a 4, ou seja, em condições ainda insuficientes, com destaque para o Estado do Amapá que possui os mais alto percentual, 81,8%. Considerando a necessidade de identificação de janelas de oportunidades para a melhoria dos resultados gerais dos CRAS, destacam-se os estados da Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte, que possuem mais de 30% dos seus CRAS no estágio 8, muito próximos das condições suficientes em todas as 4 dimensões.

Contudo, a identificação de oportunidades para a melhoria geral das condições dos CRAS não deve considerar apenas os resultados percentuais comparativos, mas também o volume de CRAS que compõem cada um dos estágios, segundo região, porte populacional e unidades da federação. De maneira ilustrativa, um estado que possui 80% dos seus CRAS em um conjunto de estágios de desenvolvimento teria 9 unidades a serem consideradas, por exemplo, como prioritárias. Já em outra unidade da federação, aplicado o mesmo critério, 60% dos seus CRAS representam mais de 400 unidades.

Tabela 86 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS segundo Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões		IDCRAS - Estágios										Total
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Norte	N.Abs	1	5	46	190	0	3	30	79	48	1	403
	%	0,2%	1,2%	11,4%	47,1%	0,0%	0,7%	7,4%	19,6%	11,9%	0,2%	100,0%
Nordeste	N.Abs	0	10	147	661	0	33	151	465	366	2	1.835
	%	0,0%	0,5%	8,0%	36,0%	0,0%	1,8%	8,2%	25,3%	19,9%	0,1%	100,0%
Sudeste	N.Abs	0	12	247	755	0	19	120	376	196	4	1.729
	%	0,0%	0,7%	14,3%	43,7%	0,0%	1,1%	6,9%	21,7%	11,3%	0,2%	100,0%
Sul	N.Abs	1	4	105	267	0	4	53	119	119	10	682
	%	0,1%	0,6%	15,4%	39,1%	0,0%	0,6%	7,8%	17,4%	17,4%	1,5%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	0	3	44	187	0	4	19	70	94	1	422
	%	0,0%	0,7%	10,4%	44,3%	0,0%	0,9%	4,5%	16,6%	22,3%	0,2%	100,0%
Total	N.Abs	2	34	589	2.060	0	63	373	1.109	823	18	5.071
	%	0,0%	0,7%	11,6%	40,6%	0,0%	1,2%	7,4%	21,9%	16,2%	0,4%	100,0%

Tabela 87 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS segundo porte populacional - 2008

Porte populacional do município		IDCRAS - Estágios										Total
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	1	20	252	842	0	37	206	537	553	5	2.453
	%	0,0%	0,8%	10,3%	34,3%	0,0%	1,5%	8,4%	21,9%	22,5%	0,2%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	1	8	107	427	0	12	71	179	119	3	927
	%	0,1%	0,9%	11,5%	46,1%	0,0%	1,3%	7,7%	19,3%	12,8%	0,3%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	0	3	62	245	0	8	30	88	31	1	468
	%	0,0%	0,6%	13,2%	52,4%	0,0%	1,7%	6,4%	18,8%	6,6%	0,2%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	0	3	143	451	0	5	42	231	78	1	954
	%	0,0%	0,3%	15,0%	47,3%	0,0%	0,5%	4,4%	24,2%	8,2%	0,1%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	0	0	25	95	0	1	24	74	42	8	269
	%	0,0%	0,0%	9,3%	35,3%	0,0%	0,4%	8,9%	27,5%	15,6%	3,0%	100,0%
Total	N.Abs	2	34	589	2.060	0	63	373	1.109	823	18	5.071
	%	0,0%	0,7%	11,6%	40,6%	0,0%	1,2%	7,4%	21,9%	16,2%	0,4%	100,0%

Tabela 88 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS segundo Grandes Regiões - Grupos de estágios - 2008

Grandes Regiões		IDCRAS - Grupos de estágios			
		1 a 4	5 a 8	9 e 10	Total
Norte	N.Abs	242	112	49	403
	%	60,0%	27,8%	12,2%	100,0%
Nordeste	N.Abs	818	649	368	1.835
	%	44,6%	35,4%	20,1%	100,0%
Sudeste	N.Abs	1.014	515	200	1.729
	%	58,6%	29,8%	11,6%	100,0%
Sul	N.Abs	377	176	129	682
	%	55,3%	25,8%	18,9%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	234	93	95	422
	%	55,5%	22,0%	22,5%	100,0%
Total	N.Abs	2.685	1.545	841	5.071
	%	52,9%	30,5%	16,6%	100,0%

Tabela 89 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS segundo portes populacionais - Grupos de estágios - 2008

Porte populacional do município		IDCRAS - Grupos de estágios			
		1 a 4	5 a 8	9 e 10	Total
Pequeno I (até 20.000 hab)	N.Abs	1.115	780	558	2.453
	%	45,5%	31,8%	22,7%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	543	262	122	927
	%	58,6%	28,3%	13,2%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	310	126	32	468
	%	66,2%	26,9%	6,8%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	597	278	79	954
	%	62,6%	29,1%	8,3%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab)	N.Abs	120	99	50	269
	%	44,6%	36,8%	18,6%	100,0%
Total	N.Abs	2.685	1.545	841	5.071
	%	52,9%	30,5%	16,6%	100,0%

Na seqüência, os Gráficos 45 e 46 elucidam a distribuição regional e por porte populacional dos CRAS, como já discutido e apresentado nas tabelas anteriores.

Gráfico 45 - Percentual de CRAS distribuídos, segundo o Indicador de Desenvolvimento dos CRAS - 10 Estágios - Grandes Regiões 2008

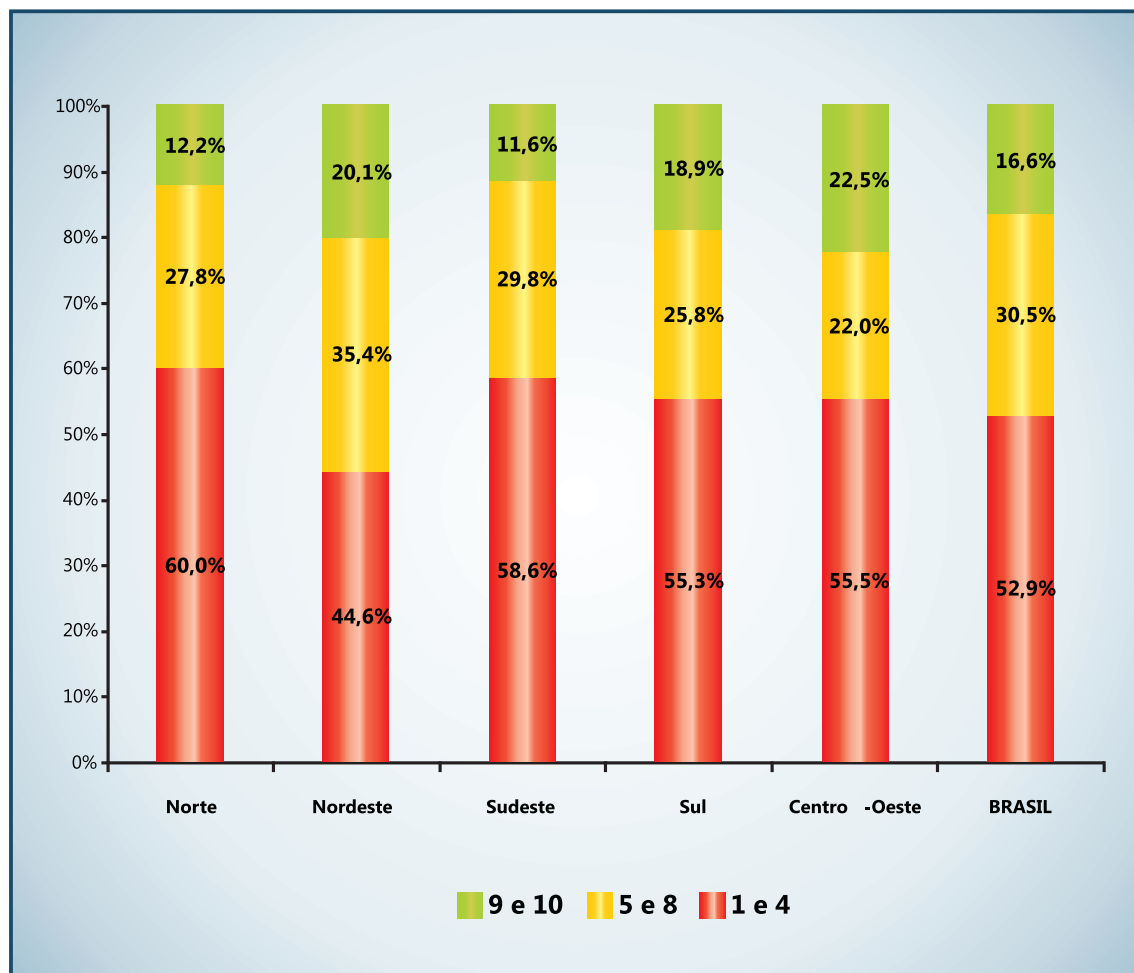


Gráfico 46 - Percentual de CRAS distribuídos, segundo o Indicador de Desenvolvimento dos CRAS - 10 Estágios - Portes Populacionais 2008

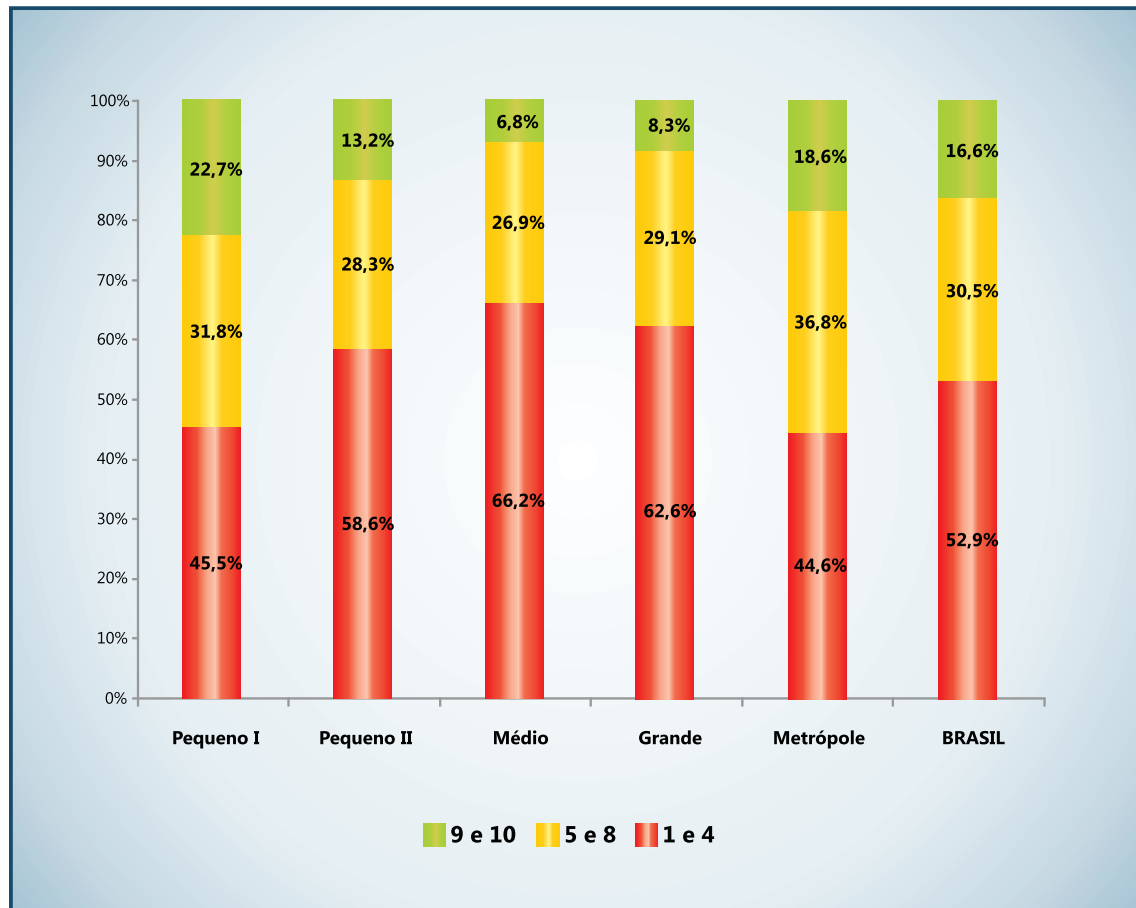
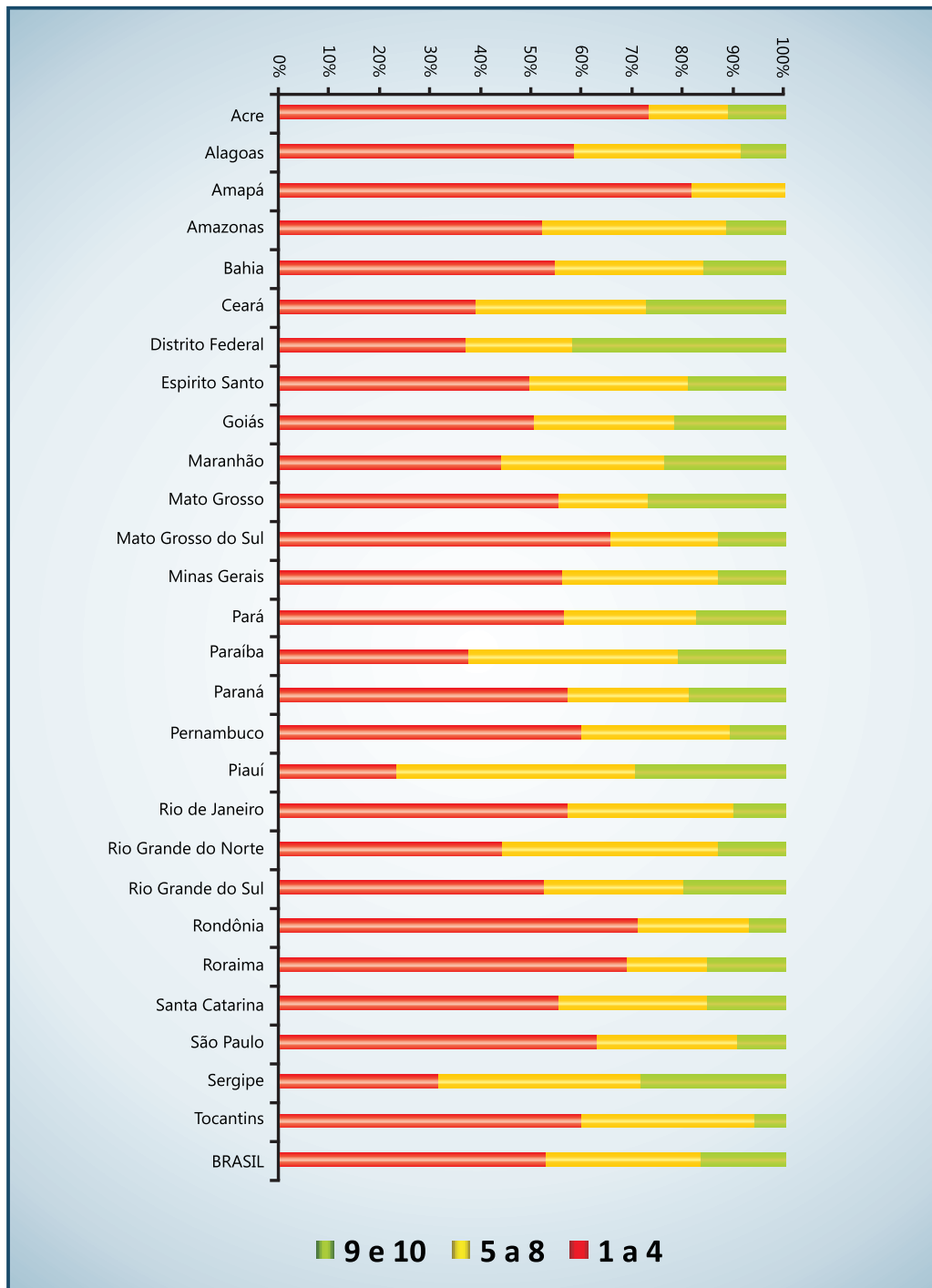


Gráfico 47 - Percentual de CRAS distribuídos, segundo o Indicador de Desenvolvimento dos CRAS - 10 Estágios - Unidades da Federação 2008



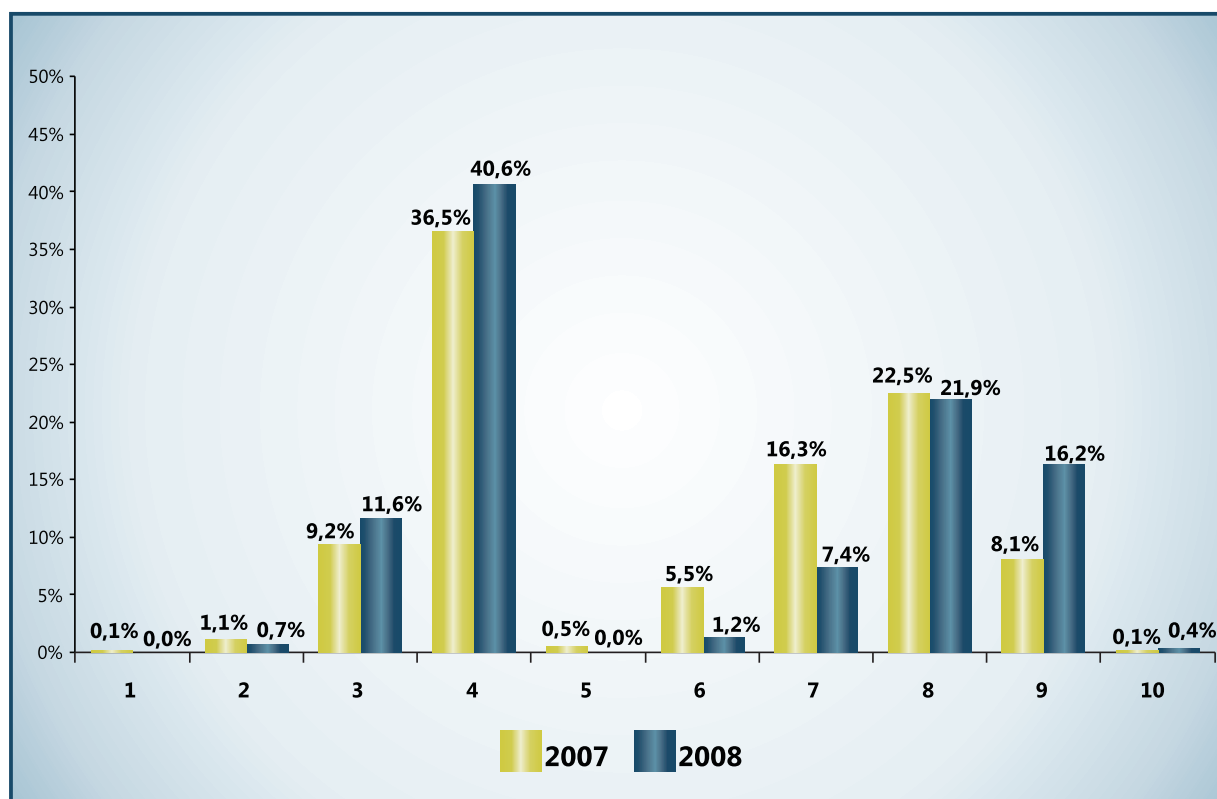
A Tabela 90 e o Gráfico 48 abaixo, apresentam os resultados do indicador comparativamente nos Censos de 2007 e 2008. A distribuição dos CRAS cadastrados em 2008 nesse indicador apresenta melhores resultados para os estágios iniciais e finais de finais do desenvolvimento. Os efeitos positivos se traduzem em uma taxa de decréscimo no período de 33% para os CRAS dos estágios 1 e 2, bem como em uma taxa de crescimento de 62% de CRAS classificados nos estágios 9 e 10. Vale destacar, que esses resultados percentuais positivos são potencializados pelo importante aumento no volume total de CRAS cadastrados, especialmente aqueles classificados nos estágios 8 e 9.

Como já mencionado, a elaboração de um plano de metas para superação e avanço da atual situação dos CRAS ainda necessita de abordagens metodológicas mais completas e que já estão sendo realizadas. Exemplo dessas iniciativas, ainda em estágio preliminar é o acompanhamento longitudinal do avanço da situação de cada CRAS especificamente, o estudo específico de gargalos para a superação das insuficiências em cada uma das dimensões, a identificação de variáveis chaves para intervenções mais efetivas, entre outras.

Tabela 90 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS - 10 Estágios - Brasil - 2007 e 2008

Gradação de Desenvolvimento	Indicador de Desenvolvimento dos CRAS			
	N.Abs	2007 %	N.Abs	2008 %
1	4	0,1%	2	0,0%
2	44	1,1%	34	0,7%
3	365	9,2%	589	11,6%
4	1.442	36,5%	2.060	40,6%
5	21	0,5%	-	0,0%
6	219	5,5%	63	1,2%
7	642	16,3%	373	7,4%
8	890	22,5%	1.109	21,9%
9	318	8,1%	823	16,2%
10	2	0,1%	18	0,4%
Total	3.947	100,0%	5.071	100,0%

Gráfico 4.8 - Percentual de CRAS distribuídos, segundo o Indicador de Desenvolvimento dos CRAS - 10 Estágios - Brasil 2007 e 2008



4.6. Análise de composição das dimensões do Indicador de Desenvolvimento do CRAS

Para aprofundar os conhecimentos sobre os resultados obtidos com os indicadores de desenvolvimento dos CRAS, identificando possíveis gargalos e janelas de oportunidades de atuação do Ministério na implementação desses equipamentos. Procurou-se identificar as dimensões mais importantes para determinação do indicador sintético de Desenvolvimento do CRAS (IDCRAS), e as características que definam similaridades entre essas unidades.

Para verificar a influência de cada indicador dimensional na composição do IDCRAS construiu-se uma tabela com a distribuição conjunta dos quatro indicadores dimensionais, resumindo os graus de desenvolvimento para duas abordagens apenas: a) regular* incluindo os graus regular, suficiente e superior e b) insuficiente. Por que não: a) regular e insuficiente e b) suficiente e superior? Esta adaptação é necessária para identificar de forma mais simples, qual a dimensão mais importante na determinação do IDCRAS, tanto positivamente (regular*), quanto negativamente (insuficiente). (Tabela 91)

Tabela 91 - Distribuição das dimensões do Indicador de desenvolvimento dos CRAS Brasil 2008

Horário de funcionamento	Indicadores dimensionais			N	%
	Recursos humanos	Atividades realizadas	Estrutura física		
Regular*	regular*	regular*	regular*	2.676	52,8
Regular*	insuficiente	regular*	regular*	1.103	21,8
Regular*	regular*	regular*	Insuficiente	700	13,8
Regular*	insuficiente	regular*	Insuficiente	399	7,9
Regular*	regular*	insuficiente	regular*	55	1,1
Regular*	insuficiente	insuficiente	regular*	28	0,6
Insuficiente	regular*	regular*	regular*	25	0,5
Insuficiente	insuficiente	regular*	regular*	23	0,5
Regular*	regular*	insuficiente	insuficiente	22	0,4
Regular*	insuficiente	insuficiente	insuficiente	15	0,3
Insuficiente	insuficiente	regular*	insuficiente	12	0,2
Insuficiente	regular*	regular*	insuficiente	5	0,1
Insuficiente	regular*	insuficiente	regular*	4	0,1
Insuficiente	insuficiente	insuficiente	insuficiente	2	0,0
Insuficiente	regular*	insuficiente	insuficiente	1	0,0
Insuficiente	insuficiente	insuficiente	regular*	1	0,0
Total				5.071	100,0

Nota: Regular - para CRAS com grau de desenvolvimento regular, suficiente e superior*

Observa-se nesta tabela que 47,2% dos CRAS possuem pelo menos uma das quatro dimensões insuficientes, ou seja possuem IDCRAS de 1 e 4, sendo que desses: 21,8% apresentam insuficiência apenas no indicador de recursos humanos, 13,8% insuficientes apenas no indicador de estrutura física, 7,9% insuficientes para os indicadores de recursos humanos e de estrutura física, e apenas 3,7% com outras combinações de indicadores dimensionais classificados como insuficientes. Neste contexto, análises mais específicas serão realizadas apenas para a dimensão de recursos humanos, uma vez que esta determina sozinha 46% e, em conjunto com a dimensão de estrutura física, mais 17% do total de CRAS classificados entre os estágios 1 e 4. Para detectar possíveis padrões na configuração deste indicador dimensional optou-se pela técnica multivariada de análise de conglomerados, que é uma técnica que objetiva formar grupos com base nas similaridades entre as unidades, ou seja, grupos de CRAS similares em função da composição de variáveis da dimensão. Adicionalmente, construiu-se uma análise de risco de “insuficiência” nesta dimensão, em função de um conjunto de variáveis de contexto, utilizando uma regressão logística.

As sessões seguintes apresentam, de forma simplificada, os resultados da análise de conglomerados e da regressão logística, deixando para o anexo a análise detalhada dos resultados e as tabelas referentes.

4.6.1. Análise de conglomerados para o indicador dimensional de recursos humanos

Para detectar possíveis padrões na configuração dos recursos humanos dos CRAS no Brasil, por meio da construção dos conglomerados, grupos de CRAS com similaridades em algumas variáveis selecionadas (Tabelas anexas A46 a A50). Optou-se por manter:

- A estratificação dos dados pelos três grupos de portes populacionais,

especificados pela NOB-RH: Pequeno Porte I, Pequeno Porte II e o grupo composto pelos portes Médio, Grande e Metrópole.;

- As variáveis que compõem o próprio indicador dimensional para definir os conglomerados - número de profissionais de nível superior, número de profissionais de nível médio, número de assistentes sociais, número de psicólogos e número de coordenadores de nível superior e estatutários.

Com estas especificações e a classificação dos CRAS nos respectivos conglomerados foi possível traçar os perfis destes conglomerados considerando: os financiamentos recebidos pelos CRAS (Municipal, Estadual, Federal – IGD, Piso Básico Fixo, Piso Básico de Transição, Piso Básico Variável, Outros); o nível de gestão; a localização do CRAS (urbano, rural ou itinerante); a região de localização (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-oeste); o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM 2000); o percentual municipal de famílias pobres ; e a própria classificação do indicador de recursos humanos.

Em linhas gerais, na maioria dos conglomerados analisados o que se verifica é a existência de pelo menos um assistente social e um psicólogo, independente do porte populacional do município. Também é possível notar que existe uma relação entre a situação de regularidade dos CRAS – classificação do indicador dimensional de recursos humanos nos graus de desenvolvimento regular, suficiente e superior - e o recebimento de financiamentos federais: conglomerados que tem classificações do indicador de recursos humanos, em média, melhores apresentam maior porcentagem de CRAS que recebem financiamentos federais, principalmente os de municípios de porte médio, grande e metrópoles.

Pela análise foi possível confirmar a existência de grupos de CRAS com um número acima do suficiente de profissionais de nível superior, mas com falta de profissionais de nível médio (*Conglomerado 2* dos CRAS de municípios de Pequeno Porte I); com número de profissionais de nível médio excedentes (*Conglomerado 3*

⁵ Estimativa de famílias pobres calculadas pelo IPEA/MDS, Pnad 2001.

dos CRAS de municípios de Pequeno Porte I e *Conglomerado 2* dos municípios de Pequeno Porte II); e com número excedente de profissionais de nível superior e médio (*Conglomerado 3* dos CRAS de Pequeno Porte II e *Conglomerados 2 e 3* dos municípios de porte Médio, Grande e MetrÓpole) em relação ao estabelecido pela NOB-RH.

Com relação à regularidade do indicador de recursos humanos dos CRAS, nota-se que a porcentagem de CRAS insuficientes aumenta de municípios menores para os maiores, o que está relacionado à diferenciação dos critérios da NOB-RH em função do porte do município e da capacidade dos mesmos em atender os mínimos definidos. Além disso, a análise dos agrupamentos mostra que metade dos CRAS com as melhores classificações (*Conglomerado 3* dos municípios de porte Médio, Grande e MetrÓpole) estão nas regiões Sul e Centro-oeste.

4.6.2. Modelo de Regressão Logística com o Indicador Dimensional de Recursos

Para estudar possíveis fatores de risco de insuficiência dos CRAS na dimensão de recursos humanos, utilizou-se um modelo de regressão logística (Hosmer e Lemeshow, 1989), que possibilita investigar a relação entre a chance de um evento ocorrer e diversas variáveis de interesse (muitas vezes denominadas de variáveis independentes ou explicativas). Neste caso, o evento foi definido como a classificação do CRAS em regular, suficiente ou superior no indicador de recursos humanos. E foram selecionadas como variáveis de interesse: financiamento (municipal, estadual e federal – Piso Básico Fixo, Piso Básico de Transição, Piso Básico Variável e IGD), IDHM 2000, percentual de pobreza do município e a região de localização (Norte, Nordeste, Sudoeste, Sul e Centro-oeste). A Tabela 92 contém a descrição do modelo final analisado.

Tabela 92 - Modelo de regressão logística

Coeficientes		Razão de Chances
Financiamento Municipal		1,29
Financiamento Federal - Piso Básico Fixo		1,72
Financiamento Federal - Piso Básico Transição		1,38
Financiamento Federal - Piso Básico Variável		1,58
IDHM 2000		1,40
Porte do município	Pequeno Porte I	4,15
	Pequeno Porte II	1,68
Região Nordeste		1,85

Os resultados relacionados ao porte populacional mostram que os CRAS de municípios de Pequeno Porte I apresentam 4,1 vezes mais chance de serem classificados como regular, suficiente ou superior em comparação com CRAS de municípios de Porte Médio, Grande ou Metrôpole. Quando se faz a comparação dos municípios de Pequeno Porte II com municípios de Porte Médio, Grande ou Metrôpole esta razão cai para 1,7 vezes. Assim, pode-se dizer que municípios menores possuem muito mais chance de alcançarem um grau de desenvolvimento pelo menos regular de recursos humanos. Vale destacar que este já era um resultado esperado, uma vez que os critérios para elaboração do indicador estão baseados na NOB-RH e esta determina critérios diferenciados, segundo porte populacional, para a composição da equipe de trabalho nos CRAS.

Com relação às fontes de financiamento, os CRAS que recebem financiamentos municipais ou federais possuem chances maiores de não serem classificados como insuficientes, sendo esta um pouco maior para quem recebe o Piso Básico Fixo. O que confirma a já esperada importância dos recursos federais para a qualidade dos CRAS.

Para o IDHM o aumento de 0,10 unidades no índice implica em um aumento médio na chance de classificação regular, suficiente ou superior em 1,40 vezes, ou seja,

CRAS que estão em municípios com IDHM maior têm mais chance de serem classificados nos graus regular, suficiente ou superior.

Uma análise preliminar dos dados revelou um destaque geral para os resultados da Região Nordeste, sendo esta testada no modelo em relação ao resto do país. Assim, CRAS que estejam nesta região têm 1,85 vezes mais chance de possuírem grau de desenvolvimento regular ou melhor que aqueles que estão em outras regiões do país.

Essa técnica estatística também permite que os CRAS sejam classificados como regulares, suficientes ou superiores, mas neste caso, em função das informações de financiamento, IDHM 2000, porte populacional do município e Região. Se compararmos a classificação dos CRAS atribuída pelo modelo com a classificação do CRAS atribuída pelo indicador, podemos determinar a capacidade do modelo em realizar uma previsão de classificação do CRAS. Este exercício mostrou que a taxa de acertos geral do modelo (coincidência entre a classificação atribuída pelo modelo e aquela atribuída pelo indicador) foi apenas razoável, 65%. Nesse sentido, é importante avançar no estudo de outras variáveis municipais que podem estar afetando a composição de recursos humanos dos CRAS do país.

Em linhas gerais, esta técnica nos permite dizer que, em média, a chance do CRAS ser classificado como regular, suficiente ou superior aumenta com a ocorrência dos seguintes eventos: recebimento de financiamentos municipais e federais, à medida que IDHM aumenta, à medida que o porte populacional do município diminui e quando pertencentes à região Nordeste. Apesar da importância dessas variáveis, a previsão de classificação do CRAS pelo modelo, apresentou um acerto geral de apenas 65%. Isto indica que pode existir outras variáveis importantes para explicar a classificação dos CRAS em relação aos recursos humanos que não foram consideradas neste estudo, mas que já fornecem alguns indicativos para futuras análises.

Considerações finais

5. Considerações finais

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza o conjunto de programas, serviços e benefícios da assistência social em dois níveis de complexidade: proteção social básica e proteção social especial. Ambas com o objetivo de garantir segurança social para a prevenção, proteção e enfrentamento de situações de risco e vulnerabilidade social, contribuindo para a promoção e defesa dos direitos de cidadania.

A proteção social básica se estrutura com a implantação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que busca prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os CRAS são referência para a prestação dos serviços socioassistenciais em territórios de vulnerabilidade social, para atendimento a um determinado número de famílias que se encontram em situação de risco social, e atua na perspectiva da intersetorialidade.

A realização do censo dos CRAS existentes no Brasil, independente da fonte de financiamento, iniciou-se em 2007, teve continuidade no ano de 2008 e se incorpora na estratégia ampliada de Monitoramento do SUAS. Tem por objetivo monitorar e avaliar o estágio de implantação e funcionamento das unidades, com o acompanhamento contínuo da evolução e desempenho dos programas e serviços demandados pelos usuários.

O processo de monitoramento engloba a coleta de dados e sua sistematização, a construção e desenvolvimento de indicadores e ferramentas informacionais que viabilizem a estruturação e disponibilização de informações qualificadas e consistentes. Esses dados devem apoiar os gestores da assistência social, das três

esferas de governo, na implementação de ações que apontem para o aperfeiçoamento dos serviços acessados pela população.

Os resultados do Censo CRAS 2008 indicam que as mudanças ocorridas na implantação dessas unidades se constituem em avanços no processo de consolidação do SUAS, bem como da afirmação da própria política de assistência social em vigor no país.

Neste ano, foram cadastrados 5.142 CRAS, em 3.831 municípios, sendo a maioria destes (96,8%) localizados nas áreas urbanas, 3,1% nas áreas rurais e 6 unidades identificadas como itinerantes, do tipo embarcações.

As principais fontes de financiamento utilizadas para funcionamento dos CRAS são o Piso Básico Fixo do governo federal e os recursos próprios dos municípios, pouco mais de 70% dos CRAS, de forma cofinanciada ou não. O cofinanciamento federal e municipal está presente em mais da metade dos CRAS 56% do total, dos quais 1/6 contam ainda com a participação dos recursos estaduais. Tal constatação corrobora o compromisso do MDS em organizar e consolidar a Proteção Social Básica do SUAS a partir da oferta dos serviços do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) nos CRAS. Outra constatação importante sobre a questão dos recursos para o funcionamento dos CRAS é a baixa participação do financiamento estadual, presente em apenas 15% dos CRAS do país.

O relatório descreve em detalhes as características dos CRAS cadastrados em aspectos de estrutura física, horários e condições de funcionamento, serviços e atividades realizadas, volume de atendimentos, existência e características sobre informações disponíveis na unidade, registros e documentações, articulações com outras unidades e instituições, além de composição e perfil dos recursos humanos. Os resultados gerais dos indicadores de desenvolvimento dos CRAS, calculados com os dados de 2008, mostram que pouco mais da metade das unidades ainda possui pelo menos uma das dimensões "insuficiente", que 30% dos CRAS possuem pelo menos uma dimensão "regular" e que 17% são "suficientes" ou "superiores".

Vale destacar que os estágios de desenvolvimento que concentram o maior volume de CRAS são o estágio 4 (40,6%) e o estágio 8 (21,9%), o que abre uma janela de oportunidades para a melhoria geral da qualidade de mais da metade dos CRAS, com a intervenção em apenas uma dimensão. Esses estágios evidenciam a necessidade de atuar concentradamente em uma dimensão para que os CRAS mudem significativamente de estágio de desenvolvimento: de “insuficiente” para, no mínimo, “regular” (estágio 4) e de “regular” para “suficiente” ou até “superior” (estágio 8).

O principal objetivo e razão de existência do monitoramento é promover a intervenção na gestão orientada por informação. Nesse sentido, é necessário compreender que a realização do Censo CRAS é parte importante do processo de monitoramento. Entretanto, todo o esforço que envolve sua realização só se justifica pelo uso concreto dessas informações, subsidiando uma intervenção planejada, por meio da qual se alcance o aperfeiçoamento contínuo dos serviços ofertados à população. Esperamos que o processo de monitoramento, tal como vem sendo realizado, contribua efetivamente para a melhoria destas unidades públicas e do principal serviço nela prestado, o PAIF. Os resultados obtidos poderão ser aferidos a partir da comparação e análise dos dados entre os censos.

O desafio que se coloca neste momento é avançar cada vez mais na concepção e implementação de um modelo geral de monitoramento do SUAS que produza conhecimento capaz de identificar e acompanhar efetivamente os serviços realizados no âmbito da proteção social básica e da especial.

Referências Bibliográficas

6. Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Departamento de Proteção Social Básica. **Compromissos para o aceite do co-financiamento federal para o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) ofertado no Centro de Referência de Assistência Social**. Brasília, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Linha de base para o monitoramento dos CRAS**. Brasília, DF: SAGI/SNAS, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/Suas)**. Brasília, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Brasília, 2009. (no prelo)

CADERNOS DE ESTUDOS: desenvolvimento social em debate: Textos para V Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: MDS, SAGI, n.2, dez. 2005. 82 p. Suplemento.

CASTRO. F. J. R. **Características espaciais necessárias ao CRAS para adequação às prescrições normativas no âmbito do SUAS e à integração das políticas do MDS**. Brasília: MDS/UNESCO, 2007.

CASTRO. F. J. R. **Proposta de modelagem de processo de construção de CRAS**. Brasília: MDS/UNESCO, 2007.

MAGALHÃES. E.P. **Documento técnico sobre indicadores para monitorar e avaliar a implantação dos CRAS e a implementação do PAIF**. Brasília: MDS/PNUD, 2008.

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto Wagner S; PAES-SOUSA, Rômulo. **O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil**. Brasília, DF: Unesco, 2006. 77 p. (Management of Social Transformations Most 2; Policy papers, 17).

Anexo 1

Anexo 1 - Dados detalhados

Tabela A1 - Número e percentual de CRAS, por localização, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Localização			Total
		Urbano	Rural	Itinerante	
Acre	N.Abs	26	0	0	26
	%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Alagoas	N.Abs	97	9	0	106
	%	91,5%	8,5%	0,0%	100,0%
Amapá	N.Abs	11	0	0	11
	%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	66	2	1	69
	%	95,7%	2,9%	1,4%	100,0%
Bahia	N.Abs	354	21	0	375
	%	94,4%	5,6%	0,0%	100,0%
Ceará	N.Abs	235	14	0	249
	%	94,4%	5,6%	0,0%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	19	0	0	19
	%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	92	1	0	93
	%	98,9%	1,1%	0,0%	100,0%
Goiás	N.Abs	142	1	0	143
	%	99,3%	0,7%	0,0%	100,0%
Maranhão	N.Abs	217	6	0	223
	%	97,3%	2,7%	0,0%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	153	1	1	155
	%	98,7%	0,6%	0,6%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	102	3	0	105
	%	97,1%	2,9%	0,0%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	634	11	1	646
	%	98,1%	1,7%	0,2%	100,0%
Pará	N.Abs	153	8	0	161
	%	95,0%	5,0%	0,0%	100,0%
Paraíba	N.Abs	218	3	0	221
	%	98,6%	1,4%	0,0%	100,0%
Paraná	N.Abs	312	9	0	321
	%	97,2%	2,8%	0,0%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	204	15	0	219
	%	93,2%	6,8%	0,0%	100,0%
Piauí	N.Abs	197	1	0	198
	%	99,5%	0,5%	0,0%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	301	23	3	327
	%	92,0%	7,0%	0,9%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	147	4	0	151
	%	97,4%	2,6%	0,0%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	249	9	0	258
	%	96,5%	3,5%	0,0%	100,0%
Rondônia	N.Abs	41	0	0	41
	%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Roraima	N.Abs	12	1	0	13
	%	92,3%	7,7%	0,0%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	102	1	0	103
	%	99,0%	1,0%	0,0%	100,0%
São Paulo	N.Abs	652	12	0	664
	%	98,2%	1,8%	0,0%	100,0%
Sergipe	N.Abs	92	3	0	95
	%	96,8%	3,2%	0,0%	100,0%
Tocantins	N.Abs	82	0	0	82
	%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Total	N.Abs	4.910	158	6	5.074
	%	96,8%	3,1%	0,1%	100,0%

Tabela A2 - Número e percentual de CRAS, por fontes de financiamento, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação	N.Abs %	Total de CRAS	Fontes de financiamento							
			Estadual	Federal - IGD	Federal - Outros recursos federais	Federal - Piso básico fixo	Federal - Piso básico transição	Federal - Piso básico variável	Governo do Df	Municipal
Acre	N.Abs %	26	4 15,4%	4 15,4%	1 3,8%	22 84,6%	1 3,8%	1 3,8%	0 0,0%	15 57,7%
Alagoas	N.Abs %	106	3 2,8%	23 21,7%	1 0,9%	90 84,9%	9 8,5%	9 8,5%	0 0,0%	59 55,7%
Amapá	N.Abs %	11	0 0,0%	2 18,2%	0 0,0%	10 90,9%	1 9,1%	1 9,1%	0 0,0%	3 27,3%
Amazonas	N.Abs %	69	24 34,8%	29 42,0%	5 7,2%	64 92,8%	13 18,8%	18 26,1%	0 0,0%	53 76,8%
Bahia	N.Abs %	375	30 8,0%	119 31,7%	10 2,7%	336 89,6%	42 11,2%	63 16,8%	0 0,0%	214 57,1%
Ceará	N.Abs %	249	0 0,0%	89 35,7%	6 2,4%	204 81,9%	53 21,3%	47 18,9%	0 0,0%	159 63,9%
Distrito Federal	N.Abs %	19	0 0,0%	18 94,7%	0 0,0%	9 47,4%	14 73,7%	18 94,7%	19 100,0%	0 0,0%
Espírito Santo	N.Abs %	93	26 28,0%	18 19,4%	4 4,3%	63 67,7%	15 16,1%	11 11,8%	0 0,0%	69 74,2%
Goiás	N.Abs %	143	0 0,0%	52 36,4%	9 6,3%	104 72,7%	25 17,5%	33 23,1%	0 0,0%	102 71,3%
Maranhão	N.Abs %	223	14 6,3%	62 27,8%	6 2,7%	205 91,9%	43 19,3%	32 14,3%	0 0,0%	123 55,2%
Mato Grosso	N.Abs %	155	51 32,9%	85 54,8%	26 16,8%	89 57,4%	83 53,5%	45 29,0%	0 0,0%	127 81,9%
Mato Grosso do Sul	N.Abs %	105	20 19,0%	56 53,3%	6 5,7%	75 71,4%	49 46,7%	36 34,3%	0 0,0%	86 81,9%
Minas Gerais	N.Abs %	646	152 23,5%	206 31,9%	14 2,2%	391 60,5%	53 8,2%	78 12,1%	0 0,0%	485 75,1%
Pará	N.Abs %	161	1 0,6%	63 39,1%	7 4,3%	140 87,0%	54 33,5%	37 23,0%	0 0,0%	106 65,8%
Paraíba	N.Abs %	221	3 1,4%	61 27,6%	5 2,3%	198 89,6%	22 10,0%	23 10,4%	0 0,0%	153 69,2%
Paraná	N.Abs %	321	23 7,2%	157 48,9%	47 14,6%	176 54,8%	97 30,2%	73 22,7%	0 0,0%	273 85,0%
Pernambuco	N.Abs %	219	42 19,2%	68 31,1%	5 2,3%	189 86,3%	41 18,7%	28 12,8%	0 0,0%	106 48,4%
Piauí	N.Abs %	198	5 2,5%	96 48,5%	13 6,6%	174 87,9%	74 37,4%	57 28,8%	0 0,0%	142 71,7%
Rio de Janeiro	N.Abs %	327	117 35,8%	69 21,1%	43 13,1%	176 53,8%	50 15,3%	54 16,5%	0 0,0%	195 59,6%
Rio Grande do Norte	N.Abs %	151	4 2,6%	34 22,5%	5 3,3%	142 94,0%	17 11,3%	13 8,6%	0 0,0%	89 58,9%
Rio Grande do Sul	N.Abs %	258	44 17,1%	124 48,1%	12 4,7%	132 51,2%	96 37,2%	40 15,5%	0 0,0%	221 85,7%
Rondônia	N.Abs %	41	0 0,0%	12 29,3%	2 4,9%	36 87,8%	4 9,8%	4 9,8%	0 0,0%	22 53,7%
Roraima	N.Abs %	13	4 30,8%	4 30,8%	3 23,1%	13 100,0%	5 38,5%	5 38,5%	0 0,0%	10 76,9%
Santa Catarina	N.Abs %	103	1 1,0%	42 40,8%	2 1,9%	56 54,4%	35 34,0%	11 10,7%	0 0,0%	86 83,5%
São Paulo	N.Abs %	664	175 26,4%	299 45,0%	24 3,6%	348 52,4%	127 19,1%	108 16,3%	0 0,0%	628 94,6%
Sergipe	N.Abs %	95	16 16,8%	51 53,7%	7 7,4%	72 75,8%	45 47,4%	41 43,2%	0 0,0%	56 58,9%
Tocantins	N.Abs %	82	4 4,9%	25 30,5%	2 2,4%	57 69,5%	14 17,1%	16 19,5%	0 0,0%	56 68,3%
Total	N.Abs %	5.074	763 15,0%	1.868 36,8%	265 5,2%	3.571 70,4%	1.082 21,3%	902 17,8%	19 0,4%	3.638 71,7%

Tabela A3 - Número e percentual de CRAS, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) e Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Fontes de financiamento (co-financiamento)						Total	
		Somente Federal	Somente Estadual	Somente Municipal	Federal e Estadual	Federal e Municipal	Estadual e Municipal		Federal, Estadual e Municipal
Acre	N.Abs	10	1	1	0	11	0	3	26
	%	38,5%	3,8%	3,8%	0,0%	42,3%	0,0%	11,5%	100,0%
Alagoas	N.Abs	47	0	9	0	47	2	1	106
	%	44,3%	0,0%	8,5%	0,0%	44,3%	1,9%	0,9%	100,0%
Amapá	N.Abs	8	0	1	0	2	0	0	11
	%	72,7%	0,0%	9,1%	0,0%	18,2%	0,0%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	14	1	3	1	28	0	22	69
	%	20,3%	1,4%	4,3%	1,4%	40,6%	0,0%	31,9%	100,0%
Bahia	N.Abs	151	9	10	1	184	9	11	375
	%	40,3%	2,4%	2,7%	0,3%	49,1%	2,4%	2,9%	100,0%
Ceará	N.Abs	90	0	25	0	134	0	0	249
	%	36,1%	0,0%	10,0%	0,0%	53,8%	0,0%	0,0%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	0	1	0	18	0	0	0	19
	%	0,0%	5,3%	0,0%	94,7%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	19	3	15	2	33	7	14	93
	%	20,4%	3,2%	16,1%	2,2%	35,5%	7,5%	15,1%	100,0%
Goiás	N.Abs	41	0	25	0	77	0	0	143
	%	28,7%	0,0%	17,5%	0,0%	53,8%	0,0%	0,0%	100,0%
Maranhão	N.Abs	90	2	9	8	110	0	4	223
	%	40,4%	0,9%	4,0%	3,6%	49,3%	0,0%	1,8%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	26	0	24	2	54	1	48	155
	%	16,8%	0,0%	15,5%	1,3%	34,8%	0,6%	31,0%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	16	0	9	3	60	2	15	105
	%	15,2%	0,0%	8,6%	2,9%	57,1%	1,9%	14,3%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	121	28	113	12	260	32	80	646
	%	18,7%	4,3%	17,5%	1,9%	40,2%	5,0%	12,4%	100,0%
Pará	N.Abs	55	0	8	0	97	0	1	161
	%	34,2%	0,0%	5,0%	0,0%	60,2%	0,0%	0,6%	100,0%
Paraíba	N.Abs	68	0	12	0	138	1	2	221
	%	30,8%	0,0%	5,4%	0,0%	62,4%	0,5%	0,9%	100,0%
Paraná	N.Abs	40	6	77	2	181	8	7	321
	%	12,5%	1,9%	24,0%	0,6%	56,4%	2,5%	2,2%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	106	5	5	2	66	3	32	219
	%	48,4%	2,3%	2,3%	0,9%	30,1%	1,4%	14,6%	100,0%
Piauí	N.Abs	56	0	15	0	122	0	5	198
	%	28,3%	0,0%	7,6%	0,0%	61,6%	0,0%	2,5%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	82	50	13	0	115	49	18	327
	%	25,1%	15,3%	4,0%	0,0%	35,2%	15,0%	5,5%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	61	1	3	0	83	0	3	151
	%	40,4%	0,7%	2,0%	0,0%	55,0%	0,0%	2,0%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	35	0	61	2	118	1	41	258
	%	13,6%	0,0%	23,6%	0,8%	45,7%	0,4%	15,9%	100,0%
Rondônia	N.Abs	19	0	5	0	17	0	0	41
	%	46,3%	0,0%	12,2%	0,0%	41,5%	0,0%	0,0%	100,0%
Roraima	N.Abs	3	0	0	0	6	0	4	13
	%	23,1%	0,0%	0,0%	0,0%	46,2%	0,0%	30,8%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	17	0	21	0	64	0	1	103
	%	16,5%	0,0%	20,4%	0,0%	62,1%	0,0%	1,0%	100,0%
São Paulo	N.Abs	35	0	169	1	285	17	157	664
	%	5,3%	0,0%	25,5%	0,2%	42,9%	2,6%	23,6%	100,0%
Sergipe	N.Abs	36	0	10	3	33	3	10	95
	%	37,9%	0,0%	10,5%	3,2%	34,7%	3,2%	10,5%	100,0%
Tocantins	N.Abs	26	0	11	0	41	0	4	82
	%	31,7%	0,0%	13,4%	0,0%	50,0%	0,0%	4,9%	100,0%
Total	N.Abs	1.272	107	654	57	2.366	135	483	5.074
	%	25,1%	2,1%	12,9%	1,1%	46,6%	2,7%	9,5%	100,0

Tabela A4 - Número e percentual de CRAS, por ano de implantação, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Período de implantação			Total
		Até 2002	De 2003 a 2006	2007 e 2008	
Acre	N.Abs	0	17	9	26
	%	0,0%	65,4%	34,6%	100,0%
Alagoas	N.Abs	0	70	36	106
	%	0,0%	66,0%	34,0%	100,0%
Amapá	N.Abs	1	9	1	11
	%	9,1%	81,8%	9,1%	100,0%
Amazonas	N.Abs	2	45	22	69
	%	2,9%	65,2%	31,9%	100,0%
Bahia	N.Abs	1	210	164	375
	%	0,3%	56,0%	43,7%	100,0%
Ceará	N.Abs	1	204	44	249
	%	0,4%	81,9%	17,7%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	0	14	5	19
	%	0,0%	73,7%	26,3%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	0	67	26	93
	%	0,0%	72,0%	28,0%	100,0%
Goiás	N.Abs	3	78	62	143
	%	2,1%	54,5%	43,4%	100,0%
Maranhão	N.Abs	0	146	77	223
	%	0,0%	65,5%	34,5%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	2	65	88	155
	%	1,3%	41,9%	56,8%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	0	79	26	105
	%	0,0%	75,2%	24,8%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	12	353	281	646
	%	1,9%	54,6%	43,5%	100,0%
Pará	N.Abs	0	82	79	161
	%	0,0%	50,9%	49,1%	100,0%
Paraíba	N.Abs	0	134	87	221
	%	0,0%	60,6%	39,4%	100,0%
Paraná	N.Abs	13	168	140	321
	%	4,0%	52,3%	43,6%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	1	196	22	219
	%	0,5%	89,5%	10,0%	100,0%
Piauí	N.Abs	0	86	112	198
	%	0,0%	43,4%	56,6%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	70	197	60	327
	%	21,4%	60,2%	18,3%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	0	82	69	151
	%	0,0%	54,3%	45,7%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	1	150	107	258
	%	0,4%	58,1%	41,5%	100,0%
Rondônia	N.Abs	1	26	14	41
	%	2,4%	63,4%	34,1%	100,0%
Roraima	N.Abs	0	8	5	13
	%	0,0%	61,5%	38,5%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	2	52	49	103
	%	1,9%	50,5%	47,6%	100,0%
São Paulo	N.Abs	15	420	229	664
	%	2,3%	63,3%	34,5%	100,0%
Sergipe	N.Abs	4	61	30	95
	%	4,2%	64,2%	31,6%	100,0%
Tocantins	N.Abs	1	27	54	82
	%	1,2%	32,9%	65,9%	100,0%
Total	N.Abs	130	3.046	1.898	5.074
	%	2,6%	60,0%	37,4%	100,0

Tabela A5 - Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza o CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação	Situação do imóvel					Total
		Alugado pela Prefeitura Municipal	Cedido para a Prefeitura Municipal	Próprio da Prefeitura Municipal	Outro	
Acre	N.Abs	13	2	11	0	26
	%	50,0%	7,7%	42,3%	0,0%	100,0%
Alagoas	N.Abs	70	2	33	1	106
	%	66,0%	1,9%	31,1%	0,9%	100,0%
Amapá	N.Abs	2	6	3	0	11
	%	18,2%	54,5%	27,3%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	21	5	42	1	69
	%	30,4%	7,2%	60,9%	1,4%	100,0%
Bahia	N.Abs	249	18	106	2	375
	%	66,4%	4,8%	28,3%	0,5%	100,0%
Ceará	N.Abs	122	10	117	0	249
	%	49,0%	4,0%	47,0%	0,0%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	3	2	13	1	19
	%	15,8%	10,5%	68,4%	5,3%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	43	6	39	5	93
	%	46,2%	6,5%	41,9%	5,4%	100,0%
Goiás	N.Abs	56	10	76	1	143
	%	39,2%	7,0%	53,1%	0,7%	100,0%
Maranhão	N.Abs	151	13	57	2	223
	%	67,7%	5,8%	25,6%	0,9%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	23	14	116	2	155
	%	14,8%	9,0%	74,8%	1,3%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	30	5	70	0	105
	%	28,6%	4,8%	66,7%	0,0%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	404	28	208	6	646
	%	62,5%	4,3%	32,2%	0,9%	100,0%
Pará	N.Abs	75	8	77	1	161
	%	46,6%	5,0%	47,8%	0,6%	100,0%
Paraíba	N.Abs	136	10	74	1	221
	%	61,5%	4,5%	33,5%	0,5%	100,0%
Paraná	N.Abs	76	25	214	6	321
	%	23,7%	7,8%	66,7%	1,9%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	148	15	54	2	219
	%	67,6%	6,8%	24,7%	0,9%	100,0%
Piauí	N.Abs	100	16	80	2	198
	%	50,5%	8,1%	40,4%	1,0%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	145	43	134	5	327
	%	44,3%	13,1%	41,0%	1,5%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	99	9	43	0	151
	%	65,6%	6,0%	28,5%	0,0%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	68	28	159	3	258
	%	26,4%	10,9%	61,6%	1,2%	100,0%
Rondônia	N.Abs	21	5	15	0	41
	%	51,2%	12,2%	36,6%	0,0%	100,0%
Roraima	N.Abs	3	2	7	1	13
	%	23,1%	15,4%	53,8%	7,7%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	36	12	54	1	103
	%	35,0%	11,7%	52,4%	1,0%	100,0%
São Paulo	N.Abs	266	49	335	14	664
	%	40,1%	7,4%	50,5%	2,1%	100,0%
Sergipe	N.Abs	50	4	39	2	95
	%	52,6%	4,2%	41,1%	2,1%	100,0%
Tocantins	N.Abs	38	2	42	0	82
	%	46,3%	2,4%	51,2%	0,0%	100,0%
Total	N.Abs	2.448	349	2.218	59	5.074
	%	48,2%	6,9%	43,7%	1,2%	100,0%

Tabela A6 - Número e percentual de CRAS, por compartilhamento do imóvel, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Compartilhamento		
		Sim	Não	Total
Acre	N.Abs	12	14	26
	%	46,2%	53,8%	100,0%
Alagoas	N.Abs	18	88	106
	%	17,0%	83,0%	100,0%
Amapá	N.Abs	7	4	11
	%	63,6%	36,4%	100,0%
Amazonas	N.Abs	28	41	69
	%	40,6%	59,4%	100,0%
Bahia	N.Abs	74	301	375
	%	19,7%	80,3%	100,0%
Ceará	N.Abs	78	171	249
	%	31,3%	68,7%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	15	4	19
	%	78,9%	21,1%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	19	74	93
	%	20,4%	79,6%	100,0%
Goiás	N.Abs	83	60	143
	%	58,0%	42,0%	100,0%
Maranhão	N.Abs	38	185	223
	%	17,0%	83,0%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	91	64	155
	%	58,7%	41,3%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	25	80	105
	%	23,8%	76,2%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	271	375	646
	%	42,0%	58,0%	100,0%
Pará	N.Abs	41	120	161
	%	25,5%	74,5%	100,0%
Paraíba	N.Abs	73	148	221
	%	33,0%	67,0%	100,0%
Paraná	N.Abs	109	212	321
	%	34,0%	66,0%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	68	151	219
	%	31,1%	68,9%	100,0%
Piauí	N.Abs	45	153	198
	%	22,7%	77,3%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	112	215	327
	%	34,3%	65,7%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	46	105	151
	%	30,5%	69,5%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	165	93	258
	%	64,0%	36,0%	100,0%
Rondônia	N.Abs	21	20	41
	%	51,2%	48,8%	100,0%
Roraima	N.Abs	4	9	13
	%	30,8%	69,2%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	45	58	103
	%	43,7%	56,3%	100,0%
São Paulo	N.Abs	238	426	664
	%	35,8%	64,2%	100,0%
Sergipe	N.Abs	20	75	95
	%	21,1%	78,9%	100,0%
Tocantins	N.Abs	29	53	82
	%	35,4%	64,6%	100,0%
Total	N.Abs	1.775	3.299	5.074
	%	35,0%	65,0%	100,0%

Tabela A7 - Número e percentual de CRAS, por tipo de compartilhamento do imóvel, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Compartilhamento							Exclusivo para o CRAS	Total
		Compartilhado com Outros	Compartilhado com uma Associação Comunitária e ONG/entidade	Compartilhado com Unidade de Saúde e Escola	Compartilhado com CREAS e outra unidade pública de serviços de Assistência Social	Compartilhado com o Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Tutelar	Compartilhado com outra unidade administrativa (Sede de Prefeitura, Administração Regional, Sub-Prefeitura etc.)	Compartilhado com Secretaria da Assistência Social ou congêneres		
Acre	N.Abs	2	0	0	3	2	0	5	14	26
	%	7,7%	0,0%	0,0%	11,5%	7,7%	0,0%	19,2%	53,8%	100,0%
Alagoas	N.Abs	4	2	0	5	0	0	7	88	106
	%	3,8%	1,9%	0,0%	4,7%	0,0%	0,0%	6,6%	83,0%	100,0%
Amapá	N.Abs	0	0	0	6	0	1	0	4	11
	%	0,0%	0,0%	0,0%	54,5%	0,0%	9,1%	0,0%	36,4%	100,0%
Amazonas	N.Abs	1	0	2	6	2	0	17	41	69
	%	1,4%	0,0%	2,9%	8,7%	2,9%	0,0%	24,6%	59,4%	100,0%
Bahia	N.Abs	13	2	2	16	13	1	27	301	375
	%	3,5%	0,5%	0,5%	4,3%	3,5%	0,3%	7,2%	80,3%	100,0%
Ceará	N.Abs	17	0	2	28	6	0	25	171	249
	%	6,8%	0,0%	0,8%	11,2%	2,4%	0,0%	10,0%	68,7%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	0	0	0	9	0	6	0	4	19
	%	0,0%	0,0%	0,0%	47,4%	0,0%	31,6%	0,0%	21,1%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	5	5	3	0	3	0	3	74	93
	%	5,4%	5,4%	3,2%	0,0%	3,2%	0,0%	3,2%	79,6%	100,0%
Goiás	N.Abs	9	4	5	7	6	2	50	60	143
	%	6,3%	2,8%	3,5%	4,9%	4,2%	1,4%	35,0%	42,0%	100,0%
Maranhão	N.Abs	9	1	2	5	7	1	13	185	223
	%	4,0%	0,4%	0,9%	2,2%	3,1%	0,4%	5,8%	83,0%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	6	0	4	16	6	3	56	64	155
	%	3,9%	0,0%	2,6%	10,3%	3,9%	1,9%	36,1%	41,3%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	8	0	1	3	4	0	9	80	105
	%	7,6%	0,0%	1,0%	2,9%	3,8%	0,0%	8,6%	76,2%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	52	8	8	33	24	11	135	375	646
	%	8,0%	1,2%	1,2%	5,1%	3,7%	1,7%	20,9%	58,0%	100,0%
Pará	N.Abs	7	3	4	17	3	0	7	120	161
	%	4,3%	1,9%	2,5%	10,6%	1,9%	0,0%	4,3%	74,5%	100,0%
Paraíba	N.Abs	14	1	4	16	4	0	34	148	221
	%	6,3%	0,5%	1,8%	7,2%	1,8%	0,0%	15,4%	67,0%	100,0%
Paraná	N.Abs	9	9	2	24	3	7	55	212	321
	%	2,8%	2,8%	0,6%	7,5%	0,9%	2,2%	17,1%	66,0%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	10	1	3	18	4	2	30	151	219
	%	4,6%	0,5%	1,4%	8,2%	1,8%	0,9%	13,7%	68,9%	100,0%
Piauí	N.Abs	5	1	2	10	5	1	21	153	198
	%	2,5%	0,5%	1,0%	5,1%	2,5%	0,5%	10,6%	77,3%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	22	12	21	13	4	13	27	215	327
	%	6,7%	3,7%	6,4%	4,0%	1,2%	4,0%	8,3%	65,7%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	8	1	2	13	4	2	16	105	151
	%	5,3%	0,7%	1,3%	8,6%	2,6%	1,3%	10,6%	69,5%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	17	8	6	20	18	16	80	93	258
	%	6,6%	3,1%	2,3%	7,8%	7,0%	6,2%	31,0%	36,0%	100,0%
Rondônia	N.Abs	3	3	1	8	1	0	5	20	41
	%	7,3%	7,3%	2,4%	19,5%	2,4%	0,0%	12,2%	48,8%	100,0%
Roraima	N.Abs	1	0	0	0	0	0	3	9	13
	%	7,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	23,1%	69,2%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	5	8	5	2	9	0	16	58	103
	%	4,9%	7,8%	4,9%	1,9%	8,7%	0,0%	15,5%	56,3%	100,0%
São Paulo	N.Abs	47	16	17	48	10	32	68	426	664
	%	7,1%	2,4%	2,6%	7,2%	1,5%	4,8%	10,2%	64,2%	100,0%
Sergipe	N.Abs	1	0	3	1	6	0	9	75	95
	%	1,1%	0,0%	3,2%	1,1%	6,3%	0,0%	9,5%	78,9%	100,0%
Tocantins	N.Abs	5	0	2	10	5	0	7	53	82
	%	6,1%	0,0%	2,4%	12,2%	6,1%	0,0%	8,5%	64,6%	100,0%
Total	N.Abs	280	85	101	337	149	98	725	3.299	5.074
	%	5,5%	1,7%	2,0%	6,6%	2,9%	1,9%	14,3%	65,0%	100,0%

Tabela A8 - Número e percentual de CRAS, por total de salas, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Total de salas de atendimento								Total
		0	1	2	3	4	5 a 6	7 a 8	9 ou mais	
Acre	N.Abs	3	5	3	11	2	2	0	0	26
	%	11,5%	19,2%	11,5%	42,3%	7,7%	7,7%	0,0%	0,0%	100,0%
Alagoas	N.Abs	0	16	30	32	17	9	2	0	106
	%	0,0%	15,1%	28,3%	30,2%	16,0%	8,5%	1,9%	0,0%	100,0%
Amapá	N.Abs	0	1	3	5	2	0	0	0	11
	%	0,0%	9,1%	27,3%	45,5%	18,2%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	0	7	9	23	12	13	4	1	69
	%	0,0%	10,1%	13,0%	33,3%	17,4%	18,8%	5,8%	1,4%	100,0%
Bahia	N.Abs	2	39	59	105	92	56	10	12	375
	%	0,5%	10,4%	15,7%	28,0%	24,5%	14,9%	2,7%	3,2%	100,0%
Ceará	N.Abs	0	17	40	70	51	44	18	9	249
	%	0,0%	6,8%	16,1%	28,1%	20,5%	17,7%	7,2%	3,6%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	0	0	2	6	4	4	2	1	19
	%	0,0%	0,0%	10,5%	31,6%	21,1%	21,1%	10,5%	5,3%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	0	5	9	9	17	26	20	7	93
	%	0,0%	5,4%	9,7%	9,7%	18,3%	28,0%	21,5%	7,5%	100,0%
Goiás	N.Abs	1	10	22	41	19	25	12	13	143
	%	0,7%	7,0%	15,4%	28,7%	13,3%	17,5%	8,4%	9,1%	100,0%
Maranhão	N.Abs	1	13	41	77	40	36	10	5	223
	%	0,4%	5,8%	18,4%	34,5%	17,9%	16,1%	4,5%	2,2%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	1	15	23	37	22	32	13	12	155
	%	0,6%	9,7%	14,8%	23,9%	14,2%	20,6%	8,4%	7,7%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	0	13	18	20	19	22	9	4	105
	%	0,0%	12,4%	17,1%	19,0%	18,1%	21,0%	8,6%	3,8%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	3	44	122	151	125	133	51	17	646
	%	0,5%	6,8%	18,9%	23,4%	19,3%	20,6%	7,9%	2,6%	100,0%
Pará	N.Abs	0	20	17	41	32	31	9	11	161
	%	0,0%	12,4%	10,6%	25,5%	19,9%	19,3%	5,6%	6,8%	100,0%
Paraíba	N.Abs	0	23	45	56	44	45	3	5	221
	%	0,0%	10,4%	20,4%	25,3%	19,9%	20,4%	1,4%	2,3%	100,0%
Paraná	N.Abs	2	45	44	63	76	65	13	13	321
	%	0,6%	14,0%	13,7%	19,6%	23,7%	20,2%	4,0%	4,0%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	2	30	37	54	43	34	10	9	219
	%	0,9%	13,7%	16,9%	24,7%	19,6%	15,5%	4,6%	4,1%	100,0%
Piauí	N.Abs	0	13	39	65	39	28	12	2	198
	%	0,0%	6,6%	19,7%	32,8%	19,7%	14,1%	6,1%	1,0%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	0	42	60	87	61	53	15	9	327
	%	0,0%	12,8%	18,3%	26,6%	18,7%	16,2%	4,6%	2,8%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	0	10	26	48	33	23	8	3	151
	%	0,0%	6,6%	17,2%	31,8%	21,9%	15,2%	5,3%	2,0%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	1	22	46	61	34	50	25	19	258
	%	0,4%	8,5%	17,8%	23,6%	13,2%	19,4%	9,7%	7,4%	100,0%
Rondônia	N.Abs	0	3	6	7	12	7	3	3	41
	%	0,0%	7,3%	14,6%	17,1%	29,3%	17,1%	7,3%	7,3%	100,0%
Roraima	N.Abs	0	3	2	3	1	3	0	1	13
	%	0,0%	23,1%	15,4%	23,1%	7,7%	23,1%	0,0%	7,7%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	2	11	11	23	21	21	10	4	103
	%	1,9%	10,7%	10,7%	22,3%	20,4%	20,4%	9,7%	3,9%	100,0%
São Paulo	N.Abs	6	77	137	149	101	129	48	17	664
	%	0,9%	11,6%	20,6%	22,4%	15,2%	19,4%	7,2%	2,6%	100,0%
Sergipe	N.Abs	0	2	19	23	17	22	8	4	95
	%	0,0%	2,1%	20,0%	24,2%	17,9%	23,2%	8,4%	4,2%	100,0%
Tocantins	N.Abs	0	10	22	25	12	9	3	1	82
	%	0,0%	12,2%	26,8%	30,5%	14,6%	11,0%	3,7%	1,2%	100,0%
Total	N.Abs	24	496	892	1.292	948	922	318	182	5.074
	%	0,5%	9,8%	17,6%	25,5%	18,7%	18,2%	6,3%	3,6%	100,0%

Tabela A9 - Número e percentual de salas com capacidade de 15 a 30 pessoas, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Salas com capacidade de 15 a 30 pessoas					Total
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	
Acre	N.Abs	10	15	1	0	0	26
	%	38,5%	57,7%	3,8%	0,0%	0,0%	100,0%
Alagoas	N.Abs	28	58	15	5	0	106
	%	26,4%	54,7%	14,2%	4,7%	0,0%	100,0%
Amapá	N.Abs	8	3	0	0	0	11
	%	72,7%	27,3%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	15	34	11	8	1	69
	%	21,7%	49,3%	15,9%	11,6%	1,4%	100,0%
Bahia	N.Abs	84	197	66	22	6	375
	%	22,4%	52,5%	17,6%	5,9%	1,6%	100,0%
Ceará	N.Abs	59	109	51	22	8	249
	%	23,7%	43,8%	20,5%	8,8%	3,2%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	9	5	4	1	0	19
	%	47,4%	26,3%	21,1%	5,3%	0,0%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	21	34	16	19	3	93
	%	22,6%	36,6%	17,2%	20,4%	3,2%	100,0%
Goiás	N.Abs	43	62	22	13	3	143
	%	30,1%	43,4%	15,4%	9,1%	2,1%	100,0%
Maranhão	N.Abs	52	119	41	10	1	223
	%	23,3%	53,4%	18,4%	4,5%	0,4%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	45	73	21	10	6	155
	%	29,0%	47,1%	13,5%	6,5%	3,9%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	33	42	9	11	10	105
	%	31,4%	40,0%	8,6%	10,5%	9,5%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	177	314	100	44	11	646
	%	27,4%	48,6%	15,5%	6,8%	1,7%	100,0%
Pará	N.Abs	42	70	31	13	5	161
	%	26,1%	43,5%	19,3%	8,1%	3,1%	100,0%
Paraíba	N.Abs	43	128	38	10	2	221
	%	19,5%	57,9%	17,2%	4,5%	0,9%	100,0%
Paraná	N.Abs	101	157	39	19	5	321
	%	31,5%	48,9%	12,1%	5,9%	1,6%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	50	119	35	10	5	219
	%	22,8%	54,3%	16,0%	4,6%	2,3%	100,0%
Piauí	N.Abs	40	120	29	8	1	198
	%	20,2%	60,6%	14,6%	4,0%	0,5%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	113	132	42	32	8	327
	%	34,6%	40,4%	12,8%	9,8%	2,4%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	32	87	22	8	2	151
	%	21,2%	57,6%	14,6%	5,3%	1,3%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	55	121	49	23	10	258
	%	21,3%	46,9%	19,0%	8,9%	3,9%	100,0%
Rondônia	N.Abs	7	20	11	1	2	41
	%	17,1%	48,8%	26,8%	2,4%	4,9%	100,0%
Roraima	N.Abs	6	4	1	1	1	13
	%	46,2%	30,8%	7,7%	7,7%	7,7%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	23	57	18	4	1	103
	%	22,3%	55,3%	17,5%	3,9%	1,0%	100,0%
São Paulo	N.Abs	251	270	83	43	17	664
	%	37,8%	40,7%	12,5%	6,5%	2,6%	100,0%
Sergipe	N.Abs	21	40	19	13	2	95
	%	22,1%	42,1%	20,0%	13,7%	2,1%	100,0%
Tocantins	N.Abs	28	41	8	5	0	82
	%	34,1%	50,0%	9,8%	6,1%	0,0%	100,0%
Total	N.Abs	1.396	2.431	782	355	110	5.074
	%	27,5%	47,9%	15,4%	7,0%	2,2%	100,0%

Tabela A10 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas com capacidade inferior a 15 pessoas, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Salas com capacidade inferior a 15 pessoas					Total
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	
Acre	N.Abs	5	13	5	3	0	26
	%	19,2%	50,0%	19,2%	11,5%	0,0%	100,0%
Alagoas	N.Abs	19	43	35	8	1	106
	%	17,9%	40,6%	33,0%	7,5%	0,9%	100,0%
Amapá	N.Abs	0	2	9	0	0	11
	%	0,0%	18,2%	81,8%	0,0%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	12	29	15	10	3	69
	%	17,4%	42,0%	21,7%	14,5%	4,3%	100,0%
Bahia	N.Abs	56	119	122	70	8	375
	%	14,9%	31,7%	32,5%	18,7%	2,1%	100,0%
Ceará	N.Abs	33	87	83	41	5	249
	%	13,3%	34,9%	33,3%	16,5%	2,0%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	1	1	4	12	1	19
	%	5,3%	5,3%	21,1%	63,2%	5,3%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	6	17	18	41	11	93
	%	6,5%	18,3%	19,4%	44,1%	11,8%	100,0%
Goiás	N.Abs	9	50	36	33	15	143
	%	6,3%	35,0%	25,2%	23,1%	10,5%	100,0%
Maranhão	N.Abs	14	99	62	40	8	223
	%	6,3%	44,4%	27,8%	17,9%	3,6%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	21	51	33	37	13	155
	%	13,5%	32,9%	21,3%	23,9%	8,4%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	27	29	21	28	0	105
	%	25,7%	27,6%	20,0%	26,7%	0,0%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	40	191	186	187	42	646
	%	6,2%	29,6%	28,8%	28,9%	6,5%	100,0%
Pará	N.Abs	23	48	50	27	13	161
	%	14,3%	29,8%	31,1%	16,8%	8,1%	100,0%
Paraíba	N.Abs	20	88	75	34	4	221
	%	9,0%	39,8%	33,9%	15,4%	1,8%	100,0%
Paraná	N.Abs	37	80	78	99	27	321
	%	11,5%	24,9%	24,3%	30,8%	8,4%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	22	88	58	43	8	219
	%	10,0%	40,2%	26,5%	19,6%	3,7%	100,0%
Piauí	N.Abs	14	96	49	37	2	198
	%	7,1%	48,5%	24,7%	18,7%	1,0%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	27	112	106	67	15	327
	%	8,3%	34,3%	32,4%	20,5%	4,6%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	9	47	59	34	2	151
	%	6,0%	31,1%	39,1%	22,5%	1,3%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	31	84	57	61	25	258
	%	12,0%	32,6%	22,1%	23,6%	9,7%	100,0%
Rondônia	N.Abs	3	13	12	9	4	41
	%	7,3%	31,7%	29,3%	22,0%	9,8%	100,0%
Roraima	N.Abs	1	8	2	0	2	13
	%	7,7%	61,5%	15,4%	0,0%	15,4%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	9	23	32	28	11	103
	%	8,7%	22,3%	31,1%	27,2%	10,7%	100,0%
São Paulo	N.Abs	77	187	201	158	41	664
	%	11,6%	28,2%	30,3%	23,8%	6,2%	100,0%
Sergipe	N.Abs	13	29	25	20	8	95
	%	13,7%	30,5%	26,3%	21,1%	8,4%	100,0%
Tocantins	N.Abs	13	33	21	11	4	82
	%	15,9%	40,2%	25,6%	13,4%	4,9%	100,0%
Total	N.Abs	542	1.667	1.454	1.138	273	5.074
	%	10,7%	32,9%	28,7%	22,4%	5,4%	100,0%

Tabela A11 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salões com capacidade superior a 30 pessoas, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Salões com capacidade superior a 30 pessoas				Total
		0	1	2	3 ou mais	
Acre	N.Abs	13	13	0	0	26
	%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Alagoas	N.Abs	57	45	3	1	106
	%	53,8%	42,5%	2,8%	0,9%	100,0%
Amapá	N.Abs	4	7	0	0	11
	%	36,4%	63,6%	0,0%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	23	39	6	1	69
	%	33,3%	56,5%	8,7%	1,4%	100,0%
Bahia	N.Abs	161	176	33	5	375
	%	42,9%	46,9%	8,8%	1,3%	100,0%
Ceará	N.Abs	72	146	24	7	249
	%	28,9%	58,6%	9,6%	2,8%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	8	11	0	0	19
	%	42,1%	57,9%	0,0%	0,0%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	39	44	6	4	93
	%	41,9%	47,3%	6,5%	4,3%	100,0%
Goiás	N.Abs	49	79	10	5	143
	%	34,3%	55,2%	7,0%	3,5%	100,0%
Maranhão	N.Abs	84	117	17	5	223
	%	37,7%	52,5%	7,6%	2,2%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	43	96	10	6	155
	%	27,7%	61,9%	6,5%	3,9%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	37	57	10	1	105
	%	35,2%	54,3%	9,5%	1,0%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	342	260	37	7	646
	%	52,9%	40,2%	5,7%	1,1%	100,0%
Pará	N.Abs	51	92	13	5	161
	%	31,7%	57,1%	8,1%	3,1%	100,0%
Paraíba	N.Abs	85	122	14	0	221
	%	38,5%	55,2%	6,3%	0,0%	100,0%
Paraná	N.Abs	191	117	10	3	321
	%	59,5%	36,4%	3,1%	0,9%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	101	106	9	3	219
	%	46,1%	48,4%	4,1%	1,4%	100,0%
Piauí	N.Abs	53	133	8	4	198
	%	26,8%	67,2%	4,0%	2,0%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	183	126	14	4	327
	%	56,0%	38,5%	4,3%	1,2%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	66	77	5	3	151
	%	43,7%	51,0%	3,3%	2,0%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	107	125	21	5	258
	%	41,5%	48,4%	8,1%	1,9%	100,0%
Rondônia	N.Abs	14	24	3	0	41
	%	34,1%	58,5%	7,3%	0,0%	100,0%
Roraima	N.Abs	3	9	0	1	13
	%	23,1%	69,2%	0,0%	7,7%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	47	52	4	0	103
	%	45,6%	50,5%	3,9%	0,0%	100,0%
São Paulo	N.Abs	335	288	32	9	664
	%	50,5%	43,4%	4,8%	1,4%	100,0%
Sergipe	N.Abs	35	50	6	4	95
	%	36,8%	52,6%	6,3%	4,2%	100,0%
Tocantins	N.Abs	36	43	3	0	82
	%	43,9%	52,4%	3,7%	0,0%	100,0%
Total	N.Abs	2.239	2.454	298	83	5.074
	%	44,1%	48,4%	5,9%	1,6%	100,0%

Tabela A12 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração					Total
		0	1	2	3	4 ou mais	
Acre	N.Abs	2	13	8	3	0	26
	%	7,7%	50,0%	30,8%	11,5%	0,0%	100,0%
Alagoas	N.Abs	26	55	19	6	0	106
	%	24,5%	51,9%	17,9%	5,7%	0,0%	100,0%
Amapá	N.Abs	6	5	0	0	0	11
	%	54,5%	45,5%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	12	27	20	8	2	69
	%	17,4%	39,1%	29,0%	11,6%	2,9%	100,0%
Bahia	N.Abs	73	188	67	42	5	375
	%	19,5%	50,1%	17,9%	11,2%	1,3%	100,0%
Ceará	N.Abs	47	143	42	12	5	249
	%	18,9%	57,4%	16,9%	4,8%	2,0%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	1	5	2	6	5	19
	%	5,3%	26,3%	10,5%	31,6%	26,3%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	15	37	22	12	7	93
	%	16,1%	39,8%	23,7%	12,9%	7,5%	100,0%
Goiás	N.Abs	20	59	36	22	6	143
	%	14,0%	41,3%	25,2%	15,4%	4,2%	100,0%
Maranhão	N.Abs	35	138	31	17	2	223
	%	15,7%	61,9%	13,9%	7,6%	0,9%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	28	66	25	19	17	155
	%	18,1%	42,6%	16,1%	12,3%	11,0%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	18	53	21	9	4	105
	%	17,1%	50,5%	20,0%	8,6%	3,8%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	98	329	129	74	16	646
	%	15,2%	50,9%	20,0%	11,5%	2,5%	100,0%
Pará	N.Abs	19	75	36	24	7	161
	%	11,8%	46,6%	22,4%	14,9%	4,3%	100,0%
Paraíba	N.Abs	28	145	34	13	1	221
	%	12,7%	65,6%	15,4%	5,9%	0,5%	100,0%
Paraná	N.Abs	75	128	65	38	15	321
	%	23,4%	39,9%	20,2%	11,8%	4,7%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	24	131	44	16	4	219
	%	11,0%	59,8%	20,1%	7,3%	1,8%	100,0%
Piauí	N.Abs	14	122	45	16	1	198
	%	7,1%	61,6%	22,7%	8,1%	0,5%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	77	167	54	23	6	327
	%	23,5%	51,1%	16,5%	7,0%	1,8%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	30	92	23	6	0	151
	%	19,9%	60,9%	15,2%	4,0%	0,0%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	40	140	43	27	8	258
	%	15,5%	54,3%	16,7%	10,5%	3,1%	100,0%
Rondônia	N.Abs	2	19	10	7	3	41
	%	4,9%	46,3%	24,4%	17,1%	7,3%	100,0%
Roraima	N.Abs	1	9	2	1	0	13
	%	7,7%	69,2%	15,4%	7,7%	0,0%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	11	56	23	8	5	103
	%	10,7%	54,4%	22,3%	7,8%	4,9%	100,0%
São Paulo	N.Abs	143	316	121	52	32	664
	%	21,5%	47,6%	18,2%	7,8%	4,8%	100,0%
Sergipe	N.Abs	13	51	18	10	3	95
	%	13,7%	53,7%	18,9%	10,5%	3,2%	100,0%
Tocantins	N.Abs	10	41	17	12	2	82
	%	12,2%	50,0%	20,7%	14,6%	2,4%	100,0%
Total	N.Abs	868	2.610	957	483	156	5.074
	%	17,1%	51,4%	18,9%	9,5%	3,1%	100,0%

Tabela A13 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de banheiros, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Banheiros						Total
		0	1	2	3	4	5 ou mais	
Acre	N.Abs	1	13	9	3	0	0	26
	%	3,8%	50,0%	34,6%	11,5%	0,0%	0,0%	100,0%
Alagoas	N.Abs	0	57	35	5	5	4	106
	%	0,0%	53,8%	33,0%	4,7%	4,7%	3,8%	100,0%
Amapá	N.Abs	1	7	2	1	0	0	11
	%	9,1%	63,6%	18,2%	9,1%	0,0%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	2	13	32	12	4	6	69
	%	2,9%	18,8%	46,4%	17,4%	5,8%	8,7%	100,0%
Bahia	N.Abs	0	144	166	41	16	8	375
	%	0,0%	38,4%	44,3%	10,9%	4,3%	2,1%	100,0%
Ceará	N.Abs	0	56	104	48	23	18	249
	%	0,0%	22,5%	41,8%	19,3%	9,2%	7,2%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	0	1	5	2	3	8	19
	%	0,0%	5,3%	26,3%	10,5%	15,8%	42,1%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	0	15	29	13	25	11	93
	%	0,0%	16,1%	31,2%	14,0%	26,9%	11,8%	100,0%
Goiás	N.Abs	1	37	61	19	12	13	143
	%	0,7%	25,9%	42,7%	13,3%	8,4%	9,1%	100,0%
Maranhão	N.Abs	2	107	76	24	11	3	223
	%	0,9%	48,0%	34,1%	10,8%	4,9%	1,3%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	1	14	83	23	22	12	155
	%	0,6%	9,0%	53,5%	14,8%	14,2%	7,7%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	0	14	42	25	13	11	105
	%	0,0%	13,3%	40,0%	23,8%	12,4%	10,5%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	2	216	268	95	41	24	646
	%	0,3%	33,4%	41,5%	14,7%	6,3%	3,7%	100,0%
Pará	N.Abs	0	49	69	16	11	16	161
	%	0,0%	30,4%	42,9%	9,9%	6,8%	9,9%	100,0%
Paraíba	N.Abs	1	103	85	19	7	6	221
	%	0,5%	46,6%	38,5%	8,6%	3,2%	2,7%	100,0%
Paraná	N.Abs	5	57	136	61	33	29	321
	%	1,6%	17,8%	42,4%	19,0%	10,3%	9,0%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	2	96	82	23	13	3	219
	%	0,9%	43,8%	37,4%	10,5%	5,9%	1,4%	100,0%
Piauí	N.Abs	1	84	79	20	9	5	198
	%	0,5%	42,4%	39,9%	10,1%	4,5%	2,5%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	3	85	138	54	21	26	327
	%	0,9%	26,0%	42,2%	16,5%	6,4%	8,0%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	0	68	59	16	6	2	151
	%	0,0%	45,0%	39,1%	10,6%	4,0%	1,3%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	2	74	92	41	29	20	258
	%	0,8%	28,7%	35,7%	15,9%	11,2%	7,8%	100,0%
Rondônia	N.Abs	0	13	21	5	1	1	41
	%	0,0%	31,7%	51,2%	12,2%	2,4%	2,4%	100,0%
Roraima	N.Abs	1	5	6	0	0	1	13
	%	7,7%	38,5%	46,2%	0,0%	0,0%	7,7%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	0	22	56	15	6	4	103
	%	0,0%	21,4%	54,4%	14,6%	5,8%	3,9%	100,0%
São Paulo	N.Abs	14	120	229	148	77	76	664
	%	2,1%	18,1%	34,5%	22,3%	11,6%	11,4%	100,0%
Sergipe	N.Abs	0	32	34	12	9	8	95
	%	0,0%	33,7%	35,8%	12,6%	9,5%	8,4%	100,0%
Tocantins	N.Abs	1	27	34	15	2	3	82
	%	1,2%	32,9%	41,5%	18,3%	2,4%	3,7%	100,0%
Total	N.Abs	40	1.529	2.032	756	399	318	5.074
	%	0,8%	30,1%	40,0%	14,9%	7,9%	6,3%	100,0%

Tabela A14 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de computadores, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Quantidade de computadores								Total
		0	1	2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	9 a 10	11 ou mais	
Acre	N.Abs	0	18	5	1	1	0	0	1	26
	%	0,0%	69,2%	19,2%	3,8%	3,8%	0,0%	0,0%	3,8%	100,0%
Alagoas	N.Abs	4	77	4	8	0	0	0	0	93
	%	4,3%	82,8%	4,3%	8,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Amapá	N.Abs	0	10	1	0	0	0	0	0	11
	%	0,0%	90,9%	9,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	0	26	25	13	1	2	0	1	68
	%	0,0%	38,2%	36,8%	19,1%	1,5%	2,9%	0,0%	1,5%	100,0%
Bahia	N.Abs	5	236	67	33	12	4	4	3	364
	%	1,4%	64,8%	18,4%	9,1%	3,3%	1,1%	1,1%	0,8%	100,0%
Ceará	N.Abs	1	147	39	18	10	2	2	12	231
	%	0,4%	63,6%	16,9%	7,8%	4,3%	0,9%	0,9%	5,2%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	0	0	2	1	5	9	2	0	19
	%	0,0%	0,0%	10,5%	5,3%	26,3%	47,4%	10,5%	0,0%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	3	21	16	13	9	3	9	16	90
	%	3,3%	23,3%	17,8%	14,4%	10,0%	3,3%	10,0%	17,8%	100,0%
Goiás	N.Abs	3	59	31	26	10	3	2	6	140
	%	2,1%	42,1%	22,1%	18,6%	7,1%	2,1%	1,4%	4,3%	100,0%
Maranhão	N.Abs	4	166	29	8	3	1	2	2	215
	%	1,9%	77,2%	13,5%	3,7%	1,4%	0,5%	0,9%	0,9%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	0	27	35	57	21	4	5	5	154
	%	0,0%	17,5%	22,7%	37,0%	13,6%	2,6%	3,2%	3,2%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	0	29	27	23	9	1	2	14	105
	%	0,0%	27,6%	25,7%	21,9%	8,6%	1,0%	1,9%	13,3%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	5	236	201	136	26	7	5	14	630
	%	0,8%	37,5%	31,9%	21,6%	4,1%	1,1%	0,8%	2,2%	100,0%
Pará	N.Abs	2	95	31	19	4	1	1	2	155
	%	1,3%	61,3%	20,0%	12,3%	2,6%	0,6%	0,6%	1,3%	100,0%
Paraíba	N.Abs	2	150	21	20	2	2	1	0	198
	%	1,0%	75,8%	10,6%	10,1%	1,0%	1,0%	0,5%	0,0%	100,0%
Paraná	N.Abs	0	56	74	116	46	11	4	12	319
	%	0,0%	17,6%	23,2%	36,4%	14,4%	3,4%	1,3%	3,8%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	1	138	34	24	3	1	4	7	212
	%	0,5%	65,1%	16,0%	11,3%	1,4%	0,5%	1,9%	3,3%	100,0%
Piauí	N.Abs	2	120	40	17	4	0	0	2	185
	%	1,1%	64,9%	21,6%	9,2%	2,2%	0,0%	0,0%	1,1%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	3	182	55	38	12	4	4	8	306
	%	1,0%	59,5%	18,0%	12,4%	3,9%	1,3%	1,3%	2,6%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	1	111	17	4	3	0	0	2	138
	%	0,7%	80,4%	12,3%	2,9%	2,2%	0,0%	0,0%	1,4%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	1	72	61	64	19	8	8	11	244
	%	0,4%	29,5%	25,0%	26,2%	7,8%	3,3%	3,3%	4,5%	100,0%
Rondônia	N.Abs	0	24	8	4	2	3	0	0	41
	%	0,0%	58,5%	19,5%	9,8%	4,9%	7,3%	0,0%	0,0%	100,0%
Roraima	N.Abs	1	8	2	1	0	0	0	0	12
	%	8,3%	66,7%	16,7%	8,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	0	27	29	30	3	6	4	2	101
	%	0,0%	26,7%	28,7%	29,7%	3,0%	5,9%	4,0%	2,0%	100,0%
São Paulo	N.Abs	7	229	212	120	37	13	11	29	658
	%	1,1%	34,8%	32,2%	18,2%	5,6%	2,0%	1,7%	4,4%	100,0%
Sergipe	N.Abs	0	43	19	16	6	5	1	1	91
	%	0,0%	47,3%	20,9%	17,6%	6,6%	5,5%	1,1%	1,1%	100,0%
Tocantins	N.Abs	1	53	14	3	1	2	2	0	76
	%	1,3%	69,7%	18,4%	3,9%	1,3%	2,6%	2,6%	0,0%	100,0%
Total	N.Abs	46	2.360	1.099	813	249	92	73	150	4.882
	%	0,9%	48,3%	22,5%	16,7%	5,1%	1,9%	1,5%	3,1%	100,0%

Tabela A15 - Número e percentual de CRAS, por existência de ambientes, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Total de CRAS	Recepção	Cozinha	Almoxarifado	Espaço externo no CRAS para atividades de convívio
Acre	N.Abs	26	24	23	12	15
	%		92,3%	88,5%	46,2%	57,7%
Alagoas	N.Abs	106	103	97	56	47
	%		97,2%	91,5%	52,8%	44,3%
Amapá	N.Abs	11	9	8	4	9
	%		81,8%	72,7%	36,4%	81,8%
Amazonas	N.Abs	69	62	61	37	42
	%		89,9%	88,4%	53,6%	60,9%
Bahia	N.Abs	375	366	349	248	238
	%		97,6%	93,1%	66,1%	63,5%
Ceará	N.Abs	249	232	237	177	153
	%		93,2%	95,2%	71,1%	61,4%
Distrito Federal	N.Abs	19	17	16	13	10
	%		89,5%	84,2%	68,4%	52,6%
Espírito Santo	N.Abs	93	89	90	60	50
	%		95,7%	96,8%	64,5%	53,8%
Goiás	N.Abs	143	130	125	102	112
	%		90,9%	87,4%	71,3%	78,3%
Maranhão	N.Abs	223	216	212	135	143
	%		96,9%	95,1%	60,5%	64,1%
Mato Grosso	N.Abs	155	138	151	107	108
	%		89,0%	97,4%	69,0%	69,7%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	105	85	100	63	69
	%		81,0%	95,2%	60,0%	65,7%
Minas Gerais	N.Abs	646	623	614	366	461
	%		96,4%	95,0%	56,7%	71,4%
Pará	N.Abs	161	152	157	95	121
	%		94,4%	97,5%	59,0%	75,2%
Paraíba	N.Abs	221	211	213	144	120
	%		95,5%	96,4%	65,2%	54,3%
Paraná	N.Abs	321	308	291	228	162
	%		96,0%	90,7%	71,0%	50,5%
Pernambuco	N.Abs	219	212	196	120	113
	%		96,8%	89,5%	54,8%	51,6%
Piauí	N.Abs	198	192	189	105	120
	%		97,0%	95,5%	53,0%	60,6%
Rio de Janeiro	N.Abs	327	302	293	213	224
	%		92,4%	89,6%	65,1%	68,5%
Rio Grande do Norte	N.Abs	151	147	147	77	96
	%		97,4%	97,4%	51,0%	63,6%
Rio Grande do Sul	N.Abs	258	239	241	187	157
	%		92,6%	93,4%	72,5%	60,9%
Rondônia	N.Abs	41	40	39	27	31
	%		97,6%	95,1%	65,9%	75,6%
Roraima	N.Abs	13	9	11	4	9
	%		69,2%	84,6%	30,8%	69,2%
Santa Catarina	N.Abs	103	96	95	76	56
	%		93,2%	92,2%	73,8%	54,4%
São Paulo	N.Abs	664	632	599	386	418
	%		95,2%	90,2%	58,1%	63,0%
Sergipe	N.Abs	95	88	88	67	46
	%		92,6%	92,6%	70,5%	48,4%
Tocantins	N.Abs	82	71	79	41	57
	%		86,6%	96,3%	50,0%	69,5%
Total	N.Abs	5.074	4.793	4.721	3.150	3.187
	%		94,5%	93,0%	62,1%	62,8%

Tabela A16 - Indicador de equipamentos existentes nos CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação	Indicador* equipamentos	
	Medida	Desvio padrão
Acre	0,56	0,15
Alagoas	0,51	0,20
Amapá	0,36	0,10
Amazonas	0,59	0,18
Bahia	0,62	0,20
Ceará	0,64	0,18
Distrito Federal	0,79	0,14
Espírito Santo	0,64	0,20
Goiás	0,65	0,18
Maranhão	0,57	0,19
Mato Grosso	0,72	0,17
Mato Grosso do Sul	0,69	0,13
Minas Gerais	0,66	0,18
Pará	0,58	0,18
Paraíba	0,57	0,19
Paraná	0,70	0,15
Pernambuco	0,58	0,17
Piauí	0,64	0,19
Rio de Janeiro	0,57	0,21
Rio Grande do Norte	0,60	0,19
Rio Grande do Sul	0,74	0,18
Rondônia	0,69	0,15
Roraima	0,51	0,29
Santa Catarina	0,71	0,16
São Paulo	0,67	0,17
Sergipe	0,65	0,17
Tocantins	0,52	0,20
Total	0,64	0,19

* Média ponderada da existência de equipamentos no CRAS.

Tabela A17 - Mediana de computadores existentes nos CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação	Quantidade de computadores	
	Mediana	N.Abs
Acre	1	48
Alagoas	1	111
Amapá	1	12
Amazonas	2	153
Bahia	1	651
Ceará	1	521
Distrito Federal	8	126
Espírito Santo	3	519
Goiás	2	380
Maranhão	1	323
Mato Grosso	3	562
Mato Grosso do Sul	2	454
Minas Gerais	2	1.513
Pará	1	302
Paraíba	1	295
Paraná	3	1.196
Pernambuco	1	466
Piauí	1	298
Rio de Janeiro	1	667
Rio Grande do Norte	1	197
Rio Grande do Sul	2	811
Rondônia	1	85
Roraima	1	16
Santa Catarina	2	310
São Paulo	2	1.849
Sergipe	2	239
Tocantins	1	129
Total	2	12.233

Tabela A18 - Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Placa de identificação			Total
		Sim conforme o modelo padronizado pelo MDS	Sim com outro modelo	Não possui	
Acre	N.Abs	10	12	4	26
	%	38,5%	46,2%	15,4%	100,0%
Alagoas	N.Abs	59	32	15	106
	%	55,7%	30,2%	14,2%	100,0%
Amapá	N.Abs	9	0	2	11
	%	81,8%	0,0%	18,2%	100,0%
Amazonas	N.Abs	35	23	11	69
	%	50,7%	33,3%	15,9%	100,0%
Bahia	N.Abs	221	121	33	375
	%	58,9%	32,3%	8,8%	100,0%
Ceará	N.Abs	108	98	43	249
	%	43,4%	39,4%	17,3%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	15	4	0	19
	%	78,9%	21,1%	0,0%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	30	55	8	93
	%	32,3%	59,1%	8,6%	100,0%
Goiás	N.Abs	59	59	25	143
	%	41,3%	41,3%	17,5%	100,0%
Maranhão	N.Abs	143	68	12	223
	%	64,1%	30,5%	5,4%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	89	56	10	155
	%	57,4%	36,1%	6,5%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	62	33	10	105
	%	59,0%	31,4%	9,5%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	258	282	106	646
	%	39,9%	43,7%	16,4%	100,0%
Pará	N.Abs	84	66	11	161
	%	52,2%	41,0%	6,8%	100,0%
Paraíba	N.Abs	120	91	10	221
	%	54,3%	41,2%	4,5%	100,0%
Paraná	N.Abs	110	159	52	321
	%	34,3%	49,5%	16,2%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	98	101	20	219
	%	44,7%	46,1%	9,1%	100,0%
Piauí	N.Abs	114	67	17	198
	%	57,6%	33,8%	8,6%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	120	157	50	327
	%	36,7%	48,0%	15,3%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	101	39	11	151
	%	66,9%	25,8%	7,3%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	95	107	56	258
	%	36,8%	41,5%	21,7%	100,0%
Rondônia	N.Abs	33	4	4	41
	%	80,5%	9,8%	9,8%	100,0%
Roraima	N.Abs	5	4	4	13
	%	38,5%	30,8%	30,8%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	59	29	15	103
	%	57,3%	28,2%	14,6%	100,0%
São Paulo	N.Abs	298	279	87	664
	%	44,9%	42,0%	13,1%	100,0%
Sergipe	N.Abs	45	39	11	95
	%	47,4%	41,1%	11,6%	100,0%
Tocantins	N.Abs	51	25	6	82
	%	62,2%	30,5%	7,3%	100,0%
Total	N.Abs	2.431	2.010	633	5.074
	%	47,9%	39,6%	12,5%	100,0%

Tabela A19 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de dias na semana de funcionamento, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Dias na semana que o CRAS funciona				Total
		Até 4 dias	5 dias	6 dias	7 dias	
Rondônia	N.Abs	1	40	0	0	41
	%	2,4%	97,6%	0,0%	0,0%	100,0%
Acre	N.Abs	0	26	0	0	26
	%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	0	68	1	0	69
	%	0,0%	98,6%	1,4%	0,0%	100,0%
Roraima	N.Abs	1	12	0	0	13
	%	7,7%	92,3%	0,0%	0,0%	100,0%
Pará	N.Abs	0	149	12	0	161
	%	0,0%	92,5%	7,5%	0,0%	100,0%
Amapá	N.Abs	1	10	0	0	11
	%	9,1%	90,9%	0,0%	0,0%	100,0%
Tocantins	N.Abs	0	80	1	1	82
	%	0,0%	97,6%	1,2%	1,2%	100,0%
Maranhão	N.Abs	2	215	4	2	223
	%	0,9%	96,4%	1,8%	0,9%	100,0%
Piauí	N.Abs	1	185	6	6	198
	%	0,5%	93,4%	3,0%	3,0%	100,0%
Ceará	N.Abs	1	240	6	2	249
	%	0,4%	96,4%	2,4%	0,8%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	6	145	0	0	151
	%	4,0%	96,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Paraíba	N.Abs	1	217	3	0	221
	%	0,5%	98,2%	1,4%	0,0%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	2	213	4	0	219
	%	0,9%	97,3%	1,8%	0,0%	100,0%
Alagoas	N.Abs	2	103	1	0	106
	%	1,9%	97,2%	0,9%	0,0%	100,0%
Sergipe	N.Abs	0	93	2	0	95
	%	0,0%	97,9%	2,1%	0,0%	100,0%
Bahia	N.Abs	3	364	7	1	375
	%	0,8%	97,1%	1,9%	0,3%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	7	626	12	1	646
	%	1,1%	96,9%	1,9%	0,2%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	0	91	2	0	93
	%	0,0%	97,8%	2,2%	0,0%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	2	324	1	0	327
	%	0,6%	99,1%	0,3%	0,0%	100,0%
São Paulo	N.Abs	6	648	7	3	664
	%	0,9%	97,6%	1,1%	0,5%	100,0%
Paraná	N.Abs	2	306	11	2	321
	%	0,6%	95,3%	3,4%	0,6%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	1	99	3	0	103
	%	1,0%	96,1%	2,9%	0,0%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	11	239	4	4	258
	%	4,3%	92,6%	1,6%	1,6%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	0	102	3	0	105
	%	0,0%	97,1%	2,9%	0,0%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	2	150	2	1	155
	%	1,3%	96,8%	1,3%	0,6%	100,0%
Goiás	N.Abs	1	139	3	0	143
	%	0,7%	97,2%	2,1%	0,0%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	0	19	0	0	19
	%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Total	N.Abs	53	4.903	95	23	5.074
	%	1,0%	96,6%	1,9%	0,5%	100,0%

Tabela A20 - Número e percentual de CRAS, por faixas de horas de funcionamento semanal, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação	Faixas de horas de funcionamento semanal dos CRAS						Total
	Até 29 horas	30 a 39 horas	40 horas	41 a 48 horas	mais de 48 horas		
Rondônia	N.Abs	1	7	31	1	1	41
	%	2,4%	17,1%	75,6%	2,4%	2,4%	100,0%
Acre	N.Abs	0	0	25	0	1	26
	%	0,0%	0,0%	96,2%	0,0%	3,8%	100,0%
Amazonas	N.Abs	0	5	47	2	15	69
	%	0,0%	7,2%	68,1%	2,9%	21,7%	100,0%
Roraima	N.Abs	0	1	10	0	2	13
	%	0,0%	7,7%	76,9%	0,0%	15,4%	100,0%
Pará	N.Abs	0	20	93	13	35	161
	%	0,0%	12,4%	57,8%	8,1%	21,7%	100,0%
Amapá	N.Abs	0	1	3	0	7	11
	%	0,0%	9,1%	27,3%	0,0%	63,6%	100,0%
Tocantins	N.Abs	1	15	64	1	1	82
	%	1,2%	18,3%	78,0%	1,2%	1,2%	100,0%
Maranhão	N.Abs	2	19	171	5	26	223
	%	0,9%	8,5%	76,7%	2,2%	11,7%	100,0%
Piauí	N.Abs	1	36	135	6	20	198
	%	0,5%	18,2%	68,2%	3,0%	10,1%	100,0%
Ceará	N.Abs	2	6	211	11	19	249
	%	0,8%	2,4%	84,7%	4,4%	7,6%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	2	15	116	4	14	151
	%	1,3%	9,9%	76,8%	2,6%	9,3%	100,0%
Paraíba	N.Abs	2	13	178	9	19	221
	%	0,9%	5,9%	80,5%	4,1%	8,6%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	2	25	147	16	29	219
	%	0,9%	11,4%	67,1%	7,3%	13,2%	100,0%
Alagoas	N.Abs	0	17	65	13	11	106
	%	0,0%	16,0%	61,3%	12,3%	10,4%	100,0%
Sergipe	N.Abs	0	6	76	6	7	95
	%	0,0%	6,3%	80,0%	6,3%	7,4%	100,0%
Bahia	N.Abs	4	39	272	39	21	375
	%	1,1%	10,4%	72,5%	10,4%	5,6%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	9	67	428	38	104	646
	%	1,4%	10,4%	66,3%	5,9%	16,1%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	1	4	56	14	18	93
	%	1,1%	4,3%	60,2%	15,1%	19,4%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	1	7	244	59	16	327
	%	0,3%	2,1%	74,6%	18,0%	4,9%	100,0%
São Paulo	N.Abs	6	41	445	91	81	664
	%	0,9%	6,2%	67,0%	13,7%	12,2%	100,0%
Paraná	N.Abs	5	33	238	21	24	321
	%	1,6%	10,3%	74,1%	6,5%	7,5%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	1	7	81	5	9	103
	%	1,0%	6,8%	78,6%	4,9%	8,7%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	8	39	187	9	15	258
	%	3,1%	15,1%	72,5%	3,5%	5,8%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	0	9	83	4	9	105
	%	0,0%	8,6%	79,0%	3,8%	8,6%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	1	14	127	3	10	155
	%	0,6%	9,0%	81,9%	1,9%	6,5%	100,0%
Goiás	N.Abs	3	10	96	10	24	143
	%	2,1%	7,0%	67,1%	7,0%	16,8%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	0	0	19	0	0	19
	%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Total	N.Abs	52	456	3.648	380	538	5.074
	%	1,0%	9,0%	71,9%	7,5%	10,6%	100,0%

Tabela A21 - Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Total de CRAS	Programa de Atenção Integral a Família	Serviços desenvolvidos no CRAS						
				Projovem Adolescente (apenas quando executado no espaço do próprio CRAS)	Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças de 0 a 6 anos	Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 15 a 17 anos (exceto Projovem)	Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 18 a 29 anos	Serviços de capacitação e inclusão produtiva	Serviços de Convivência (socioeducativo) para Idosos
Acre	N.Abs	26	26	7	8	9	14	1	20	20
	%		100,0%	26,9%	30,8%	34,6%	53,8%	3,8%	76,9%	76,9%
Alagoas	N.Abs	106	100	40	27	67	48	32	94	85
	%		94,3%	37,7%	25,5%	63,2%	45,3%	30,2%	88,7%	80,2%
Amapá	N.Abs	11	11	2	0	2	0	0	11	1
	%		100,0%	18,2%	0,0%	18,2%	0,0%	0,0%	100,0%	9,1%
Amazonas	N.Abs	69	67	34	23	43	35	19	48	52
	%		97,1%	49,3%	33,3%	62,3%	50,7%	27,5%	69,6%	75,4%
Bahia	N.Abs	375	363	164	90	228	165	104	294	249
	%		96,8%	43,7%	24,0%	60,8%	44,0%	27,7%	78,4%	66,4%
Ceará	N.Abs	249	238	125	101	153	108	71	228	199
	%		95,6%	50,2%	40,6%	61,4%	43,4%	28,5%	91,6%	79,9%
Distrito Federal	N.Abs	19	19	10	18	18	17	0	4	19
	%		100,0%	52,6%	94,7%	94,7%	89,5%	0,0%	21,1%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	93	89	31	27	45	27	28	81	53
	%		95,7%	33,3%	29,0%	48,4%	29,0%	30,1%	87,1%	57,0%
Goiás	N.Abs	143	122	51	34	81	72	32	116	119
	%		85,3%	35,7%	23,8%	56,6%	50,3%	22,4%	81,1%	83,2%
Maranhão	N.Abs	223	219	96	94	103	99	48	199	177
	%		98,2%	43,0%	42,2%	46,2%	44,4%	21,5%	89,2%	79,4%
Mato Grosso	N.Abs	155	105	60	69	84	44	27	130	120
	%		67,7%	38,7%	44,5%	54,2%	28,4%	17,4%	83,9%	77,4%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	105	101	59	36	57	34	21	94	68
	%		96,2%	56,2%	34,3%	54,3%	32,4%	20,0%	89,5%	64,8%
Minas Gerais	N.Abs	646	566	208	214	413	328	226	473	401
	%		87,6%	32,2%	33,1%	63,9%	50,8%	35,0%	73,2%	62,1%
Pará	N.Abs	161	158	85	63	101	78	48	128	114
	%		98,1%	52,8%	39,1%	62,7%	48,4%	29,8%	79,5%	70,8%
Paraíba	N.Abs	221	215	93	87	141	113	71	197	191
	%		97,3%	42,1%	39,4%	63,8%	51,1%	32,1%	89,1%	86,4%
Paraná	N.Abs	321	261	97	48	147	119	78	239	172
	%		81,3%	30,2%	15,0%	45,8%	37,1%	24,3%	74,5%	53,6%
Pernambuco	N.Abs	219	204	73	47	86	86	51	173	149
	%		93,2%	33,3%	21,5%	39,3%	39,3%	23,3%	79,0%	68,0%
Piauí	N.Abs	198	188	91	89	116	99	45	174	176
	%		94,9%	46,0%	44,9%	58,6%	50,0%	22,7%	87,9%	88,9%
Rio de Janeiro	N.Abs	327	308	97	112	216	178	100	256	188
	%		94,2%	29,7%	34,3%	66,1%	54,4%	30,6%	78,3%	57,5%
Rio Grande do Norte	N.Abs	151	150	63	59	108	77	53	127	103
	%		99,3%	41,7%	39,1%	71,5%	51,0%	35,1%	84,1%	68,2%
Rio Grande do Sul	N.Abs	258	203	58	89	174	88	23	175	177
	%		78,7%	22,5%	34,5%	67,4%	34,1%	8,9%	67,8%	68,6%
Rondônia	N.Abs	41	39	13	11	18	19	15	38	30
	%		95,1%	31,7%	26,8%	43,9%	46,3%	36,6%	92,7%	73,2%
Roraima	N.Abs	13	13	7	5	6	6	3	8	5
	%		100,0%	53,8%	38,5%	46,2%	46,2%	23,1%	61,5%	38,5%
Santa Catarina	N.Abs	103	90	20	32	63	43	22	86	68
	%		87,4%	19,4%	31,1%	61,2%	41,7%	21,4%	83,5%	66,0%
São Paulo	N.Abs	664	574	155	137	344	389	262	438	309
	%		86,4%	23,3%	20,6%	51,8%	58,6%	39,5%	66,0%	46,5%
Sergipe	N.Abs	95	88	55	36	55	33	21	88	88
	%		92,6%	57,9%	37,9%	57,9%	34,7%	22,1%	92,6%	92,6%
Tocantins	N.Abs	82	71	28	20	39	33	14	69	70
	%		86,6%	34,1%	24,4%	47,6%	40,2%	17,1%	84,1%	85,4%
Total	N.Abs	5.074	4.588	1.822	1.576	2.917	2.352	1.415	3.988	3.403
	%		90,4%	35,9%	31,1%	57,5%	46,4%	27,9%	78,6%	67,1%

Tabela A22 - Número e percentual de CRAS, por tipo de situações de maior incidência no território de abrangência do CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Total de CRAS	Crianças e adolescentes fora da escola	Crianças em situação de trabalho infantil	Demandas de provisão material (exceto alimentos)	Exploração sexual de crianças e adolescentes	Famílias com descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família	Famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda	Famílias em situação de insegurança alimentar	Indivíduos sem documentação civil	Jovens em situação de vulnerabilidade e risco social	Outras situações de violência no território	Situações de negligência em relação a crianças	Situações de negligência em relação a idosos	Situações de negligência em relação a pessoas com deficiência
Acre	N.Abs	26	5	4	1	6	8	7	12	6	21	2	9	8	1
	%		19,2%	15,4%	3,8%	23,1%	30,8%	26,9%	46,2%	23,1%	80,8%	7,7%	34,6%	30,8%	3,8%
Alagoas	N.Abs	106	24	12	13	7	26	49	58	61	67	26	30	21	10
	%		22,6%	11,3%	12,3%	6,6%	24,5%	46,2%	54,7%	57,5%	63,2%	24,5%	28,3%	19,8%	9,4%
Amapá	N.Abs	11	1	0	3	0	0	9	8	0	10	1	6	4	1
	%		9,1%	0,0%	27,3%	0,0%	0,0%	81,8%	72,7%	0,0%	90,9%	9,1%	54,5%	36,4%	9,1%
Amazonas	N.Abs	69	8	7	11	9	22	28	43	28	43	13	19	25	1
	%		11,6%	10,1%	15,9%	13,0%	31,9%	40,6%	62,3%	40,6%	62,3%	18,8%	27,5%	36,2%	1,4%
Bahia	N.Abs	375	41	58	62	59	107	144	186	117	267	64	131	100	46
	%		10,9%	15,5%	16,5%	15,7%	28,5%	38,4%	49,6%	31,2%	71,2%	17,1%	34,9%	26,7%	12,3%
Ceará	N.Abs	249	34	33	30	26	110	98	129	40	183	32	97	75	18
	%		13,7%	13,3%	12,0%	10,4%	44,2%	39,4%	51,8%	16,1%	73,5%	12,9%	39,0%	30,1%	7,2%
Distrito Federal	N.Abs	19	2	2	4	0	6	18	9	7	14	5	6	0	0
	%		10,5%	10,5%	21,1%	0,0%	31,6%	94,7%	47,4%	36,8%	73,7%	26,3%	31,6%	0,0%	0,0%
Espírito Santo	N.Abs	93	20	10	15	8	40	44	39	32	60	12	41	19	3
	%		21,5%	10,8%	16,1%	8,6%	43,0%	47,3%	41,9%	34,4%	64,5%	12,9%	44,1%	20,4%	3,2%
Goiás	N.Abs	143	19	18	22	35	45	52	65	40	101	19	53	39	19
	%		13,3%	12,6%	15,4%	24,5%	31,5%	36,4%	45,5%	28,0%	70,6%	13,3%	37,1%	27,3%	13,3%
Maranhão	N.Abs	223	33	43	42	46	77	75	74	73	151	35	77	69	22
	%		14,8%	19,3%	18,8%	20,6%	34,5%	33,6%	33,2%	32,7%	67,7%	15,7%	34,5%	30,9%	9,9%
Mato Grosso	N.Abs	155	27	22	33	17	72	69	70	65	73	20	51	28	11
	%		17,4%	14,2%	21,3%	11,0%	46,5%	44,5%	45,2%	41,9%	47,1%	12,9%	32,9%	18,1%	7,1%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	105	16	10	12	9	39	36	70	67	58	13	37	16	5
	%		15,2%	9,5%	11,4%	8,6%	37,1%	34,3%	66,7%	63,8%	55,2%	12,4%	35,2%	15,2%	4,8%
Minas Gerais	N.Abs	646	151	70	141	55	276	221	245	173	422	109	291	188	36
	%		23,4%	10,8%	21,8%	8,5%	42,7%	34,2%	37,9%	26,8%	65,3%	16,9%	45,0%	29,1%	5,6%
Pará	N.Abs	161	29	35	17	24	44	62	66	56	109	31	78	33	9
	%		18,0%	21,7%	10,6%	14,9%	27,3%	38,5%	41,0%	34,8%	67,7%	19,3%	48,4%	20,5%	5,6%
Paraíba	N.Abs	221	56	34	26	38	107	88	74	43	142	34	90	59	11
	%		25,3%	15,4%	11,8%	17,2%	48,4%	39,8%	33,5%	19,5%	64,3%	15,4%	40,7%	26,7%	5,0%
Paraná	N.Abs	321	67	25	68	20	143	100	167	142	204	66	118	74	7
	%		20,9%	7,8%	21,2%	6,2%	44,5%	31,2%	52,0%	44,2%	63,6%	20,6%	36,8%	23,1%	2,2%
Pernambuco	N.Abs	219	27	32	22	23	79	79	98	87	144	46	76	80	24
	%		12,3%	14,6%	10,0%	10,5%	36,1%	36,1%	44,7%	39,7%	65,8%	21,0%	34,7%	36,5%	11,0%
Piauí	N.Abs	198	29	42	23	31	100	100	64	50	128	14	66	73	26
	%		14,6%	21,2%	11,6%	15,7%	50,5%	50,5%	32,3%	25,3%	64,6%	7,1%	33,3%	36,9%	13,1%
Rio de Janeiro	N.Abs	327	39	28	105	8	85	154	189	160	206	71	89	45	9
	%		11,9%	8,6%	32,1%	2,4%	26,0%	47,1%	57,8%	48,9%	63,0%	21,7%	27,2%	13,8%	2,8%
Rio Grande do Norte	N.Abs	151	27	16	9	27	70	60	57	25	109	24	76	43	9
	%		17,9%	10,6%	6,0%	17,9%	46,4%	39,7%	37,7%	16,6%	72,2%	15,9%	50,3%	28,5%	6,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	258	34	40	69	10	81	69	104	79	154	35	142	70	25
	%		13,2%	15,5%	26,7%	3,9%	31,4%	26,7%	40,3%	30,6%	59,7%	13,6%	55,0%	27,1%	9,7%
Rondônia	N.Abs	41	4	8	4	9	18	17	12	6	26	2	19	17	4
	%		9,8%	19,5%	9,8%	22,0%	43,9%	41,5%	29,3%	14,6%	63,4%	4,9%	46,3%	41,5%	9,8%
Roraima	N.Abs	13	2	1	2	6	4	2	8	1	8	3	7	1	0
	%		15,4%	7,7%	15,4%	46,2%	30,8%	15,4%	61,5%	7,7%	61,5%	23,1%	53,8%	7,7%	0,0%
Santa Catarina	N.Abs	103	25	11	18	2	25	46	63	31	54	23	45	21	3
	%		24,3%	10,7%	17,5%	1,9%	24,3%	44,7%	61,2%	30,1%	52,4%	22,3%	43,7%	20,4%	2,9%
São Paulo	N.Abs	664	116	52	121	19	356	228	294	167	509	155	246	112	16
	%		17,5%	7,8%	18,2%	2,9%	53,6%	34,3%	44,3%	25,2%	76,7%	23,3%	37,0%	16,9%	2,4%
Sergipe	N.Abs	95	9	20	14	12	42	47	46	37	54	14	33	20	7
	%		9,5%	21,1%	14,7%	12,6%	44,2%	49,5%	48,4%	38,9%	56,8%	14,7%	34,7%	21,1%	7,4%
Tocantins	N.Abs	82	15	6	9	15	45	33	40	25	39	10	23	24	14
	%		18,3%	7,3%	11,0%	18,3%	54,9%	40,2%	48,8%	30,5%	47,6%	12,2%	28,0%	29,3%	17,1%
Total	N.Abs	5.074	860	639	896	521	2.027	1.935	2.290	1.618	3.356	879	1.956	1.264	337
	%		16,9%	12,6%	17,7%	10,3%	39,9%	38,1%	45,1%	31,9%	66,1%	17,3%	38,5%	24,9%	6,6%

Tabela A23 - Número e percentual de CRAS, por existência de povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Existência de povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS		
		sim	não	Total
Acre	N.Abs	12	14	26
	%	46,2%	53,8%	100,0%
Alagoas	N.Abs	26	80	106
	%	24,5%	75,5%	100,0%
Amapá	N.Abs	4	7	11
	%	36,4%	63,6%	100,0%
Amazonas	N.Abs	54	15	69
	%	78,3%	21,7%	100,0%
Bahia	N.Abs	128	247	375
	%	34,1%	65,9%	100,0%
Ceará	N.Abs	49	200	249
	%	19,7%	80,3%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	0	19	19
	%	0,0%	100,0%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	18	75	93
	%	19,4%	80,6%	100,0%
Goiás	N.Abs	36	107	143
	%	25,2%	74,8%	100,0%
Maranhão	N.Abs	84	139	223
	%	37,7%	62,3%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	54	101	155
	%	34,8%	65,2%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	46	59	105
	%	43,8%	56,2%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	123	523	646
	%	19,0%	81,0%	100,0%
Pará	N.Abs	68	93	161
	%	42,2%	57,8%	100,0%
Paraíba	N.Abs	40	181	221
	%	18,1%	81,9%	100,0%
Paraná	N.Abs	39	282	321
	%	12,1%	87,9%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	54	165	219
	%	24,7%	75,3%	100,0%
Piauí	N.Abs	55	143	198
	%	27,8%	72,2%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	30	297	327
	%	9,2%	90,8%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	40	111	151
	%	26,5%	73,5%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	61	197	258
	%	23,6%	76,4%	100,0%
Rondônia	N.Abs	20	21	41
	%	48,8%	51,2%	100,0%
Roraima	N.Abs	11	2	13
	%	84,6%	15,4%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	15	88	103
	%	14,6%	85,4%	100,0%
São Paulo	N.Abs	76	588	664
	%	11,4%	88,6%	100,0%
Sergipe	N.Abs	29	66	95
	%	30,5%	69,5%	100,0%
Tocantins	N.Abs	26	56	82
	%	31,7%	68,3%	100,0%
Total	N.Abs	1.198	3.876	5.074
	%	23,6%	76,4%	100,0%

Tabela A24 - Número e percentual de CRAS, que possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência e que atendem a pelo menos uma destas comunidades, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação	Atende povos e comunidades tradicionais			Total
		Sim	Não	
Acre	N.Abs	12	0	12
	%	100,0%	0,0%	100,0%
Alagoas	N.Abs	22	4	26
	%	84,6%	15,4%	100,0%
Amapá	N.Abs	4	0	4
	%	100,0%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	53	1	54
	%	98,1%	1,9%	100,0%
Bahia	N.Abs	114	14	128
	%	89,1%	10,9%	100,0%
Ceará	N.Abs	47	2	49
	%	95,9%	4,1%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	0	0	0
	%	0,0%	0,0%	0,0%
Espírito Santo	N.Abs	18	0	18
	%	100,0%	0,0%	100,0%
Goiás	N.Abs	35	1	36
	%	97,2%	2,8%	100,0%
Maranhão	N.Abs	80	4	84
	%	95,2%	4,8%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	52	2	54
	%	96,3%	3,7%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	45	1	46
	%	97,8%	2,2%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	111	12	123
	%	90,2%	9,8%	100,0%
Pará	N.Abs	61	7	68
	%	89,7%	10,3%	100,0%
Paraíba	N.Abs	37	3	40
	%	92,5%	7,5%	100,0%
Paraná	N.Abs	37	2	39
	%	94,9%	5,1%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	50	4	54
	%	92,6%	7,4%	100,0%
Piauí	N.Abs	53	2	55
	%	96,4%	3,6%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	27	3	30
	%	90,0%	10,0%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	38	2	40
	%	95,0%	5,0%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	59	2	61
	%	96,7%	3,3%	100,0%
Rondônia	N.Abs	18	2	20
	%	90,0%	10,0%	100,0%
Roraima	N.Abs	11	0	11
	%	100,0%	0,0%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	13	2	15
	%	86,7%	13,3%	100,0%
São Paulo	N.Abs	62	14	76
	%	81,6%	18,4%	100,0%
Sergipe	N.Abs	27	2	29
	%	93,1%	6,9%	100,0%
Tocantins	N.Abs	21	5	26
	%	80,8%	19,2%	100,0%
Total	N.Abs	1.107	91	1.198
	%	92,4%	7,6%	100,0%

* 3.876 CRAS não possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência.

Tabela A25 - Número e percentual de CRAS, por existência de diagnóstico do território de abrangência, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidade da Federação		sim	não	Total
Acre	N.Abs	13	13	26
	%	50,0%	50,0%	100,0%
Alagoas	N.Abs	73	33	106
	%	68,9%	31,1%	100,0%
Amapá	N.Abs	6	5	11
	%	54,5%	45,5%	100,0%
Amazonas	N.Abs	43	26	69
	%	62,3%	37,7%	100,0%
Bahia	N.Abs	296	79	375
	%	78,9%	21,1%	100,0%
Ceará	N.Abs	187	62	249
	%	75,1%	24,9%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	18	1	19
	%	94,7%	5,3%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	62	31	93
	%	66,7%	33,3%	100,0%
Goiás	N.Abs	96	47	143
	%	67,1%	32,9%	100,0%
Maranhão	N.Abs	167	56	223
	%	74,9%	25,1%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	96	59	155
	%	61,9%	38,1%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	78	27	105
	%	74,3%	25,7%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	408	238	646
	%	63,2%	36,8%	100,0%
Pará	N.Abs	104	57	161
	%	64,6%	35,4%	100,0%
Paraíba	N.Abs	175	46	221
	%	79,2%	20,8%	100,0%
Paraná	N.Abs	215	106	321
	%	67,0%	33,0%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	173	46	219
	%	79,0%	21,0%	100,0%
Piauí	N.Abs	152	46	198
	%	76,8%	23,2%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	198	129	327
	%	60,6%	39,4%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	112	39	151
	%	74,2%	25,8%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	147	111	258
	%	57,0%	43,0%	100,0%
Rondônia	N.Abs	30	11	41
	%	73,2%	26,8%	100,0%
Roraima	N.Abs	6	7	13
	%	46,2%	53,8%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	50	53	103
	%	48,5%	51,5%	100,0%
São Paulo	N.Abs	513	151	664
	%	77,3%	22,7%	100,0%
Sergipe	N.Abs	49	46	95
	%	51,6%	48,4%	100,0%
Tocantins	N.Abs	57	25	82
	%	69,5%	30,5%	100,0%
Total	N.Abs	3.524	1.550	5.074
	%	69,5%	30,5%	100,0%

Tabela A26 - Número e percentual de CRAS, por quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem em seu território de abrangência, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem no território de abrangência do CRAS						Total
		0 a 1.000	1.001 a 2.000	2.001 a 3.000	3.001 a 4.000	4.001 a 5.000	Mais que 5.000	
Acre	N.Abs	4	1	0	0	0	0	5
	%	80,0%	20,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Alagoas	N.Abs	45	7	3	2	1	2	60
	%	75,0%	11,7%	5,0%	3,3%	1,7%	3,3%	100,0%
Amapá	N.Abs	3	0	0	0	0	0	3
	%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	20	8	3	0	0	1	32
	%	62,5%	25,0%	9,4%	0,0%	0,0%	3,1%	100,0%
Bahia	N.Abs	94	34	24	18	12	13	195
	%	48,2%	17,4%	12,3%	9,2%	6,2%	6,7%	100,0%
Ceará	N.Abs	43	26	37	19	23	6	154
	%	27,9%	16,9%	24,0%	12,3%	14,9%	3,9%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	1	3	0	4	1	10	19
	%	5,3%	15,8%	0,0%	21,1%	5,3%	52,6%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	16	7	11	5	1	5	45
	%	35,6%	15,6%	24,4%	11,1%	2,2%	11,1%	100,0%
Goiás	N.Abs	51	14	3	4	4	2	78
	%	65,4%	17,9%	3,8%	5,1%	5,1%	2,6%	100,0%
Maranhão	N.Abs	74	10	13	11	2	5	115
	%	64,3%	8,7%	11,3%	9,6%	1,7%	4,3%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	55	7	4	2	2	5	75
	%	73,3%	9,3%	5,3%	2,7%	2,7%	6,7%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	40	25	7	4	3	1	80
	%	50,0%	31,3%	8,8%	5,0%	3,8%	1,3%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	225	53	32	19	26	16	371
	%	60,6%	14,3%	8,6%	5,1%	7,0%	4,3%	100,0%
Pará	N.Abs	39	6	7	5	6	12	75
	%	52,0%	8,0%	9,3%	6,7%	8,0%	16,0%	100,0%
Paraíba	N.Abs	98	28	8	2	6	4	146
	%	67,1%	19,2%	5,5%	1,4%	4,1%	2,7%	100,0%
Paraná	N.Abs	147	38	21	11	3	9	229
	%	64,2%	16,6%	9,2%	4,8%	1,3%	3,9%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	60	29	21	8	4	13	135
	%	44,4%	21,5%	15,6%	5,9%	3,0%	9,6%	100,0%
Piauí	N.Abs	92	19	6	4	2	1	124
	%	74,2%	15,3%	4,8%	3,2%	1,6%	0,8%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	87	11	10	10	6	37	161
	%	54,0%	6,8%	6,2%	6,2%	3,7%	23,0%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	49	18	8	2	0	6	83
	%	59,0%	21,7%	9,6%	2,4%	0,0%	7,2%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	115	13	10	4	2	10	154
	%	74,7%	8,4%	6,5%	2,6%	1,3%	6,5%	100,0%
Rondônia	N.Abs	18	1	2	2	1	0	24
	%	75,0%	4,2%	8,3%	8,3%	4,2%	0,0%	100,0%
Roraima	N.Abs	1	0	2	0	0	0	3
	%	33,3%	0,0%	66,7%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	44	13	3	1	1	1	63
	%	69,8%	20,6%	4,8%	1,6%	1,6%	1,6%	100,0%
São Paulo	N.Abs	218	74	35	25	38	50	440
	%	49,5%	16,8%	8,0%	5,7%	8,6%	11,4%	100,0%
Sergipe	N.Abs	20	7	8	2	1	5	43
	%	46,5%	16,3%	18,6%	4,7%	2,3%	11,6%	100,0%
Tocantins	N.Abs	32	2	1	2	0	0	37
	%	86,5%	5,4%	2,7%	5,4%	0,0%	0,0%	100,0%
Total	N.Abs	1.691	454	279	166	145	214	2.949
	%	57,3%	15,4%	9,5%	5,6%	4,9%	7,3%	100,0%

Tabela A27 - Número e percentual de CRAS, por existência de relatório mensal de atendimento, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidade da Federação		sim	não	Total
Acre	N.Abs	23	3	26
	%	88,5%	11,5%	100,0%
Alagoas	N.Abs	90	16	106
	%	84,9%	15,1%	100,0%
Amapá	N.Abs	9	2	11
	%	81,8%	18,2%	100,0%
Amazonas	N.Abs	67	2	69
	%	97,1%	2,9%	100,0%
Bahia	N.Abs	305	70	375
	%	81,3%	18,7%	100,0%
Ceará	N.Abs	218	31	249
	%	87,6%	12,4%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	19	0	19
	%	100,0%	0,0%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	68	25	93
	%	73,1%	26,9%	100,0%
Goiás	N.Abs	105	38	143
	%	73,4%	26,6%	100,0%
Maranhão	N.Abs	203	20	223
	%	91,0%	9,0%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	126	29	155
	%	81,3%	18,7%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	86	19	105
	%	81,9%	18,1%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	498	148	646
	%	77,1%	22,9%	100,0%
Pará	N.Abs	141	20	161
	%	87,6%	12,4%	100,0%
Paraíba	N.Abs	178	43	221
	%	80,5%	19,5%	100,0%
Paraná	N.Abs	249	72	321
	%	77,6%	22,4%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	189	30	219
	%	86,3%	13,7%	100,0%
Piauí	N.Abs	164	34	198
	%	82,8%	17,2%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	302	25	327
	%	92,4%	7,6%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	108	43	151
	%	71,5%	28,5%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	160	98	258
	%	62,0%	38,0%	100,0%
Rondônia	N.Abs	35	6	41
	%	85,4%	14,6%	100,0%
Roraima	N.Abs	10	3	13
	%	76,9%	23,1%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	81	22	103
	%	78,6%	21,4%	100,0%
São Paulo	N.Abs	605	59	664
	%	91,1%	8,9%	100,0%
Sergipe	N.Abs	77	18	95
	%	81,1%	18,9%	100,0%
Tocantins	N.Abs	66	16	82
	%	80,5%	19,5%	100,0%
Total	N.Abs	4.182	892	5.074
	%	82,4%	17,6%	100,0%

Tabela A28 - Número e percentual de CRAS, por existência de arquivo de prontuário, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidade da Federação		Sim somente em meio físico (papel)	Sim em meio eletrônico	Não possui	Total
Acre	N.Abs	25	1	0	26
	%	96,2%	3,8%	0,0%	100,0%
Alagoas	N.Abs	95	5	6	106
	%	89,6%	4,7%	5,7%	100,0%
Amapá	N.Abs	11	0	0	11
	%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	59	8	2	69
	%	85,5%	11,6%	2,9%	100,0%
Bahia	N.Abs	353	17	5	375
	%	94,1%	4,5%	1,3%	100,0%
Ceará	N.Abs	235	9	5	249
	%	94,4%	3,6%	2,0%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	19	0	0	19
	%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	83	7	3	93
	%	89,2%	7,5%	3,2%	100,0%
Goiás	N.Abs	104	27	12	143
	%	72,7%	18,9%	8,4%	100,0%
Maranhão	N.Abs	205	12	6	223
	%	91,9%	5,4%	2,7%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	116	27	12	155
	%	74,8%	17,4%	7,7%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	92	13	0	105
	%	87,6%	12,4%	0,0%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	562	67	17	646
	%	87,0%	10,4%	2,6%	100,0%
Pará	N.Abs	143	18	0	161
	%	88,8%	11,2%	0,0%	100,0%
Paraíba	N.Abs	201	13	7	221
	%	91,0%	5,9%	3,2%	100,0%
Paraná	N.Abs	236	76	9	321
	%	73,5%	23,7%	2,8%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	191	25	3	219
	%	87,2%	11,4%	1,4%	100,0%
Piauí	N.Abs	175	20	3	198
	%	88,4%	10,1%	1,5%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	307	20	0	327
	%	93,9%	6,1%	0,0%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	139	6	6	151
	%	92,1%	4,0%	4,0%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	215	23	20	258
	%	83,3%	8,9%	7,8%	100,0%
Rondônia	N.Abs	27	11	3	41
	%	65,9%	26,8%	7,3%	100,0%
Roraima	N.Abs	10	2	1	13
	%	76,9%	15,4%	7,7%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	82	18	3	103
	%	79,6%	17,5%	2,9%	100,0%
São Paulo	N.Abs	556	103	5	664
	%	83,7%	15,5%	0,8%	100,0%
Sergipe	N.Abs	80	8	7	95
	%	84,2%	8,4%	7,4%	100,0%
Tocantins	N.Abs	64	6	12	82
	%	78,0%	7,3%	14,6%	100,0%
Total	N.Abs	4.385	542	147	5.074
	%	86,4%	10,7%	2,9%	100,0%

Tabela 29 - Número e percentual de CRAS, por existência de algum modelo padronizado de prontuário, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidade da Federação		sim	não	Total
Acre	N.Abs	22	4	26
	%	84,6%	15,4%	100,0%
Alagoas	N.Abs	98	8	106
	%	92,5%	7,5%	100,0%
Amapá	N.Abs	9	2	11
	%	81,8%	18,2%	100,0%
Amazonas	N.Abs	62	7	69
	%	89,9%	10,1%	100,0%
Bahia	N.Abs	355	20	375
	%	94,7%	5,3%	100,0%
Ceará	N.Abs	237	12	249
	%	95,2%	4,8%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	18	1	19
	%	94,7%	5,3%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	88	5	93
	%	94,6%	5,4%	100,0%
Goiás	N.Abs	117	26	143
	%	81,8%	18,2%	100,0%
Maranhão	N.Abs	207	16	223
	%	92,8%	7,2%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	125	30	155
	%	80,6%	19,4%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	94	11	105
	%	89,5%	10,5%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	596	50	646
	%	92,3%	7,7%	100,0%
Pará	N.Abs	152	9	161
	%	94,4%	5,6%	100,0%
Paraíba	N.Abs	201	20	221
	%	91,0%	9,0%	100,0%
Paraná	N.Abs	281	40	321
	%	87,5%	12,5%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	211	8	219
	%	96,3%	3,7%	100,0%
Piauí	N.Abs	180	18	198
	%	90,9%	9,1%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	321	6	327
	%	98,2%	1,8%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	141	10	151
	%	93,4%	6,6%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	195	63	258
	%	75,6%	24,4%	100,0%
Rondônia	N.Abs	38	3	41
	%	92,7%	7,3%	100,0%
Roraima	N.Abs	11	2	13
	%	84,6%	15,4%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	89	14	103
	%	86,4%	13,6%	100,0%
São Paulo	N.Abs	638	26	664
	%	96,1%	3,9%	100,0%
Sergipe	N.Abs	81	14	95
	%	85,3%	14,7%	100,0%
Tocantins	N.Abs	67	15	82
	%	81,7%	18,3%	100,0%
Total	N.Abs	4.634	440	5.074
	%	91,3%	8,7%	100,0%

Tabela A30 - Percentual de CRAS que registra informações no prontuário do usuário por tipo de informação, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidade da Federação	Condição de pertencimento a Programas ou Benefícios de transferência de renda	Encaminhamentos intersetoriais	Encaminhamentos para a rede socioassistencial	Entrevista de Acompanhamento familiar	Eventos de violência ou negligência doméstica	Histórico pessoal ou familiar	Inserção em Serviços de Convivência e/ou Socioeducativos	Plano de Acompanhamento familiar	Retorno ou acompanhamento dos encaminhamentos realizados	Visita Domiciliar
Acre	73,1%	57,7%	69,2%	88,5%	65,4%	96,2%	61,5%	30,8%	61,5%	96,2%
Alagoas	84,8%	63,8%	81,0%	82,9%	51,4%	92,4%	74,3%	19,0%	59,0%	86,7%
Amapá	81,8%	63,6%	81,8%	81,8%	54,5%	100,0%	36,4%	45,5%	36,4%	81,8%
Amazonas	79,7%	63,8%	84,1%	91,3%	59,4%	91,3%	69,6%	31,9%	66,7%	92,8%
Bahia	88,3%	72,0%	89,1%	91,5%	67,7%	94,7%	79,2%	27,2%	73,6%	93,3%
Ceará	88,4%	79,1%	85,1%	81,1%	69,1%	94,4%	76,3%	20,1%	61,0%	92,0%
Distrito Federal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	0,0%	31,6%	100,0%
Espírito Santo	90,1%	74,7%	89,0%	87,9%	57,1%	92,3%	76,9%	24,2%	67,0%	92,3%
Goiás	77,4%	59,9%	84,7%	83,9%	40,1%	88,3%	71,5%	34,3%	57,7%	88,3%
Maranhão	85,0%	71,4%	88,2%	87,3%	55,9%	95,9%	72,3%	29,5%	69,5%	92,3%
Mato Grosso	83,8%	60,4%	77,9%	79,2%	43,5%	87,7%	63,0%	21,4%	60,4%	85,1%
Mato Grosso do Sul	96,2%	77,1%	93,3%	88,6%	53,3%	95,2%	81,9%	27,6%	65,7%	97,1%
Minas Gerais	89,5%	75,5%	87,9%	88,7%	61,6%	95,9%	74,5%	33,9%	70,2%	93,6%
Pará	89,4%	64,6%	86,3%	87,6%	59,0%	97,5%	74,5%	43,5%	72,0%	95,0%
Paraíba	82,6%	64,8%	80,4%	86,8%	57,1%	96,3%	74,4%	28,3%	65,8%	88,6%
Paraná	89,6%	69,5%	90,3%	88,7%	56,3%	94,7%	73,6%	31,8%	67,9%	92,8%
Pernambuco	90,0%	76,3%	88,1%	88,6%	53,4%	96,8%	65,3%	24,2%	68,9%	92,2%
Piauí	84,3%	70,1%	87,8%	85,3%	50,8%	93,4%	77,2%	32,5%	68,0%	92,9%
Rio de Janeiro	95,4%	89,3%	96,6%	95,1%	79,2%	99,1%	86,5%	66,7%	79,2%	98,8%
Rio Grande do Norte	87,3%	65,3%	83,3%	84,0%	53,3%	92,7%	70,7%	28,7%	54,0%	85,3%
Rio Grande do Sul	74,2%	65,2%	81,3%	79,3%	57,0%	89,1%	71,5%	32,4%	60,2%	87,9%
Rondônia	82,1%	66,7%	84,6%	84,6%	64,1%	94,9%	74,4%	38,5%	69,2%	92,3%
Roraima	53,8%	46,2%	53,8%	84,6%	53,8%	92,3%	38,5%	53,8%	53,8%	92,3%
Santa Catarina	87,3%	80,4%	93,1%	86,3%	71,6%	93,1%	80,4%	38,2%	75,5%	93,1%
São Paulo	95,5%	85,0%	95,3%	90,8%	70,5%	97,3%	82,0%	38,4%	79,8%	96,2%
Sergipe	86,3%	66,3%	81,1%	78,9%	44,2%	85,3%	72,6%	16,8%	49,5%	84,2%
Tocantins	74,4%	47,6%	63,4%	70,7%	35,4%	78,0%	59,8%	32,9%	54,9%	76,8%
Total	87,9%	73,2%	87,7%	87,2%	60,6%	94,4%	75,4%	33,2%	68,5%	92,3%

* 35 CRAS não mantêm arquivo de prontuário.

Tabela A31 - Número e percentual de CRAS, por existência de sistema informatizado para registro de informações, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidade da Federação		Sim	Não	Total
Acre	N.Abs	9	17	26
	%	34,6%	65,4%	100,0%
Alagoas	N.Abs	30	59	89
	%	33,7%	66,3%	100,0%
Amapá	N.Abs	0	11	11
	%	0,0%	100,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	37	31	68
	%	54,4%	45,6%	100,0%
Bahia	N.Abs	103	256	359
	%	28,7%	71,3%	100,0%
Ceará	N.Abs	64	166	230
	%	27,8%	72,2%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	1	18	19
	%	5,3%	94,7%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	19	68	87
	%	21,8%	78,2%	100,0%
Goiás	N.Abs	64	73	137
	%	46,7%	53,3%	100,0%
Maranhão	N.Abs	61	150	211
	%	28,9%	71,1%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	69	85	154
	%	44,8%	55,2%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	43	62	105
	%	41,0%	59,0%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	242	383	625
	%	38,7%	61,3%	100,0%
Pará	N.Abs	66	87	153
	%	43,1%	56,9%	100,0%
Paraíba	N.Abs	58	138	196
	%	29,6%	70,4%	100,0%
Paraná	N.Abs	118	201	319
	%	37,0%	63,0%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	74	137	211
	%	35,1%	64,9%	100,0%
Piauí	N.Abs	67	116	183
	%	36,6%	63,4%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	91	212	303
	%	30,0%	70,0%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	38	99	137
	%	27,7%	72,3%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	86	157	243
	%	35,4%	64,6%	100,0%
Rondônia	N.Abs	19	22	41
	%	46,3%	53,7%	100,0%
Roraima	N.Abs	5	6	11
	%	45,5%	54,5%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	35	66	101
	%	34,7%	65,3%	100,0%
São Paulo	N.Abs	258	393	651
	%	39,6%	60,4%	100,0%
Sergipe	N.Abs	40	51	91
	%	44,0%	56,0%	100,0%
Tocantins	N.Abs	28	47	75
	%	37,3%	62,7%	100,0%
Total	N.Abs	1.725	3.111	4.836
	%	35,7%	64,3%	100,0%

* As respostas de 238 CRAS foram excluídas deste item por apresentarem inconsistência.

Tabela A32 - Área de formação dos funcionários do CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidade da Federação		Assistente Social	Psicólogo	Pedagogo	Demais nível superior	Profissional de nível médio	Profissional de nível fundamental	Estagiário	Total
Acre	N.Abs	21	20	11	12	56	33	43	196
	%	10,7%	10,2%	5,6%	6,1%	28,6%	16,8%	21,9%	100,0%
Alagoas	N.Abs	177	133	14	14	158	78	14	588
	%	30,1%	22,6%	2,4%	2,4%	26,9%	13,3%	2,4%	100,0%
Amapá	N.Abs	17	18	0	1	16	2	0	54
	%	31,5%	33,3%	0,0%	1,9%	29,6%	3,7%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	108	63	11	40	181	76	37	516
	%	20,9%	12,2%	2,1%	7,8%	35,1%	14,7%	7,2%	100,0%
Bahia	N.Abs	569	432	102	142	707	214	47	2.213
	%	25,7%	19,5%	4,6%	6,4%	31,9%	9,7%	2,1%	100,0%
Ceará	N.Abs	407	265	162	121	729	301	51	2.036
	%	20,0%	13,0%	8,0%	5,9%	35,8%	14,8%	2,5%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	63	23	12	48	176	86	84	492
	%	12,8%	4,7%	2,4%	9,8%	35,8%	17,5%	17,1%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	172	97	19	61	244	119	53	765
	%	22,5%	12,7%	2,5%	8,0%	31,9%	15,6%	6,9%	100,0%
Goiás	N.Abs	184	144	69	103	365	123	11	999
	%	18,4%	14,4%	6,9%	10,3%	36,5%	12,3%	1,1%	100,0%
Maranhão	N.Abs	340	240	51	86	523	201	32	1.473
	%	23,1%	16,3%	3,5%	5,8%	35,5%	13,6%	2,2%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	181	121	50	82	449	160	17	1.060
	%	17,1%	11,4%	4,7%	7,7%	42,4%	15,1%	1,6%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	137	128	50	96	329	125	63	928
	%	14,8%	13,8%	5,4%	10,3%	35,5%	13,5%	6,8%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	907	683	115	388	1.282	403	287	4.065
	%	22,3%	16,8%	2,8%	9,5%	31,5%	9,9%	7,1%	100,0%
Pará	N.Abs	258	172	113	73	570	323	9	1.518
	%	17,0%	11,3%	7,4%	4,8%	37,5%	21,3%	0,6%	100,0%
Paraíba	N.Abs	344	301	42	84	369	163	22	1.325
	%	26,0%	22,7%	3,2%	6,3%	27,8%	12,3%	1,7%	100,0%
Paraná	N.Abs	530	301	107	292	926	211	289	2.656
	%	20,0%	11,3%	4,0%	11,0%	34,9%	7,9%	10,9%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	300	259	59	103	425	118	49	1.313
	%	22,8%	19,7%	4,5%	7,8%	32,4%	9,0%	3,7%	100,0%
Piauí	N.Abs	272	219	54	149	368	125	18	1.205
	%	22,6%	18,2%	4,5%	12,4%	30,5%	10,4%	1,5%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	807	368	90	181	994	380	107	2.927
	%	27,6%	12,6%	3,1%	6,2%	34,0%	13,0%	3,7%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	230	190	45	50	222	115	24	876
	%	26,3%	21,7%	5,1%	5,7%	25,3%	13,1%	2,7%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	397	241	80	214	585	204	195	1.916
	%	20,7%	12,6%	4,2%	11,2%	30,5%	10,6%	10,2%	100,0%
Rondônia	N.Abs	39	40	21	13	43	19	3	178
	%	21,9%	22,5%	11,8%	7,3%	24,2%	10,7%	1,7%	100,0%
Roraima	N.Abs	14	10	2	2	28	11	0	67
	%	20,9%	14,9%	3,0%	3,0%	41,8%	16,42%	0,0%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	177	105	32	58	199	54	39	664
	%	26,7%	15,8%	4,8%	8,7%	30,0%	8,1%	5,9%	100,0%
São Paulo	N.Abs	1.364	672	203	373	1.523	639	550	5.324
	%	25,6%	12,6%	3,8%	7,0%	28,6%	12,0%	10,3%	100,0%
Sergipe	N.Abs	177	106	47	74	255	150	48	857
	%	20,7%	12,4%	5,5%	8,6%	29,8%	17,5%	5,6%	100,0%
Tocantins	N.Abs	78	75	40	38	147	61	9	448
	%	17,4%	16,7%	8,9%	8,5%	32,8%	13,6%	2,0%	100,0%
Total	N.Abs	8.270	5.426	1.601	2.898	11.869	4.494	2.101	36.659
	%	22,6%	14,8%	4,4%	7,9%	32,4%	12,3%	5,7%	100,0%

Tabela A33 - Tipo de vínculo dos funcionários do CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		CLT	Contrato Temporário com a Prefeitura	Estatutários	Sem vínculo permanente	Somente comissionados	Terceirizado de Empresa	Terceirizado de ONG	Terceirizado de Cooperativa	Total
Acre	N.Abs	29	70	15	53	5	23	0	1	196
	%	14,8%	35,7%	7,7%	27,0%	2,6%	11,7%	0,0%	0,5%	100,0%
Alagoas	N.Abs	56	308	150	42	16	2	12	2	588
	%	9,5%	52,4%	25,5%	7,1%	2,7%	0,3%	2,0%	0,3%	100,0%
Amapá	N.Abs	0	45	6	0	3	0	0	0	54
	%	0,0%	83,3%	11,1%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	21	271	95	80	36	11	0	2	516
	%	4,1%	52,5%	18,4%	15,5%	7,0%	2,1%	0,0%	0,4%	100,0%
Bahia	N.Abs	111	1.488	342	112	66	25	0	69	2.213
	%	5,0%	67,2%	15,5%	5,1%	3,0%	1,1%	0,0%	3,1%	100,0%
Ceará	N.Abs	114	969	508	85	83	103	120	54	2.036
	%	5,6%	47,6%	25,0%	4,2%	4,1%	5,1%	5,9%	2,7%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	4	83	270	85	26	23	1	0	492
	%	0,8%	16,9%	54,9%	17,3%	5,3%	4,7%	0,2%	0,0%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	23	304	212	21	107	17	81	0	765
	%	3,0%	39,7%	27,7%	2,7%	14,0%	2,2%	10,6%	0,0%	100,0%
Goiás	N.Abs	28	324	275	105	199	5	59	4	999
	%	2,8%	32,4%	27,5%	10,5%	19,9%	0,5%	5,9%	0,4%	100,0%
Maranhão	N.Abs	41	1.052	202	85	86	5	0	2	1.473
	%	2,8%	71,4%	13,7%	5,8%	5,8%	0,3%	0,0%	0,1%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	26	423	458	40	98	11	0	4	1.060
	%	2,5%	39,9%	43,2%	3,8%	9,2%	1,0%	0,0%	0,4%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	30	286	319	59	76	6	140	12	928
	%	3,2%	30,8%	34,4%	6,4%	8,2%	0,6%	15,1%	1,3%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	233	2.188	914	313	220	41	148	8	4.065
	%	5,7%	53,8%	22,5%	7,7%	5,4%	1,0%	3,6%	0,2%	100,0%
Pará	N.Abs	34	764	481	124	112	2	1	0	1.518
	%	2,2%	50,3%	31,7%	8,2%	7,4%	0,1%	0,1%	0,0%	100,0%
Paraíba	N.Abs	56	883	198	104	84	0	0	0	1.325
	%	4,2%	66,6%	14,9%	7,8%	6,3%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Paraná	N.Abs	136	278	1.285	259	252	274	170	2	2.656
	%	5,1%	10,5%	48,4%	9,8%	9,5%	10,3%	6,4%	0,1%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	29	811	217	124	126	3	0	3	1.313
	%	2,2%	61,8%	16,5%	9,4%	9,6%	0,2%	0,0%	0,2%	100,0%
Piauí	N.Abs	47	612	227	87	167	31	33	1	1.205
	%	3,9%	50,8%	18,8%	7,2%	13,9%	2,6%	2,7%	0,1%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	300	977	816	414	163	34	47	176	2.927
	%	10,2%	33,4%	27,9%	14,1%	5,6%	1,2%	1,6%	6,0%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	20	594	112	62	86	2	0	0	876
	%	2,3%	67,8%	12,8%	7,1%	9,8%	0,2%	0,0%	0,0%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	104	367	754	261	220	93	70	47	1.916
	%	5,4%	19,2%	39,4%	13,6%	11,5%	4,9%	3,7%	2,5%	100,0%
Rondônia	N.Abs	21	26	110	1	20	0	0	0	178
	%	11,8%	14,6%	61,8%	0,6%	11,2%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Roraima	N.Abs	3	27	14	2	21	0	0	0	67
	%	4,5%	40,3%	20,9%	3,0%	31,3%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	90	193	266	32	38	14	31	0	664
	%	13,6%	29,1%	40,1%	4,8%	5,7%	2,1%	4,7%	0,0%	100,0%
São Paulo	N.Abs	1.161	714	1.742	690	366	150	316	185	5.324
	%	21,8%	13,4%	32,7%	13,0%	6,9%	2,8%	5,9%	3,5%	100,0%
Sergipe	N.Abs	139	349	237	29	84	12	6	1	857
	%	16,2%	40,7%	27,7%	3,4%	9,8%	1,4%	0,7%	0,1%	100,0%
Tocantins	N.Abs	7	233	161	16	31	0	0	0	448
	%	1,6%	52,0%	35,9%	3,6%	6,9%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Total	N.Abs	2.863	14.639	10.386	3.285	2.791	887	1.235	573	36.659
	%	7,8%	39,9%	28,3%	9,0%	7,6%	2,4%	3,4%	1,6%	100,0%

Tabela A34 - Função dos funcionários do CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidade da Federação		Administrativa	Coordenador	Estagiário	Serviços Gerais	Técnico de nível médio	Técnico de nível superior	Total
Acre	N.Abs	20	19	41	43	26	47	196
	%	10,2%	9,7%	20,9%	21,9%	13,3%	24,0%	100,0%
Alagoas	N.Abs	95	78	10	86	62	257	588
	%	16,2%	13,3%	1,7%	14,6%	10,5%	43,7%	100,0%
Amapá	N.Abs	6	3	0	5	7	33	54
	%	11,1%	5,6%	0,0%	9,3%	13,0%	61,1%	100,0%
Amazonas	N.Abs	122	56	35	88	68	147	516
	%	23,6%	10,9%	6,8%	17,1%	13,2%	28,5%	100,0%
Bahia	N.Abs	374	298	32	298	290	921	2.213
	%	16,9%	13,5%	1,4%	13,5%	13,1%	41,6%	100,0%
Ceará	N.Abs	378	192	54	420	289	703	2.036
	%	18,6%	9,4%	2,7%	20,6%	14,2%	34,5%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	100	17	84	117	93	81	492
	%	20,3%	3,5%	17,1%	23,8%	18,9%	16,5%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	127	72	46	153	101	266	765
	%	16,6%	9,4%	6,0%	20,0%	13,2%	34,8%	100,0%
Goiás	N.Abs	202	121	3	144	172	357	999
	%	20,2%	12,1%	0,3%	14,4%	17,2%	35,7%	100,0%
Maranhão	N.Abs	268	169	13	273	205	545	1.473
	%	18,2%	11,5%	0,9%	18,5%	13,9%	37,0%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	222	121	12	238	166	301	1.060
	%	20,9%	11,4%	1,1%	22,5%	15,7%	28,4%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	161	81	42	166	173	305	928
	%	17,3%	8,7%	4,5%	17,9%	18,6%	32,9%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	715	488	253	487	607	1.515	4.065
	%	17,6%	12,0%	6,2%	12,0%	14,9%	37,3%	100,0%
Pará	N.Abs	271	140	8	354	280	465	1.518
	%	17,9%	9,2%	0,5%	23,3%	18,4%	30,6%	100,0%
Paraíba	N.Abs	171	146	18	179	197	614	1.325
	%	12,9%	11,0%	1,4%	13,5%	14,9%	46,3%	100,0%
Paraná	N.Abs	383	224	232	347	605	865	2.656
	%	14,4%	8,4%	8,7%	13,1%	22,8%	32,6%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	278	167	39	156	120	553	1.313
	%	21,2%	12,7%	3,0%	11,9%	9,1%	42,1%	100,0%
Piauí	N.Abs	231	175	20	169	120	490	1.205
	%	19,2%	14,5%	1,7%	14,0%	10,0%	40,7%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	538	235	96	357	552	1.149	2.927
	%	18,4%	8,0%	3,3%	12,2%	18,9%	39,3%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	119	116	23	157	50	411	876
	%	13,6%	13,2%	2,6%	17,9%	5,7%	46,9%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	254	200	162	292	309	699	1.916
	%	13,3%	10,4%	8,5%	15,2%	16,1%	36,5%	100,0%
Rondônia	N.Abs	28	26	0	19	15	90	178
	%	15,7%	14,6%	0,0%	10,7%	8,4%	50,6%	100,0%
Roraima	N.Abs	15	10	0	17	5	20	67
	%	22,4%	14,9%	0,0%	25,4%	7,5%	29,9%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	90	81	22	69	129	273	664
	%	13,6%	12,2%	3,3%	10,4%	19,4%	41,1%	100,0%
São Paulo	N.Abs	898	537	472	761	759	1.897	5.324
	%	16,9%	10,1%	8,9%	14,3%	14,3%	35,6%	100,0%
Sergipe	N.Abs	177	87	35	146	142	270	857
	%	20,7%	10,2%	4,1%	17,0%	16,6%	31,5%	100,0%
Tocantins	N.Abs	88	71	2	104	15	168	448
	%	19,6%	15,8%	0,4%	23,2%	3,3%	37,5%	100,0%
Total	N.Abs	6.331	3.930	1.754	5.645	5.557	13.442	36.659
	%	17,3%	10,7%	4,8%	15,4%	15,2%	36,7%	100,0%

Tabela 35 - Número e percentual de coordenadores, por vínculo empregatício, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Coordenadores				Total
		Servidor/Estatutário	Empregado público celetista	Somente comissionado	Contrato temporário, terceirizados ou outros	
Acre	N.Abs	1	2	0	16	19
	%	5,3%	10,5%	0,0%	84,2%	100,0%
Alagoas	N.Abs	23	5	2	48	78
	%	29,5%	6,4%	2,6%	61,5%	100,0%
Amapá	N.Abs	1	0	1	1	3
	%	33,3%	0,0%	33,3%	33,3%	100,0%
Amazonas	N.Abs	7	1	6	42	56
	%	12,5%	1,8%	10,7%	75,0%	100,0%
Bahia	N.Abs	43	12	8	235	298
	%	14,4%	4,0%	2,7%	78,9%	100,0%
Ceará	N.Abs	40	8	8	136	192
	%	20,8%	4,2%	4,2%	70,8%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	5	0	1	11	17
	%	29,4%	0,0%	5,9%	64,7%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	15	2	13	42	72
	%	20,8%	2,8%	18,1%	58,3%	100,0%
Goiás	N.Abs	35	6	25	55	121
	%	28,9%	5,0%	20,7%	45,5%	100,0%
Maranhão	N.Abs	24	5	7	133	169
	%	14,2%	3,0%	4,1%	78,7%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	48	3	19	51	121
	%	39,7%	2,5%	15,7%	42,1%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	22	6	6	47	81
	%	27,2%	7,4%	7,4%	58,0%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	97	19	32	340	488
	%	19,9%	3,9%	6,6%	69,7%	100,0%
Pará	N.Abs	37	3	10	90	140
	%	26,4%	2,1%	7,1%	64,3%	100,0%
Paraíba	N.Abs	24	5	19	98	146
	%	16,4%	3,4%	13,0%	67,1%	100,0%
Paraná	N.Abs	86	11	36	91	224
	%	38,4%	4,9%	16,1%	40,6%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	16	3	22	126	167
	%	9,6%	1,8%	13,2%	75,4%	100,0%
Piauí	N.Abs	35	7	22	111	175
	%	20,0%	4,0%	12,6%	63,4%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	67	20	17	131	235
	%	28,5%	8,5%	7,2%	55,7%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	15	0	21	80	116
	%	12,9%	0,0%	18,1%	69,0%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	82	7	23	88	200
	%	41,0%	3,5%	11,5%	44,0%	100,0%
Rondônia	N.Abs	18	0	3	5	26
	%	69,2%	0,0%	11,5%	19,2%	100,0%
Roraima	N.Abs	4	0	2	4	10
	%	40,0%	0,0%	20,0%	40,0%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	26	10	7	38	81
	%	32,1%	12,3%	8,6%	46,9%	100,0%
São Paulo	N.Abs	170	113	34	220	537
	%	31,7%	21,0%	6,3%	41,0%	100,0%
Sergipe	N.Abs	20	8	8	51	87
	%	23,0%	9,2%	9,2%	58,6%	100,0%
Tocantins	N.Abs	30	2	10	29	71
	%	42,3%	2,8%	14,1%	40,8%	100,0%
Total	N.Abs	991	258	362	2.319	3.930
	%	25,2%	6,6%	9,2%	59,0%	100,0%

Tabela A36 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto a estrutura física, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação	Indicador de estrutura física					Total
		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	
Acre	N.Abs	12	2	9	3	26
	%	46,2%	7,7%	34,6%	11,5%	100,0%
Alagoas	N.Abs	23	12	62	9	106
	%	21,7%	11,3%	58,5%	8,5%	100,0%
Amapá	N.Abs	5	2	4	0	11
	%	45,5%	18,2%	36,4%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	16	18	24	11	69
	%	23,2%	26,1%	34,8%	15,9%	100,0%
Bahia	N.Abs	70	78	205	22	375
	%	18,7%	20,8%	54,7%	5,9%	100,0%
Ceará	N.Abs	37	41	145	26	249
	%	14,9%	16,5%	58,2%	10,4%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	6	0	13	0	19
	%	31,6%	0,0%	68,4%	0,0%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	20	15	46	12	93
	%	21,5%	16,1%	49,5%	12,9%	100,0%
Goiás	N.Abs	33	18	70	22	143
	%	23,1%	12,6%	49,0%	15,4%	100,0%
Maranhão	N.Abs	28	30	147	18	223
	%	12,6%	13,5%	65,9%	8,1%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	38	16	72	29	155
	%	24,5%	10,3%	46,5%	18,7%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	42	15	36	12	105
	%	40,0%	14,3%	34,3%	11,4%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	144	96	356	49	645
	%	22,3%	14,9%	55,2%	7,6%	100,0%
Pará	N.Abs	37	18	92	14	161
	%	23,0%	11,2%	57,1%	8,7%	100,0%
Paraíba	N.Abs	34	18	148	20	220
	%	15,5%	8,2%	67,3%	9,1%	100,0%
Paraná	N.Abs	98	40	135	48	321
	%	30,5%	12,5%	42,1%	15,0%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	50	38	120	11	219
	%	22,8%	17,4%	54,8%	5,0%	100,0%
Piauí	N.Abs	21	15	125	37	198
	%	10,6%	7,6%	63,1%	18,7%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	105	69	142	11	327
	%	32,1%	21,1%	43,4%	3,4%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	21	21	97	11	150
	%	14,0%	14,0%	64,7%	7,3%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	53	47	130	28	258
	%	20,5%	18,2%	50,4%	10,9%	100,0%
Rondônia	N.Abs	5	3	28	5	41
	%	12,2%	7,3%	68,3%	12,2%	100,0%
Roraima	N.Abs	6	1	5	1	13
	%	46,2%	7,7%	38,5%	7,7%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	27	12	51	13	103
	%	26,2%	11,7%	49,5%	12,6%	100,0%
São Paulo	N.Abs	187	90	316	71	664
	%	28,2%	13,6%	47,6%	10,7%	100,0%
Sergipe	N.Abs	14	21	48	12	95
	%	14,7%	22,1%	50,5%	12,6%	100,0%
Tocantins	N.Abs	26	11	38	7	82
	%	31,7%	13,4%	46,3%	8,5%	100,0%
Total	N.Abs	1.158	747	2.664	502	5.071
	%	22,8%	14,7%	52,5%	9,9%	100,0%

Tabela A37 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto as atividades realizadas, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		Indicador de atividades realizadas				Total
		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	
Acre	N.Abs	0	11	0	15	26
	%	0,0%	42,3%	0,0%	57,7%	100,0%
Alagoas	N.Abs	5	21	12	68	106
	%	4,7%	19,8%	11,3%	64,2%	100,0%
Amapá	N.Abs	0	6	0	5	11
	%	0,0%	54,5%	0,0%	45,5%	100,0%
Amazonas	N.Abs	0	16	4	49	69
	%	0,0%	23,2%	5,8%	71,0%	100,0%
Bahia	N.Abs	18	82	47	228	375
	%	4,8%	21,9%	12,5%	60,8%	100,0%
Ceará	N.Abs	4	22	34	189	249
	%	1,6%	8,8%	13,7%	75,9%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	0	0	0	19	19
	%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	3	20	15	55	93
	%	3,2%	21,5%	16,1%	59,1%	100,0%
Goiás	N.Abs	9	28	32	74	143
	%	6,3%	19,6%	22,4%	51,7%	100,0%
Maranhão	N.Abs	4	38	30	151	223
	%	1,8%	17,0%	13,5%	67,7%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	3	20	51	81	155
	%	1,9%	12,9%	32,9%	52,3%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	1	10	18	76	105
	%	1,0%	9,5%	17,1%	72,4%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	19	123	72	431	645
	%	2,9%	19,1%	11,2%	66,8%	100,0%
Pará	N.Abs	5	28	19	109	161
	%	3,1%	17,4%	11,8%	67,7%	100,0%
Paraíba	N.Abs	2	34	27	157	220
	%	0,9%	15,5%	12,3%	71,4%	100,0%
Paraná	N.Abs	10	54	45	212	321
	%	3,1%	16,8%	14,0%	66,0%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	4	44	42	129	219
	%	1,8%	20,1%	19,2%	58,9%	100,0%
Piauí	N.Abs	3	16	15	164	198
	%	1,5%	8,1%	7,6%	82,8%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	5	56	48	218	327
	%	1,5%	17,1%	14,7%	66,7%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	2	40	15	93	150
	%	1,3%	26,7%	10,0%	62,0%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	8	33	71	146	258
	%	3,1%	12,8%	27,5%	56,6%	100,0%
Rondônia	N.Abs	3	11	14	13	41
	%	7,3%	26,8%	34,1%	31,7%	100,0%
Roraima	N.Abs	0	9	0	4	13
	%	0,0%	69,2%	0,0%	30,8%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	2	16	18	67	103
	%	1,9%	15,5%	17,5%	65,0%	100,0%
São Paulo	N.Abs	14	81	142	427	664
	%	2,1%	12,2%	21,4%	64,3%	100,0%
Sergipe	N.Abs	3	6	26	60	95
	%	3,2%	6,3%	27,4%	63,2%	100,0%
Tocantins	N.Abs	1	34	14	33	82
	%	1,2%	41,5%	17,1%	40,2%	100,0%
Total	N.Abs	128	859	811	3.273	5.071
	%	2,5%	16,9%	16,0%	64,5%	100,0%

Tabela A38 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto ao funcionamento, segundo unidades da federação - 2008

Unidades da Federação		Indicador de funcionamento				Total
		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	
Acre	N.Abs	0	0	25	1	26
	%	0,0%	0,0%	96,2%	3,8%	100,0%
Alagoas	N.Abs	2	15	65	24	106
	%	1,9%	14,2%	61,3%	22,6%	100,0%
Amapá	N.Abs	1	0	3	7	11
	%	9,1%	0,0%	27,3%	63,6%	100,0%
Amazonas	N.Abs	0	5	47	17	69
	%	0,0%	7,2%	68,1%	24,6%	100,0%
Bahia	N.Abs	4	39	272	60	375
	%	1,1%	10,4%	72,5%	16,0%	100,0%
Ceará	N.Abs	2	7	211	29	249
	%	0,8%	2,8%	84,7%	11,6%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	0	0	19	0	19
	%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	1	4	56	32	93
	%	1,1%	4,3%	60,2%	34,4%	100,0%
Goiás	N.Abs	3	10	96	34	143
	%	2,1%	7,0%	67,1%	23,8%	100,0%
Maranhão	N.Abs	3	19	171	30	223
	%	1,3%	8,5%	76,7%	13,5%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	2	14	127	12	155
	%	1,3%	9,0%	81,9%	7,7%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	0	9	83	13	105
	%	0,0%	8,6%	79,0%	12,4%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	9	68	427	141	645
	%	1,4%	10,5%	66,2%	21,9%	100,0%
Pará	N.Abs	0	20	93	48	161
	%	0,0%	12,4%	57,8%	29,8%	100,0%
Paraíba	N.Abs	2	13	177	28	220
	%	0,9%	5,9%	80,5%	12,7%	100,0%
Paraná	N.Abs	6	32	238	45	321
	%	1,9%	10,0%	74,1%	14,0%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	2	25	147	45	219
	%	0,9%	11,4%	67,1%	20,5%	100,0%
Piauí	N.Abs	2	35	135	26	198
	%	1,0%	17,7%	68,2%	13,1%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	2	6	244	75	327
	%	0,6%	1,8%	74,6%	22,9%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	7	11	114	18	150
	%	4,7%	7,3%	76,0%	12,0%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	13	35	187	23	258
	%	5,0%	13,6%	72,5%	8,9%	100,0%
Rondônia	N.Abs	1	7	31	2	41
	%	2,4%	17,1%	75,6%	4,9%	100,0%
Roraima	N.Abs	1	1	9	2	13
	%	7,7%	7,7%	69,2%	15,4%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	2	6	81	14	103
	%	1,9%	5,8%	78,6%	13,6%	100,0%
São Paulo	N.Abs	7	43	445	169	664
	%	1,1%	6,5%	67,0%	25,5%	100,0%
Sergipe	N.Abs	0	6	76	13	95
	%	0,0%	6,3%	80,0%	13,7%	100,0%
Tocantins	N.Abs	1	15	64	2	82
	%	1,2%	18,3%	78,0%	2,4%	100,0%
Total	N.Abs	73	445	3.643	910	5.071
	%	1,4%	8,8%	71,8%	17,9%	100,0%

Tabela A39 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto aos recursos humanos, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação	Indicador de Recursos humanos					
		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Acre	N.Abs	13	6	6	1	26
	%	50,0%	23,1%	23,1%	3,8%	100,0%
Alagoas	N.Abs	51	36	14	5	106
	%	48,1%	34,0%	13,2%	4,7%	100,0%
Amapá	N.Abs	9	1	1	0	11
	%	81,8%	9,1%	9,1%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	24	19	24	2	69
	%	34,8%	27,5%	34,8%	2,9%	100,0%
Bahia	N.Abs	156	111	94	14	375
	%	41,6%	29,6%	25,1%	3,7%	100,0%
Ceará	N.Abs	73	69	79	28	249
	%	29,3%	27,7%	31,7%	11,2%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	1	5	7	6	19
	%	5,3%	26,3%	36,8%	31,6%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	35	23	24	11	93
	%	37,6%	24,7%	25,8%	11,8%	100,0%
Goiás	N.Abs	50	36	45	12	143
	%	35,0%	25,2%	31,5%	8,4%	100,0%
Maranhão	N.Abs	75	60	79	9	223
	%	33,6%	26,9%	35,4%	4,0%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	60	19	65	11	155
	%	38,7%	12,3%	41,9%	7,1%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	36	26	29	14	105
	%	34,3%	24,8%	27,6%	13,3%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	279	180	154	32	645
	%	43,3%	27,9%	23,9%	5,0%	100,0%
Pará	N.Abs	64	49	43	5	161
	%	39,8%	30,4%	26,7%	3,1%	100,0%
Paraíba	N.Abs	58	89	64	9	220
	%	26,4%	40,5%	29,1%	4,1%	100,0%
Paraná	N.Abs	129	80	70	42	321
	%	40,2%	24,9%	21,8%	13,1%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	111	53	53	2	219
	%	50,7%	24,2%	24,2%	0,9%	100,0%
Piauí	N.Abs	28	88	63	19	198
	%	14,1%	44,4%	31,8%	9,6%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	135	114	66	12	327
	%	41,3%	34,9%	20,2%	3,7%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	49	57	37	7	150
	%	32,7%	38,0%	24,7%	4,7%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	101	59	76	22	258
	%	39,1%	22,9%	29,5%	8,5%	100,0%
Rondônia	N.Abs	26	7	6	2	41
	%	63,4%	17,1%	14,6%	4,9%	100,0%
Roraima	N.Abs	8	1	4	0	13
	%	61,5%	7,7%	30,8%	0,0%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	44	33	12	14	103
	%	42,7%	32,0%	11,7%	13,6%	100,0%
São Paulo	N.Abs	320	217	85	42	664
	%	48,2%	32,7%	12,8%	6,3%	100,0%
Sergipe	N.Abs	17	37	32	9	95
	%	17,9%	38,9%	33,7%	9,5%	100,0%
Tocantins	N.Abs	37	24	19	2	82
	%	45,1%	29,3%	23,2%	2,4%	100,0%
Total	N.Abs	1.989	1.499	1.251	332	5.071
	%	39,2%	29,6%	24,7%	6,5%	100,0%

Tabela A40 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação	IDCRAS - Estágios											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Acre	N.Abs	0	0	6	13	0	0	2	2	3	0	26
	%	0,0%	0,0%	23,1%	50,0%	0,0%	0,0%	7,7%	7,7%	11,5%	0,0%	100,0%
Alagoas	N.Abs	0	2	15	45	0	1	10	24	8	1	106
	%	0,0%	1,9%	14,2%	42,5%	0,0%	0,9%	9,4%	22,6%	7,5%	0,9%	100,0%
Amapá	N.Abs	0	1	4	4	0	0	0	2	0	0	11
	%	0,0%	9,1%	36,4%	36,4%	0,0%	0,0%	0,0%	18,2%	0,0%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	0	0	4	32	0	1	5	19	8	0	69
	%	0,0%	0,0%	5,8%	46,4%	0,0%	1,4%	7,2%	27,5%	11,6%	0,0%	100,0%
Bahia	N.Abs	0	1	41	163	0	13	33	63	61	0	375
	%	0,0%	0,3%	10,9%	43,5%	0,0%	3,5%	8,8%	16,8%	16,3%	0,0%	100,0%
Ceará	N.Abs	0	2	15	80	0	0	14	69	69	0	249
	%	0,0%	0,8%	6,0%	32,1%	0,0%	0,0%	5,6%	27,7%	27,7%	0,0%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	0	0	0	7	0	0	0	4	8	0	19
	%	0,0%	0,0%	0,0%	36,8%	0,0%	0,0%	0,0%	21,1%	42,1%	0,0%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	0	0	13	33	0	1	10	18	17	1	93
	%	0,0%	0,0%	14,0%	35,5%	0,0%	1,1%	10,8%	19,4%	18,3%	1,1%	100,0%
Goiás	N.Abs	0	3	17	52	0	3	10	27	30	1	143
	%	0,0%	2,1%	11,9%	36,4%	0,0%	2,1%	7,0%	18,9%	21,0%	0,7%	100,0%
Maranhão	N.Abs	0	0	12	86	0	3	15	54	53	0	223
	%	0,0%	0,0%	5,4%	38,6%	0,0%	1,3%	6,7%	24,2%	23,8%	0,0%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	0	0	17	69	0	1	3	23	42	0	155
	%	0,0%	0,0%	11,0%	44,5%	0,0%	0,6%	1,9%	14,8%	27,1%	0,0%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	0	0	10	59	0	0	6	16	14	0	105
	%	0,0%	0,0%	9,5%	56,2%	0,0%	0,0%	5,7%	15,2%	13,3%	0,0%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	0	6	76	281	0	10	44	142	85	1	645
	%	0,0%	0,9%	11,8%	43,6%	0,0%	1,6%	6,8%	22,0%	13,2%	0,2%	100,0%
Pará	N.Abs	0	1	13	77	0	0	13	29	27	1	161
	%	0,0%	0,6%	8,1%	47,8%	0,0%	0,0%	8,1%	18,0%	16,8%	0,6%	100,0%
Paraíba	N.Abs	0	1	11	71	0	3	16	72	45	1	220
	%	0,0%	0,5%	5,0%	32,3%	0,0%	1,4%	7,3%	32,7%	20,5%	0,5%	100,0%
Paraná	N.Abs	0	0	59	125	0	3	22	51	53	8	321
	%	0,0%	0,0%	18,4%	38,9%	0,0%	0,9%	6,9%	15,9%	16,5%	2,5%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	0	2	32	97	0	4	16	44	24	0	219
	%	0,0%	0,9%	14,6%	44,3%	0,0%	1,8%	7,3%	20,1%	11,0%	0,0%	100,0%
Piauí	N.Abs	0	0	8	38	0	4	23	66	59	0	198
	%	0,0%	0,0%	4,0%	19,2%	0,0%	2,0%	11,6%	33,3%	29,8%	0,0%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	0	2	56	129	0	4	30	73	33	0	327
	%	0,0%	0,6%	17,1%	39,4%	0,0%	1,2%	9,2%	22,3%	10,1%	0,0%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	0	2	9	55	0	4	13	47	20	0	150
	%	0,0%	1,3%	6,0%	36,7%	0,0%	2,7%	8,7%	31,3%	13,3%	0,0%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	1	3	30	102	0	1	22	47	50	2	258
	%	0,4%	1,2%	11,6%	39,5%	0,0%	0,4%	8,5%	18,2%	19,4%	0,8%	100,0%
Rondônia	N.Abs	1	1	1	26	0	1	4	4	3	0	41
	%	2,4%	2,4%	2,4%	63,4%	0,0%	2,4%	9,8%	9,8%	7,3%	0,0%	100,0%
Roraima	N.Abs	0	1	4	4	0	0	1	1	2	0	13
	%	0,0%	7,7%	30,8%	30,8%	0,0%	0,0%	7,7%	7,7%	15,4%	0,0%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	0	1	16	40	0	0	9	21	16	0	103
	%	0,0%	1,0%	15,5%	38,8%	0,0%	0,0%	8,7%	20,4%	15,5%	0,0%	100,0%
São Paulo	N.Abs	0	4	102	312	0	4	36	143	61	2	664
	%	0,0%	0,6%	15,4%	47,0%	0,0%	0,6%	5,4%	21,5%	9,2%	0,3%	100,0%
Sergipe	N.Abs	0	0	4	26	0	1	11	26	27	0	95
	%	0,0%	0,0%	4,2%	27,4%	0,0%	1,1%	11,6%	27,4%	28,4%	0,0%	100,0%
Tocantins	N.Abs	0	1	14	34	0	1	5	22	5	0	82
	%	0,0%	1,2%	17,1%	41,5%	0,0%	1,2%	6,1%	26,8%	6,1%	0,0%	100,0%
Total	N.Abs	2	34	589	2.060	0	63	373	1.109	823	18	5.071
	%	0,0%	0,7%	11,6%	40,6%	0,0%	1,2%	7,4%	21,9%	16,2%	0,4%	100,0%

Tabela A4-1 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS por grupos de estágios, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação		IDCRAS - Grupos de estágios			
		1 a 4	5 a 8	9 e 10	Total
Acre	N.Abs	19	4	3	26
	%	73,1%	15,4%	11,5%	100,0%
Alagoas	N.Abs	62	35	9	106
	%	58,5%	33,0%	8,5%	100,0%
Amapá	N.Abs	9	2	0	11
	%	81,8%	18,2%	0,0%	100,0%
Amazonas	N.Abs	36	25	8	69
	%	52,2%	36,2%	11,6%	100,0%
Bahia	N.Abs	205	109	61	375
	%	54,7%	29,1%	16,3%	100,0%
Ceará	N.Abs	97	83	69	249
	%	39,0%	33,3%	27,7%	100,0%
Distrito Federal	N.Abs	7	4	8	19
	%	36,8%	21,1%	42,1%	100,0%
Espírito Santo	N.Abs	46	29	18	93
	%	49,5%	31,2%	19,4%	100,0%
Goiás	N.Abs	72	40	31	143
	%	50,3%	28,0%	21,7%	100,0%
Maranhão	N.Abs	98	72	53	223
	%	43,9%	32,3%	23,8%	100,0%
Mato Grosso	N.Abs	86	27	42	155
	%	55,5%	17,4%	27,1%	100,0%
Mato Grosso do Sul	N.Abs	69	22	14	105
	%	65,7%	21,0%	13,3%	100,0%
Minas Gerais	N.Abs	363	196	86	645
	%	56,3%	30,4%	13,3%	100,0%
Pará	N.Abs	91	42	28	161
	%	56,5%	26,1%	17,4%	100,0%
Paraíba	N.Abs	83	91	46	220
	%	37,7%	41,4%	20,9%	100,0%
Paraná	N.Abs	184	76	61	321
	%	57,3%	23,7%	19,0%	100,0%
Pernambuco	N.Abs	131	64	24	219
	%	59,8%	29,2%	11,0%	100,0%
Piauí	N.Abs	46	93	59	198
	%	23,2%	47,0%	29,8%	100,0%
Rio de Janeiro	N.Abs	187	107	33	327
	%	57,2%	32,7%	10,1%	100,0%
Rio Grande do Norte	N.Abs	66	64	20	150
	%	44,0%	42,7%	13,3%	100,0%
Rio Grande do Sul	N.Abs	136	70	52	258
	%	52,7%	27,1%	20,2%	100,0%
Rondônia	N.Abs	29	9	3	41
	%	70,7%	22,0%	7,3%	100,0%
Roraima	N.Abs	9	2	2	13
	%	69,2%	15,4%	15,4%	100,0%
Santa Catarina	N.Abs	57	30	16	103
	%	55,3%	29,1%	15,5%	100,0%
São Paulo	N.Abs	418	183	63	664
	%	63,0%	27,6%	9,5%	100,0%
Sergipe	N.Abs	30	38	27	95
	%	31,6%	40,0%	28,4%	100,0%
Tocantins	N.Abs	49	28	5	82
	%	59,8%	34,1%	6,1%	100,0%
Total	N.Abs	2.685	1.545	841	5.071
	%	52,9%	30,5%	16,6%	100,0%

Tabela A42 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto à estrutura física Brasil - 2007 e 2008

Gradação de Desenvolvimento	Indicador de Estrutura física			
	2007		2008	
	N.Abs	%	N.Abs	%
Superior	1.595	40,4%	3.273	64,5%
Suficiente	1.069	27,1%	811	16,0%
Regular	1.044	26,5%	859	16,9%
Insuficiente	239	6,1%	128	2,5%
Total	3.947	100,0%	5.071	100,0%

Tabela A43 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto às atividades realizadas Brasil - 2007 e 2008

Gradação de Desenvolvimento	Indicador de Atividades Realizadas					
	N.Abs	2007		N.Abs	2008	
		%	%		%	%
Superior	770	19,5%		502	9,9%	
Suficiente	1.149	29,1%		2.664	52,5%	
Regular	1.000	25,3%		747	14,7%	
Insuficiente	1.028	26,1%		1.158	22,8%	
Total	3.947	100,0%		5.071	100,0%	

Tabela A44 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto ao horário de funcionamento Brasil - 2007 e 2008

Gradação de Desenvolvimento	Indicador de Horário de funcionamento					
	N.Abs	2007		N.Abs	2008	
		%	%		%	%
Superior	547	13,9%		910	18,0%	
Suficiente	2.902	73,5%		3.643	71,8%	
Regular	368	9,3%		445	8,8%	
Insuficiente	130	3,3%		73	1,4%	
Total	3.947	100,0%		5.071	100,0%	

Tabela A45 - Indicador de desenvolvimento dos CRAS, quanto aos recursos humanos Brasil - 2007 e 2008

Gradação de Desenvolvimento	Indicador de Recursos humanos					
	N.Abs	2007		N.Abs	2008	
		%	%		%	%
Superior	148	3,7%		332	6,5%	
Suficiente	681	17,3%		1.251	24,7%	
Regular	2.195	55,6%		1.499	29,6%	
Insuficiente	923	23,4%		1.989	39,2%	
Total	3.947	100,0%		5.071	100,0%	

Tabela A4-6 - Percentual de profissionais do CRAS, por conglomerado, segundo porte do município e função desempenhada no CRAS - Brasil - 2008

Porte do Município	Conglomerado	Porcentagem de Profissionais																N	
		Nível Superior					Nível Médio					Assistentes Sociais			Psicólogos				Comunitários
		0	1	2	3	4 ou +	0	1	2	3	4 ou +	0	1	2 ou +	0	1	2 ou +		
Pequeno Porte I	1	0,5	5,6	41,8	51,9	0,1	19	42,6	27,9	10,5	-	3,1	80,9	16	14,5	83,9	1,6	20,3	1666
	2	-	-	-	-	100	25,7	30,7	26,5	2,1	0,4	45,1	54,5	2,7	67,1	30,2	28,6	514	
	3	0,4	5,9	25,3	32,6	35,9	-	-	-	100	2,9	72,2	24,9	15,4	74,7	9,9	15,8	273	
Pequeno Porte II	1	0,1	2,8	28,2	41,2	27,6	17,2	40	27,6	11,7	3,4	2,4	61,5	36,1	6,9	79	14,1	23,7	667
	2	-	4,3	34,8	32,6	28,3	-	-	-	100	4,3	58,7	37	19,6	71,7	8,7	19,6	46	
	3	-	0,9	3,3	19,6	76,2	1,4	-	10,3	28,5	59,8	1,4	34,1	64,5	7,9	70,1	22	30,4	214
Médio, Grande e Metrópole	1	-	3,2	14,5	31,6	29,2	13,7	31,9	24	13,8	16,7	1,3	38	60,7	12,8	59	28,2	22	1293
	2	-	-	-	-	1	99	8	11,8	15,9	59,2	0,7	6,6	92,7	19,7	41,2	39,1	43,9	289
	3	0,9	-	1,8	4,6	4,6	88,1	-	-	-	100*	0,9	12,8	86,2	12,8	52,3	34,9	45,9	109

*9 ou mais profissionais em todos os casos

Tabela 47 - Percentual de CRAS por conglomerado, segundo porte, fonte de financiamento e nível de gestão do Município - Brasil - 2008

Porte do Município	Conglomerado	Financiamento						Nível de Gestão do Município					N	
		Municipal			Federal			Básica	Gestão DF	Inicial	Município sob Gestão do Estado	Plena		
		Estadual	IGD	Piso Básico fixo	Piso Básico Transição	Piso Básico Variável	Outros							
Pequeno Porte I	1	67,3	13,7	36,7	69,2	20,8	14,3	3,9	90	-	7,6	0,1	2,3	1666
	2	69,3	14,2	42,2	76,1	25,7	18,7	6,4	92,2	-	3,1	0,2	4,5	514
	3	70	17,9	54,9	74,7	33,3	30	6,6	91,6	-	2,2	0,7	5,5	273
Pequeno Porte II	1	64,5	15,4	28,3	73,2	15,6	12,6	2,5	88,3	-	3,3	-	8,4	667
	2	80,4	28,3	32,6	84,8	15,2	17,4	6,5	84,8	-	-	-	15,2	46
	3	71	18,2	37,9	79,9	22,9	19,6	5,1	83,6	-	0,9	0,5	15	214
Médio, Grande e Metrópole	1	77,8	15,9	28,5	66,4	12,9	13	2,3	46	0,1	3	-	50,9	1293
	2	87,2	12,8	53,3	61,6	40,1	37	17,3	17	2,8	1,4	2,1	76,8	289
	3	85,3	13,8	75,2	78,9	64,2	69,7	34,9	16,5	9,2	-	-	74,3	109

Tabela 48 - Percentual de CRAS por conglomerado, segundo porte do município, localização e região - Brasil - 2008.

Porte do Município	Conglomerado	Localização			Região				N	
		CRAS Urbano	CRAS Rural	CRAS Itinerante	Norte	Nordeste	Centro-Oeste			
							Sul	Sudeste		
Pequeno Porte I	1	97,6	2,3	0,1	8,6	40,3	27	14,9	9,2	1666
	2	98,4	1,4	0,2	3,1	45,3	25,5	16,5	9,5	514
	3	97,4	2,6	-	7,7	36,6	24,2	14,7	16,8	273
Pequeno Porte II	1	93,7	6,1	0,1	10,6	45,6	29,1	7,8	6,9	667
	2	93,5	6,5	-	15,2	37	39,1	4,3	4,3	46
	3	97,7	2,3	-	7,9	42,1	31,3	9,8	8,9	214
Médio, Grande e Metrópole	1	95,8	3,9	0,2	7,9	27	47,7	13,1	4,3	1293
	2	99	1	-	5,5	21,1	51,9	11,8	9,7	289
	3	98,2	1,8	-	9,2	8,3	33	27,5	22	109

Tabela A49 - Distribuição do Indicador de Recursos humanos por conglomerado, segundo porte do município - Brasil - 2008

Porte do Município	Conglomerado	Indicador de Recursos Humanos				N
		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	
Pequeno Porte I	1	29,1	34,9	30,3	5,7	1666
	2	-	56,8	30,7	12,5	514
	3	6,2	1,8	78,4	13,6	273
Pequeno Porte II	1	46,8	47,7	5,5	-	667
	2	39,1	2,2	50	8,7	46
	3	4,2	13,1	62,1	20,6	214
Médio, Grande e Metrópole	1	56,8	38,1	4,7	0,5	1293
	2	-	56,4	28	15,6	289
	3	7,3	20,2	37,6	34,9	109

Tabela A50 - Medidas-resumo do IDHM 2000 e do percentual de famílias pobres (PFA 2004), segundo o porte do município e o conglomerado - 2008

Porte do Município	Conglomerado	IDHM 2000						Percentual de Famílias Pobres (PFA 2004)					
		N	Média	Desvio-padrão	1º Quartil	Mediana	3º Quartil	N	Média	Desvio-padrão	1º Quartil	Mediana	3º Quartil
Pequeno Porte I	1	1646	0,67	0,08	0,6	0,66	0,74	1666	47,4	20,9	29	49,9	65,2
	2	514	0,68	0,08	0,61	0,68	0,75	514	46	21,6	26,7	44,4	65,9
	3	272	0,68	0,08	0,61	0,68	0,75	273	45,6	21,1	26,9	45,9	64
Pequeno Porte II	1	666	0,68	0,08	0,62	0,67	0,76	667	44,6	21,7	23,1	49,9	62,8
	2	45	0,69	0,07	0,62	0,69	0,76	46	41,3	19,6	22,4	41,4	54,4
	3	214	0,7	0,08	0,63	0,7	0,77	214	41,5	21,1	21,3	42,8	60,7
Médio, Grande e Metrópole	1	1288	0,77	0,07	0,73	0,78	0,81	1293	25,1	16,5	12,8	19,9	34,3
	2	289	0,8	0,05	0,78	0,81	0,84	289	18,4	11,3	10,4	13,3	23,2
	3	109	0,81	0,04	0,79	0,81	0,84	109	16,4	10,2	10	13,8	18,2

Questionário de Monitoramento

Anexo 2 - Questionário de Monitoramento do CRAS

IMPORTANTE: Este questionário poderá ser utilizado para a coleta das informações, entretanto, NÃO deve ser encaminhado em hipótese alguma ao MDS em formato impresso. As informações devem ser registradas no aplicativo informatizado e só serão aceitas neste formato.



MONITORAMENTO SUAS - CENSO CRAS 2008 SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS

BLOCO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO CRAS

1. LOCALIZAÇÃO DO CRAS:

Município: _____ UF: _____

Endereço do CRAS: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Telefone com DDD: (____) _____ Email: _____

Localização: CRAS Urbano CRAS Rural CRAS Itinerante (Embarcação)

2. Indique a(s) fonte(s) de financiamento deste CRAS.

Municipal / DF

Federal - Piso Básico de Transição MDS

Estadual

Federal - Piso Básico Variável MDS

Federal - Piso Básico Fixo MDS (Programa PAIF)

Federal - IGD MDS

Federal - Outros recursos federais

3. Mês e ano de início do funcionamento deste CRAS: ____/____(mm/aaaa).

BLOCO 2 - ESTRUTURA FÍSICA DO CRAS

4. Situação do imóvel onde se localiza o CRAS:

Próprio da Prefeitura Municipal

Alugado pela Prefeitura Municipal

Cedido para a Prefeitura Municipal

Outro

5. O imóvel de funcionamento do CRAS é compartilhado? (Marque apenas uma opção)

- Não, é exclusivo para o CRAS
- Compartilhado com Secretaria da Assistência Social ou congêneres
- Compartilhado com outra unidade administrativa (Sede de Prefeitura, Administração Regional, Sub-Prefeitura etc)
- Compartilhado com o Conselho Municipal de Assistência Social
- Compartilhado com Conselho Tutelar
- Compartilhado com CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- Compartilhado com outra unidade pública de serviços da Assistência Social
- Compartilhado com Unidade de Saúde
- Compartilhado com Escola
- Compartilhado com uma Associação Comunitária
- Compartilhado com ONG/Entidade
- Compartilhado com Outros

6. Descreva o espaço físico deste CRAS: (Atenção! Cada sala deve ser contada uma única vez na descrição do espaço)

Salas de Atendimento	Quantidade
Salas com capacidade inferior a 15 pessoas	<input type="checkbox"/>
Salas com capacidade de 15 a 30 pessoas	<input type="checkbox"/>
Salões com capacidade superior a 30 pessoas	<input type="checkbox"/>
Salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração (não são salas de atendimento)	<input type="checkbox"/>
Banheiros	<input type="checkbox"/>
Demais Ambientes	Possui?
Recepção	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Cozinha	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Almoxarifado	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Espaço externo no CRAS para atividades de convívio	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

7. Este CRAS possui condições de acessibilidade para pessoas idosas ou com deficiência?

- Sim, em conformidade com a Norma da ABNT (NBR 9050)
- Sim, mas que não estão em conformidade com a Norma da ABNT (NBR 9050)
- Não possui

8. Indique os equipamentos existentes neste CRAS.

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Telefone | <input type="checkbox"/> DVD/Vídeo Cassete |
| <input type="checkbox"/> Computador - Quantidade <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> Fax |
| <input type="checkbox"/> Impressora | <input type="checkbox"/> Materiais pedagógicos, culturais e esportivos |
| <input type="checkbox"/> Acesso a Internet discada | <input type="checkbox"/> Brinquedos |
| <input type="checkbox"/> Acesso a Internet banda larga ou via satélite | <input type="checkbox"/> Datashow |
| <input type="checkbox"/> Equipamento de som | <input type="checkbox"/> Máquina Fotográfica |
| <input type="checkbox"/> Televisão (TV) | <input type="checkbox"/> Veículo |
| | <input type="checkbox"/> Biblioteca |

9. Este CRAS possui placa de identificação?

- Sim, conforme o modelo padronizado pelo MDS (*link*)
 Sim, com outro modelo
 Não possui

BLOCO 3 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO, SERVIÇOS E ATENDIMENTOS DO CRAS

10. Quantos dias na semana este CRAS funciona: dias por semana

11. Quantas horas por dia este CRAS funciona: horas por dia

12. Indique quais dos serviços abaixo são desenvolvidos neste CRAS: (*marque todos os serviços desenvolvidos neste CRAS*)

- Programa de Atenção Integral a Família
 Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças de 0 a 6 anos
 Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos
 Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 15 a 17 anos (*exceto Projovem*)
 Projovem Adolescente (*apenas quando executado no espaço do próprio CRAS*)
 Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 18 a 29 anos
 Serviços de Convivência (socioeducativo) para Idosos
 Serviços de capacitação e inclusão produtiva

13. Indique as ações e atividades que são realizadas por este CRAS:

- Recepção e acolhida
 Acompanhamento de famílias
 Acompanhamento de indivíduos
 Grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas com famílias
 Grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas geracionais / intergeracionais
 Visitas Domiciliares;
 Busca ativa;
 Atividades de inclusão digital
 Encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial
 Encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas
 Encaminhamento para inserção de famílias no Cadastro Único
 Orientação/acompanhamento para inserção do BPC
 Acompanhamento dos encaminhamentos realizados
 Articulação e fortalecimento de grupos sociais locais
 Produção de Material socioeducativo
 Campanhas socioeducativas
 Palestras

14. Informe o volume aproximado dos atendimentos realizados semanalmente neste CRAS.

Atendimentos	Quantidade aproximada (TOTAL POR SEMANA)
Quantidade de entrevistas individual/familiar realizadas <u>por semana</u> <i>(multiplicar a média diária por 5)</i>	_____
Quantidade de visitas domiciliares realizadas <u>por semana</u>	_____
Quantidade de atividades coletivas realizadas por semana <i>(Grupos de convivência; Palestras; etc)</i>	_____
Quantidade de pessoas que participam de atividades coletivas neste CRAS, <u>por semana</u>	_____

15. Quantitativo de Famílias acompanhadas pelo PAIF no mês de junho de 2008

Acompanhamento de Família pelo PAIF <i>(mês de referência - junho 2008)</i>	Quantidade de Famílias em Acompanhamento (JUNHO - 2008)	Informação não disponível <i>(marque X)</i>
Quantidade de famílias em acompanhamento pelo PAIF	_____	_____
Quantidade de famílias do Bolsa Família em acompanhamento pelo PAIF	_____	_____
Quantidade de famílias de beneficiários do BPC em acompanhamento pelo PAIF	_____	_____

16. Quais das situações abaixo possuem maior incidência no território de abrangência deste CRAS.**Marque as 4 principais.** *(Marque apenas 4 opções)*

- Situações de negligência em relação a idosos
- Situações de negligência em relação a crianças
- Situações de negligência em relação a pessoas com deficiência
- Situações de violência doméstica
- Outras situações de violência no território
- Crianças e adolescentes fora da escola
- Crianças em situação de trabalho infantil
- Indivíduos sem documentação civil
- Famílias com descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família
- Famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda
- Famílias em situação de insegurança alimentar
- Demandas de provisão material (exceto alimentos)
- Exploração sexual de crianças e adolescentes
- Jovens em situação de vulnerabilidade e risco social

17. Há povos e comunidades tradicionais no território de abrangência deste CRAS?

Sim Não (pule para a questão 19)

18. Este CRAS atende povos e comunidades tradicionais?

- Não atende
 Atende povos indígenas
 Atende Comunidade Quilombola
 Atende Comunidade Ribeirinha
 Atende outros povos e comunidades tradicionais.

BLOCO 4 - INFORMAÇÃO, REGISTRO E DOCUMENTAÇÃO**19. Este CRAS possui diagnóstico do seu território de abrangência?**

Sim Não

20. Quantas famílias em situação de vulnerabilidade residem no território de abrangência deste CRAS?

Quantidade de Famílias: _____ [] Não sabe informar

21. Este CRAS elabora relatório mensal do quantitativo de atendimentos?

Sim Não

22. Este CRAS mantém arquivo de prontuários? (Marque apenas uma opção)

Sim, somente em meio físico (papel) Sim, em meio eletrônico Não (pule para a questão 25)

23. Os prontuários possuem algum modelo padronizado?

Sim Não

24. Quais informações são sistematicamente registradas no prontuário do usuário:

- Histórico pessoal/familiar
 Eventos de violência ou negligência doméstica
 Condição de pertencimento a Programas ou Benefícios de transferência de renda
 Encaminhamentos para a rede socioassistencial
 Encaminhamentos intersetoriais
 Retorno/acompanhamento dos encaminhamentos realizados
 Inserção grupo/oficina de Convivência e atividade socioeducativa
 Visita Domiciliar
 Entrevista de Acompanhamento familiar
 Plano de Acompanhamento familiar

25. Este CRAS possui sistema informatizado para registro de informações?

Sim Não

26. Indique se este CRAS possui as seguintes listagens: (Em cada linha, marque apenas uma opção)

Listagens	Possui somente em meio físico (papel)	Possui em meio eletrônico	Não possui
Listagem de famílias inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais do seu território de atuação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Listagem dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Listagem dos beneficiários do PETI	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Listagem dos beneficiários do Programa Bolsa Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Listagem das famílias em descumprimento da condicionalidade de educação no Programa Bolsa Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Listagem das famílias em descumprimento da condicionalidade de saúde no Programa Bolsa Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

27. Marque na escala abaixo a frequência com que este CRAS utiliza efetivamente as listagens anteriormente assinaladas para as finalidades específicas.

Finalidade de utilização	Frequência de utilização			
	Nunca	Raramente	Frequentemente	Muito frequentemente
Realizar busca ativa das famílias em descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realizar busca ativa de famílias em situações de vulnerabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Priorizar atendimento e acompanhamento das famílias inseridas nos programas e benefícios de transferência de renda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Planejar serviços ou atividades ofertados pelo CRAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atualizar o diagnóstico do território de abrangência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

28. No território em que este CRAS está localizado, existe cobertura de quais tipos de conexão para internet?

Tipos de conexão	Sim	Não	Não sabe
Conexão Discada (via telefone)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conexão Banda Larga (via cabo)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conexão Via Satélite	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conexão Via Antena de Rádio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

BLOCO 5 - Articulação

29. Indique o grau de articulação efetiva deste CRAS com os seguintes serviços, programas ou instituições existentes no município. *(Caso o serviço, programa ou instituição mencionado não exista no município, marque apenas a última coluna)*

Articulação efetiva com outros Serviços, programas ou instituições	Grau de articulação				Item não existente no município
	Nenhuma	Insatisfatória	Satisfatória	Muito Satisfatória	
Demais unidades da Rede de Proteção Social Básica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rede de Proteção Social Especial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de Saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços Públicos de Educação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Órgãos/serviços relacionados a Trabalho e Emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços ou Programas de Segurança Alimentar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conselho Tutelar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conselhos de Políticas Públicas e Defesa de Direitos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Projetos de Inclusão Digital	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Organizações Não Governamentais (ONGs)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

BLOCO 6 - Recursos Humanos

30. Indique a formação, vínculo, carga horária e função de cada membro da equipe deste CRAS:

NOME	Formação	Vínculo	Função	CPF*	Carga horária semanal
1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
9)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
10)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
11)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
12)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		

* O número de CPF é obrigatório.

Formação	Tipo de Vínculo	Função
1 - Assistente Social	1 - Servidor/Estatutário	1 - Coordenação
2 - Psicólogo	2 - Empregado Público Celetista	2 - Téc. de Nível Superior
3 - Pedagogo	3 - Somente Comissionado	3 - Téc. de Nível Médio
4 - Advogado	4 - Contrato Temporário com a Prefeitura	4 - Administrativa
5 - Terapeuta Ocupacional	5 - Terceirizado da Empresa	5 - Serviços Gerais
6 - Antropólogo ou Sociólogo	6 - Terceirizado da Cooperativa	6 - Estagiário
7 - Administrador ou Economista	7 - Terceirizado de ONG	
8 - Médico, Enfermeiro ou Fisioterapeuta	8 - Outros vínculos não permanentes	
9 - Outro profissional de nível superior		
10 - Profissional de nível médio		
11 - Profissional de nível fundamental		
12 - Estagiário cursando graduação		

* Preencha o quadro anterior utilizando número correspondente à Formação, ao Tipo de Vínculo e à Função de cada pessoa

Identificação do agente municipal responsável pelas respostas declaradas neste formulário

Nome Legível: _____

CPF: _____ **Assinatura:** _____ **Data:** __ / __ / ____

Cargo/Função:

Secretário Municipal de Assistência

Diretor/Coordenador/Responsável pela área de Proteção Básica no município

Coordenador deste CRAS

Telefone: (____) _____ **Email:** _____

Este formulário original, após a digitação dos dados, deve permanecer arquivado na Secretaria Municipal de Assistência Social

Resolução

Anexo 3 - Resolução CIT 01/2007

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO Nº. 1, DE 18 DE ABRIL DE 2007

Pactua a avaliação do estágio de funcionamento e organização dos CRAS implantados a partir de 2003.

A Comissão Intergestores Tripartite - CIT, de acordo com suas competências estabelecidas na Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS, e:

Considerando a Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que estabelece como prioritária a formulação e implantação de um sistema de monitoramento e avaliação de forma coletiva envolvendo esforços dos três entes da federação;

Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB SUAS, que estabelece como instrumento de gestão do SUAS, nas três esferas de governo, o Plano de Assistência Social; Orçamento; Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação; e Relatório anual de Gestão;

Considerando a necessidade de efetivação do Sistema Único de Assistência Social nos Estados, Municípios e DF;

Considerando a grande expansão dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS - ocorrida nos últimos anos, resolve:

Art.1º Pactuar a avaliação do estágio de funcionamento e organização dos CRAS implantados no país a partir de 2003.

Parágrafo único. o instrumental que será utilizado para o levantamento de informações é a Ficha de Monitoramento dos CRAS.

Art.2º Compete as Secretarias de Estado e do Distrito Federal de Assistência Social coordenar e definir estratégias para o preenchimento da Ficha de Monitoramento dos CRAS e elaborar Plano de Apoio aos Municípios para superação das dificuldades identificadas nas visitas técnicas.

Parágrafo único - As Secretarias de Estado e do Distrito Federal de Assistência Social poderão agregar ao conteúdo da Ficha de Monitoramento dos CRAS as informações que julgarem pertinentes segundo avaliação regional;

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS disponibilizar aos Estados e ao Distrito Federal a Ficha de Monitoramento dos CRAS; desenvolver e disponibilizar no site do MDS aplicativo informatizado para o registro das informações levantadas; processar e analisar as informações coletadas via aplicativo; disponibilizar as informações processadas aos estados e ao Distrito Federal e apoiar os Estados e o Distrito Federal, quando solicitado, para implementação do Plano de Apoio aos Municípios visando a superação das dificuldades identificadas.

Art.4º O prazo final para a realização dos levantamentos das informações constantes na ficha de monitoramento será de 31 de julho de 2007.

Art.5º O MDS se responsabilizará por organizar encontro nacional para avaliação dos resultados do monitoramento da implantação dos CRAS após a conclusão da análise das informações encaminhada via aplicativo informatizado.

Art.6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE APARECIDA ALBUQUERQUE

Secretária Nacional de Assistência Social Substituta

TÂNIA MARA GARIB

Fórum Nacional de Secretarias de Estado de Assistência Social/FONSEAS

MARCELO GARCIA VARGENS

Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social/CONGEMAS

ANEXO 3 - RESOLUÇÃO CIT 01/2007

